



FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
ENSINANDO E APRENDENDO

Revista de Humanidades *Humanities Journal*

v. 27 n. 2 julho/dezembro 2012

Fortaleza

ISSN 1414-042X

Rev. Humanidades	Fortaleza	v. 27	n. 2	p. 239-446	jul./dez. 2012
------------------	-----------	-------	------	------------	----------------

**FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA**

Av. Washington Soares, 1321

Bairro: Edson Queiroz; Telefax: +55 (0xx85) 3477.3000

CEP: 60.811-905 - Fortaleza - Ceará

<http://www.unifor.br>

Periodicidade: Semestral **Tiragem:** 1000 exemplares

Distribuição: Doação e permuta

Normatização: Leonilha Maria Brasileiro Lessa

Normalização das Referências: Fátima Regina Alencar da Silva

Capa: Assessoria de Comunicação e Marketing

Editoração Eletrônica: Antonio Franciel Muniz Feitosa

Revisão Ortográfica (português): Aila Maria Leite Sampaio

Revisão Abstracts (inglês): Paola Fonseca Benevides

Supervisão Gráfica: Francisco Roberto da Silva

Impressão: Gráfica UNIFOR

Indexação: Sumários.org.

Associação Brasileira
de Editores Científicos



FICHA CATALOGRÁFICA

Revista de Humanidades - v. 27, n. 2 (2012) - Fortaleza:

Universidade de Fortaleza, 2012.

v.

Semestral

ISSN 1414-042X

1. Ciências Humanas - Periódicos. I. Universidade de Fortaleza

CDU 168.522(05)

Comitê Editorial

Editora-Chefe

Aíla Maria Leite Sampaio (Universidade de Fortaleza-Ceará)

Editores Científicos

Preciliana Barreto de Moraes (Universidade de Fortaleza-Ceará)

Erotilde Honório Silva (Universidade de Fortaleza-Ceará)

Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro (Universidade de Fortaleza-Ceará)

Editor Executivo

Antônio Celiomar Pinto de Lima (Universidade de Fortaleza-Ceará)

Secretária: Alessandra Aires Bernardo

Revisora de Língua Portuguesa: Aíla Maria Leite Sampaio

Revisora de Língua Inglesa: Paola Fonseca Benevides

Conselho Editorial

Prof. Dr. Daniel Rodrigues Pinheiro

(Universidade Federal do Ceará/Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza-Ceará)
observatoriodecultura@gmail.com

Prof. Dr. José Lemos Monteiro (Universidade Federal do Ceará/Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-Ceará) jolemos@unifor.br

Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha (Ph.D Universidade de São Paulo – São Paulo – São Paulo) uvinha@usp.br

Prof. Dr. Iranilson Buriti (Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-Paraíba) iburiti@yahoo.com.br

Prof^a Dr^a Ieda Rhoden (Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Porto Alegre – Rio Grande do Sul)
irhoden@unisinis.br
irhoden@brturbo.com.br

Prof^a Dr^a Maria Luísa Amigo Fernandez de Arroyabe (Universidade de Deusto – Bilbao-Espanha) mlamigo@fice.deusto.es

Prof^a Dr^a Luzia Neide Coriolano (Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza-Ceará)
luzianeidecoriolano@gmail.com

Prof^a Dr^a Preciliana Barreto de Moraes (Universidade de Fortaleza – Fortaleza-Ceará)
precilianamorais@unifor.br

Prof. Dr. Márcio Acserald (Universidade de Fortaleza – Fortaleza-Ceará) macselrad@gmail.com

Prof. Dr. José Clerton de Oliveira Martins (Universidade de Fortaleza – Fortaleza-Ceará)
clerton@unifor.br

Prof^a Dr^a Jocely de Deus Pinheiro

(Universidade Federal do Ceará – Fortaleza-Ceará) jodedeus@yahoo.es

Prof^a Dr^a Georgina Flores Mercado

(Universidad Autonoma Del Estado de Morelos – Cuernavaca, Morelos, México) virtualina@yahoo.com.br

Prof. Dr. Fábio Perdigão

(Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza-Ceará) perdigao@uece.br

Prof. Dr. Claudio César Henriques

(Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Rio de Janeiro) claudioc@bighost.com.br

Prof. Dr. José Adércio Leite Sampaio

(Prof. Dr. da Pontifícia Universidade Católica – Belo Horizonte – Minas Gerais) joseadercio@terra.com.br

Prof^a Dr^a Neide Jallageas

(Universidade de São Paulo - São Paulo – SP) neidejallageas.com

Prof^a Dr^a Mirna Feitoza Pereira

(Universidade Federal do Amazonas – Manaus – AM) mirnafeitoza@gmail.com

Prof^a Dr^a Marlyvan Moraes de Alencar

(Senac São Paulo, Centro de Comunicação e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo-SP) marlialencar19@gmail.com

Prof^a Dr^a Lidia Marôpo

(Universidade de Fortaleza e Universidade Nova de Lisboa) lidiamaropo@gmail.com

Expediente

A **Revista de Humanidades**, da Universidade de Fortaleza, (UNIFOR) é o órgão oficial de publicação de pesquisas do Centro de Ciências Humanas e está ligada diretamente ao Núcleo de Pesquisa (NUPECH) do mesmo Centro. Seu objetivo é divulgar o conhecimento científico na área das Ciências Humanas e Sociais, de interesse da Psicologia, Antropologia, Ciência Política, Cinema, Comunicação Social, Linguística, Literatura, Sociologia e subáreas afins, no sentido de disseminar pesquisas de instituições de ensino superior, por meio de colaborações de docentes da casa e de outras IES. A publicação é bimestral e divulga exclusivamente Artigos previamente aprovados pelo Conselho Editorial. Seguem-se as regras metodológicas da ABNT e o número de artigos é variável, embora se preserve a quantidade mínima de 10; as páginas de cada volume é também variável.

Nenhum dos Artigos publicados, ou trecho deles, pode ser reproduzido, armazenado, ou transmitido de forma eletrônica, ou por qualquer outro meio, sem prévia autorização dos editores da Revista.

Todos os artigos encontram-se, na íntegra, publicados no site da Universidade de Fortaleza: <http://www.unifor.br>.

O Conselho Editorial não é responsável pelo conteúdo das pesquisas publicadas, nem pelos dados e opiniões expressos nos artigos, que são de exclusiva responsabilidade de cada autor.

A Revista não tem fins lucrativos, é distribuída para Bibliotecas dos Estados do Brasil e alguns países, seguindo sempre a política da permuta.

CORRESPONDÊNCIA

Av. Washington Soares, 1321, Sala P21-A - Bairro: Edson Queiroz

CEP: 60.811-905 - Fortaleza - Ceará

Tel: +55 (0xx85) 3477.3341

e-mail: rhumanidadesunifor@gmail.com

Revista de Humanidades

Humanities Journal

v. 27 n. 2 julho/dezembro 2012

ISSN 1414-042X

Sumário

- Contribuição ao estudo dos gêneros textuais: o anúncio classificado gratuito** 249
A contribution to the study of textual genres: the free classified ad
Helênio Fonseca de Oliveira
- “Porque sou feito de todas as coisas”: paisagem e memória em Mía Couto** 270
“Because I am made all things”: landscape and memory in Mía Couto
Renata de Azevedo Ribeiro, Maria Leticia Mazzucchi Ferreira
- Literatura no ensino médio: o desafio de ler Clarice Lispector** 284
Literature at middle school level: the challenge of reading Clarice Lispector
Ana Elisa Prates
- A construção de sentido na poesia de Ariano Suassuna à luz da teoria da Metáfora Conceitual** 295
The construction of the meaning in Ariano Suassuna’s poetry under the theory of Conceptual Metaphor
Hermínia Maria Lima da Silva
- O místico e o mortífero na ciência médica moderna: o cientista médico e o monstro recalcado** 314
The mystical and the deadly in modern medical science: the medical scientist and the repressed monster
Leonardo Barros de Souza, Leonardo José Barreira Danziato
- Lazer como instrumento de implementação da Qualidade de Vida no Trabalho dos servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde do Ceará** 326
Leisure as an instrument for implementation of Quality of Work Life among servers from Core State Ministry of Health in Ceará
Pedro Alex de Sá Pereira, Talita Lima e Silva, Maira Elisa Grassi de Sá
- La complejidad y la caología en el siglo XXI** 334
The complexity and chaologia in the twenty-first century
Antonio Kitaoka Vizcarra

Orientaciones para favorecer el disfrute de la cultura: reflexiones desde los Estudios de Ocio	346
<i>Guidelines to promote the enjoyment of culture. Reflexions from the Leisure Studies</i>	
Maria Luisa Amigo Fernández de Arroyabe, Macarena Cuenca Amigo	
La comunicación asertiva como una estrategia para mejorar las relaciones interpersonales en adultos jóvenes	359
<i>Assertive communication as a strategy to improve relationships in young adults</i>	
María de Lourdes Vargas Garduño, Antonio Cerriteño Hernández	
Loucura e literatura: a dimensão social da loucura e sua representação na narrativa de Lima Barreto	372
<i>Madness and Literature – The social dimension of madness and its representation in the narrative of Lima Barreto</i>	
Maria Inês Detsi de Andrade Santos	
Arquiteto da memória, tecelão de identidade e escritor de histórias: a construção do espaço assuense / RN a partir da escrita de Francisco Amorim	383
<i>Architect of memory, identity and weaver writer of stories: the construction of assuense' space from Francisco Amorim writing</i>	
Roberg Januário do Santos, Lucilvana Ferreira Barros, Iranilson Buriti de Oliveira	
Harmonia na desarmonia/desarmonia na harmonia: A Política, O Príncipe e O Leviatã	396
<i>Harmony in mismatch/mismatch in harmony: The Politics, the Prince and The Leviathan</i>	
Juliano Cordeiro da Costa Oliveira	
Profissionalização do artesanato e identidade do artesão: pensando a configuração do campo do artesanato no Ceará	411
<i>Professionalization of crafts and artisan identity: thinking the configuration of the craft activities in Ceará</i>	
Flávio Teles Cardoso	
Organizações não governamentais, programas e projetos: percalços e negociações em tempos de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)	425
<i>Non-governmental organizations, programs and projects: mishaps and negotiations in times of Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS)</i>	
Preciliana Barreto de Moraes, Rosendo Freitas de Amorim	

Editorial

A *Revista de Humanidades* chega ao número 27 (volume 2), mantendo o objetivo de publicar artigos com temas voltados para a literatura, a linguística, a psicologia, a sociologia, a pedagogia e áreas correlatas. Nesta edição, traz 14 artigos focados nesses campos, a maioria deles traçando o diálogo entre as áreas de jornalismo, linguística, psicologia, sociologia e literatura.

Em a **Contribuição ao estudo dos gêneros textuais: o anúncio classificado gratuito**, tem-se como foco o anúncio impresso, que se enquadra no domínio discursivo publicitário, em sua interface com o jornalístico. Em seguida, **“Porque sou feito de todas as coisas”: paisagem e memória em Mia Couto** relaciona memória, tradição e paisagem em algumas obras do escritor moçambicano. **A construção de sentido na poesia de Ariano Suassuna à luz da teoria da Metáfora Conceitual** são analisados oito sonetos da obra *A poesia viva de Ariano Suassuna*, com o objetivo de mostrar o modo como se constroem os sentidos das metáforas nos poemas. Numa abordagem pedagógica da leitura, **Literatura no Ensino Médio: o desafio de ler Clarice Lispector** mostra o resultado das discussões do Grupo de Estudos sobre Metodologia de Ensino da Literatura da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com uma proposta interdisciplinar no intuito de seduzir o aluno para a leitura de textos de Clarice Lispector.

No contexto da Psicologia, publicaram-se: **Lazer como instrumento de implementação da Qualidade de Vida no Trabalho dos servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde do Ceará** que discute a prática do lazer no ambiente de trabalho; e **O místico e o mortífero na ciência médica moderna: o cientista médico e o monstro recalçado**, pesquisa acerca de aspectos de caráter místico e mortífero do saber médico. Como contribuição de professores estrangeiros, há três

artigos relevantes: **La comunicación asertiva como una estrategia para mejorar las relaciones interpersonales en adultos jóvenes**, de María de Lourdes Vargas Garduño, Antonio Cerriteño Hernández, da Facultad de Psicología de la UMSNH; **A complexidade e a caologia no século XXI**, de Antonio Kitaoka Vizcarra, de la UPN Mazatlán; e **Orientaciones para favorecer el disfrute de la cultura: reflexiones desde los Estudios de Ocio**, de autoria de M^a Luisa Amigo Fernández de Arroyabe, Macarena Cuenca Amigo, de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad de Deusto, en el campus de Bilbao.

No campo da Sociologia, destacamos cinco artigos: **Loucura e literatura: a dimensão social da loucura e sua representação na narrativa de Lima Barreto**, que discute a dimensão social da loucura, retratada nas obras *Diário do Hospício* e *Cemitério dos Vivos*, do escritor brasileiro, por meio da análise sociológica sobre a loucura, utilizando-se das ideias de M. Foucault e outros autores. **Arquiteto da memória, tecelão de identidade e escritor de histórias: a construção do espaço assuense / RN a partir da escrita de Francisco Amorim**, que problematiza a construção identitária do espaço assuense a partir da escrita do escritor da terra. **Harmonia na desarmonia/Desarmonia na harmonia: A Política, O Príncipe e O Leviatã**, que debate aspectos semelhantes presentes na filosofia política de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, estabelecendo um diálogo entre os dois filósofos. **Profissionalização do artesanato e identidade do artesão: pensando a configuração do campo do artesanato no Ceará**, o qual discute o assunto ao cotejar as fontes documentais encontradas nas instituições governamentais, nos acervos de organizações artesanais e produzidas nos depoimentos orais. E, por fim, **Organizações não governamentais, programas e projetos: percalços e negociações em tempos de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)**, que contextualiza as políticas de saúde contra a AIDS - de 1986 aos anos de 2001/2002 - na dinâmica dos grupos com suas alternâncias no poder na realização de programas, projetos e campanhas de prevenção, destacando o protagonismo das organizações não governamentais (ONGs), nas negociações e efetivações de ações preventivas diante dessa grave epidemia.

Assim, com esse corolário de pesquisas multitemáticas, a Revista de Humanidades cresce e se afirma no cenário da produção

e divulgação do conhecimento em nosso tempo, propiciando maior visibilidade à produção acadêmica local e firmando parcerias com pesquisadores de outras universidades brasileiras e estrangeiras.

Aíla Sampaio
Editora

Contribuição ao estudo dos gêneros textuais: o anúncio classificado gratuito

*A contribution to the study of textual genres:
the free classified ad*

Helênio Fonseca de Oliveira*

Resumo

Visando a conciliar a noção – inspirada em Bakhtin – de que um gênero textual se caracteriza por um conteúdo temático, um estilo e uma construção composicional, com a de contrato de comunicação da análise semiolinguística do discurso de Charaudeau, este trabalho procura ser uma contribuição para o estudo dos gêneros textuais, tendo como objeto o anúncio classificado gratuito do jornal “Balcão” do Rio de Janeiro, que deu lugar ao *site* “balcão.com”, posteriormente denominado “bomnegócio.com”, mas o foco da pesquisa é o anúncio impresso, que se enquadra no domínio discursivo publicitário, em sua interface com o jornalístico. O interesse científico da pesquisa está, entre outros, no fato de uma pluralidade de textos – do ponto de vista dos clientes – se tornar um texto único quando publicada, suscitando uma discussão teórica interessante sobre as fronteiras da unidade linguística denominada “texto”.

Palavras-chave: Gêneros textuais. Análise do discurso. Publicidade. Anúncios classificados.

Abstract

Applying at the same time Charaudeau’s concept of “communication contract” and the Bakhtinian notion that a text gender is characterized by a theme, a style and a compositional structure, this article is a contribution to the study of text genders, specifically of the free classified advertisements (free want ads) published by the Brazilian newspaper “Balcão” (from Rio de Janeiro), that has been replaced by the site “balcao.com”, recently renamed “bomnegócio.com”. However, the research focus on the advertisements published in the newspaper. Therefore, this study is in the intersection of publicity discourse and newspaper discourse. A fact that makes it scientifically interesting is that each client produces one short text and sends it to the editorial office of “Balcão” and then the whole set of short texts produced become one single text when published, what raises the question of how to identify text boundaries. There has been an effort to identify, at each stage of the production and interpretation of those texts, not only the competence of verbal communication and its components, but also the subjects involved.

Keywords: Text classification. Discourse analysis. Publicity. Classified advertisements.

* Professoressa da UERJ. E-mail: helenioliveira@live.com

Introdução

Visando a conciliar a noção – inspirada em Bakhtin – de que um gênero textual se caracteriza por um conteúdo temático, um estilo e uma construção composicional (cf. BAKHTIN, 1992, p. 279), com a de contrato de comunicação da análise semiolinguística do discurso de Patrick Charaudeau (cf. CHARAUDEAU, 2008, p. 56-61), este artigo procura ser uma contribuição para o estudo dos gêneros textuais, tendo como objeto específico de análise o gênero anúncio classificado, mais exatamente o anúncio classificado gratuito do jornal “Balcão” do Rio de Janeiro, que deu lugar ao *site* “balcao.com”, posteriormente denominado “bomnegócio.com”.

Mantêm-se basicamente, no *site*, as mesmas características do “Balcão” impresso, embora com as naturais inovações de um ambiente de Web, como a possibilidade, entre outras, de compartilhar os anúncios por *e-mail*, pelo Facebook, pelo Orkut e pelo Twitter. Na presente pesquisa, entretanto, são analisados anúncios impressos. Utilizou-se nela um *corpus* do arquivo pessoal do pesquisador, recolhido e anotado em 2004 e agora retomado com vista à produção do presente artigo.

O interesse científico da pesquisa está, entre outros, no fato de uma pluralidade de textos – do ponto de vista dos clientes – se tornar um texto único quando publicada, suscitando uma discussão teórica interessante sobre as fronteiras da unidade linguística denominada “texto”. O interessado percebe o anúncio que envia como um texto com início, meio e fim, e o jornal o reúne com outros da mesma natureza, tratando o conjunto como um todo textual. O gênero anúncio classificado, com seus subgêneros, enquadra-se no domínio discursivo publicitário, em sua interface com o jornalístico, já que utiliza o jornal como veículo.

1 Gêneros textuais, domínios discursivos e modos de organização do discurso

Para categorias como descrição, narração, argumentação etc., que correspondem a uma classificação voltada menos para o funcionamento dos textos na vida social do que para os aspectos cognitivos de sua produção e inteligência, adotar-se-á – com base em Charaudeau – o termo modos de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2008, p. 74-79). Para classificações como “jornalístico”, “publicitário”, “científico”, “literário”, “burocrático” etc.,

que se referem a ramos da atividade humana, far-se-á uso da denominação domínios discursivos, entendendo-se que cada um desses domínios tem os seus gêneros e subgêneros – cf. MARCUSCHI, *apud* DIONÍSIO et. al. (Org.), 2002, p. 19-36.

Quanto ao termo tipos de textos, há quem o use para designar o que aqui se designa como domínios discursivos. Outros o empregam para referir-se aos modos de organização do discurso. Há, portanto, duas maneiras de lidar com esse termo de forma operacional: ou o abandonamos, ou o empregamos como termo geral para abranger as três categorias – modos de organização do discurso, domínios discursivos e gêneros (e subgêneros) textuais –, o que permitirá definir tipologia textual como o estudo dos “tipos de textos” nesse novo sentido, ou seja, de gêneros textuais e conceitos afins – cf. OLIVEIRA, *In*: HENRIQUES & SIMÕES (Orgs.), 2004, p. 183-193, e OLIVEIRA, *In*: VALENTE, André (Org.), 2007, p. 79-92.

É bastante difundida e muito operacional a noção, inspirada em Bakhtin, mas adaptada, de que um gênero textual se caracteriza por três elementos, “conteúdo temático, estilo e construção, composicional [...], marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação [termo que a partir de agora se substituirá por domínio discursivo]” – cf. BAKHTIN, 1992, p. 279. O termo “estilo”, como Bakhtin o emprega – com base na “estilística da *langue*” de Bally – refere-se a escolhas, feitas no sistema da língua, típicas de cada gênero.

Para Charaudeau, o conceito de gênero textual e o de contrato de comunicação estão inseparavelmente ligados, não só um ao outro, mas também ao de situação comunicativa. O contrato de comunicação de um gênero textual é um conjunto de “permissões” e “interdições” que regulam a produção e a interpretação dos textos desse gênero. Tipos específicos de situações comunicativas requerem determinados gêneros textuais – cf. CHARAUDEAU, 1993, p. 93.

Para nos comunicarmos, oralmente ou por escrito, temos de identificar a situação comunicativa e o contrato de comunicação nela “vigente”, traçando um projeto de comunicação, que conterà o(s) objetivo(s) da mensagem e as estratégias destinadas a atingi-lo(s), as quais terão de explorar a margem de manobra – mais ou menos estreita – possível dentro do contrato. Estabelecidos objetivo(s) e estratégias, estruturamos nosso texto num dos modos de organização do discurso, ou, o que é mais frequente, numa combinação deles, fazendo escolhas lexicais adequadas aos objetivos visados e aplicando as regras da

gramática língua (fonológicas, morfológicas, sintáticas e, no caso da mensagem escrita, ortográficas) – no sentido de gramática mental ou internalizada, não necessariamente no de gramática escolar.

2 Dois “eus” e dois “tus”

Charaudeau propõe uma terminologia dos sujeitos da comunicação com quatro entidades básicas: duas reais e duas virtuais. Existem na comunicação, segundo ele, dois “eus” e dois “tus”: o eu-enunciador (ou sujeito enunciador), o tu-destinatário (ou sujeito destinatário), o eu-comunicante (ou sujeito comunicante) e o tu-interpretante (ou sujeito interpretante), sendo os dois primeiros entidades do discurso e os dois últimos, seres providos de “identidades psicossociais”, pertencendo, portanto, ao mundo real – cf. OLIVEIRA, 2003, p. 28.

O eu-comunicante é quem fala ou escreve. É quem tem objetivos a atingir por meio do uso da linguagem. É o “autor” do projeto de comunicação. O tu-interpretante é quem efetivamente recebe e descodifica a mensagem e o tu-destinatário – abstração teórica altamente operacional – é a imagem que o sujeito comunicante tem do interpretante, ou seja, é uma hipótese que aquele formula sobre o perfil deste. Na verdade, na gestão de nossos projetos de comunicação, só conseguimos dirigir-nos a “tus” destinatários. Nunca temos acesso direto ao tu-interpretante. A construção de um tu-destinatário é, portanto, procedimento indispensável e onipresente na comunicação humana. O êxito de um projeto de comunicação é diretamente proporcional ao grau de coincidência entre os dois “tus”.

Quanto ao eu-enunciador (ou sujeito enunciador), é uma entidade virtual, correspondente à imagem de si mesmo que o eu-comunicante espera passar para o tu-interpretante. Na verdade, além desse eu-enunciador, construído na instância da produção do texto, existe ainda um outro, criado pelo tu-interpretante, que é como este vê o sujeito comunicante. O número de sujeitos da comunicação sobe assim para cinco e haveria ainda outros, se quiséssemos detalhar mais a classificação, mas não é esse o caso.

3 As competências da comunicação verbal

Numa conferência proferida em Caracas, que resultou num artigo intitulado “De la competencia social de comunicación a las competencias

discursivas” (CHARAUDEAU, 2001, p. 13-18), Charaudeau fala em três competências, que utilizamos quando produzimos ou interpretamos textos, as quais interagem umas com as outras, e são: a situacional (aptidão para perceber a situação comunicativa), a discursiva (capacidade para criar e perceber estratégias e para lidar com relações intertextuais) e a semiolinguística, que se manifesta em três níveis: o textual (habilidades linguístico-semióticas necessárias ao planejamento e à estruturação do texto), o lexical (adequação do vocabulário aos objetivos da comunicação) e o gramatical (aplicação das regras da gramática, aqui entendidas como a gramática mental ou internalizada do falante, o qual – quando escolarizado e supondo-se que a escola desempenhe adequadamente sua função – internaliza inclusive a própria gramática escolar e é capaz de identificar os contextos em que esta é necessária.

3.1 A competência situacional

A competência situacional é a aptidão dos sujeitos comunicante e interpretante para perceber a posição que ocupam no intercâmbio verbal, bem como para identificar “a natureza da comunicação (oral ou escrita, monolocutiva ou interlocutiva, presencial ou não presencial), os rituais de abordagem, os papéis na comunicação [...], a finalidade do intercâmbio, seu propósito e suas circunstâncias materiais”. Em suma, é a capacidade de quem produz ou interpreta um texto para perceber a situação comunicativa – cf. CHARAUDEAU, 2001, p. 13, e OLIVEIRA, 2003, p. 47.

3.2 Competência discursiva

A competência discursiva, ainda segundo Charaudeau, corresponde à aptidão para elaborar estratégias visando ao êxito do projeto de comunicação (no caso do eu-comunicante) e para perceber tais estratégias (no caso do tu-interpretante), bem como para estabelecer relações intertextuais (na instância da produção do texto) ou para percebê-las (na da interpretação) – CHARAUDEAU, 2001, p. 15-16.

3.3 A competência semiolinguística

A competência semiolinguística manifesta-se em três níveis: o textual (habilidades linguístico-semióticas necessárias ao planejamento e à estruturação do texto), o lexical (adequação do vocabulário aos objetivos da comunicação) e o gramatical (aplicação das regras da gramática, no sentido explicitado acima).

3.3.1 O nível textual da competência semiolinguística

O nível textual é o espaço da linguística do texto, ou seja, dos estudos sobre planejamento do texto, mecanismos de coesão, modos de organização do discurso, bem como do que poderíamos denominar aptidão semiótica (detalhes abaixo).

3.3.2 O nível lexical da competência semiolinguística

Na terminologia de Charaudeau, o nível lexical da competência semiolinguística é o dos estudos sobre a relação entre o que ele, em outro trabalho, denomina sentido na língua (*sens de langue*), que, tabus à parte, podemos entender como o “literal”, e o por ele denominado sentido no discurso (*sens de discours*), que seria o sentido contextual (CHARAUDEAU, 1994, p. 317-320). Segundo o autor, esse nível corresponde, por parte do sujeito comunicante, à capacidade para escolher um vocabulário capaz de garantir o êxito do projeto de comunicação e, da parte do sujeito interpretante, à aptidão para perceber as razões dessa escolha (CHARAUDEAU, 2001, 12-15).

3.3.3 O nível gramatical da competência semiolinguística

O nível gramatical da competência semiolinguística é o da chamada gramática da frase, termo que se costuma tomar por oposição à gramática do texto. A gramática da frase inclui a fonologia, a morfossintaxe, a semântica e ainda – se quisermos levar em conta a escrita – a ortografia e a pontuação, havendo autores, como Jeronymo Soares Barbosa, que, muito acertadamente, incluem esta naquela (cf. BARBOSA, 1881, p. 59-69). De fato, o que se costuma denominar ortografia é o equivalente escrito da fonologia do vocábulo, ao passo que a pontuação corresponde à fonologia da frase, referindo-se a fenômenos de entoação e de ritmo, neste incluídas as pausas. Se se estudam os fenômenos fonológicos da frase, tanto quanto os do vocábulo, numa única disciplina denominada fonologia, o mais coerente é, no âmbito da escrita, fazer o mesmo, incluindo a pontuação na ortografia.

4 Amostra do corpus

Vai aqui uma amostra do *corpus* utilizado na pesquisa, obtida no número de 22 a 28 de maio de 2004 do jornal “Balcão”/Rio de Janeiro. Os vocábulos em negrito no início de cada fragmento correspondem aos títulos ou subtítulos a que estão subordinados.

F1 (= “Fragmento 1”) – Venda – 386 com Windows 95, R\$ 150,00. T.3899-0745. (Caderno de “Informática”, p. 1.)

F2 – Venda – 486 com 8Mb, Hd 200Mb, floppy, teclado, mause [sic!], monitor. R\$ 170,00 T.3463-2949. T.3463-2949. (Caderno de “Informática”, p. 1.)

F3 – Venda – AGENDA eletrônica. Casio, digital, modelo S/F 2000-W, grava 130 números de telefones, calculadora, nova, R\$ 40,00. T.2651-5634. (Caderno de “Informática”, p. 1.)

F4 – Venda – Copiadora marca Mita 111, bom estado, funcionando, R\$ 600,00 aceito oferta. T.2265-9271. (Caderno de “Informática”, p. 2.)

F5 – Venda – Cama de solteiro branca, de ferro, seminova, perfeito estado. R\$ 80,00. T.2402-7013. (Caderno de “Imóveis” – sic! – p. 19.)

Observação: Curiosamente, o jornal “Balcão” anuncia móveis e eletrodomésticos no caderno “Imóveis”.

F6 – Eletrodomésticos – Máquina cortar cabelo profissional, Proclipper, todos os acessórios, nova, aceito oferta. T.2247-2988. (Caderno de “Imóveis”, p. 18.)

F7 – Eletrodomésticos – [Máquina de] Lavar-roupa marca Brastemp, cor branca, lava até 6kgs, perfeito funcionamento, pouco uso, R\$ 490,00. T. 2424-2344. (Caderno de “Imóveis”, p. 18.)

F8 – Móveis – Armário antigo francês, R\$ 600,00. T.2626-1035. (Caderno de “Imóveis”, p. 19.)

F9 – Móveis – Armário duplex, 4 portas grandes, 6 portas pequenas, 3 gavetas, aglomerado, R\$ 60,00. T.9154-8529. Recreio. (Caderno de “Imóveis”, p. 19.)

F10 – Móveis – Bar mogno, espelhado, iluminado, para sala grande, paguei R\$ 4.800,00 quero R\$ 1.500,00 motivo mudança. T.3393-8020. (Caderno de “Imóveis”, p. 19.)

F11 – Móveis – Cama de casal, ferro, vinho, com tubos grossos, excelente estado. R\$ 80,00. T.9979-8265. (Caderno de “Imóveis”, p. 19.)

5 O anúncio classificado gratuito em cada uma das competências da comunicação verbal

6.1 Na competência situacional

A competência situacional inclui a identificação: **(a)** dos sujeitos da comunicação; **(b)** da “natureza da comunicação (oral ou escrita, monolocutiva ou interlocutiva, presencial ou não presencial)”; **(c)** dos “rituais de abordagem”; **(d)** dos papéis exercidos na comunicação pelos sujeitos comunicante e interpretante; **(e)** do objetivo do intercâmbio verbal; **(f)** das “circunstâncias materiais” desse intercâmbio.

5.1.1 Sujeitos da comunicação e natureza da comunicação

Os textos do domínio discursivo publicitário podem ser produzidos profissionalmente ou de forma amadorística. Os do primeiro tipo (*outdoors*, *jingles*, *folders* etc.) costumam ser redigidos com base num *briefing* por uma agência de publicidade. Os do segundo, como tabuletas, cartazes, faixas etc., são produzidos de maneira informal, à mão às vezes, por leigos em publicidade. Em sua dissertação de mestrado, Beatriz Pelosi Martins faz um aguçado estudo da relação do *briefing* com o anúncio veiculado pela mídia (MARTINS, 2004). O anúncio classificado é um meio-termo entre os dois tipos, porquanto é produzido com base num texto do cliente, em alguns casos precariamente redigido, que pode ser aproveitado na íntegra ou em parte. Conserva, por isso alguns traços da publicidade amadorística, principalmente na variedade gratuita.

O jornal “Balcão” tinha regras para os anúncios gratuitos, uma das quais determinava que só pessoa física podia anunciar gratuitamente. Outra estabelecia, na época do recolhimento do *corpus*, que os anúncios contivessem no máximo 10 palavras, limite que já fora de 15 palavras para os anúncios em geral e de 10 para os de imóveis.

Tais anúncios se inseriam num processo discursivo constituído de quatro etapas: **(1.ª)** o envio da mensagem do anunciante ao jornal, podendo este recorrer ao contacto por telefone, ao uso de um “cupom” apropriado ou à internet, sendo necessário, no terceiro caso, que se cadastrasse; **(2.ª)** a publicação dessa mensagem, juntamente com outras, no caderno apropriado; **(3.ª)** a comunicação telefônica entre comprador e vendedor; **(4.ª)** a negociação *in praesentia*, da qual poderia ou não resultar o fechamento do negócio. Embora esta análise se concentre na segunda etapa, é preciso situá-la no todo do processo, coerentemente

com a posição teórica de analisar textos dentro da situação comunicativa em que são produzidos e interpretados.

• Primeira etapa

A primeira etapa – envio da mensagem do cliente ao jornal – é não presencial, podendo ser monolocutiva e escrita, quando feita por “cupom” ou via internet, ou interlocutiva e oral, quanto telefônica. O sujeito interpretante, aqui, é o próprio jornal e o sujeito comunicante é o cliente – pessoa física – que procura construir a imagem de um sujeito enunciador aceitável para dois sujeitos destinatários: um direto, o jornal (ao qual procura apresentar-se como alguém que lhe respeita as regras, sobretudo não ultrapassando o número máximo de palavras permitido), e outro indireto – o público-alvo – parceiro potencial na negociação, a quem procura apresentar o negócio como vantajoso.

Esse público-alvo não é o mesmo para todos os anunciantes. Comparando os fragmentos 8 e 9 do *corpus*, percebe-se que se destinam a compradores potenciais com perfis distintos. O primeiro anuncia um “*armário antigo francês*” pelo qual pede R\$600,00, ao passo que o segundo oferece, por um décimo desse preço (R\$60,00), um “*armário duplex*”, com “*4 portas grandes, 6 portas pequenas*” e “*3 gavetas*”, acrescentando que se trata de “*aglomerado*”. É o gosto por antiguidades, por um lado, que cultiva beleza e *finesse*, em contraste com o culto do utilitarismo e da economia, por outro. O projeto de comunicação do anunciante visa, portanto, não só à aceitação por parte do jornal, daí a estratégia da linguagem “*telegráfica*”, mas também à persuasão do público-alvo no sentido de comprar o item anunciado. O emprego de expressões como “*bom estado*”, “*excelente funcionamento*” e similares está a serviço do segundo objetivo.

• Segunda etapa

É na segunda etapa – a da veiculação da mensagem – que se situa o *corpus* analisado. Nela, a comunicação é monolocutiva, escrita e não presencial. O sujeito comunicante, que na primeira etapa é um anunciante individual, na segunda passa a ser a própria empresa jornalística, que funciona como canal entre vendedor e comprador, tornando possível o acesso ao comprador/vendedor potencial, por parte do anunciante, que geralmente deseja vender um produto ou serviço, mas há casos em que ele se oferece para comprar.

Outra diferença entre as duas primeiras etapas é que vários textos da primeira passam a constituir um único na segunda. No caderno de “*Informática*”

do número citado na amostra de *corpus*, por exemplo, lê-se, na página 1, a palavra “Venda”, no alto, como um título, e, abaixo dela, mais de cem anúncios, nem todos gratuitos, dos quais reproduzimos abaixo uma pequena amostra, para dar uma idéia da estrutura do conjunto:

• **Venda:**

- *386 com Windows 95, R\$ 150,00. T.3899-0745.*
- *486 com 8Mb, Hd 200Mb, floppy, teclado, mause [sic!], monitor. R\$ 170,00 T.3463-2949.*
- *AGENDA eletrônica. Casio, digital, modelo S/F 2000-W, grava 130 números de telefones, calculadora, nova, R\$ 40,00. T.2651-5634.*

ETC.

O jornal, por meio de variados recursos, procura construir uma imagem positiva de si mesmo como sujeito enunciador, a saber, a de um órgão de imprensa confiável, pela exatidão das informações que veicula, além de “generoso” e útil à sociedade, já que publica anúncios gratuitos.

O tu-destinatário na segunda etapa é coletivo, como o destinatário mediato da primeira, contudo é mais geral e vago que aquele, visto que cada anunciante, ao enviar sua mensagem para o jornal, tem em mente um perfil para o vendedor/comprador (sujeito destinatário mediato), ao passo que o jornal, quando veicula as mensagens, visa a um público-alvo numericamente maior e mais heterogêneo e inespecífico, potencialmente interessado em todos os produtos e serviços oferecidos.

Os sujeitos interpretantes (no plural) dos anúncios veiculados são os milhares de leitores de cada texto, não necessariamente de todos os textos do jornal. Não se devem confundir os sujeitos interpretantes dos anúncios com os compradores/vendedores dos produtos e serviços.

• **Terceira etapa**

A terceira etapa – comunicação do interessado com o anunciante por telefone – é oral, interlocutiva, não presencial e dá-se fora do universo do jornal, dela só participando os leitores mais interessados em cada produto ou serviço. Como a comunicação, a esta altura, é interlocutiva, alternam-se os papéis de sujeito comunicante e interpretante, que no caso são o interessado e o anunciante, cada qual procurando construir um eu-enunciador confiável, se

bem que o encontro se dê, muitas vezes, por medida de segurança, na portaria do edifício, quando o anunciante reside em apartamento, o que demonstra que ele se dirige a um tu-destinatário em quem prefere “confiar desconfiando”. Curiosidade: dentro desse mesmo espírito de proteção contra desonestidades, existe, no *site* “bomnegocio.com”, o ícone “Denunciar Anúncio”.

• **Quarta etapa**

Na quarta etapa, a da negociação propriamente dita, a comunicação é interlocutiva, oral e presencial, dela podendo resultar – ou não – o fechamento do negócio. O projeto de comunicação do anunciante só é bem-sucedido quando este, na quarta etapa, consegue vender ou comprar o que se propõe. O êxito do projeto, evidentemente, depende do cumprimento de todas as etapas do processo.

Os sujeitos reais e virtuais da quarta etapa são um subconjunto dos da terceira, constituídos normalmente do anunciante (exceto quando ele delega a outrem a tarefa de negociar), ao qual se somam os mais motivados dentre os que tiverem telefonado. As duas partes, uma vez encontrando-se, alternam-se nos papéis de sujeito comunicante e interpretante, cada um procurando construir uma imagem de confiabilidade (eu-enunciador) para si mesmo, a qual o outro tenderá a não aceitar nem rejeitar. Os interlocutores, enfim, tendem a encarar-se com reservas, avaliando-se mutuamente, o que implica que cada um constrói para o outro um tu-destinatário em observação, pelo menos enquanto não for aprovado no “teste”.

5.1.2 Rituais de abordagem e papéis na comunicação

O ritual de abordagem consiste na inclusão do anúncio no caderno e seção apropriados, sob os respectivos títulos e subtítulos, de modo que o leitor possa consultar a parte do jornal adequada à sua busca. O anunciante exerce na comunicação o papel de vendedor (ou o de comprador) e o leitor, o de parceiro em potencial nos negócios de compra e de venda oferecidos. E o jornal desempenha o papel de facilitador, ou de mediador, uma espécie de aliado do anunciante, colaborando com ele em sua estratégia.

5.1.3 O propósito do intercâmbio verbal e suas circunstâncias materiais

O objetivo final do projeto de comunicação do anunciante é vender ou comprar. Na primeira etapa há ainda, além desse objetivo mediato, um outro, imediato, que é o de ser aceito pelo jornal, condição *sine qua* para o cumprimento

das etapas seguintes do processo, sem as quais o fim maior não é atingido. O veículo utilizado, na primeira etapa, como se viu, pode ser o “cupom”, a internet ou o telefone. Na segunda, é o jornal. Na terceira, o telefone. Na quarta, a fala: comunicação oral *in praesentia*.

5.2 Na competência discursiva

A competência discursiva – como já se disse – é a aptidão para elaborar e identificar estratégias, bem como para estabelecer relações intertextuais. Há uma relação intertextual entre o anúncio gratuito e os demais anúncios classificados e, num sentido amplo, entre ele e os textos do domínio discursivo publicitário de modo geral. Merece destaque a forte intertextualidade existente entre o anúncio gratuito e as tabuletas, cartazes e similares, feitos artesanalmente. Por exemplo: “Vendo”, “Vende-se esta casa”, “Alugam-se bicicletas”, “A frete” (em caminhões) etc. Daí o emprego frequente da primeira pessoa do singular, tanto nestes quanto naquele. No fragmento n.º 10, por exemplo, aparece duas vezes a primeira pessoa do singular: “paguei R\$ 4.800,00 quero R\$ 1.500,00”. No n.º 6, ocorre “aceito oferta”. O fato de o sujeito comunicante, tanto num caso como no outro, ser com frequência pessoa física explica o tom amadorístico desse tipo de publicidade, o que, por sua vez, ajuda a entender o uso da primeira pessoa.

Existe intertextualidade também entre os classificados, principalmente os gratuitos, e o gênero textual telegrama, daí a sintaxe “telegráfica” daqueles, motivada pela necessidade de economizar palavras. Embora os telegramas atualmente obedeçam a regras diferentes das tradicionais, no que se refere à contagem das palavras, o contrato de comunicação antigo do gênero ainda faz parte da memória de muitas pessoas. O próprio *site* “bomnegocio.com” mantém a característica da sintaxe “telegráfica”.

O anúncio classificado, gratuito ou não, tende a apelar, predominantemente, para valores pragmáticos, como utilidade, bom estado de conservação, preço acessível etc., ao contrário dos anúncios produzidos por agências de publicidade, que invocam muitas vezes valores estéticos, a serviço dos hedonísticos. Sob esse aspecto, o fragmento 8 (o do “armário antigo francês”) é uma exceção. Em consequência desse pragmatismo, os classificados normalmente não utilizam ficção, enquadrando-se no que Charaudeau, em *Langage et discours*, denomina “efeitos de realidade” (CHARAUDEAU, 1983, p. 95-98), ao contrário do *jingle*, do *outdoor*, do anúncio veiculado pela TV etc., que empregam estrategicamente textos ficcionais e recursos poéticos.

5.3 No nível textual da competência semiolinguística

O nível textual da competência semiolinguística inclui as aptidões para: (1) planejar o texto; (2) estruturá-lo dentro de um ou mais dos modos de organização discursiva; (3) utilizar mecanismos de coesão; (4) lidar com os signos não verbais, quando interagem com os verbais (aptidão semiótica) – cf. OLIVEIRA, 2003, p. 47. Passa-se, pois, a examinar como os textos do *corpus* se comportam, sob esses aspectos.

5.3.1 Planejamento do texto: a superestrutura do anúncio classificado gratuito

O texto publicitário tem, segundo Charaudeau, a seguinte estrutura: Se você adquirir o produto P, obterá o resultado R, que corresponde à sua busca B – cf. CHARAUDEAU, 1983, p. 122-126 e MONNERAT, 2003, p. 22. Aplicando essa fórmula ao fragmento 9 – “*Armário duplex, 4 portas grandes, 6 portas pequenas, 3 gavetas, aglomerado, R\$ 60,00. T.9154-8529. Recreio.*” – temos: Se você adquirir o armário descrito (P), obterá como resultado (R) a satisfação de suas necessidades (B). Aplicando-a ao fragmento 1 – “*386 com Windows 95, R\$ 150,00. T.3899-0745*” – temos: Se você adquirir o computador 386 descrito, obterá como resultado (R) a posse desse equipamento (P), que lhe será útil (B).

Passa-se agora a examinar, na etapa da publicação da mensagem no caderno apropriado, como essa “fórmula” (que se aplica não apenas ao classificado gratuito, mas à publicidade de modo geral) se traduz, na linearidade do texto, em “construções composicionais” concretas. Cabe ao jornal a organização das informações, colocando cada uma no respectivo caderno ou seção, tendo estes, por sua vez, sua própria estrutura, que consiste no emprego de títulos e subtítulos, destinados a classificar as informações.

O jornal transforma, portanto, um conjunto de anúncios, que são de início os textos autônomos dos anunciantes, num único texto, em que vários anúncios passam a subordinar-se ao mesmo título – “Venda”, por exemplo. Isso muda o perfil do sujeito destinatário, que NÃO pode ser o mesmo para a mensagem isolada e para o texto maior que a contém.

Usar-se-á o termo anúncio para designar o fragmento correspondente a cada produto ou serviço e texto para o conjunto dos anúncios – entendido o termo como acabamos de defini-lo – subordinado ao mesmo título, como neste exemplo:

Venda:

- *386 com Windows 95, R\$ 150,00. T.3899-0745*
- *486 com 8Mb, Hd 200Mb, floppy, teclado, mouse [sic!], monitor. R\$ 170,00 T.3463-2949. T.3463-2949.*

[ETC.]

Cada um dos anúncios é constituído de três partes essenciais: (1.^a) descrição do produto, (2.^a) preço, (3.^a) telefone para contacto, como nos exemplos acima, em que “*T.*” significa “telefone”. Há, às vezes, além desses constituintes obrigatórios, elementos estruturalmente facultativos, como “aceito oferta” no fragmento 4, ou “Recreio” no fragmento 9. Na descrição do produto são recorrentes expressões melhorativas como “bom” (“perfeito”/“ótimo”/“excelente”) “estado”, ou ainda “bom” (“perfeito”/“ótimo”/“excelente”) “funcionamento”.

5.3.2 Mecanismos de coesão

Um tipo de coesão sempre presente no texto maior, aquele subordinado a um título, é a coesão recorrencial, já que cada anúncio tem sempre os constituintes descrição, preço e telefone, o que gera uma recorrência ao mesmo tempo de sentidos e de estruturas sintáticas. No interior de cada anúncio, constituído geralmente de uma única frase, o processo de coesão, ao contrário, é muito pobre, já que a coesão é um mecanismo transfrástico, restando-lhe pouco espaço nos limites da sentença. Em todo caso, há algumas ocorrências de mecanismos coesivos em orações complexas, principalmente da elipse, talvez por ser o mais econômico dos recursos coesivos. Por exemplo: estão elípticos no fragmento 10 os sintagmas “por ele” e “nele”:

“Bar mogno, espelhado, iluminado, para sala grande, paguei [por ele] R\$ 4.800,00 quero [nele] R\$ 1.500,00 motivo mudança. T.3393-8020.”

5.3.3 Os modos de organização do discurso e o classificado gratuito

A natureza obrigatória da fórmula descrição, preço, telefone faz do descritivo o modo de organização do discurso predominante no *corpus*. Apesar de a descrição estar aí a serviço da persuasão, não se trata do modo argumentativo de organização do discurso, cujo traço característico é a presença de argumentos explícitos, de modo que a simples menção de atributos positivos, como “perfeito

estado”, “excelente estado”, “bom funcionamento” etc. não chega a constituir argumentação propriamente dita, apesar de conter algum grau, às vezes mesmo elevado, de argumentatividade, o que não é a mesma coisa – sobre isso ver CHARAUDEAU, 1992, p. 779-838.

Na verdade, a relação tese-argumento se materializa na linearidade do texto sob a forma de assertivas entre as quais existam ou possam subentender-se conectivos conclusivos ou explicativos. Aqueles, quando a sequência é ARGUMENTO-TESE e estes, quando a ordem é TESE-ARGUMENTO – cf. OLIVEIRA, *In*: GÄRTNER, Eberhard *et al.* (Eds.), 2000, p. 173-190.

Trata-se, pois, de uma descrição “tendenciosa”, de finalidade persuasiva, mas não, a rigor, de argumentação. Charaudeau, em resposta à postulação da semântica argumentativa de que, em maior ou menor grau, todo texto seria argumentativo, afirma que o que todo sujeito comunicante pretende é, de alguma forma, trazer o destinatário para seu universo discursivo, o que pode conseguir por meio da argumentação, como acabamos de defini-la, ou por outros meios, verbais e não verbais (CHARAUDEAU, 1996).

No *corpus* analisado, essa “tendenciosidade” se manifesta ora por meio das já mencionadas expressões “perfeito estado”, “excelente estado”, “bom funcionamento” e similares, que contêm itens lexicais meliorativos, ora pela seleção dos atributos do objeto, como em “*armário antigo francês*” (fragmento 8); “*armário duplex, 4 portas grandes, 6 portas pequenas, 3 gavetas, aglomerado*” (fragmento 9). Às vezes o anunciante narra, embora esse procedimento não seja muito frequente. É o que ocorre no fragmento 10, subordinado ao título “Móveis”: “*Bar mogno, espelhado, iluminado, para sala grande, paguei R\$ 4.800,00 quero R\$ 1.500,00 motivo mudança. T.3393-8020.*”

A sequência inicial – “*Bar mogno, espelhado, iluminado, para sala grande*” – se encontra no modo descritivo. Já a seguinte – “*paguei R\$ 4.800,00 quero R\$ 1.500,00 motivo mudança*” – encontra-se no narrativo, pondo-se ambas a serviço da persuasão. Se paguei determinada quantia e peço outra muito menor, então a mercadoria está num bom preço, mas, como preço baixo é semioticamente ambivalente, podendo significar economia ou má qualidade, foi necessário explicitar a causa do rebaixamento do preço (“*motivo mudança*”), sequência que continua no modo narrativo.

Causalidade (*strito sensu*) é uma categoria mais típica da narração e da exposição que da argumentação, nesta só sendo utilizada estrategicamente,

como índice de racionalidade, para construir uma imagem confiável do sujeito enunciativo. A argumentação tem de aparentar um compromisso com a as categorias da lógica, e causalidade é uma delas. A exposição utiliza com frequência essa categoria, numa visão generalizante, a serviço do ato de analisar. A causalidade particularizante costuma associar-se à narração (cf. OLIVEIRA, 2007, p. 85-86).

5.3.4 Aspectos semióticos

A aptidão semiótica, como é entendida aqui, é a habilidade: **(a)** para utilizar e perceber inferências; **(b)** para identificar iconicidade nos signos verbais; **(c)** para interpretar adequadamente gravuras, fotos, gráficos e similares, quando interagem com o texto escrito; **(d)** para utilizar e decodificar gestos, expressões fisionômicas etc. na comunicação oral *in prasentia*.

(a) Inferências

O recurso semiótico mais frequente no processo discursivo em que se inserem os anúncios gratuitos são as inferências. No fragmento n.º 5, por exemplo, se a cama é “de ferro”, infere-se que é resistente; no n.º 7, se a máquina é “Brastemp”, então é boa (o anunciante estabelece uma relação intertextual com um conhecido anúncio veiculado pela televisão, que procura criar artificialmente uma espécie de *topos* nesse sentido); no n.º 8, se o armário é “antigo” e “francês”, então interessa a quem coleciona ou aprecia antiguidades e tem as virtudes que o imaginário brasileiro atribui a tudo o que é francês; no n.º 10, se o anunciante comprou aquele bar de mogno por R\$ 4.800,00 e o vende por R\$ 1.500,00, infere-se que o preço está abaixo do mercado, proporcionando ao comprador uma grande economia e da expressão “motivo mudança” se infere que a motivação para um preço tão baixo não é um possível defeito do objeto. Note-se que se trata sempre de inferências destinadas a ressaltar a boa qualidade do objeto oferecido.

(b) Iconicidade dos signos verbais

Recursos fonostilísticos – Não é muito comum em classificados a exploração da iconicidade dos signos verbais (por exemplo: dos chamados signos motivados). Recursos fonostilísticos desse tipo são próprios da poesia e deles se utiliza também a publicidade produzida em agências, mas não a do anúncio classificado.

Ordem das orações como significante para a ordem dos fatos narrados – O tipo de iconicidade que pudemos registrar no *corpus*, ainda que esporadicamente, foi o relato de fatos, em algumas sequências narrativas, em ordem cronológica, funcionando a ordem das orações como significante para a ordem dos acontecimentos relatados, como em “*paguei R\$ 4.800,00 quero R\$ 1.500,00*” (fragmento 10).

(c) Gravuras, fotos, gráficos etc.

A utilização de imagens no anúncio gratuito do jornal “Balcão” simplesmente não é possível, por motivos econômicos, de modo que não há o que dizer sobre tal item na descrição desse gênero. Já no *site* “*bomnegocio.com*”, são veiculadas fotos dos objetos à venda, para que os compradores potenciais tenham uma ideia do que estarão comprando.

(d) Gestos, expressões fisionômicas etc. na comunicação oral

Gestos, expressões fisionômicas e outros recursos semióticos não verbais, próprios da comunicação oral presencial, vão ocorrer na quarta etapa, a da negociação *in praesentia*.

5.4 No nível lexical da competência semiolinguística

O anúncio classificado, gratuito ou não, enquadra-se no que Charaudeau, em *Langage et discours*, denomina “cena do real”, levando a um predomínio da referencialidade (CHARAUDEAU, 1983, p. 95-98). Faz parte do contrato de comunicação desse gênero, por conseguinte, um compromisso com os valores aléticos e os pragmáticos. O cumprimento dessa “cláusula” contratual, por sua vez, contribui para a construção de uma imagem de confiabilidade para o sujeito enunciador. Em função disso, as escolhas lexicais revelam conhecimento do produto ou serviço oferecido.

O léxico, nos classificados, tende, por isso, a ser preciso, caracterizando-se pelo emprego de termos especializados, como “386” (“três-oito-meia”), “*Windows*”, “*Megabyte*” (abreviado “*Mb*”), “*hard-disk*” (abreviado “*Hd*”), “*duplex*”, “*aglomerado*”, “*mogno*” etc., produzindo um efeito de objetividade e de profissionalismo, que um léxico mais leigo não produziria.

5.5 No nível gramatical da competência semiolinguística

No *corpus* analisado, quatro características gramaticais merecem destaque: **(a)** a já mencionada sintaxe “telegráfica”; **(b)** a omissão frequente

de sinais de pontuação; (c) a pouca ocorrência de verbos; (d) o uso frequente da primeira pessoa do singular, nos casos esporádicos em que ocorrem verbos.

5.5.1 Sintaxe “telegráfica”

A omissão de constituintes da oração, nesse gênero, como no telegrama, gera estruturas frásticas um tanto atípicas, que em linguística gerativa seriam consideradas – não sem motivo – “agramaticais”. Por exemplo: a ausência da preposição em “*Máquina [de] cortar cabelo*” (fragmento 6) e “*Cama de casal, [de] ferro*” (fragmento 11).

Na verdade, a gramaticalidade – como a entende a linguística gerativa – muitas vezes não é condição suficiente nem necessária para o êxito de um projeto de comunicação, embora o estudo do sistema da língua seja relevante, sob esse aspecto, primeiro, porque normalmente a gramaticalidade é necessária a esse êxito (os casos de agramaticalidade aceitável são excepcionais); segundo, porque só somos capazes de nos desviarmos estrategicamente de nossa gramática internalizada porque a internalizamos.

Chega-se, pois, à conclusão de que existe algo em comum entre a sintaxe “telegráfica” e os chamados “desvios estilísticos”, ou “licenças poéticas”, a saber, trata-se, em ambos os casos, de infração comunicacionalmente benéfica.

5.5.2 Omissão frequente de sinais de pontuação

Nota-se no *corpus* uma tendência para eliminar sinais de pontuação, a ponto de não se empregarem às vezes nem os considerados obrigatórios. Na sequência “*paguei R\$ 4.800,00 quero R\$ 1.500,00 motivo mudança*”, do fragmento 10, por exemplo, não há vírgula antes de “quero”, nem qualquer sinal pontuatório antes de “motivo” ou de “mudança”. Corresponderia essa tendência a uma atitude geral de economia de palavras e de caracteres, que levaria a eliminar vírgulas e pontos, tanto quanto preposições e outros monossílabos? Ou ela resulta de uma possível crença (falsa), por parte de alguns anunciantes, de que vírgulas e pontos seriam contados como palavras? Ou seria um recurso de diagramação, utilizado para limitar determinadas seqüências ao espaço de uma linha? Seja por que razão for, o fato é que se observa nesse gênero textual uma tendência a omitir sinais de pontuação,

5.5.3 Poucos verbos

Na maioria dos anúncios se observa a ausência de verbos. O verbo mais frequente que se esperaria seria *vender*, já que a maioria das mensagens visa a

vendas. No anúncio, no entanto, não há necessidade de se escrever, digamos, “Vendo 386 com Windows 95...”, “Vendo cama de solteiro branca, de ferro...”, “Vendo máquina cortar cabelo...” etc., porque o jornal se encarrega de usar o deverbal “venda” como título ou subtítulo, abrangendo todo um conjunto de anúncios.

5.5.4 A primeira pessoa do singular

Nota-se, nos poucos anúncios que contêm verbos, o uso frequente da primeira pessoa do singular, marca linguística de um enunciador individual (pessoa física), que produz um efeito de amadorismo e aproxima esse gênero, como já se disse, de uma publicidade não profissional: tabuletas, faixas, cartazes etc.

Considerações finais

O anúncio classificado é um gênero textual e pode-se dizer que sua variante gratuita apresenta “conteúdo temático”, “estilo” e “construção composicional” próprios, ou seja, tem um contrato de comunicação específico. O “conteúdo temático” do anúncio gratuito está ligado ao universo da compra e venda de produtos e serviços. Seu “estilo” – entendido como escolhas feitas no sistema da língua – caracteriza-se (cf. 6.4 e 6.5) por uma sintaxe “telegráfica”, pela omissão de sinais de pontuação, pela baixa ocorrência de verbos, pelo uso frequente da primeira pessoa do singular e pelo emprego de um léxico especializado. Sua “construção composicional” (estrutura textual) – cf. 6.3.1 – caracteriza-se pela subordinação de vários anúncios a um mesmo título, o que faz do conjunto um único texto, no qual cada anúncio individual obedece à estrutura descrição do produto, preço, telefone (nesta ordem), podendo incluir componentes opcionais.

O contrato de comunicação desse subgênero inclui exigências como a de enquadrar-se na temática, na “construção composicional” e no “estilo” acima descritos, entendidos da seguinte maneira: a temática, como um conjunto de *frames* aceitáveis dentro do contrato de comunicação do subgênero; a “construção composicional”, como a superestrutura desse subgênero, que por sua vez está ligada à competência semiolinguística no nível textual; e o estilo, como o conjunto de restrições “contratuais” ligadas aos níveis lexical e gramatical da competência semiolinguística.

E inclui “liberdades” como a de acrescentar constituintes opcionais à macroestrutura, a de optar por um tema dentre os “contratualmente” permitidos,

como informática, eletrodomésticos, móveis, imóveis etc., ou a de usar ou não a vírgula, os dois-pontos, os verbos ou ainda a de omitir ou não certos monossílabos, optando por uma sintaxe mais ou menos telegráfica.

Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da língua portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Academia Real da Sciencias, 1881.

LES CARNETS du Cediscor. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1994. p. 315-325.

CHARAUDEAU, Patrick. À propos des débats médiatiques: l'analyse de discours des situations d'interlocution. *Psychologie Française*, Paris, v. 38, n. 2, p. 111-123, 1993.

CHARAUDEAU, Patrick. Catégories de langue, catégories de discours et contrat de communication. In:

CHARAUDEAU, Patrick. De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*. Caracas, v. 1, n. 1, p. 7-22, ago. 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours: éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique)*. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. *Le contrat de communication de l'information médiatique: la spécificité de l'information télévisée*. Conferência proferida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em novembro de 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

GÄRTNER, Eberhard et al. (Ed.) *Estudos de linguística textual do português*. Frankfurt: TFM, 2000.

HENRIQUES, Cláudio Cezar; SIMÕES, Darcília (Org.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Europa, 2004.

MARTINS, Beatriz Pelosi. *Um estudo sobre a criação publicitária: análise de dois gêneros de discurso: 'briefing' e publicidade*. 2004. 117 f. Dissertação (Mestrado em Linguística)-Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. *A publicidade pelo avesso*. Niterói: EdUFF, 2003.

OLIVEIRA, Ieda de. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

VALENTE, André (Org.). *Língua portuguesa e identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro: Caetés: 2007.

“Porque sou feito de todas as coisas”: paisagem e memória em Mia Couto

“Because I am made all things”: landscape and memory in Mia Couto

Renata de Azevedo Ribeiro¹

Maria Leticia Mazzucchi Ferreira²

Resumo

Nesse artigo buscamos relacionar memória, tradição e paisagem em Mia Couto, fazendo para tanto um estudo de algumas de suas obras impressas no Brasil. Considerado um dos grandes expoentes da literatura dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o autor expressa elementos da tradição e do cenário moçambicano do período pós-colonial, sendo o tema da memória um eixo sobre o qual se articula essa literatura.

Palavras-chave: Mia Couto. Memória. Paisagem cultural. Tradição.

Abstract

In this paper we seek to create a connection between memory, tradition and landscape at Mia Couto, creating, for this purpose, a study of some of her printed works in Brazil. Regarded as one of the greatest exponents in the literature of the Portuguese-official language African countries, the author express elements of the Mozambican tradition and scenery at the post-colonial period, being the memory theme an axis on which this literature articulates itself.

Keywords: Mia Couto. Memory. Cultural landscape. Tradition.

Naquele lugar, a guerra tinha morto a estrada. Pelos caminhos só as hienas se arrastavam, focinhando entre cinzas e poeiras. A paisagem se mestiçara de tristezas nunca vistas, em cores que se pegavam à boca. Eram cores sujas, tão sujas que tinham perdido toda a leveza, esquecidas da ousadia de levantar asas pelo azul. Aqui, o céu se tornara impossível. E os vivos se acostumaram ao chão, em resignada aprendizagem da morte. (COUTO, 2007, p.9)

¹ Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas, professora do Colégio Municipal Pelotense e orientadora da especialização Mídias na Educação IFSul-RS.

² Professora Associada do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em História pela PUCRS. leticiamazzucchi@gmail.com Rua General Argolo, 365 apt. 301, CEP 96015-160, Pelotas, RS.

Introdução

Nesse artigo, buscamos relacionar memória, tradição e paisagem em Mia Couto, fazendo para tanto um estudo de algumas de suas obras já impressas no Brasil. Visto como um dos maiores representantes da literatura africana, laureado com inúmeras distinções e premiações, Mia Couto tem sua obra difundida em vários lugares do mundo, cruzando o continente africano em direção a uma literatura que se pretende africana e universal ao mesmo tempo.

A literatura africana é, antes de tudo, a revelação para o mundo de outros universos simbólicos expressos em língua portuguesa. Os PALOP — Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa — apresentam na literatura um importante meio de disseminação de suas realidades nacionais e valores culturais muitas vezes desconhecidos do ocidente contemporâneo. Autores como Mia Couto, José Craveirinha, Paulina Chiziane, Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (Pepetela), José Eduardo Agualusa, José Luandino, Ndalú de Almeida (Ondjaki), os três primeiros de Moçambique e os demais de Angola, são exemplos desta importante insurgência literária de países em reconstrução.

Fazem parte dos PALOP os países Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. Neste artigo, serão analisados aspectos da produção do escritor moçambicano Mia Couto, destacado por ser atualmente o maior expoente literário de seu país. A relação com Moçambique, visceral e estruturante, se apresenta como eixo articulador de sua literatura que busca ir além do engajamento político, usando palavras e contextos como cenários de uma língua e país que se inventa-reinventa a todo o momento. Tal como ele mesmo diz,

Nasci e cresci numa pequena cidade colonial, num mundo que já morreu. Desde cedo, aprendi que devia viver contra o meu próprio tempo. A realidade colonial estava ali, no quotidiano, arrumando os homens pela raça, empurrando os africanos para além dos subúrbios. Eu mesmo, privilegiado pela minha cor da pele, era tido como um “branco de segunda categoria”. Todos os dias me confrontava com a humilhação dos negros descalços e obrigados a sentarem-se no banco de trás dos autocarros, no banco de trás da Vida. Na minha casa vivíamos paredes-meias com o medo, perante a ameaça de prisão que pesava sobre o meu pai que era jornalista e nos ensinava a não baixar os olhos perante a injustiça. A independência nacional era para mim

o final desse universo de injustiças. Foi por isso que abracei a causa revolucionária como se fosse uma predestinação. Cedo me tornei um membro da Frente de Libertação de Moçambique e a minha vida foi, durante um tempo, guiada por um sentimento épico de estarmos criando uma sociedade nova (COUTO, 2005, p.2).

O registro da literatura africana não é só o registro de uma narrativa, mas de uma pluralidade de vozes que não costumam ser uníssonas. Esta pluralidade sugere o questionamento de que falar sobre uma identidade continental seria um equívoco, como também pensar na existência de uma identidade unificadora desses países no pós-colonialismo. Nesta literatura, a memória é como uma bússola que mostra o caminho a seguir e, em particular na obra de Mia Couto, aparece como elemento articulador entre homens, cenários e tempo. A construção narrativa revela as paisagens da memória que povoam o universo do autor no momento da criação literária, paisagens essas que se refletem como mosaicos de tempos sobrepostos, rigidos pelo presente da evocação.

Nascido em 1955 na cidade de Beira, Mia Couto faz parte de uma geração de intelectuais e políticos engajados na luta pela independência. Entretanto, desde os seus primeiros textos, buscou distanciar-se do que seria uma literatura militante para construir um estilo pessoal de escrita em que a ficção e o lirismo fazem referência a outros universos nos quais memória e tradição constituem-se como pano de fundo (BIDAULT, 2008).

Mia Couto é um dos escritores africanos mais reconhecidos internacionalmente, tendo recebido importantes distinções como o prêmio Vergílio Ferreira pelo conjunto da sua obra em 1999; prêmio Mário António, pelo livro *O último voo do flamingo*, em 2001; prêmio União Latina de Literaturas Românicas, em 2007, e prêmio Passo Fundo Zaffari e Bourbon de Literatura, na Jornada Nacional de Literatura, pelo romance *O outro pé da Sereia*, em 2007. Em 2009, no Festival de Teatro da Língua Portuguesa (Festlip), que acontece no Rio de Janeiro, o homenageado do ano foi o escritor moçambicano, que recebeu o Troféu Festlip.

A influência de escritores brasileiros como Guimarães Rosa, se manifesta na obra de Mia Couto, conferindo-lhe elementos não apenas de estilo narrativo como perspectivas de abordagem do real imaginado:

Guimarães Rosa marcou muito, mas principalmente pelo que ele tem de carga poética quando ele elabora os seus textos.

E aquilo que ele faz inventando um sertão que só existe na literatura, não existe na geografia, é da ordem da própria linguagem, constrói um lugar na sua própria linguagem, isso parecia vital no caso de Moçambique, quando nós estávamos confrontados com uma espécie de ameaça da modernização, de perdermos a característica própria, perdermos nome, perdermos rosto. Ali estava uma maneira de conseguirmos dar a volta a essa grande ameaça (COUTO apud BORGES, 2009).

Na obra intitulada *Venenos de Deus, remédios do Diabo*, a epígrafe retirada de Mário Quintana sintetiza muito do que está presente na obra de Mia Couto: “A imaginação é a memória que enlouqueceu” (2008, p. 7). Memória, ficção, identidade, três conceitos que se imbricam marcando, cada um a seu tempo, a face do outro.

1 A colonização como trama de fundo da obra literária

Segundo Visentini (2007), a dominação efetiva da Europa, depois de estabelecidas as regras no Congresso de Berlim em 1884, para a partilha da África — reconhecendo a supremacia de potências europeias — deu-se através de conflitos armados. A superioridade em armamentos e meios de locomoção proporcionados pelas novas tecnologias da época fez com que a resistência africana fosse dizimada. A invasão do território africano teve, além da força bruta, a dominação ideológica. A justificativa que legitimava o controle exercido pela metrópole se dava através de um conjunto de ideologias imperialistas que ditavam a eterna supremacia, superioridade e direito de dominação dos europeus, garantindo assim o controle do poder.

Com a estratégia de agrupamento de diferentes tribos em um mesmo local, não respeitando suas diferenças étnico-religiosas, os portugueses potencializaram a fragmentação da identidade desses povos africanos, acentuando ainda mais os conflitos entre tribos rivais, explicando assim o porquê de, no pós-independência, eclodirem violentos conflitos civis internos.

Marcado pela dominação portuguesa, Moçambique, de acordo com Hernandez (2008), iniciou a luta armada contra a colônia em 1964 através da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), em um conflito que se estendeu até 1974, ano em que Portugal, fragilizado internamente, propõe um acordo que transferiria progressivamente os poderes à FRELIMO, o que leva a aceleração do processo de independência oficializado em 25 de junho de 1975.

A obra de Mia Couto está inserida num contexto literário definido como *pós-colonial* o que, de acordo com Thomas Bonnici (1998), surge de uma ilação entre o campo político e o literário e designa as literaturas dos países que passaram por um processo de colonização. A teoria pós-colonial, segundo esse autor, denomina *Colonial* o período pré-independência; *Moderno* ou *recente*, pós independência; *Pós-Colonial*, a cultura influenciada pelo processo imperial desde os primórdios da colonização até os dias de hoje e *Literatura pós-colonial* a produção literária dos povos colonizados, marcada pela rejeição das instituições impostas pelo antigo regime colonial.

A escrita pós-colonial surge com tom de reivindicação, protesto, opondo-se ao regime colonial. Poder-se-ia pensar então que, tão logo obtivessem a independência, os povos teriam uma estética própria no campo literário, novos cânones definidos. No entanto, romper com as raízes imperialistas não é tarefa fácil. Pensar em uma literatura pós-colonial abrange questões que versam desde a língua da qual esta vai servir-se até como se dá a descolonização na literatura.

A língua possui uma relação intrínseca com o colonialismo. Conforme Zamparoni (2009), quando os portugueses se estabelecem em terras colonizadas, como Moçambique, e tornam-se “nativos” se veem privados de tudo o que constituiria cultura, na visão europeia (máquinas, indústrias, arquitetura, ética, língua). Ainda assim, trazem consigo algo de que os nativos verdadeiros são desprovidos: o domínio da língua portuguesa. Desta forma, passam a se ver como portadores de uma positividade, atribuindo aos nativos uma total negatividade. Surge, então, um campo de exclusão linguística dupla: a exclusão das línguas locais (as dos dominados) das esferas de poder e a exclusão dos falantes dessas línguas, ainda que aprendessem a língua dominante, português, estabelecendo-se, então, uma hierarquização racial e linguística em terras coloniais. A violência física faz-se acompanhar da violência simbólica.

A literatura pós-colonial carrega em si a característica de fazer-se entender através da língua do colonizador, a oficial, deixando de utilizar a língua veicular, que se dilui em dialetos tantos que não poderiam dar conta de ser porta voz de uma literatura que ultrapassasse as fronteiras de um povoado, quiçá de um país.

O contexto político, do qual Mia Couto foi participante ativo tendo atuado na luta pela independência, reverbera em sua obra, não como narrativa militante mas como pano de fundo de uma terra à procura de si mesma. Nesse sentido memória e tradição são elementos essenciais que atravessam a narrativa literária da qual a paisagem é cenário e sujeito.

2 Paisagem, memória e tradição: a África de vários mundos

Se o Moçambique imaginado por Mia Couto é o lugar onde tradição, natureza, violência e política se entrecruzam em uma estrutura complexa de tempo e memória que traduz o país em sua (re)construção pós-colonial, a paisagem assume aqui um papel mediador entre o universo mental do autor em sua criação literária e aquele do leitor cuja recepção possibilita a criação de novos lugares a partir de um repertório fornecido pela memória. Essa paisagem, espaço mesmo da inscrição literária e memorial, é a ponte entre o físico (o espaço habitado) e o simbólico das interações e redes que a constroem.

Ora apresentada como um lugar de múltiplos lugares e vozes, por outras como um deserto de silêncios e vazios, a paisagem é o personagem na obra do autor, disputando por vezes o papel central de um universo simbolicamente desenhado. Em sua configuração, estão vivos e mortos, ritos e memória, tradição e ruptura, elementos que denunciam um país transfigurado.

A noção de paisagem traz em si uma realidade tangível e, ao mesmo tempo, de apreciação sensível, podendo ser considerada como “um sistema de significação através do qual o social é reproduzido e transformado (TILLEY, 1994, p. 34)”. O reconhecimento da paisagem é influenciado pelos referenciais culturais, pela posição social que o sujeito ocupa, pelo que a memória fornece como elementos de interpretação. Na obra *A Topografia legendária dos Evangelhos em Terra Santa*, Halbwachs (2008) reconhece na materialidade do espaço a condição de um quadro permanente da lembrança. Nesse livro, o sociólogo mostra como a memória coletiva religiosa se inscreve em lugares que assumem significados para o grupo. A paisagem, formada pelos lugares simbólicos do cristianismo no espaço da Terra Santa, confere estabilidade frente às mudanças que afetam o mundo contemporâneo. Através do espaço, lugar de significação para o grupo que, na concepção de Halbwachs, é gerador e difusor de memórias, alimenta-se a ilusão de que a memória coletiva possa durar, fundando assim uma temporalidade subjetiva (JAISSON, 1999, p. 175).

Na obra de Mia Couto, observa-se que o *corpus* literário do autor é atravessado pela relação dos sujeitos com a terra, com o lugar no qual mitos, sentimentos, passado e presente se interligam e constituem a matéria viva da memória. É na narrativa que paisagem e memória se entrecruzam, combinando elementos memoriais do autor, ele próprio sujeito falante e protagonista, com o do leitor que busca o reconhecimento pela força da imagem descrita, tal como o trecho abaixo:

Estou sentado junto da janela olhando a chuva que cai há três dias. Que saudade me fazia o molhado tintinar do chuveiro. A terra perfumegante semelha a mulher em véspera de carícia. Há quatro anos não chovia assim? De tanto durar, a seca foi emudecendo a nossa miséria. O céu olhava sucessivo falecimento da terra, e em espelho se via morrer. A gente se indagava: será que ainda podemos recomeçar, será que a alegria ainda tem cabimento?

Agora a chuva cai, cantarosa,abençoada. O chão, esse indigente indígena, vai ganhando variedades de belezas. Estou espreitando a rua como se estivesse à janela do meu inteiro país. Enquanto, lá fora, se repletam os charcos a velha Tristezera vai arrumando o quarto. Para tia Tristezera a chuva não é assunto de clima, mas recado dos espíritos. (COUTO, 1996, p. 43)

Nesse excerto do conto *Chuva: a abensonhada*, a paisagem narrada é o elemento central, informando sobre sentimentos e crenças. É ela que traduz o desespero e a esperança, materializada ali pela chuva que cai como um sinal de bênção. Importante ressaltar que Moçambique se torna independente no dia 25 de junho de 1975, entretanto a independência só é comemorada após a chuva, esperado sinal de que os deuses “lavavam” o passado, encerrando o tempo de sofrer.

Também no romance *Terra Sonâmbula*, o narrador desenha nas primeiras páginas o cenário no qual será construído seu enredo:

A estrada que agora se abre a nossos olhos não se entrecruza com outra nenhuma. Está mais deitada que os séculos, suportando sozinha toda a distância. Pelas bermas apodrecem carros incendiados, restos de pilhagens. Na savana em volta, apenas os embondeiros contemplam o mundo a desflorir (COUTO, 2007, p.9).

Nota-se que o cenário não é somente um pano de fundo na narrativa, ele é essencial para que se compreenda o contexto, a realidade vigente e um passado que aspira a não ser esquecido. Uma intrínseca relação entre cenário e memória, matéria sobre a qual se inscrevem tempo e tradição na obra de Mía Couto e que se faz anunciar no hino moçambicano, de sua própria autoria -“Na memória de África e do Mundo”. Moçambique quer-se na memória, individual e coletiva. Essa memória é compreendida aqui como a matriz na qual experiências coletivas se inscrevem, reafirmando a importância de um grupo como elemento gerador do

sentimento de compartilhamento desse passado (CANDAU, 2011). A memória no sentido coletivo seria, portanto, um fio condutor que aproxima o passado que se supõe compartilhado, com o presente que reinterpreta e reconfigura essa presença do passado. Elemento de coesão social (RICOEUR, 2000), a memória se aproxima da imaginação não apenas porque recriamos a experiência pretérita, mas porque é ela, a memória, que nos fornece as bases para a criação de futuros possíveis. Conforme Miller (2007, p. 317), o mecanismo que nos possibilita registrar e evocar lembranças (funcionalmente localizado no hipocampo) é o mesmo que nos possibilita imaginar e desenhar o futuro.

Na obra de Mia Couto, a memória tem na oralidade o grande vetor de transmissão, exemplo do que Joel Candau (2011) define como sociotransmissores, os canais de repasse de memórias comuns. Ao dizer que “eu quero é que me venham com histórias, quero é que me entreguem histórias” (COUTO, 2006), Mia Couto reafirma essa matéria da tradição oral como elemento central de sua criação literária. Nesse processo de transmissão, os velhos ocupam um papel fundamental para o autor, pois são eles que traduzem e retraduzem os elementos da tradição africana, repassando-os às novas gerações. Assim acontece com a figura do velho Tuahir que é quem conduz Muidinga pelos caminhos quando ele perde seus pais na guerra (*Terra Sonâmbula*, 2007). Igualmente é um velho, Dito Mariano, quem conta sua história e as tradições através de cartas comunicando-se com seu neto Marianinho (*Um rio chamado Tempo, uma casa chamada Terra*, 2003). Também o velho combatente Bartolomeu Sozinho mostra a um jovem doutor, Sidônio Rosa, toda trajetória de um povo e sua uma vida de misérias e contradições, em um país devastado pelo conflito (*Venenos de Deus remédios do Diabo*, 2008).

Os registros da tradição moçambicano-africana estão fortemente demonstrados na obra de Mia Couto informando sobre uma religiosidade ancestral que busca sobreviver nos espaços da vida e de tradução do mundo, tal como aparece no trecho abaixo:

Sou o morto. Se eu tivesse cruz ou mármore neles estaria escrito: Ermelindo Mucanga. Mas eu faleci junto com meu nome faz quase duas décadas. Durante anos fui um vivo de patente, gente de autorizada raça. Se vivi com direiteza, desglorifiquei-me foi no falecimento. Me faltou cerimônia e tradição quando me enterraram. Não tive sequer quem me dobrasse os joelhos. A pessoa deve sair do mundo tal igual

como nasceu, enrolada em poupança de tamanho. Os mortos devem ter a discrição de ocupar pouca terra. Mas eu não ganhei acesso a cova pequena. Minha campá estendeu-se por minha inteira dimensão, do extremo à extremidade. Ninguém me abriu as mãos quando meu corpo ainda esfriava. Transitei-me com os punhos fechados, chamando maldição sobre os vivos. E ainda mais: não me viraram o rosto a encarar os montes Nkuluvumba. Nós, os Mucangas, temos obrigações para com os antigamentos. Nossos mortos olham o lugar onde a primeira mulher saltou a lua, arredondada de ventre e alma. [...] Faça parte daqueles que não são lembrados. Mas não ando por aí, pandemoniando os vivos. Aceitei a prisão da cova, me guardei no sossego que compete aos falecidos (COUTO, 2008, p. 9-10).

As tradições aparecem ancoradas nos mais diversos suportes de memória como as cartas que um avô envia para o neto em *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (2003), os relatos orais dos anciãos em *A varanda do frangipani* (2008a), os diários em *Terra sonâmbula* (2007) ou até através de sonhos em *Estórias abensonhadas* (1996):

Vou contar a versão do mundo, razão de brotarmos homens e mulheres. Aproveitei a doença para receber esta sabedoria: o que vou contar me foi passado em sonho pelos antepassados. Não fosse isso eu nunca poderia falar. Sou mulher, preciso de autorização para ter palavra (COUTO, 1996, p. 99).

A presença do ar, da água, do fogo, da terra e de mitos da tradição moçambicana se faz em diversas obras de Mia Couto, revelando uma preocupação crítica tanto em relação à realidade presente, quanto às religiosidades do imaginário ancestral africano. Há em seus livros os elementos primordiais da natureza, os signos e símbolos da água, do fogo e do ar, metonimizadas pela recorrente presença dos pássaros: os flamingos, em *O último voo do flamingo*, o conto *O embondeiro que sonhava pássaros* e em *Cada homem é uma raça*. Essa tradição, referência a um passado inscrito em tempos gloriosos, buscando a afirmação da identidade moçambicana ou a sobrevivência de elementos ancestrais na cultura, como os ritos de natureza religiosa, significam por vezes uma forma de resistência muda frente às práticas discriminatórias e persecutórias do estado pós-independência.

As tradições que se vão apresentando na narrativa de Mia Couto estão longe de uma abordagem conservadora e cristalizante do passado, um passado que permanece, estendendo-se frente ao presente. Ao contrário, o contexto multicultural da Moçambique contemporânea leva a uma constante atualização e reinterpretação das tradições, ratificando o que afirma Gerard Lenclud ao dizer que se podemos pensar a noção de tradição como algo movente no tempo, uma permanência do passado no presente, é nessa força motriz, nessa predisposição para a reprodução que devemos centrar nossas observações e análise (LENCLUD, 1987, p-8). Para o autor, são os critérios contemporâneos que presidem a escolha de tal ou tal elemento do passado, constituindo-se assim menos no que sempre foi (o passado estendendo-se sobre o presente), mas naquilo que fazemos com que ainda seja, através do sentido social que apresenta.

Os africanos inventam novas fórmulas culturais — como a literatura — capazes de permitir a preservação da sua identidade, tradições e mitos, sem, entretanto, recusar a dinâmica da mudança.

Preservar a memória coletiva tem sido nitidamente uma preocupação da literatura desses países nessa busca por reconstrução e reconhecimento. Deste modo, a literatura torna-se um importante suporte, pois nela encontramos referências que remontam às práticas mais remotas, anteriores à colonização portuguesa.

2 As múltiplas vozes da memória

A obra de Mia Couto pode ser identificada como fortemente ancorada em narrativas que têm na oralidade seu viés principal, essas múltiplas vozes de um país e continente marcados por essa tradição. Diz o autor:

A maneira como eu escrevo nasce desta condição de que este é um país dominado pela oralidade, um país que conta histórias através da via da oralidade. E hoje eu me sinto assim, eu não tenho nenhum território, neste aspecto de quando algo me fascina. Por exemplo, eu leio Guimarães Rosa, eu leio 50 vezes a mesma página, porque aquela escrita me atira para fora da escrita, me empurra para fora da página, porque me acendem vozes dos contadores de histórias da minha infância (COUTO, 21 de julho de 2002 Folha de São Paulo).

O uso da oralidade como elemento central na escrita de Mia Couto nos remete a uma África contada pelas tradições e culturas nas quais os conflitos,

as tensões e a relação de alteridade interposta entre os sujeitos encontra, na oralidade, sua melhor expressão e mediação. A palavra contada, que se impunha como elemento de reconhecimento e afirmação, parece ameaçada, tal como afirma Mia Couto, em um mundo pautado por valores externos e por lógicas que presidem a inserção desses países, em particular Moçambique, em um cenário social e econômico internacional:

Tenho por ideia que o encontro entre a oralidade e a escrita é uma das pontes que nos falta para encontrar neste mundo o nosso mundo. Países como Moçambique - em que a oralidade é ainda uma lógica dominante - estão deitando pela porta fora uma possibilidade de encontrar caminhos originais e fazer valer filosofias centradas num outro olhar. A identidade dos personagens de “Terra Sonâmbula” desenha-se nessa linha de fronteira. Mas com algumas inversões: é o menino que conta histórias ao mais velho, o que subverte o estereótipo. Afinal, é esse o desafio: criar um universo em que os meninos possam encantar os mais velhos, criar caminhos em que a inovação possa seduzir o patrimônio de certezas e heranças antigas (COUTO apud FONSECA, 2007).

Na comunicação oral, o suporte da transmissão de memória é a fala. São necessários prioritariamente dois elementos: o narrador e o seu interlocutor. O texto exige compreensão daquele que escuta e boa seleção do código por parte daquele pronuncia. Sem o interlocutor e a compreensão por parte deste, o texto esvazia-se.

A seleção do código utilizado, língua, dialeto, variante coloquial ou culta, faz com que um texto se torne mais ou menos interessante. A função de bem eleger o código e a variante cabe ao emissor. Além disso, pela geral familiaridade que o interlocutor possui com o seu narrador, o discurso pode ser vez em quando interrompido, desviado, truncado, dirigindo mais uma vez o papel de selecionar o que é permitido ou não para quem conta a história. A hegemonização cultural que preside a reconstrução do presente moçambicano, essa tentativa de reconstruir um país unificado, vem levando à dissolução de processos ancestrais de transmissão de conhecimentos, o que Mia Couto define como uma perda de identidades plurais. Assim, diz o autor:

Eu vejo um divórcio, uma certa negação da identidade moçambicana. Esses jovens já não falam as línguas locais.

Isso não pode ser simplesmente condenado. O que eles estão perdendo são pontas... e uma é a língua. O idioma de seus avós era uma das pontas para se ligar com o mundo que está presente. Como tornar isto tudo uma entidade mestiça, dinâmica? Como é que nós podemos aceitar que não temos que ter essa identidade única? Como é que Moçambique pode ser **Moçambiques**? Como é que nós temos que dizer algumas coisas no plural: eu sou de Moçambiques” (COUTO, 2006).

Considerações finais

Os textos orais, que servem como base de sustentação da literatura de Mia Couto, guardam muito das funções explicativas e moralizantes originais. Ao mesmo tempo, essa guarnição das memórias, do contar estórias, está também relacionada às estruturas de poder, pois no Moçambique tradicional a voz que narra é preponderantemente masculina: o pai, o avô. São eles os detentores do saber maior, os escolhidos guardiões da sabedoria ancestral, aqueles que a repassarão no fio das gerações.

Essa tradição oral é socialmente construída e reconhecida, integrada num repertório de normatizações e formas de interpretar o mundo, refletindo valores e respostas a questionamentos essenciais para o grupo que lhes concerne. Na obra de Mia Couto, a tradição se apresenta igualmente como o lugar da memória, um lugar de estabilidade frente aos tensionantes conflitos do presente.

O Moçambique de Mia Couto idealiza é aquele que busca se reconstruir a partir da memória, conflitante e rica, de um país em busca de si próprio. Escolher o que deve ser lembrado e também eleger o que se faz necessário esquecer é o ofício mais precioso deste autor, que sob o filtro do olhar dos seus “velhos” imortaliza através das palavras os ditos populares, as crenças e as tradições.

Referências

AGUALUSA, Eduardo; COUTO, Mia. Entrevista concedida ao Sempre um Papo: BORGES, Afonso, 2009. Disponível em: < http://www.youtube.com/watch?v=bE1EMuh_Tn8>. Acesso em 30 mar. 2011.

BIDAULT, Marie-Françoise. Mia Couto: la vie avant tout. *Études Littéraires Africaines*, Nancy, n. 25, p. 4-8, 2008.

BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós coloniais. *Mimesis*, Bauru, SP, v. 19, p. 7-23, 1998.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

COUTO, Mia. *30 anos de independência: no passado, o futuro era melhor?* 16 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.deza.admin.ch/ressources/resource_es_24839.pdf> Acesso em: 22 mar. 2011.

COUTO, Mia. Entrevista concedida ao Entre Nós. Entrevistadora: Raquel Santos. 2006. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=WYZIAmWFIBY>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

COUTO, Mia. *Estórias abensonhadas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

COUTO, Mia. O prazer quase sensual de contar histórias: entrevista. Entrevistador: Sérgio Fonseca. *O Globo*, 30 jun. 2007, Caderno Prosa & Verso, p. 6.

COUTO, Mia. *Um rio chamado Tempo, uma casa chamada Terra*. São Paulo: Cia das Letras, 2003

COUTO, Mia. *A varanda do Frangipani*. São Paulo: Cia das Letras, 2008a.

COUTO, Mia. *Venenos de Deus remédios do Diabo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008b.

COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *La topographie légendaire des évangiles en Terre Sainte*. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

JAISSON, Marie. Temps et espace chez Maurice Halbwachs (1925-1945). *Sciences Humaines*, Lille, n. 1, p. 163-178, 1991.

LENCLUD, Gerard. La tradition n'est plus ce qu'elle était... Sur la notion de «tradition» et de «société traditionnelle» en ethnologie. *Terrain*, Paris, n. 9, p. 110-123, 1987.

MILLER, Greg et al. Neurobiology: a surprising connection between memory and imagination. *Science*, n. 19, p. 312- 315, 2007.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

TILLEY, Christopher. *A phenomenology of landscape*. London: WBC Bookbinders, 1994. 221 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario; PEREIRA, Analucia Danilevicz. *Breve História da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

ZAMPARONI, Valdemir. Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX. In: GALVES, Charlot; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando (Org.). *África - Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2009. p. 27-56.

Literatura no ensino médio: o desafio de ler Clarice Lispector

Literature at middle school level: the challenge of reading Clarice Lispector

Ana Elisa Prates¹

Resumo

Esta produção é o resultado das discussões do Grupo de Estudos sobre Metodologia de Ensino da Literatura da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no período de 2008 a 2009, tendo por tema o ensino da literatura no nível médio da escola básica. Centrada em correntes da Teoria da Literatura e, em especial, da Estética da Recepção é apresentada uma sequência didática sobre a obra “A hora da estrela” de Clarice Lispector, que pode ser adaptada a diferentes situações de ensino. Compreendendo que o aluno necessita aprender a ler literatura e precisa ser iniciado, assim, a estratégia pedagógica centra-se na leitura da obra acompanhada pelo professor, como também, apresenta caminhos para leitura e reflexão do romance em questão. Além disso, a proposta de aula envolve trabalhos com as demais disciplinas, sem perder a especificidade da área e mantendo a sintonia com o mundo contemporâneo. Desse modo, as sugestões propostas visam auxiliar o professor na tarefa de cativar o aluno para a leitura de Clarice Lispector.

Palavras-chave: Leitura. Metodologia de Ensino. Ensino Médio. Literatura Brasileira e Romance Clarice Lispector.

Abstract

This work is a result of discussions within the study group on the methodology of teaching literature from the literature department at Pontifícia Universidade Católica in Rio Grande do Sul, Brazil, between 2008 and 2009. Its theme is the teaching of literature at secondary school level in state schools. It is based on literature theory material and, in particular, from Reception theory and a sequence of teaching methodologies on the novel “A hora da estrela” (The Hour of the Star) by Clarice Inspector, which can be adapted to various teaching situations. With the understanding that the student needs to learn how to read literature and

¹ Doutoranda em Educação/UNICAMP e mestre em Letras/PUCRS
anaelisaprates@gmail.com

to begin this reading process, the pedagogical strategy focuses on literature in company with the teacher and also presents reading and reflection approaches of the novel in question. In addition, the class proposal involves work from the other subjects without losing the focus of the area and maintaining a synthesis with the modern world. The proposed suggestions, therefore, aim at guiding the teacher in his/her task of captivating the student for the works of Clarice Lispector.

Keywords: Reading. Teaching methodology. Middle school teaching. Brazilian literature and Clarice Lispector's novel.

Se há veracidade nela - e é claro que a história é verdadeira embora inventada – que cada um a reconheça em si mesmo porque todos nós somos um e quem não tem pobreza de dinheiro tem pobreza de espírito ou saudade por lhe faltar coisa mais preciosa que ouro – existe a quem falte o delicado essencial.

Clarice Lispector

Introdução

Como fazer um jovem interessar-se pela obra de Clarice Lispector? Essa é uma questão que, certamente, intriga muitos professores de Literatura do ensino médio. Talvez a resposta esteja não no professor, mas no leitor.

A indagação, elaborada a partir das correntes da Teoria da Literatura, é o ponto de partida para a sugestão de abordagem do texto de Clarice. Parte-se do entendimento de que o professor é o principal mediador² para a formação do leitor e que se deve associar a teoria às práticas pedagógicas, pois, nos dizeres de Zilberman e Silva (1990: 43), “a Literatura pode ser tudo (ou pelo menos muito) ou pode ser nada, dependendo da forma como for colocada e trabalhada em sala de aula”.

Assim, para ser produtiva a leitura dessa obra artística, é necessário estar ciente de que o jovem contemporâneo está envolvido por uma rede cultural de intensa atividade e pluralidade, de alta circulação das informações e do seu consequente consumo fugaz de bens culturais e de um modo de expressão

² Dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 2011/IBOPE/IPL apontam o professor como principal influenciador para leitores a ler.

calcado na imagem. Portanto, é preciso levar em conta esses elementos no momento de aproximação dele com a linguagem literária.

A Estética da Recepção, nesse sentido, pode auxiliar na tarefa de abrir espaço significativo da literatura de Clarisse Lispector na vida do aluno, além dos muros escolares, pois compreende uma relação dinâmica entre autor, obra e leitor, ao considerar o seu universo cultural e expandi-lo, como se refere Jan Robert Jauss (1993, p. 78)

A reconstituição do horizonte de expectativa tal como ele existia no momento de criação e de recepção de uma obra possibilita, para além do mais, pôr questões às quais o texto dava uma resposta, e fazer-nos entender assim como é que o leitor de então o via e compreendia. Esta abordagem permite corrigir a influência, quase sempre inconsciente, das normas de uma concepção clássica ou modernista da arte e dispensar o recurso à noção de um espírito da época, noção que conduz a um círculo vicioso.

Por que ser um leitor de Clarice Lispector? Porque Clarice toca a alma. Toca no mais profundo do ser. A ação de seus romances não está no externo, volta-se para o universo interior das personagens. Ela não leva para outros mundos. Apenas faz revelar o mundo que já existe em nós. É por esse aspecto, o da *revelação interior*, que talvez se possa instigar o jovem a ler Clarice Lispector, pois suas personagens estão em permanente busca de libertação da estreita vida que experimentam. Libertação para romper com as coisas ou com os acontecimentos insólitos do cotidiano, como bem caracteriza o discurso narrativo da autora. As personagens anseiam por saberem quem são e veem o *outro* como um obstáculo, um impedimento à extensão e ao conhecimento de seu próprio ser. Mas, também, certos personagens passam a aceitar a sua existência, a doarem-se mais do que o que pedem para si. Ou seja, o Outro e o Eu fazem parte da mesma existência. Um contido no outro.

A obra de Clarice é interpretada como a expressão de um olhar existencialista do mundo. Em outras palavras, trata do modo de ser do homem no mundo. Essa filosofia da existência busca analisar as situações mais comuns em que se envolve o homem. Sartre foi um dos filósofos de maior expressão do pensamento existencialista (RUSSEL, 2003). Na perspectiva do pensamento dele, a vida é uma ação na qual o indivíduo é, ao mesmo tempo, autor e ator. Chegando ao mundo, encontra tudo pronto, organizado. Nasce, portanto, uma

fervorosa luta de adaptação e de procura de um lugar para si. Portanto, a filosofia da existência investiga a condição em termos de possibilidade, porque somente o ser humano possui o poder de fazer sua existência. Nesse pensamento filosófico não existem vínculos com a tradição e os acontecimentos passados da vida de um indivíduo. Melhor dizendo, em cada nova determinação para a vida de um indivíduo exige-se uma entrega total sem recorrer à tradição ou a acontecimentos anteriores, enfrentando o mundo tal como ele é.

Os preceitos existencialistas talvez possam contribuir para a definição daquilo que é fundamental da obra de Lispector: a compreensão da busca do homem por situar-se neste mundo.

1 A OBRA

A hora da estrela, de 1977, último romance de Clarice Lispector, foi considerada a obra mais social e mais realista da escritora. Questiona os valores da sociedade contemporânea, a importância social do artista nesse contexto da modernidade e a existência humana. Basicamente a narrativa trata da história de uma imigrante nordestina deslocada e desamparada numa metrópole, a cidade do Rio de Janeiro. É por meio de Macabéa, a protagonista retirante alagoana, que conhecemos a pureza de vidas inexpressivas e a pobreza “feia e promíscua”, assim denominada pela autora.

Importante salientar os dois núcleos presentes: a história de Macabéa e as reflexões do narrador. Trata-se de um *romance digressivo*, em que as opiniões e os comentários do narrador fazem parte da narrativa: “Desculpai-me mas vou continuar a falar de mim que sou meu desconhecido, e ao escrever me surpreendo um pouco pois descobri que tenho destino. Quem já não se perguntou: sou um monstro ou isto é ser uma pessoa?” (LISPECTOR, 1998, p.15)

Verifica-se outra quebra do discurso da história, quando o narrador falar de si nessa passagem:

Estou absolutamente cansado de literatura; só a mudez me faz companhia. Se ainda escrevo é porque nada mais tenho a fazer no mundo enquanto espero a morte. A procura da palavra no escuro. O pequeno sucesso me invade e me põe no olho da rua. Eu queria chafurdar no lodo, minha necessidade de baixeza eu mal controlo a necessidade da orgia e do pior gozo absoluto. O

pecado me atrai, o que é proibido me fascina. (LISPECTOR, 1998, p.70)

Numa abordagem metalinguística³, o próprio narrador comenta a sua narrativa: “Se em vez de ponto fosse seguido por reticências o título ficaria aberto a possíveis imaginações vossas, porventura até malsãs e sem piedade” (LISPECTOR, 1998, p.13).

Encontra-se o narrador no monólogo interior⁴, que se constitui no fio condutor da ação. É por meio desse discurso que o leitor fica a par da vida interior do narrador-personagem e de sua necessidade de se encontrar através da escritura da história de Macabéa:

Escrevo porque sou um desesperado e estou cansado, não suporto mais a rotina de me ser e se não fosse a sempre novidade que é escrever, eu me morreria simbolicamente todos os dias. Mas preparado estou para sair discretamente pela saída da porta dos fundos. Experimentei quase tudo, inclusive a paixão e o seu desespero. E agora só queria ter o que eu tivesse sido e não fui. (LISPECTOR, 1998, p.21)

O narrador está presente no relato simples da narrativa e nas palavras das personagens, ou seja, ele tudo sabe (onisciente) e tudo pode (onipotente). Essa passagem exemplifica sua presença:

Diante da súbita ajuda, Macabéa, que nunca se lembrava de pedir, pediu licença ao chefe inventando dor de dente e aceitou o dinheiro emprestado que nem sabia quando ia devolver.

³ A palavra metalinguagem é “formada com o prefixo grego meta, que expressa as ideias de comunidade ou participação, mistura ou intermediação e sucessão, designa a linguagem que se debruça sobre si mesma. Por extensão, diz-se também: metadiscurso, metaliteratura, metapoema e metanarrativa. Mas há um conceito de metalinguagem mais específico e complexo porque envolve um trabalho mais elaborado do código sobre o código. O cinema, os quadrinhos, a propaganda, as artes plásticas e a própria literatura fazem amplo uso dessa função. Assim, quando um escritor escreve um poema e discute o seu próprio fazer poético, explicitando procedimentos utilizados em sua construção, ele está usando a metalinguagem”. CAMARGO; Ivete Lara Walty e CURY; Maria Zilda Ferreira, s.v. ‘Metalinguagem’ Dicionário de Termos Literários, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <<http://www.fcsh.unl.pt/edtl>> (04/02/2009).

⁴ O monólogo interior é uma técnica muito utilizada pelos romancistas contemporâneos. Consiste em captar os conteúdos psíquicos da personagem em estado de confusão, de desordem que eclodem. Chamado também de fluxo de consciência.

Essa audácia lhe deu um inesperado ânimo para audácia maior (explosão): como o dinheiro era emprestado, ela raciocinou tortamente que não era dela e então podia gastá-lo. Assim pela primeira vez na vida tomou um táxi e foi para Olaria. Desconfio que ousou tanto por desespero, embora não soubesse que estava desesperada, é que estava gasta até a última lona, a boca a se colar no chão. (LISPECTOR, 1998, p.71)

Clarice busca privilegiar nesse romance a temática social, revelando as desigualdades expressas por meio do sentimento de solidão e do desamparo a que todos estão sujeitos, questionando também o papel do escritor na sociedade.

No entanto, não deixa de destacar o enigma da vida, as indagações existenciais. É interessante como a autora apresenta as consequências das desigualdades do ponto de vista da estrutura interna do ser humano, revelando-o um ser aniquilado. Põe em evidência esse indivíduo à margem, sem consciência de si e tampouco do mundo em que vive; um mundo no qual todos são vistos como parte de um sistema: produtores ou consumidores, sem identidade coletiva e particular. Ela aborda uma sociedade voltada ao prazer imediato e, portanto, onde tudo é descartável, inclusive as pessoas; uma sociedade que anula as individualidades e a capacidade crítica. Indaga esse mundo padronizado, essa cultura dominante focalizando a reintegração dos humilhados e o processo de introspecção.

2 Presentindo uma Estrela

Para abordar o romance de Clarice Lispector na sala de aula, sugere-se que, inicialmente, o tema da exclusão seja discutido, sem mencionar nem a obra nem a autora, com o propósito de favorecer a associação com fatos conhecidos, informações adquiridas e experiências vividas pelos alunos. Nesse sentido, apresentam-se imagens de indivíduos considerados excluídos pela sociedade. Sugere-se, por exemplo, a exposição de fotos do fotógrafo Sebastião Salgado, encontradas facilmente na internet⁵ ou em obras do autor. Ou, ainda, fotos de jornais, revistas, trechos de filmes, pinturas etc. Os alunos devem

5 <http://www.girafamania.com.br/fotograo-sebastiao-salgado.html>; SALGADO, Sebastião. Trabalhadores. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ser estimulados a observar as imagens, manifestando-se sobre o que sugere a expressão das pessoas, especulando sobre como devem ser as suas vidas, quais as suas dificuldades, sonhos, desejos etc. Encaminha-se, dessa forma, a discussão para a questão da “exclusão”.

Em pequenos grupos, os alunos devem elaborar um parágrafo, dando continuidade à frase: “*Sentir-se excluído é...*”. Em seguida, propõe-se a leitura das produções e inicia-se uma discussão, focando as dificuldades de adaptação de quem vem do mundo rural para o mundo urbano, e o conseqüente sentimento de solidão e exclusão.

Associar a obra literária a outras artes constitui uma ótima estratégia de sensibilização para a leitura. A canção “Admirável Gado Novo”, de Zé Ramalho⁶, é outra opção para introduzir o tema e preparar os alunos para a leitura da obra. A letra da música mostra o homem como parte da engrenagem da sociedade tecnicista, o que pode ser relacionado à personagem Macabéa, de Clarice Lispector. Para essa atividade, sugere-se a audição da música para deixar os sentidos fluírem; seguida de uma segunda audição acompanhada pela leitura da letra da música. Em seguida, propõe-se a análise da letra, relacionando aos temas da solidão no mundo urbano, da exclusão, da tecnologia na sociedade contemporânea. Na medida da possibilidade, sugere-se uma ação interdisciplinar, com o professor de Música⁷.

Da mesma forma, é possível agregar ao trabalho de sensibilização a disciplina de Filosofia, no que se refere ao Existencialismo. Para tanto, propõe-se a análise da frase da própria autora: “Sou tão misteriosa que não me entendo”⁸.

3 Chegou a Hora da Estrela

Finalizada a atividade preparatória para a leitura, apresentam-se, de forma sucinta, algumas informações sobre a obra, tais como: a data de publicação, a trajetória do romance e da autora etc. Em complementação à apresentação,

⁶ No site oficial do cantor www.zeramalho.com.br encontra-se letra e vídeo ou no cd da trilha sonora da novela “O rei do gado”.

⁷ A partir de 2011 é incluída na grade curricular a disciplina Música nas escolas públicas e particulares (lei nº11.769).

⁸ < <http://www.claricelispector.com.br/autobiografia.aspx>>

solicita-se aos alunos que façam uma pesquisa sobre a vida e a obra da autora em livros e/ou internet. Esta pesquisa, entretanto, não deve se reduzir a listas de informações acerca da vida da autora, mas, sim, focalizar aspectos relevantes e/ou curiosos que possam ser relacionados à obra em questão, além de localizar e analisar algumas das frases célebres da autora. Além disso, os alunos devem descobrir obras da autora disponíveis no acervo da biblioteca da escola, do município ou em outras⁹.

Inicia-se, em sala de aula, a leitura do romance, que deve ser intermediada com a apresentação das informações coletadas pelos alunos, de acordo com as relações que puderem ser estabelecidas. Primeiramente, os vários títulos sugeridos pela autora na primeira página do livro devem ser lidos, levantando-se hipóteses sobre o significado da metáfora do título da obra. Na oportunidade, cabe referir a importância desse recurso estilístico na escrita de Clarice Lispector. A dedicatória deve ser lida e analisada em conjunto, especialmente a frase do último parágrafo (LISPECTOR, 1998, p. 10): “Esta história acontece em estado de emergência e de calamidade pública. Trata-se de livro inacabado porque lhe falta a resposta. Resposta esta que espero que alguém no mundo ma dê. Vós?”. Solicita-se a continuação da leitura do livro em casa.

A partir da leitura em andamento, por meio de trechos da narrativa, introduzem-se aspectos acerca do narrador-personagem, além de comentários sobre a forma como a autora constrói a linguagem. Chama-se a atenção para o vocabulário simples e a estrutura das frases curtas, o que permite duas possibilidades de leitura: um superficial; outra profunda. “O rapaz e ela se olharam por entre a chuva e se reconheceram como dois nordestinos, bichos da mesma espécie que se farejam” (LISPECTOR, 1998, p.43). A metáfora, evidentemente, sugere muito além do que o significado literal das palavras desta frase. Os alunos devem aprender a reconhecer esses sentidos. Propõe-se a identificação de outras passagens em que o recurso seja observável.

O tipo de tratamento dispensado à linguagem, a tendência à introspecção - ou seja, o questionamento do ser, o “estar-no-mundo”, a própria pesquisa acerca do ser humano – constituem marcas da literatura modernista da terceira

⁹ A proposta visa a orientar a localização de outras obras da autora para aqueles alunos interessados em conhecê-las.

fase, o que deve ser bem explicitado pelo professor por meio dos elementos que caracterizam o período.

Após, propõe-se a produção de um texto curto, que deve responder à questão: *por que este narrador escreve?* Como essa questão está respondida no texto, pode-se avaliar a compreensão dos alunos. As respostas dos alunos (que podem ser individuais ou em pequenos grupos) são apresentadas oralmente e analisadas. Na oportunidade, devem ser explicitados os processos narrativos utilizados, tais como as digressões do narrador e a metalinguagem do texto.

Para tratar da temática social sugerida pelas ações e reflexões da protagonista da narrativa, propõe-se uma pesquisa em jornais, revistas ou depoimentos de familiares ou de amigos sobre histórias de emigração. Em sala de aula, relacionam-se os dados coletados com o perfil de Macabéa. Se possível, pode-se integrar a disciplina de Geografia para complementar a atividade.

Ao finalizar a leitura do livro, ocorre a exibição do filme¹⁰ **A Hora da Estrela**, da diretora Suzana Amaral (1985). Ao término do filme, inicia-se a discussão com os alunos, relacionando a narrativa do livro e a do filme, no que se refere à transposição dos sentidos sugeridos pelo texto original.

Considerações finais

Sabe-se que a avaliação é um processo contínuo que, no caso da leitura de um romance, deve considerar a leitura propriamente dita, a sua compreensão e interpretação, bem como o reconhecimento dos elementos que caracterizam a composição literária em questão e a vinculam ao período de produção. Para tanto, os trabalhos e as atividades realizados devem oferecer subsídios ao professor.

A partir das discussões em sala de aula e da leitura da obra, sugere-se, ainda, a elaboração de um trabalho com os seguintes temas relacionados à obra: “De que forma o trabalho de escritor pode contribuir para uma sociedade mais inclusiva?”, “A solidão nordestina de Macabéa”, “Que outra vida poderia ter Macabéa?”, ou ainda, “Para os excluídos dos meios urbanos existe solução?”.

¹⁰ O que depende, naturalmente, das condições da escola de oferecer TV e aparelho de leitura de DVD - ou de outros espaços da cidade com esses equipamentos.

Para todas as propostas, possibilita-se a livre forma de expressão, ou seja, os alunos escolhem o meio para a criação. Pode-se optar pela criação de um poema, de um conto, de uma História em Quadrinho, de um jogo eletrônico, de um blog ou ainda, a realização de uma entrevista, um filme, a composição uma música etc.

O crescimento do aluno como leitor literário, como leitor de si e do mundo, deve ser o foco da avaliação da leitura de uma obra com a dimensão humana de *A hora da estrela*.

Referências

CAMARGO, Ivete Lara Walty; CURY, Maria Zilda Ferreira. Metalinguagem. In: CEIA, Carlos (Coord.). *Dicionário de termos literários*. Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/edtl>>. Acesso em: 4 fev. 2009.

A HORA da estrela. Direção de Suzana AMARAL. Intérpretes: Marcélia Cartaxo; José Dumont; Tamara Taxman; Fernanda Montenegro; Denoy de Oliveira; Sônia Guedes; Lisete Negreiros; Cláudia Humberto Maggnani. Local: São Paulo: RAIZ PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS, 1985. 1 DVD (96 min), color.

INSTITUTO PRÓLIVRO. *Pesquisa retratos da leitura no Brasil*. <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=2834>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

JAUSS, Hans Robert. *A literatura como provocação*. Lisboa: Vega, 1993. 140 p.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. 87 p.

LISPECTOR, Clarice. *Autobiografia*. Disponível em: <<http://www.claricelispector.com.br/autobiografia.aspx>>. Acesso em: 4 fev. 2009.

MENDES, Paula. Metáfora. In: CEIA, Carlos (Coord.). *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/edtl>>. Acesso em: 4 fev. 2009.

RUSSEL, Bertrand. *História do pensamento ocidental*. Tradução Laura Alves e Aurélio Rebello. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediour, 2003. 509 p.

RAMALHO, Zé. *Admirável gado novo*. Disponível em: <http://www.zeramalho.com.br/sec_discografia_todas.letras>. Acesso em: 4 fev. 2009.

SALGADO, Sebastião. *Site oficial*. Disponível em: <<http://www.girafamania.com.br/fotografo-sebastiao-salgado.html>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

SALGADO, Sebastião. *Trabalhadores*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. 144 p.

SARTRE, Jean Paul. *Náusea*. 12. ed. Tradução Rita Braga. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ZILBERMAN, Regina; SILVA Ezequiel. *Literatura e pedagogia: ponto e contraponto*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. 58 p.

A construção de sentido na poesia de Ariano Suassuna à luz da teoria da Metáfora Conceitual

The construction of the meaning in Ariano Suassuna's poetry under the theory of Conceptual Metaphor

Hermínia Maria Lima da Silva*

Resumo

Este trabalho, inscrito na linha de pesquisa lexicográfica: tradução e processamento da linguagem, fundamentando-se na Teoria da Metáfora Conceitual, TMC, propõe uma investigação sobre a construção de sentidos no texto poético. Para a realização da análise, utilizam-se como *corpus* oito sonetos da obra *A poesia viva de Ariano Suassuna*. O objetivo é mostrar o modo como se constroem os sentidos das metáforas nos poemas. A análise desse *corpus* revelou que a fonte das metáforas são elementos da paisagem sertaneja e da tragicidade próprios da vida. Parte-se do pressuposto de que as metáforas apresentadas nos sonetos só são possíveis porque existem imagens no mundo concreto que permitem a gestação delas, o que significa dizer que as metáforas são construções discursivas especiais, não convencionais e esteticamente trabalhadas, reveladoras de imagens originárias das experiências do autor no contexto do sertão nordestino. Essa afirmação conduz ao afastamento da visão clássica de metáfora, como mero elemento de adorno linguístico, pautada na concepção aristotélica, e aproxima-se do conceito de metáfora na versão contemporânea, a qual remete a uma visão de cognição experiencialista, que é o cerne da Teoria da Metáfora Conceitual. Dada a grande quantidade de metáforas existentes nos poemas, optamos por analisar apenas as metáforas que dizem respeito à mulher, porque além de analisá-las, queremos investigar se essa imagem de mulher que se materializa nos poemas, se constitui numa imagem de *mulher armorial*, já que o autor dos textos é também autor do movimento e da Teoria da Arte Armorial. É também objetivo desta análise a divulgação da poesia de Ariano Suassuna, porque consideramos que ele popularizou-se pela obra teórica, no campo da estética e pelas obras romanesca e teatral. Entretanto, poucos conhecem o Suassuna poeta. Com essa intenção, a análise respalda-se, principalmente, nos estudos realizados por Lakoff (1987, 1993), Lakoff e Johnson (1980), Lakoff e Turner (1989) e Kövecses (1990, 2002) e Suassuna (1970).

Palavras-chave: Arte armorial. Metáfora conceitual. Regionalismo.

* Professora da Universidade de Fortaleza – Unifor. E-mail: herminialieteratura@gmail.com

Abstract

This work, being a lexicographic research on translation and language processing based on the Theory of the Conceptual Metaphor, conducts a line of investigation into the construction of meaning in a poetic text. This research is based on eight sonnets of the poetic CD “A poesia viva de Ariano Suassuna” (the living poetry of Ariano Suassuna). The corpus-based analyses of this research are eight sonnets of the CD. The aim is to show how the meaning of metaphors is constructed in the poems. The analysis of the corpus revealed that the origin of the metaphors are specific elements of the hard life in the drought ridden rural area called “Sertão” (wilderness in north-eastern Brazil) and the difficulties of life in itself. It can be assumed that the metaphors in the sonnets are only possible because there are real elements which generated and nurtured them. This means that the metaphors are special speech constructions, not conventional or aesthetically refined ones, thus revealing the original images of the author’s experience in the wilderness of Brazil’s northeast. This assumption discards the classical view of the metaphor as a simple linguistic ornament as defined in the Aristotelian conception, and approaches the contemporary concept of a metaphor, which treats it as experiential cognition, the core of the Conceptual Metaphor Theory. Due to the profusion of metaphors in the poems, only the ones relating to women were analyzed. An additional intention was to investigate if the emerging image of the woman in the poems is the one of the Amorial woman, the author being also the initiator of the Armorial movement (academic rescue and valorisation of popular art, crafts, expressions and customs of the Sertão, the rural area in the northeast of Brazil) and art theory. This research also aims to spread the poetry of Ariano Suassuna because he is considered popular based on his theoretical work, on aesthetics and his novels and plays, but scarcely known as a poet. With this intention this research is indorsed mainly by the studies realized by Lakoff (1987,1993), Lakoff e Johnson (1980), Lakoff e Turner (1989) e Kövecses (1990, 2002) e Suassuna (1970).

Keywords: Armorial art. Conceptual metaphor. Regionalism.

Introdução

“Como eu poderia não me misturar com minha obra?...
Eu sou apaixonado demais, e tudo isso sou eu...”

Ariano Suassuna

Para realizarmos esta análise lexicográfica, inicialmente, faremos um breve comentário sobre a Teoria da Metáfora Conceitual; em seguida, apresentaremos o autor e sua obra, realizaremos a análise propriamente dita com

o mapeamento e a classificação das metáforas encontradas nos poemas, para, ao final, apresentaremos as principais constatações nas considerações finais.

A TMC surgiu, oficialmente, no século XX. Mais precisamente em 1985, quando Lakoff, questionou e defendeu tese contrária à teoria clássica aristotélica, no que diz respeito à origem, definição e ocorrências da metáfora. Para melhor entendermos a TMC, devemos nos afastar do conceito tradicional de metáfora como mero adorno linguístico, ou como estrutura linguística elaborada intencionalmente no discurso literário. De acordo com a TMC, devemos conceber a metáfora não como um desvio linguístico ou um adorno figurativo, como pregava a visão tradicional sobre o uso metafórico da linguagem, mas, sim, como um elemento constitutivo dessa linguagem, muitas vezes usado inconscientemente, que ocorre a partir de relações cognitivas estabelecidas entre conceitos, independentemente de estilos ou estéticas. Desse modo, a metáfora não é vista apenas como elemento do texto literário, mas como elemento constitutivo de qualquer discurso humano, inclusive do científico, independente do tema ou da situação. Assim, o estudo da metáfora conceitual se afasta da estilística tradicional e se aproxima da linguística cognitiva.

Segundo, Pelosi *et all* (2008), a TMC pode ser estudada em duas versões: a primeira nos leva aos estudos de Lakoff (1985), já realizados com bases em estudos de Lakoff e Johnson (1980). Nessa tese, Lakoff, defende a ideia de que as metáforas linguísticas são materializações de metáforas cognitivas. Ou seja, antecedendo cada metáfora linguística, temos uma relação cognitiva estabelecida entre conceitos, no plano mental, o que nos leva a concluir que cada metáfora linguística só existe porque, “por trás” dela, temos uma metáfora conceitual. Partindo dessa constatação, Lakoff classifica as metáforas em *orientacionais*, *ontológicas* e *estruturais*, considerando os tipos de relações conceituais estabelecidas pelo nosso cérebro. Assim, ele define as metáforas *orientacionais* como sendo aquelas que resultam das experiências do nosso corpo nas orientações espaciais não metafóricas, como: dentro-fora, frente-atrás, em cima-embaixo etc. Essas orientações geram metáforas cognitivas do tipo: MENOS É PARA BAIXO, MAIS É PARA CIMA. Estas, por sua vez, podem ser evidenciadas em metáforas linguísticas do tipo: *Nossa aceitação no mercado caiu muito neste final de ano*, ou *O número de acidentes no trânsito continua subindo em Fortaleza nos últimos anos*. As metáforas *ontológicas*, como explica Lakoff, “implicam em projetar características de entidade ou substância sobre algo que não tem essas características de maneira inerente”.

(1985, p.51). Entenda-se, aqui, *entidades* como coisas e como seres. São comuns, nesse caso, as ocorrências de personificações, como exemplifica Pelosi *et all* (2008, p.139): A INFLAÇÃO É UM INIMIGO ou A MENTE É UM RECIPIENTE, que dão origem a construções como: *A inflação nos derrotará ou Sua mente está repleta de ideia*. Por fim, as metáforas *estruturais*, como esclarece Lakoff, implicam “estruturas um tipo de experiência ou atividade em termos de um outro tipo de experiência ou atividade” (1985, p.53). Para exemplificá-la, mais uma vez, recorremos a um exemplo citado por Pelosi *et all* (2008, p.140): COMPREENDER É VER. Esta metáfora cognitiva pode ser constatada em frases como as seguintes: *Não estou vendo onde queres chegar com essa explicação*, ou *Vejo essa decisão de outro ponto de vista*.

Na segunda versão apresentada por Pelosi *et all* (2008), há uma reformulação feita por Lakoff e Johnson (1999), com base nos estudos de Grady (1997a, 1997b), em que os linguistas apresentam duas classificações para as metáforas conceituais: *metáforas correlacionais* e *metáforas de semelhança*. As *correlacionais*, segundo Pelosi, são reelaborações das metáforas *orientacionais*, *ontológicas* e *estruturais*. As *metáforas de semelhança*, de acordo com Grady (1997a, 1997b), que repensou essa teoria tendo por base estudos já realizados por Lakoff e Turner (1989), são aquelas que ocorrem, não pela relação estabelecida entre conceitos, mas, sim, entre imagens mentais. As *metáforas de semelhança* ocorrem a partir da relação de similitude, ou mapeamento, que a mente do sujeito estabelece entre essas imagens. Nesse sentido, podemos afirmar que, na literatura, predominam as *metáforas de semelhança*, dada a natureza do texto literário, que é mais fértil a esse tipo de ocorrência. Do mesmo modo que, em outros textos, como o jurídico, o técnico, o clínico ou, os científicos em geral, registramos mais a ocorrências das *metáforas correlacionais*, pela natureza mais conceitual e menos ficcional ou poética desses gêneros textuais. Na nossa análise, adotaremos a classificação de Grady (1997), por considerarmos a *metáfora de semelhança* mais adequada à análise do texto poético.

1 Apresentando o criador e a criação

“Um homem de mil faces”, “um contador de histórias”, “o cabreiro tresmalhado”, “um sertanejo universalizado”, “um intelectual”, “um professor-artista”, “o barão do saber”, “dramaturgo e romancista”, “um guerreiro armorial”, “um criador”. Estas são algumas das expressões que definem Ariano Suassuna, na tentativa de expressar as múltiplas faces do Criador e da sua criação. Essa

pluralidade nos alerta para a constatação de que falar sobre Ariano Suassuna e sua obra é, ao mesmo tempo, um prazer e um perigo. O prazer surge junto ao desejo de investigar e descobrir os muitos veios que o universo imensurável dessa obra nos oferece; perigo, pelo risco de sermos repetitivos, sabendo sobre tudo que já foi dito sobre autor e os vastos gêneros que exercitou: romances; peças de teatro, muitas premiadas e adaptadas para o cinema e a televisão; prefácios e estudos, mais de 40 títulos publicados; ensaios teóricos sobre estética e artes; dois livros de poesia, além de desenhos, pinturas, aulas-espetáculos, críticas e iluminogravuras, entre outros. O nosso objeto de estudo, entretanto, centra-se num CD com poemas dele musicados.

Conhecedores do conteúdo armorial que marca sua obra romanesca, teatral e plástica, veio-nos a curiosidade de verificar se, assim como no romance, nas peças, pinturas e esculturas, sua poesia também se apresentava marcada por esse conteúdo. Além dessa curiosidade, chamou-nos também a atenção uma forte tragicidade que se faz visível em quase todos os poemas do disco.

Desse modo, munidos do *corpus*, provocados por um viés temático, a tragicidade, e instigados pela busca do conteúdo armorial, iniciamos a análise informal dos poemas, amparados pela Teoria da Metáfora Conceitual que nos permitiu fundamentar cientificamente a análise, explorando, com segurança, o que nos atraiu e provocou no conjunto dessa poética: as múltiplas possibilidades de construção de sentido marcadas pela tragicidade recorrente na poesia do autor.

2 O Movimento Armorial

Oficialmente, o Movimento armorial surgiu em 18 de outubro de 1970, com a realização do concerto Três séculos de música nordestina: do Barroco ao Armorial, em Recife – Pernambuco, na Igreja barroca de São Pedro dos Cléricos. Além do conteúdo musical e das discussões teóricas, o evento realizou uma exposição de artes plásticas, pinturas, gravuras e esculturas. A realização do evento foi uma promoção da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), através do departamento de Extensão cultural (DEC) em parceria com o Conselho Federal de Cultura (CFC), sob a liderança de Ariano Suassuna, escritor e dramaturgo, à época, também professor e diretor do Departamento de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco.

A palavra “armorial”, como explicou, em palestra, o próprio Ariano Suassuna, nos remete à palavra “armas”, mas não no sentido bélico do termo. Armas, aqui, compreendidas como brasões, símbolos, elementos representativos de uma determinada cultura, ou seja, como “coleção de brasões, emblemas e bandeiras de um povo.” Ainda importa esclarecer que, além do sentido de arma como elemento ou brasão representativo de uma cultura, torna-se relevante lembrar aqui outro significado da palavra, apresentado por Houaiss (2009), no segundo tópico do verbete “arma”, no qual, o dicionarista aponta mais um significado da palavra, por extensão de sentido: “qualquer argumento que se use, ou que estrategicamente se guarde, para tentar vencer ou ao menos defender-se numa discussão, debate ou disputa verbal.” É também nesse sentido que Ariano Suassuna e seus seguidores elegeram a palavra “armorial” para designar o movimento: a palavra como arma em defesa da cultura popular nordestina. Assim, entendemos que o movimento está essencialmente ligado à defesa dessa cultura, principalmente, na realização dessa defesa através das artes. Desse modo, podemos falar em *arte armorial* como sendo aquela que, produzida por mãos eruditas e em meios acadêmicos, fazem a defesa da cultura popular do Nordeste. No artigo O Movimento Armorial reafirmando as raízes da cultura popular, os autores (COIMBRA et all, 2007, p. 5), discorrendo sobre a origem do Movimento, comentam:

O Movimento Armorial resultou de pesquisas e estudos acerca das manifestações culturais populares como também é possível notar em sua base teórica resquícios da Idade Média, períodos dos feudos e castelos medievais, das cavalhadas e música ao som do clavicórdio e da viola-de-arco do barroco. Ariano Suassuna juntamente com outros músicos de formação clássica começaram a utilizar elementos do folclore nordestino, a exemplo, o bumba-meu-boi, o reisado, o cavalo-marinho, as cantorias, as violas dando a estes uma vertente erudita. Suassuna no curta-metragem “Música Armorial”, dirigido por Ana Paula Campos Lima (2000), diz que quando lançou o movimento que tinha dois objetivos. O primeiro era dinamizar as atividades do Departamento de Extensão Cultural, o segundo era de lutar contra o processo de vulgarização e descaracterização da cultura brasileira. Processo este que estava recebendo um grande impulso nessa época por dois motivos: primeiro a desconfiança que o Regime Militar tinha com relação à cultura popular e em segundo, o Movimento Tropicalista que pretendia

aproximar a cultura popular brasileira das formas da música americana, massificada. Dessa forma, Suassuna deixava claro que o Movimento vinha em oposição a toda e qualquer tipo de “invasão” norte-americana no Brasil. O objetivo era criar um movimento para a valorização e exaltação da cultura nacional.

O Movimento teve três fases: a Experimental, a Romançal e a Arraial. A primeira, de 1970 a 1980, compreende o lançamento e as primeiras realizações importantes do Movimento, como a fundação do Quinteto Armorial e da Orquestra Armorial. A segunda, de 1980 a 1995, marcada pela fundação do Balé Armorial e da Orquestra Romançal Brasileira, depois, Trio Romançal. A terceira, de 1995 em diante, pode ser considerada a mais fértil e também a fase de consolidação. Sobre ela, assim se referem os autores do mesmo artigo citado anteriormente (COIMBRA et all, 2007, p. 8):

A forma de arte nascente que propunha Ariano Suassuna tinha interesse em integrar todas as formas artísticas. Daí o Movimento agregar artes plásticas, pintura, literatura, tapeçaria, dança, arquitetura, escultura, teatro, cinema, gravura e música, que dentro das preocupações do Movimento ocupou um lugar fundamental.

Para exemplificar a atuação do Armorial, podemos citar alguns nomes que bem representam o Movimento: Na pintura e na cerâmica: Francisco Brennand, Miguel dos Santos, Dantas Suassuna, Zélia Suassuna e Romero de Andrade Lima; na escultura: Fernando Lopes da Pas e Arnaldo Barbosa; no cinema: a produção de “A compadecida”; Na música, duas das maiores expressões do Movimento são o multiartista Antônio Nóbrega que se destaca também no canto, na dança e no teatro, e o músico Antônio Madureira. Na dança, é importante destacar dois grupos fundados por Ariano: O Grupo Grial de Dança e o Grupo Arraial Vias de Dança, além de dois espaços também criados por ele para apresentações de grupos populares: O Teatro Arraial e o Espaço Iluminura Zumbi. Por fim, na literatura, produção artística que mais interessa ao nosso fim, podemos citar o romance *A pedra do Reino*, de Ariano Suassuna, como o marco inicial dessa literatura e destacar outros nomes como os dos poetas Ângelo Monteiro, Janice Japiassu, além dos ficcionistas Raimundo Carrero, Maximiliano Campos e o próprio Ariano Suassuna.

Feita esta breve retomada histórica, podemos agora iniciar a análise que busca, como já foi dito, investigar a “armorialidade” trágica que se percebe

nos poemas, à luz da *Teoria da Metáfora Conceitual*. Quando falamos em “armorialidade” nos referimos ao fato de acreditarmos ser esta poesia escrita em forma e linguagem eruditas, marcada pelos traços da cultura popular nordestina que também faz parte da vida do autor. Desse modo, acreditamos que as metáforas encontradas nos poemas não são meros adornos lingüísticos, mas expressões conceituais ligadas a conteúdos mentais e práticas cotidianas dos nordestinos. Após uma leitura mais cuidadosa dos textos, percebemos que o traço armorial se apresentava também e, principalmente, nas metáforas lingüísticas referentes à figura feminina. Assim, sem desmerecer as outras metáforas encontradas nos poemas, centramos a nossa análise em torno das metáforas construídas em torno da imagem de mulher que se materializa nos poemas em estudo. Partimos em busca dessa imagem de mulher-armorial, tentando definir os contornos do seu perfil, através do desvendamento das metáforas. Além disso, a investigação se prolongou tentando entender a origem da tragicidade comum, não só ao conjunto dos poemas, mas também presente nessa imagem de mulher que protagoniza os versos do *corpus* ora em estudo. Tentando resumir o cerne da nossa investigação, propomos os seguintes questionamentos: a mulher que encontramos nos versos de Suassuna pode ser definida como uma “mulher-armorial”? ou: Por que a imagem desta mulher aparece marcada por forte tragicidade? Como entender o processo de construção cognitiva das metáforas que definem essa imagem feminina? O estudo desse processo nos leva para além do valor de mero adorno lingüístico dessas metáforas?

Na tentativa de responder às perguntas agora formuladas, realizaremos esta análise tomando como *corpus* oito poemas que são: *A mulher e o reino*; *O amor e o desejo*; *À onça do sol e à onça da terra*; *A leoa*; *O campo*; *O amor e a morte*; *A moça Caetana* e *A morte*. Definido o *corpus*, partamos agora em busca da *mulher-armorial*, construída através das metáforas conceituais.

3 Analisando o *Corpus*

Iniciaremos agora a análise dos poemas que compõem o *corpus* deste artigo; todos são sonetos, escritos em versos decassílabos, com predominância de rimas cruzadas e intercaladas. Nos oito sonetos, a imagem da mulher é uma recorrência, que ora se aproxima da ideia de vida, ora se aproxima da ideia de morte. Essa imagem de mulher se materializa nos poemas através de elementos típicos da paisagem e da cultura sertanejas, e, em quase todas as ocorrências, revela certa tragicidade. A partir dos títulos, os poemas já anunciam essa temática

que definimos agora: mulher, vida, morte e sertão. Os textos selecionados para a análise são: *A mulher e o reino*, *O amor e o desejo/ À onça do sol e à onça da terra/ A leoa/ O campo/ O amor e a morte/ A moça Caetana/ A morte*.

Mapeamento e classificação das metáforas

Como anunciamos, para a análise das metáforas, adotaremos aqui a classificação de Grady (1997). Tendo como referência essa base conceitual, iniciaremos com a apresentação das metáforas linguísticas em torno da figura da mulher, seguidas do mapeamento das metáforas conceituais que as legitimam. Estaremos, assim, apontando, através das metáforas conceituais, a relação de similitude existente entre as imagens dos *domínios-fontes*, elementos da paisagem sertaneja, e os *domínios-alvos*, as imagens de mulher que se constroem a partir desses *domínios-fontes*. Essa relação de similitude se materializa nas metáforas linguísticas que estão nos poemas. Com essa análise, pretendemos demonstrar que, juntas, essas metáforas compõem uma imagem de *mulher-armorial*, sobre a qual falaremos mais detalhadamente logo em seguida. Verificaremos, depois, as recorrências das imagens a fim de sabermos quais delas são predominantes no conjunto das metáforas dos poemas. Por fim, mapeadas as metáforas conceituais e analisadas as recorrências, concluiremos o nosso estudo, demonstrando, como dissemos há pouco, como o conjunto dessas figuras compõe uma imagem de *mulher armorial*.

Metáforas	Mapeamento das metáforas	
1.	Ó romã	A MULHER É FRUTA
2.	Minha alazã	A MULHER É ANIMAL
3.	Ária em cordas do sol	A MULHER É MÚSICA
4.	Sol da manhã	A MULHER É ASTRO E LUZ
5.	Água das pedras	A MULHER É ÁGUA
6.	Rosa e Belveder	A MULHER É FLOR E PEDRA
7.	Meu candieiro aceso	A MULHER É LUZ
8.	Onça do sonho	A MULHER É ANIMAL
9.	Cisne sertanejo	A MULHER É ANIMAL
10.	Teus peitos são estrelas desplumadas	A MULHER É ASTRO
11.	Dália ruiva aberta ao dardo	A MULHER É FLOR
12.	A Fonte, a rosa, a púrpura, a coroa	A MULHER É FLOR
13.	A Coroa-de-frade, a Rosa-cardo	A MULHER É FLOR

Metáforas	Mapeamento das metáforas
14. Onça castanha	A MULHER É ANIMAL
15. Rubi dos teus peitos chamejantes	A MULHER É LUZ E PEDRA
16. Ventre fulvo	A MULHER É LUZ
17. Ó caravela branca	A MULHER É EMBARCAÇÃO
18. Ó ruivo Pente!	A MULHER É OBJETO
19. Cabeleira aleonada	A MULHER É ANIMAL
20. Tocha de ouro que o sol adiamantina	A MULHER É LUZ
21. capacete fulvo	A MULHER É LUZ
22. romã felina	A MULHER É FRUTA E ANIMAL
23. Beber o crisântemo e seus aromas	A MULHER É FLOR
24. Um sol de ouro	A MULHER É LUZ E ASTRO
25. Fino capitel transfigurado	A MULHER É PEDRA
26. Os montes	A MULHER É PLANTA/PAISAGEM
27. Claro céu alumiado	A MULHER É LUZ
28. Água da fonte	A MULHER É ÁGUA
29. colunas	A MULHER É PEDRA
30. frontal	A MULHER É PEDRA
31. musgo	A MULHER É PLANTA/PAISAGEM
32. campo	A MULHER É PLANTA/PAISAGEM
33. A relva na divisa	A MULHER É PLANTA/PAISAGEM
34. E o pomar	A MULHER É FRUTA
35. Romã fendida e sumarenta	A MULHER É FRUTA
36. Seu rubi vermelho e mal exposto	A MULHER É PEDRA
37. Onça-amarela	A MULHER É ANIMAL
38. Ó corça branca	A MULHER É ANIMAL
39. Ó ruiva leoparda	A MULHER É ANIMAL
40. Os peitos da javarda	A MULHER É ANIMAL
41. E a morte, em trajos pretos e amarelos	A MULHER É A MORTE
42. A moça Caetana	A MULHER É ANIMAL
43. Ela virá, a mulher, aflando as asas	A MULHER É ANIMAL
44. Os dentes de cristal, feitos de brasa	A MULHER É LUZ/FOGO E PEDRA

Analisando o mapeamento agora apresentado, percebemos que, para cada metáfora linguística da mulher, temos uma metáfora conceitual correspondente. Ou seja, há uma correspondência direta de similitude entre as imagens dos

domínios-fontes (imagens da natureza sertaneja nordestina) e dos *domínios-alvos* (imagens metafóricas da mulher). Percebemos também que a figura de mulher que figura nos poemas se define através das imagens de diversos elementos da paisagem sertaneja do Nordeste. Temos, assim, uma mulher poeticamente constituída, ou seja, “feita”, principalmente, pelas imagens de ANIMAIS, PLANTAS, FRUTAS, PEDRAS, FLORES, LUZ, MÚSICA, ÁGUA, ASTRO, EMBARCAÇÃO e FOGO. Podemos observar ainda que todas essas imagens são, quase todas, imagens marcadas por características de cor, forma, constituição e movimento que reforçam a ideia da cena sertaneja. Vejamos, a seguir, os principais exemplos de elementos que constituem essa imagem de mulher.

IMAGEM	OCORRÊNCIAS	ELEMENTOS
ANIMAL	13	Alazã/ cisne/ aleonada/ felina/ corça/ leoparda, javarda, ave, leoa extraviada e onça (quatro vezes)
LUZ	9	Sol da manhã, candieiro aceso, peitos chamejantes, ventre fulvo, tocha de ouro, capacete fulvo, sol adiamantina, claro céu alumiado, dentes feitos de brasa,
PEDRA	7	Belveder, dentes de cristal, rubi, fino capitel transfigurado, rubi vermelho, colunas, frontal.
PLANTA/PAISAGEM	5	relva esmeralda, montes, relva na divisa, musgo, campos,
FRUTA	6	Ó romã, fruto de prata, romã felina, pomar, Romã fendida e sumarenta.
FLOR	4	Rosa, Dália ruiva, Coroa-de-frade, a Rosa-cardo.
ASTRO	3	Sol da manhã, sol, sol de ouro, estrelas desplumadas
EMBARCAÇÃO	1	caravela branca.
FOGO	1	feitos de brasa
MÚSICA	1	Ária em cordas do sol
ÁGUA	1	Água das pedras, água da Fonte
MORTE	1	a morte, em trajos pretos e amarelos/ Ela virá, a Mulher, aflando as asas, com os dentes de cristal, feitos de brasas.

Pelo que podemos observar no mapeamento, temos doze tipos de imagens que estão relacionadas à mulher que aparece descrita, alternadamente, como ruiva, alaranjada, ensolarada, felina, fulgurante, trágica e resistente. Ora ele é viva e viçosa, frutífera e sumarenta, ora se mostra árida, seca, trágica e próxima da morte. Assim como o próprio sertão, assim como a vida sertaneja. Desse modo, essa mulher que protagoniza o cenário dos poemas pode ser vista como uma metáfora do próprio sertão e, por analogia, numa metáfora maior da própria vida.

Consideramos fazermos alguns destaques acerca das metáforas aqui analisadas. Começamos por destacar a beleza plástica que se percebe através da zoomorfização ocorrida nas metáforas que nos revelam uma *mulher-corça*, uma *mulher-serpente* (coral e cascavel), uma *mulher-onça* e uma *mulher-alazã*. As imagens são tão belas e bem constituídas que podemos, imaginativamente, “ver” essa mulher numa aura avermelhada e fulgurante, saltitando, serpenteando, caçando e cavalgando pela vegetação e veredas do sertão.

Outras imagens constituem-se pela relação de similitude entre a mulher e os frutos e as flores do sertão nordestino. Esse conjunto revela, principalmente, a ideia do exotismo e da resistência dessa fêmea nordestina: é a *mulher rosa-cardo*, *mulher-coroa-de-frade*, *mulher-romã*, *mulher-dália* e *mulher-crisantemo*. As imagens revelam uma beleza exótica que se sobressai em meio à secura e à aridez da paisagem e contrasta com o “feio” e “triste” do cenário castigado pela seca. A figura feminina, na poesia de Suassuna, assume significado semelhante ao desses elementos na natureza do sertão: ela passa a ter valor de alimento, de perfume, de adorno e de beleza. A ideia de resistência e beleza também se consolida através de uma *mulher-pedra* feita de rubi, mármore (capitel) e cristal.

A sensualidade é outro traço que se aparece na relação de similitude entre as imagens da natureza sertaneja e a imagem de mulher contida nos poemas. Percebemos que algumas destas comparações nos oferecem imagens carregadas de forte sensualidade. Vejamos alguns exemplos: *Seu rubi vermelho e mal exposto* = clitóris; *Romã fendida e sumarenta* = genitália; *Dália ruiva aberta ao dardo* = genitálias feminina e masculina; *Peitos feitos de brasa e rubi dos teus peitos chamejantes* = seios quentes; *Teus peitos são estrelas desplumadas* = seios nus.

Também merecem destaque os efeitos sinestésicos que percebemos nas metáforas aqui destacadas. Há uma sugestão de cor e brilho que ilumina essa imagem de mulher e faz com que ela se aproxime mais das cores do sertão: *Sol*

da manhã, candieiro aceso, peitos chamejantes, ventre fulvo, tocha de ouro, capacete fulvo, que o sol adiamantina, claro céu alumiado, dentes feitos de brasa.

Contrastando com essas imagens relacionadas à vida, temos, também, a imagem de mulher que se mistura à imagem da morte: *a morte, em trajes pretos e amarelos/ Ela virá, a Mulher, aflando as asas, com os dentes de cristal, feitos de brasas*. E, acima de todas elas, a imagem da *onça-castanha*, ou, *moça caetana*, que, no sertão, segundo reza uma das lendas*, representa a personificação da morte e trata-se de um ser mitológico, mistura de mulher + onça + serpente. A imagem da onça castanha, a que mais apresenta recorrência nos poemas, é mais uma presença da marca sertaneja nordestina nessa imagem de mulher que se presentifica na poesia de Suassuna.

Considerações Finais

Pelo estudo das metáforas conceituais, constatamos a relação existente entre as metáforas linguísticas dos poemas e o meio sociocultural vivenciado pelo autor. Elementos como *romã, alazã, sol, água das pedras, candeeiro, onça castanha, cisne sertanejo, dália ruiva, estrelas desplumadas, coroa de frade, peitos chamejantes, ventre fulvo, cascos e tropéis, os peitos da javarda, cobra coral, cascavel, corça branca, moça Caetana, pedras do sertão, gavião, urtigas causticantes*, entre outros, são representativos da cena do sertão nordestino.

Considerando o conceito de arte armorial, que considera toda realização artística, mesmo produzida de forma erudita, como resgate e preservação dos valores da cultura popular nordestina, podemos considerar os sonetos de Suassuna como exemplo de poesia armorial. A análise há pouco realizada demonstra que o autor recorreu a esses elementos para compor uma imagem de mulher, tecendo a relação entre a cena sertaneja e a definição de um perfil feminino. Com efeito, mapeamento das metáforas nos permitiu identificar uma imagem feminina que expressa, através dos suas marcas constitutivas, traços marcantes do sertão nordestino, como: os contrastes, a brevidade da vida, a proximidade da morte, a atmosfera onírica, as imagens sinestésicas, estas reveladoras das cores e dos sons típicos do sertão do Nordeste brasileiro.

Podemos ainda acrescentar que o regionalismo presente nos versos se universaliza a partir do momento em que a reflexão filosófica se estende para além do círculo dos elementos armoriais e nos coloca diante de uma reflexão

maior sobre a vida e sobre a morte a partir dessa mulher armorial. Essa mulher se torna, ao mesmo tempo, metáfora de vida e morte, de alegria e tristeza, de pouso e perigo, de viço e de desfalecimento; assim, ela pode ser vista como uma metáfora do próprio sertão. A análise ainda nos autoriza apontar certos traços de barroquismos, pelos contrastes revelados através dessa figura de mulher, como também rasgos de simbolismo, através dos efeitos sinestésicos que se aparecem nas metáforas.

Referências

COIMBRA, Ana Luísa de Castro et al. *O movimento armorial reafirmando as raízes da cultura popular*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 9., 2007, Salvador, BA. *Anais...* Salvador, BA: Intercom, 2007. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007>. Acesso em: 17 jun. 2012.

GRADY, Joseph E. *Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes*. PhD dissertation, University of California, Berkeley, 1997.

KÖVECSES, Zoltán. *Emotion concepts*. New York: Springer, 1990.

KÖVECSES, Zoltán. *Metaphor: a practical introduction*. New York: Oxford University Press, 2002.

LAKOFF, George. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, Andrew (Ed.). *Metaphor and thought*. Chicago: Cambridge University Press, 1993. p. 202-251.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George; TURNER, Mark. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

SUASSUNA, A. *Almanaque armorial*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970.

ANEXOS

A MULHER E O REINO

Ó Romã do pomar, relva esmeralda,
olhos de Ouro e de azul, minha Alazã!
Ária em cordas do Sol, fruto de prata,
meu chão e meu anel, sol da manhã!

Ó meu canto, meu sono, dom, coragem,
água das pedras, rosa e Belveder!
Meu candieiro aceso da Miragem,
meu mito e meu poder – minha Mulher!

Diz-se que tudo passa e o Tempo duro
Tudo esfarela: o Sangue há de morrer!
Mas quando a luz me diz que esse Ouro puro

Se acaba por finir e corromper,
meu sangue brada, contra a Maldição
que há de pulsar Amor na escuridão!

pulsar o seu Amor até na Escuridão.

O AMOR E O DESEJO

Eis afinal a Rosa, a encruzilhada
onde moras, ó Ruiva, ó meu desejo!
Emerges a meu sangue malfazejo,
Onça do Sonho, Fronte coroadada!

Ao garço olhar, à vista estrechada,
um sorriso esboçado mas sem pejo.
Teu pescoço é um Cisne sertanejo,
teus peitos são estrelas desplumadas.

Em baixo, a Dália ruiva, aberta ao dardo;
a Fonte, a rosa, a púrpura, a Coroa!
e brilha, ao fogo desta chama parda,

a Coroa-de-frade, a Rosa-Cardo,
abandonada às Onças, às leoas,
e ao Cio escuro das Panteras Magras.

À ONÇA DO SOL E À ONÇA DO MUNDO

Sob o sol sertanejo, onça castanha,
O Mundo é uma redoma de diamante.
Ao rubi dos teus peitos chamejantes
a luz do sangue o ventre fulvo banha.

Quem te dotou dessa crueza estranha?
A vida passa, o sangue é doido instante!
E eu erro, só, no Campo malandante,
pela Estrada sem pó desta Campanha.

O Gavião e a Cobra cascavel
Espreitam dessa Pedra em que tu vagas,
ó Caravela branca, ó ruivo Pentel!

E enquanto a Aranha tece, a fogo, o Vêu
Vejo facas, anéis, punhais e adagas
atravessando os Ares reluzentes.

A LEOA

Da tua cabeleira Aleonada,
Tocha de Ouro que o Sol adamantina,
o capacete fulvo se ilumina
em faíscas de Luz agateada.

Como flava Leoa extraviada
move-se o dorso e abre a romã felina.
A meu desejo, inflama-se a colina,
em cascos e tropéis por essa Estrada.

Beber o Crisantemo e seus aromas!
A vida foge, Amor, fogem os dias,
o estanho morde as Garças que retomas.

O tempo corta o vidro na Redoma
e vem o Sol das eras erradias
- outro Leão para abrasar-te as Pomas.

O CAMPO

Um Sol de ouro, ondulante e sossegado,
refletido nas Águas que matiza.
Alvas pedras. Amena e fresca brisa,
um fino Capitel transfigurado

Os montes, Claro céu alumiado.
A água da Fonte, a relva da divisa.
Colunas, no Frontal que o musgo frisa.
e o campo que se espraia, arredondado.

E o pomar: seu odor, sua aspereza,
essa romã fendida e sumarenta
com seu rubi vermelho e mal exposto.

E os frutos esquisitos. E a Beleza.
essa Onça-amarela que apascenta
a maciez da Morte e de seu gosto!

O AMOR E A MORTE

Sobre essa Estrada ilumineira e parda
dorme o Lajedo ao sol, como uma Cobra.
Tua nudez na minha se desdobra
ó Corça branca, ó ruiva Leoparda.

O Anjo sopra a corneta e se retarda:
seu Cinzel corta a pedra e o Porco sobra.
Ao toque do Divino, o bronze dobra,
Enquanto assolo os peitos da Javarda.

Vê: um dia, a bigorna destes Paços
Cortará no martelo o som dos aços,
e o sangue, hão de abrasá-lo os inimigos.

E a Morte, em trajos pretos e amarelos,
brandirá, contra nós, doidos cutelos
e as Asas rubras dos Dragões antigos.

MOÇA CAETANA

Eu vi a Morte, a moça Caetana,
com o manto negro, rubro e amarelo.
Vi o inocente olhar, puro e perverso,
e os dentes de Coral da desumana.

Eu vi o Estrago, o bote, o ardor cruel,
os peitos fascinantes e esquisitos,
Na mão direita, a Cobra cascavel,
e na esquerda a Coral, rubi maldito.

Na frente, uma coroa e o Gavião.
Nas espáduas, as Asas deslumbrantes
Que, ruflando nas pedras do Sertão,

Pairavam sobre Urtigas causticantes,
caules de prata, espinhos estrelados
e os cachos do meu Sangue iluminado.

A MORTE

Mas eu enfrentarei o Sol divino,
O Olhar sagrado em que a pantera arde.
Saberei porque a teia do Destino
não houve quem cortasse ou desatasse

Não serei orgulhoso nem covarde,
Que o sangue se rebela ao toque e ao Sino,
Verei feita em topázio à luz da Tarde,
Pedra do Sono e cetro do Assassino.

Ela virá, a Mulher, afluando as asas,
com os dentes de cristal, feitos de brasas,
e há de sagrar-me a vista o Gavião.

Mas sei, também que só assim verei
A coroa da Chama e Deus, meu Rei,
Assentado em seu trono do Sertão

O místico e o mortífero na ciência médica moderna: o cientista médico e o monstro recalçado

The mystical and the deadly in modern medical science: the medical scientist and the repressed monster

Leonardo Barros de Souza¹

Leonardo José Barreira Danziato²

Agora estabeleçamos o seguinte. Permite que eu pegue esse copo e saia de sua casa sem dizer mais nenhuma palavra? Ou a sua curiosidade é muito grande e prefere conhecer todo esse mistério? Pense antes de responder, por que respeitarei a sua decisão. No primeiro caso, ficará como antes, nem mais sábio nem mais rico, a menos que o sentimento de ter prestado um serviço a alguém em situação difícil seja considerado riqueza de alma. Na segunda hipótese, um novo campo de conhecimento se abrirá diante de seus olhos, com possibilidades de fama e influência, aqui, nesta sala, num rápido instante. Ficaré deslumbrado por um prodígio, e sua descrença em satanás ficará abalada.

(Edward Hyde em “O Médico e o Monstro” de Stevenson)

Resumo

O presente artigo visa uma discussão acerca de aspectos de caráter místico e mortífero do saber médico. Nesta pesquisa, de cunho bibliográfico, nos debruçamos sobre textos que versam sobre o discurso médico, propondo uma leitura do período clássico grego e da entrada da medicina no campo da ciência moderna. As produções acerca do curador no período clássico giram em torno de uma postura moral que é apontada como exigência para o bom médico. A entrada na modernidade marca o ingresso do saber médico no campo da ciência, e com isso o abandono do caráter místico e ritualístico de suas práticas. No entanto, nossas análises apontam para diversos aspectos da medicina clássica e de práticas ritualísticas que foram como que recalçados, reprimidos na prática da ciência médica moderna, aspectos que remontam a práticas tais como o sacrifício ritual e o uso de venenos. A posição do médico como cidadão da *pólis* no período clássico lhe impunha a exigência de uma moral inquestionável e valores

¹ Mestrando em Psicologia na Universidade de Fortaleza – UNIFOR, membro da Invenção Freudiana – Transmissão da Psicanálise.

² Psicanalista, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Professor titular do programa de pós-graduação em Psicologia da UNIFOR, analista membro da Invenção Freudiana – Transmissão da Psicanálise. E-mail: leonardodanziato@unifor.br

heroicos para enfrentar os males das doenças. Já o cientista médico moderno, se rendendo às maravilhas das biotecnologias e dos saberes científicos modernos, atua alheio ao viés místico e mesmo mortífero recalcado em sua prática. Consideramos ainda que o conto moderno *O médico e o monstro* é muito pertinente para pensarmos a relação entre o viés mortífero do saber sobre o corpo recalcado nas falácias do aperfeiçoamento e melhoria da ciência médica moderna através da analogia marcada pela relação de fascinação e medo que o personagem principal estabelece com o produto de sua ciência, seu monstro recalcado.

Palavras-chave: Médico. Discurso. Ciência. Misticismo. Modernidade.

Abstract

The present article aims to a discussion of mystical and deadly aspects of the medical knowledge. On this search, a bibliographic one, we investigate texts about medical speech, posing a reading of the classical period and the entry of medicine in modern science. The productions about the healer in the classical period verse about a moral code pointed as a requirement for the good doctor. The entry in modernity marks medicine ingress in science and the abandonment of mysticism and rituals. However, our analysis point toward various aspects of classical medicine and ritualistic practices repressed in modern scientific medicine, aspects such as ritual sacrifices and the use of poison. The position of the doctor as a citizen in classical period imposes the requirement of an unquestionable moral and heroic value to fight the evil of diseases. The modern medical scientist, surrendering to the wonders of the biotechnologies and modern scientific knowledge's, acts unfamiliar to the mystical and deadly aspects repressed in his practice. We consider the modern story *The doctor and the monster* pertinent to think the relationship between the deadly aspects of the knowledge's of the body repressed in speeches of improvement of modern medical science in an analogy marked by the relationship of fascination and fear the main character has with the product of his science, his repressed monster.

Keywords: Doctor. Speech. Science. Mysticism. Modernity.

Introdução

O artigo “O místico e o mortífero na ciência médica moderna: o cientista médico e o monstro recalcado” constitui um recorte da pesquisa “O lugar do sujeito e do gozo nos processos de medicalização dos sintomas”, vinculada ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que teve início no ano de 2009.

No levantamento teórico realizado para a pesquisa, encontramos autores que sinalizam para a presença de aspectos mortíferos contidos na prática médica

moderna e a associação a um caráter místico em suas intervenções. Interessamos neste trabalho questionar os efeitos que essas questões desempenham para pensarmos a posição que o cientista médico moderno ocupa em oposição ao curador heroico do período clássico.

Nosso principal aporte teórico para a realização da pesquisa, a Psicanálise, nos permitiu uma aproximação consistente em relação à problemática do lugar do sujeito no discurso médico, uma vez que encontramos um importante suporte nas discussões abertas pela psicanálise sobre o tema da medicina. As considerações encontradas em tais trabalhos nos levam a crer que há um profundo desconhecimento sobre as bases míticas da prática médica por parte dos próprios médicos. Aspectos de magia e misticismo que hoje são marginalizados pela ciência moderna jazem de modo subjacente naquilo que há de mais sólido no discurso médico.

Desta feita, nosso trabalho objetiva uma discussão sobre os aspectos místicos e mortíferos presentes na prática médica moderna. A partir da problematização das leituras propostas pelos autores, visamos a uma investigação desses aspectos no intuito de pensar as repercussões deles para a posição que o médico ocupa em sua prática.

O recurso ao conto moderno *O médico e o monstro* entra em nossa investigação como um recurso que oferece uma analogia pertinente. Ao médico moderno que recalca os aspectos místicos e mortíferos de sua prática propomos uma ilustração através do correto e moralista *Dr. Jekyll* e seu alter ego, o obscuro e astuto *Mr. Hyde* produto do seu próprio saber científico.

1 De curador heróico a Deus

Nosso passeio precisa ter início na Grécia antiga, onde teremos aquilo que se considera, ainda hoje, um documento que atesta sobre o caráter ético e aquilo que se espera daquele que irá ocupar o lugar de um curador: o juramento de Hipócrates. O juramento de Hipócrates versa sobre uma posição, uma forma de atuar e se posicionar frente ao doente numa proposição do modelo do bom curador.

Botelho (2004) acentua que tal tratado situa a medicina como “a mais nobre de todas as profissões” (p. 16). Podemos perceber que algumas repercussões importantes derivam disto, uma vez que, antes de versar sobre a forma correta de atuar como médico, o documento hipocrático salienta um lugar que esse profissional ocupa na cultura: uma posição de nobreza.

Ainda acompanhando as ideias do autor, é importante nos determos sobre um traço cultural deveras relevante, a relação da *pólis* clássica com o divino. O adoecimento, afirma Botelho (2004) era tomado pela via do divino, do transcendente. A doença era tida como punição divina que acometia o humano e o amaldiçoava.

Sendo a doença algo do campo do divino, a saúde, assim como a própria cura, pertencia ao mesmo território: ao humano afligido pela marca divina de sofrimento era preciso o perdão e a benção dos deuses; deste modo, a purificação seria possível. A intervenção proposta pelo médico àquele momento, seguindo os ensinamentos de Hipócrates, produz um corte na relação entre doença e divino, uma ruptura.

O adoecimento passa a ser compreendido dentro de uma concepção diferente, uma concepção demarcada por uma forma supersticiosa de saber como salienta Bielau (2008), que, apesar de ainda estar distante do entendimento biológico dos processos de adoecimento, marca uma passagem para um tipo de olhar sobre a doença que a situa como algo que pode ser curado pela intervenção do humano, do médico.

Canguilhem (1978) ressalta que àquele momento: “... a doença não está em alguma parte do homem. Está em todo o homem e é toda dele” (CANGUILHEM, 1978 p. 20). A doença precisa ser retirada do homem, pois ela o acomete por inteiro.

Essa modificação traz importantes repercussões, como salienta Benoit (1988). O autor problematiza a questão da cura dos enfermos por parte do médico, chamando a atenção para o fato de que, no momento em que o médico se torna operador de uma cura possível, algo que antes só cabia aos deuses, é ele próprio quem se situa num outro lugar, como se ocupasse o lugar reservado aos deuses (p.97).

O humano que opera a cura, atos antes atribuídos ao divino, toma um caráter de salvador, um operador de milagres. Nesse sentido, Clavreul (1983) discute o modo como o médico ocupa um lugar heróico na cultura:

O médico é um personagem heróico, cavaleiro da ciência e do dever. Ele se expõe a riscos consideráveis por que trata das mais graves doenças, sem que se saiba muito se é o risco de contágio que lhe confere sua auréola, ou o fato de que seu paciente quase morreu: o cirurgião é tanto mais prestigioso

quanto as operações que pratica sejam mais perigosas; ele participa do risco mortal que sua intervenção faz seu cliente enfrentar (CLAVREUL, 1983 p. 89).

Esse momento nos permite observar como o médico, ao atingir o advento da cura, troca de posição, postando-se no lugar daquele que porta um tipo de capacidade divina. Este é um traço importante da figura do médico, que, ao surgir numa época de uma medicina supersticiosa e mística, persistirá à entrada do fazer médico no campo da ciência.

2 O cientista médico e o monstro recalçado

Ao nos debruçarmos sobre a ciência médica da contemporaneidade, em sua relação íntima com as biotecnologias, parece difícil encontrar reminiscências da figura do curador mítico no cientista médico. Acompanhando as indicações de Foucault (2001), veremos que a medicina moderna se afirma enquanto ciência no fim do século XVIII, e aquilo que possibilitou sua sustentação foi sua fundação na validade da percepção.

A racionalidade médica, como salienta Foucault, estava pautada no olhar como descobridor de verdades, um rompimento com as superstições que rondavam a doutrina médica clássica. Aquilo que não poderia ser comprovado, validade na racionalidade da percepção, não faria parte do corpo de proposições da ciência médica. Tendo em vista esta ruptura com aquilo que não era “comprovável”, fica mais fácil percebermos o corte demarcado neste momento histórico; já não interessa à medicina aquilo que é do campo do misticismo, por que este não seria passível de validação por meio da racionalidade da percepção.

O que nos interessa aqui, sobretudo, é resgatar alguns aspectos que, a exemplo do que nos diz Benoit (1988), foram “recalcados” pelo saber médico moderno, sobretudo perante a influência da grande tomada científica em torno dos saberes a partir do século XVII. Este movimento, que culmina, como acentuado anteriormente, na fundação da medicina moderna no final do século XVIII, opera uma aparente exclusão do que não cabe nos parâmetros lógicos da ciência moderna. No entanto, essa operação não foi capaz de produzir uma completa ruptura com os aspectos “não-científicos” que faziam parte da doutrina médica, e é precisamente este nosso ponto de interesse.

Acompanhando o trajeto a que Foucault nos convida em seu trabalho *Os Anormais*, visitaremos uma prática que aparentemente não tem qualquer relação

com o saber médico. No entanto, sustentados na proposição foucaultiana sobre a importância da religião cristã para o advento da ciência moderna, proposta essa também sustentada por Lacan (1998), nos debruçamos sobre a prática da confissão.

Foucault (2002) chama a atenção para o modo como a entrada na modernidade implica uma descontinuidade na noção de verdade. Até então, a verdade estava no campo de algo que se dava pela via da revelação, da iluminação. A verdade estava lá, a via de acesso que o homem tinha a ela era pela via da revelação do transcendente.

O que autor salienta é que a prática cristã da confissão tem uma importante função nesse processo de ruptura, numa virada no lugar do homem em relação à verdade. A prática da confissão instaura um dispositivo em que a fala de cada indivíduo porta um tipo de saber sobre si; o indivíduo recebe o estatuto daquele que, falando ao padre, produz um tipo de verdade, uma verdade subjetiva.

Foucault destaca que tal prática é condição de possibilidade para toda prática clínica que implica uma fala do indivíduo. Todo dispositivo que implica a fala por parte do indivíduo como instrumento de produção foi possibilitada pela sanção da confissão, pela propensão à ideia de que há na fala do indivíduo uma via de acesso à sua verdade.

E assim também foi com a clínica médica, uma vez que, como nos demonstra Foucault (1979), a entrada da medicina no campo da ciência moderna foi marcada pela aliança com diversos saberes, tais como a biologia e a química. No entanto, tal relação se configura por um tipo de lógica de poder no qual o médico produz um saber sobre o indivíduo a partir de uma cena muito específica, o *setting* clínico médico, em que o doente deve se confessar ao médico sobre sua doença.

Benoit (1988) sinaliza para um ponto importante dentro desta questão, que o autor denomina um “recalque do sacerdote”. Para Benoit, ao escutar o doente, o médico se detém àquilo que cabe dentro das proposições do discurso médico, fazendo uma espécie de anulação da vida íntima do doente. Interessa à prática médica um tipo de saber sobre o sintomático, doentio, todo o resto deve ser descartado. Como Coloca Clavreul (1983): “[...] o que o médico observa é o que pode se inscrever num certo tipo de saber, com exclusão de qualquer outra coisa, é isso que pode constituir uma teoria, pelo menos um diagnóstico, que tenha uma coerência. O resto não tem existência para ele” (p. 82).

Essa deformação da fala do paciente pela escuta denota o movimento de recusa de um lugar onde o médico é colocado, o lugar daquele que escuta o sofrimento do doente que lhe procura. Dedicando-se àquilo que permite a ele uma produção universalizante - o diagnóstico - o médico nega o lugar que lhe é oferecido pelo doente.

Lown (2008) destaca a escuta como uma capacidade crucial na prática médica, para o que chama a “arte de curar”. O autor coloca que:

Em geral os médicos se concentram na queixa principal por que as escolas de medicina não lhes ensinam a arte de ouvir. Embora se dê ênfase à história médica, na verdade nem ensinam sua obtenção nem sua compilação. Entre os médicos circula um cínico aforismo: “se tudo o mais falhar, fale com o paciente”. Outro fator que concorre para essa situação é que a investigação que vai além da queixa principal leva tempo, e tempo é dinheiro (LOWN, 2008 p. 32).

Ao fazer as vezes daquele que escuta o paciente sem se interessar pelas repercussões que os fatos não objetáveis de sua fala poderiam ter, o médico endereça ao doente uma produção, um rótulo, um diagnóstico. O que se segue, então, é que a fala do médico se apresenta como aquilo que coloca o ouvinte num lugar, que lhe diz sobre si e que permite também um prognóstico, uma previsão do que virá.

Clavreul (1983) acena para um parentesco entre o médico e alguém que lê a sorte: nas palavras enunciadas pelo médico, há uma inscrição sobre o futuro do doente (p.83). Ao escutar a fala do doente, o médico moderno se lança em sua investigação, e se o cientista médico não lê a mão de seu cliente ou olha sua sorte na borra do café como as místicas orientais, por outro lado ele examina a superfície de sua pele e seus dejetos (urina, fezes, partículas de pele, sangue etc.) e lhe devolve uma verdade sobre seu corpo, assim como uma previsão sobre seu futuro.

É nas obscuras chapas de raios-X, nas estranhas leituras de ressonâncias magnéticas e tomografias, assim como nas taxas e valores dos exames dos fluidos do corpo, que o médico encontra algo a dizer sobre a doença. O mistério do diagnóstico médico está na possibilidade de produzir uma verdade sobre o doente através dos resquícios e minúcias de seu corpo (inclusive por dentro), sem se deter à fala do sujeito propriamente.

Outro aspecto recalcado na medicina científica, tal como nos apresenta Clavreul (1983), está em suas intervenções cirúrgicas e no conhecimento sobre os meandros do corpo. O autor denota a íntima ligação que as cirurgias escondem com os sacrifícios ritualísticos, antigas formas de invasão e purificação do corpo (p.95).

Se na cena mística o sacrifício se encontrava sobre o altar de pedra, rodeado pelo mestre ritualista e seus asseclas que utilizam suas adagas rituais e demais instrumentos de invasão do corpo, o médico moderno e seus assistentes repousam seu paciente sobre a maca branca e imaculada, e utilizam seus bisturis e instrumentos cirúrgicos para investigar as cavidades internas do corpo humano.

Do mesmo modo, o médico se debruça sobre o lugar de seu fracasso, o cadáver, como lugar que esconde os segredos sobre a vida. O interesse do médico é voltado ao corpo morto ou ao corpo votado à morte; é no corpo morto que jaz a verdade sobre as minúcias do corpo que vive.

O advento das tecnologias, sobretudo a partir do século XIX, fornece ao médico um amplo arsenal que lhe permite ampliar a investigação pela melhoria da restrita capacidade sensorial de seu próprio corpo. Os dispositivos tecnológicos oferecerão ao médico um olhar microscópico e uma escuta ampliada.

Holtz (2008) chama a atenção para um importante detalhe: se, por um lado, tais instrumentos ampliam a capacidade sensorial do médico e lhe permitem rastrear sua inimiga, a doença, num nível antes impossível, aumenta, em contrapartida, a distância entre o médico e o paciente.

Era prática comum na consulta médica, antes da criação do estetoscópio, o profissional escutar o corpo do paciente, pousando o próprio ouvido sobre as regiões de ausculta (tórax, abdome); a observação do corpo era uma prática mais minuciosa e detalhada. O estetoscópio coloca um fio e um pequeno receptor de sons entre o médico e seu local de escuta, e a investigação microscópica do corpo diminui cada vez mais a necessidade de observar a superfície do corpo de modo detalhado.

Essa modificação na prática do exame também denota outro fator importante da tecnologia: são atribuídos à tecnologia graus de confiabilidade e velocidade altíssimos em comparação às capacidades humanas (p.103-104). Para Lown (2008), a tecnologia é a substituta direta do tempo (p. 33).

Desta feita, a medicina produz uma ampla gama de saberes sobre o organismo, sobre a biologia e o funcionamento químico do corpo. Tal

conhecimento possibilitou a instauração de diversas intervenções e terapêuticas que se prestam à tentativa de curar e normalizar seu objeto de intervenção.

No entanto, o conhecimento sobre a química e a biologia também porta um viés denegado pelo saber médico, o lado mortífero de tais saberes. O conhecimento sobre as substâncias venenosas, toxinas e sobre seus efeitos no organismo, denota uma faceta perigosa dessas práticas: a de que saber como o corpo pode ser levado à morte implica reversamente o conhecimento de como fazê-lo.

Stevenson (2000), no clássico *O médico e o monstro*, salienta o aspecto perigoso da biologia na relação de fascínio e pavor que seu personagem, o Dr. Jekyll, mantém com tal saber:

Hesitei durante muito antes de pôr em prática a teoria. Sabia perfeitamente que aquilo era muito arriscado; eu poderia morrer. Pois qualquer droga que abalasse tão intensamente e alterasse a constituição da identidade podia, por um descuido no cálculo da dosagem ou pela má escolha do momento de a ingerir, causar a destruição total do corpo que eu pretendia transformar. Mas a tentação de uma descoberta tão singular e profunda dominou por fim todos os meus receios (STEVENSON, 2000, p. 68).

O lado arriscado do saber médico precisa ocupar esse lugar, o de um saber negado, em detrimento da faceta de praticar o bem que lhe é mais evidente. Stevenson (2000) capta muito bem essa relação entre o portador de uma moral inquestionável e o mal que jaz ali escondido na figura do médico quando cria seu personagem fictício, o *Dr. Jekyll*, que, incapaz de resistir à tentação provocada por sua poção maravilhosa, acaba por despertar o artiloso e sinistro *Mr. Hyde*.

É o próprio personagem principal, o atormentado *Dr. Jekyll*, que confessa a dualidade que se instaura em sua alma por conta do propósito que tinha pela frente:

Nasci no ano de 18.. herdeiro de grande fortuna, e dotado de excelentes qualidades propenso por natureza à vida ativa, respeitava e aspirava ao respeito dos mais sábios e melhores entre os meus semelhantes. Desse modo, como se pode supor, tudo me garantia um futuro bastante brilhante e cheio de distinções. Na verdade, o maior de meus defeitos era uma disposição por demais jovial e impaciente, que tem feito o prazer de muitos, que, contudo, eu considerava inconciliável

com o meu grande desejo de ser reconhecido como pessoa séria e respeitabilíssima. Por isso tratei de ocultar os meus divertimentos e comecei a olhar à minha volta, a fim de avaliar os progressos feitos e a minha posição na sociedade. Já era profunda a duplicidade do meu caráter. Muitos homens teriam confessado com orgulho certos erros. Eu, todavia, tendo em vista os altos propósitos aos quais visava, só podia envergonhar-me dessas irregularidades: ocultava-as, com mórbida sensação de culpa e vergonha. Assim exigia a natureza das minhas aspirações, mais do que a própria degradação dos pecados; ia-se cavando em mim, mais do que na maioria dos mortais, esse profundo fosso que separa o mal do bem e divide e compõe a dualidade da nossa alma (STEVENSON, 2000, p. 69).

Como nos ensina Foucault (1979), os primeiros a serem normalizados foram os próprios médicos. Na necessidade de que o fazer médico, e consideramos pertinente considerar que também a conduta daqueles que o operavam, fosse praticado da mesma forma por toda parte, foi empreendido um largo trabalho de normatização da medicina e, conseqüentemente, dos médicos.

Para Clavreul (1983), é preciso notar que, ao falar em medicina, devemos nos referir a algo que está além de todos os saberes auxiliares e avanços na constituição desse fazer, uma ordem médica. Diz o autor que: “A medicina é antes de mais nada o que instaura uma ordem – que não se confunde com a da natureza. Essa ordem é a do discurso que precede os conceitos e a epistemologia que ele não cessa de renovar” (p. 27).

Os próprios médicos estão submetidos a essa ordem médica, que não deve ser confundida com o conjunto de todos os médicos, nem com qualquer figura personificada. O médico é o agente de um discurso (FOUCAULT, 2008), o discurso médico, é aquele que trabalha a serviço da ordem médica.

Deste modo, todos os avanços que essa prática promove são inovações que sustentam e reafirmam a validade dessa ordem. No filme *Quase deuses* podemos ver o modo como a criação de uma técnica cirúrgica, no momento em que empreende a possibilidade de uma cura antes impossível, causa uma revolução na prática médica e nos discursos formulados em torno desta. O médico deve empurrar os limites da vida (BOTELHO, 2004) para sustentar a validade de sua ciência.

Considerações finais

Encerramos aqui o nosso passeio, mas não sem antes retirarmos algumas repercussões do que colocamos até então.

O curador antigo, surgido na tradição hipocrática, portava uma marca divina, traço de sua cultura. Ao operar uma cura que só era possível pela intervenção divina, ele cria um cenário onde tudo se passa como se ele mesmo fosse um Deus.

Sua posição como cidadão da *pólis* e médico lhe impõe a exigência de uma moral inquestionável e valores heroicos para enfrentar os males das doenças. Já o cientista médico moderno, se rendendo às maravilhas das biotecnologias e dos saberes científicos modernos, atua alheio ao viés mítico e mesmo mortífero recalcado em sua prática.

Tal desconhecimento não nos parece oportuno, uma vez que a negação de tais fatores não os retira da cena cotidiana médica. Para Benoit (1988), a medicina necessita de uma revisão de sua epistemologia. O autor, psicanalista de formação médica, ressalta que o desconhecimento por parte dos médicos de diversas questões se deve em grande parte à falta de uma problematização por parte da própria teoria médica.

No mesmo sentido, Clavreul (1983) chama a atenção para uma ausência presente na biblioteca do médico. Segundo o autor, não há ali qualquer livro sobre medicina, filosofia da medicina ou sua epistemologia, mas tão somente tratados, guias e atlas do corpo humano, o que demarca mais uma vez a forma como tais questões são recalcadas no saber médico.

Julgamos pertinente a utilização do conto moderno *O médico e o monstro* como um recurso que nos permita pensar a relação entre o viés mortífero do saber sobre o corpo recalcado nas falácias do aperfeiçoamento e melhoria da ciência médica moderna através da analogia marcada pelas duas personalidades de *Henry Jekyll*, o personagem central da história.

Não temos o objetivo de satanizar a prática médica, apontando aspectos que seriam perigosos em sua prática. Nossa pretensão foi tão somente a de marcar a pertinência de se considerar o que jaz ali, recalcado, como uma parte profana da prática científica médica no processo de instauração de suas práticas discursivas.

Referências

BENOIT, P. *Psicanálise e medicina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BIELAU, K. *Paracelso: sua filosofia e sua medicina atemporais*. São Paulo: Rosa Cruz, 2008.

BOTELHO, J. B. *História da medicina: da abstração à materialidade*. Manaus: Valer, 2004.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

CLAVREUL, J. *A ordem médica: poder e impotência do discurso médico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1979.

HOLTZ, A. *A ciência médica de House: a verdade por trás dos diagnósticos da série de TV*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2008.

LACAN, J. Ciência e verdade. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 869-892.

LOWN, B. *A arte perdida de curar*. São Paulo: JSN, 2008.

STEVENSON, R. L. *O médico e o monstro e outras histórias*. São Paulo: Martin Claret, 2000.

Lazer como instrumento de implementação da Qualidade de Vida no Trabalho dos servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde do Ceará

Leisure as an instrument for implementation of Quality of Work Life among servers from Core State Ministry of Health in Ceará

Pedro Alex de Sá Pereira¹

Talita Lima e Silva²

Maira Elisa Grassi de Sá³

Resumo

A Qualidade de Vida (QV) tem sido cada vez mais discutida, pois ela tem influenciado diretamente as relações e atividades de um indivíduo. O trabalho e o estresse são um dos principais redutores da QV e, para melhorar os índices desta, sugere-se a prática do lazer no ambiente de trabalho. O lazer é uma vivência que pode proporcionar o descanso, além de contribuir para o crescimento pessoal e social de um indivíduo, através de diversas experiências. O artigo apresenta um estudo de caso sobre a Qualidade de Vida no Trabalho dos servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde do Ceará, relacionando sua qualidade de vida no trabalho ao lazer proporcionado pela instituição aos seus servidores ativos. O método de pesquisa utilizado foi o de levantamento (*Survey*) com propósito exploratório, com a meta de atingir no mínimo cinquenta por cento mais um dos servidores para uma melhor confiabilidade de dados. Os resultados mostraram que os servidores possuem uma boa qualidade de vida, porém sentem necessidade de uma política de atividade de lazer dentro do

¹ Aluno do 7º semestre do curso em Tecnologia de Gestão Desportiva e de Lazer – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFCE. E-mail: thealexnumber1@hotmail.com

² Graduada do curso em Tecnologia de Gestão Desportiva e de Lazer – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE. E-mail: talitalima_new@hotmail.com

³ Licenciada em Educação Física – Universidade Federal de Santa Maria, Especializada em Gerontologia Social – Universidade Vale do Acaraú, Mestre em Educação pela Universidade Americana e Doutoranda em Educação – Professora de ensino superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE e coordenadora do Grupo Raízes da Vida do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE. E-mail: maira_grassi@hotmail.com

ambiente de trabalho. A maioria dos servidores diz que as atividades de lazer são importantes, concordando que a implantação destas atividades no Ministério da Saúde é fundamental.

Palavras chave: Qualidade de Vida. Trabalho. Lazer.

Abstract

The Quality of Life (QL) has been increasingly discussed, because it has directly influenced the relationships and activities of a person. The work and stress are a major lowering of QL, and to improve the contents of this, suggested the practice of leisure in the workplace. Leisure is an experience that can provide rest besides contributing to the personal and social growth of a person, through various experiences. The article presents a case study on Quality at Working Life of servers from the Core Ministry of Health State of Ceará, relating their quality at working life to leisure provided by the institution to its active servers. The research method used was the lifting (Survey) with exploratory purposes, with the goal of achieve at least fifty percent plus one of the servers for better reliability of data. The results showed that the servers have a good life quality, but they need of a policy of recreational activity within the workplace. Most servers says that leisure activities are important, agreeing that the implementation of these activities in the Ministry of Health is fundamental.

Keywords: Quality of life. Work. Leisure.

Introdução

Sabemos que um nível de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) elevado melhora também o desempenho organizacional das empresas, tanto privadas quanto públicas. Tendo em vista esse olhar, foi iniciada uma pesquisa relacionando o lazer e a qualidade de vida no trabalho com os servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde. Essa pesquisa baseia-se em um questionário com dezesseis questões formulado aos servidores a respeito de como ele (o servidor) vê sua qualidade de vida no seu ambiente de trabalho, relacionado ao lazer oferecido pelo núcleo em que estão lotados e os benefícios decorrentes do lazer. O método aplicado foi o de levantamento (*Survey*) com propósito exploratório, com a meta de atingir no mínimo cinquenta por cento mais um dos servidores para uma maior confiabilidade de dados.

Essa pesquisa tem a finalidade de mostrar o quanto o lazer é importante em um âmbito administrativo, principalmente nas instituições públicas, na qual os serviços prestados são muitas vezes ineficientes, tanto internamente, de servidor para servidor, quanto externamente, de servidor para o público em geral. Tal

pesquisa surgiu da seguinte indagação: Os servidores do Ministério da Saúde, um órgão que representa a saúde, estão satisfeitos com sua Qualidade de Vida no Trabalho e estão obtendo atividades lúdicas, aspecto tão essencial para a saúde? Ela tencionou fornecer dados para contribuir na justificativa da implantação de programas de políticas de lazer no ambiente de trabalho do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde do Ceará e em outras instituições.

1 Relações entre trabalho e lazer

Para compreender como o lazer pode ser usado como ferramenta para a implementação da qualidade de vida no trabalho, será feito neste tópico uma breve discussão sobre ele.

Apesar de a palavra lazer existir a algum tempo, não existe ainda um só conceito para ele, mas, de acordo com a exigência desta pesquisa, foram listados aqui alguns conceitos que estão de acordo com o propósito desta.

Melo e Alves (2003) afirmam que o lazer é um fenômeno social surgido do confronto entre classes da sociedade moderna, incentivado pelo movimento de resistência das classes inferiores ao controle das classes superiores. Isto não quer dizer que a luta da classe proletária tenha sido o único incentivo para o surgimento do lazer, mas que o despertar popular para a sua importância, começou neste período.

Gomes (2008) diz que o lazer é um fenômeno que acontece nas diferentes culturas e que se manifesta de acordo com a relação entre os indivíduos e o mundo, além de contribuir para a formação pessoal. Ela propõe a seguinte definição:

Uma dimensão da cultura constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações – especialmente com o trabalho produtivo (GOMES, 2004, p.125).

Levando este conceito para as relações entre trabalho e lazer, pode-se perceber que o primeiro pode ser usado potencialmente como instrumento de crescimento e desenvolvimento do segundo.

Mascarenhas (2001, p. 8) apresenta o lazer como “prática da liberdade”, considerando a “liberdade que comporta o particular e o universal, conjugando

o indivíduo singular ao homem coletivo.” Ele, assim como Marcellino, acredita que o lazer pode ser incluído na sociedade como instrumento pedagógico que contribuiria principalmente para o crescimento e fortalecimento de grupos sociais e culturais. Enfocando as relações de trabalho neste conceito, percebe-se que o lazer pode fortalecer o trabalho em equipe, incentivando o respeito e a empatia mesmo dentro de grupos com grande diversidade cultural.

Focando o lazer como sendo uma dimensão da cultura, Marcellino (2006, p. 8-9) elabora um significado de lazer tratando o “tempo livre” como “tempo disponível”, argumentando que nem mesmo o tempo para ludicidade é livre de normas e condutas impostas pela sociedade, portanto o lazer não é para ele uma atividade livre de obrigações. Em seus livros, ele traz a discussão em que caracteriza o lazer através de dois aspectos principais: tempo e atitude; os quais já foram propostos nas obras de Dumazedier.

O autor ainda fala do duplo aspecto educativo do lazer. O primeiro aspecto é o que o vê como veículo para educação, que proporciona desenvolvimento pessoal, através do relaxamento e do conhecimento de sua realidade no mundo, e desenvolvimento social, através do reconhecimento da cidadania e da solidariedade; o segundo vê o lazer como objeto de educação: a análise por esse aspecto “[...] implica a consideração da necessidade de difundir seu significado, esclarecer a importância, incentivar a participação e transmitir informações que tornem possível seu desenvolvimento [...]”. (MARCELLINO, 2008, p. 25).

As relações entre trabalho e lazer vão muito além dos valores deles; é preciso levar em conta a dinâmica social em que essas relações acontecem. Não podemos separá-los, pois ambos fazem parte da estrutura social em que vivemos; distanciar-los seria algo equivocado, porque os dois completam a existência do ser humano.

Propor a qualidade de vida no trabalho usando o lazer como instrumento é dar valor às relações interpessoais, incentivando a participação grupal e o respeito aos sentimentos e símbolos da vida de cada pessoa.

2 Qualidade de Vida no Trabalho

No início da modernização e industrialização na Europa, por volta do século XVIII, o acúmulo de capital começou a ser mais intenso, e as riquezas materiais acumuladas com o trabalho começaram a ser mais valorizadas. As horas diárias de trabalho foram modificadas para 12 a 16 horas, por dia, transformando

a população em máquinas submissas aos proprietários industriais. Alienando o povo, os “senhores industriais” acumulavam riquezas através da exploração do trabalho e mantinham os trabalhadores tão ocupados que não havia tempo para pensar e refletir sobre a situação política em que eles se encontravam.

A partir desse período de industrialização, surgiram ainda, na Europa, vários militantes socialistas, grupos anarquistas e sindicatos que lutavam pela redução da jornada de trabalho e pela queda do modo de produção alienista, defendendo a ideia de que era necessário melhorar as condições de trabalho da mão de obra humana. Com a conscientização do povo, uma gama de ações começou a ser proposta à sociedade para mudar o estilo de vida das pessoas. Com a urbanização e crescimento da tecnologia na Europa, no findar do século XVIII, as relações de trabalho e de diversão passaram a ter uma maior importância no cotidiano das pessoas, já que era nesse momento que se discutia sobre as mudanças a serem feitas na sociedade da época.

No contexto do surgimento das lutas sindicais, surgiu o tema Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) que objetiva buscar por novas formas de gerenciamento da mão de obra humana.

Falar de qualidade de vida exige que entremos no campo da motivação pessoal, pois o conceito de qualidade é subjetivo e depende das aspirações e necessidades de cada indivíduo.

Segundo França (*apud* VASCONCELOS, 2001) a QVT é o conjunto de ações de uma instituição que visam à melhoria das relações entre a empresa e o colaborador, tratando-os como um só corpo e priorizando a satisfação de ambos.

No decorrer da história do gerenciamento de pessoas, pode-se entender que uma instituição com colaboradores saudáveis oferece um serviço saudável e, conseqüentemente, lucrável. Segundo Chiavenato (2008, p.487):

A QVT assimila duas posições antagônicas: de um lado, a reivindicação dos colaboradores quanto ao bem estar e satisfação no trabalho e, de outro, o interesse das organizações quanto aos seus efeitos potenciadores sobre a produtividade e a qualidade.

É de total interesse financeiro da empresa, proporcionar um ambiente humanizado de trabalho, porque os custos com a remediação das doenças causadas pela falta de qualidade de vida dos funcionários são maiores do que o investimento em tecnologias e instrumentos melhoradores da qualidade do ambiente de trabalho.

Por fim, entende-se que a QVT influencia não somente a vida profissional de um indivíduo, mas também a vida pessoal e social.

3 Metodologia

A população alvo foram os servidores ativos, que trabalham no prédio do Núcleo Estadual do Ceará do Ministério da Saúde, e que se dispuseram a participar da pesquisa, excluindo os servidores que estavam de licença médica, os que estavam em viagens de serviço e em férias. Mesmo com essa limitação, foi atingido um número de 63 servidores de uma média de 120 que estavam dentro do limite estipulado. O método de pesquisa utilizado foi o de levantamento (*Survey*⁴) com propósito exploratório, com a meta de atingir no mínimo cinquenta por cento mais um dos servidores para uma maior confiabilidade de dados. Para a pesquisa, foi feito um questionário com 17 questões de marcar sobre QV, Lazer e política de lazer na instituição.

4 Apresentação de resultados

A perspectiva de uma excelente QVT é ligada ao lazer, em relação aos benefícios decorrentes de sua execução, como mostra a opinião dos próprios servidores.

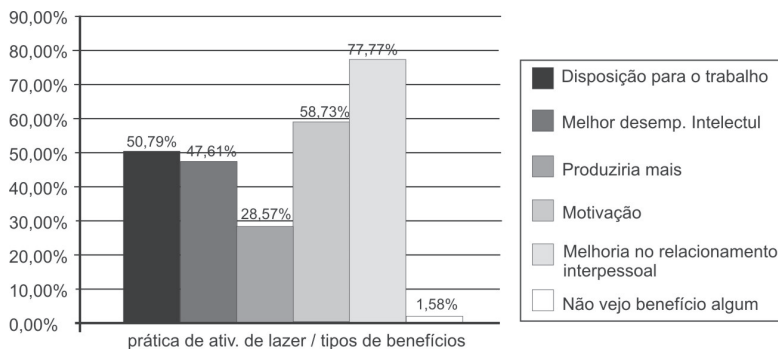


Gráfico 1: Benefícios da prática de lazer.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

⁴ Método de pesquisa Survey: Exame de apenas uma amostra da população, muito utilizado em estudos sociais. (BABBIE, 2001).

Dentre outros pontos, esse resultado acima foi um dos que chamou mais a atenção, e mostra a importância das atividades de lazer para a QVT. Outro resultado que mostramos é a questão dos seguintes pontos:

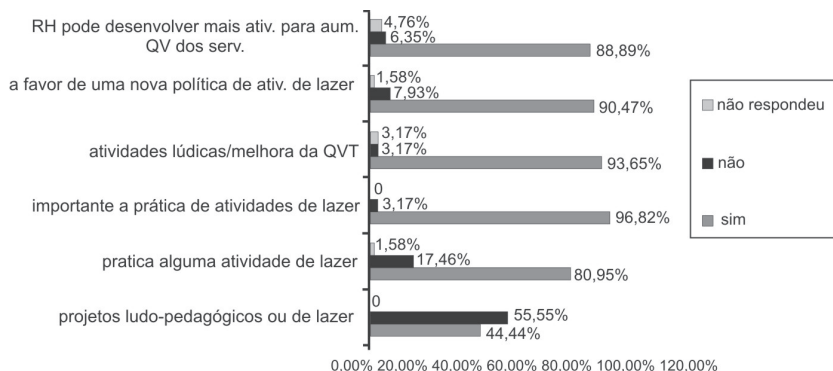


Gráfico 2: Outros pontos importantes.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Considerações finais

Interessante que, a partir de um conhecimento empírico ou não, todos que responderam ao questionário afirmaram que atividades lúdicas poderiam, sim, melhorar sua qualidade de vida no trabalho. Outro ponto importante foram os benefícios citados pelos servidores que decorreriam da prática de atividades lúdicas na empresa. Isso mostra que os servidores necessitam de uma política de lazer na instituição para beneficiar sua QVT. Resta aos responsáveis do núcleo aderir ou não a essa política de lazer, que tende a melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos seus servidores ao público interno e externo, sabendo que é uma ação de longo prazo.

Referências

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, 519 p.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GOMES, Christianne Luce. Lazer urbano, contemporaneidade e educação das sensibilidades. *Revista Itinerarium*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 1-18, 2008.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Pedagogia da animação*. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e trabalho: liberdade ainda que tardia. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 2., Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2001. p. 81-89.

MELO, V. A. de.; ALVES JUNIOR, E. D. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.

La complejidad y la caología en el siglo XXI

The complexity and chaology in the twenty-first century

Antonio Kitaoka Vizcarra*

Resumen

Este artículo tiene como objetivo seguir los fenómenos sociales que están afectando el desarrollo integral del ser humano y de nuestra naturaleza. Mi mirada teórica ayuda con tres ojos fundamentales para este trabajo: Edgar Morin y el pensamiento complejo, la teoría del caos de George Balandier y la teoría de la reproducción de Pierre Bourdieu. La tecnociencia y la hiper-burocratización de las mentes humanas caracterizan a las sociedades de baja complejidad. El chaology y el pensamiento complejo son los dispositivos detonantes de nuevas formas de transformar el mundo y viajar a las sociedades de alta complejidad. Una conciencia planetaria para cuidar la tierra y humanizar a los hombres con el respeto, la ética y el amor es el mensaje de este artículo.

Palabras clave: Policentrismo. El centrismo. Acentrismo. Complejidad. Chaology y la conciencia planetaria.

Abstract

This article aims to follow the social phenomena that are affecting the integral development of the human being and of our nature. My gaze theoretical help with three eyes fundamental for this work: Edgar Morin and his complex thought, the chaos theory of George Balandier and the reproduction theory of Pierre Bourdieu. The techno-science and the hyper-bureaucratization of the human minds characterize societies of low complexity. The chaology and complex thought are the detonating devices of new ways to transform the world and to travel to the societies of high complexity. A planetary consciousness to care for the earth and humanize the men with respect, ethics and love is the message of this article.

Keywords: Polycentrism. Centrism. Acentrismo. Complexity. Chaology and planetary conscience.

* Professor de la UPN Mazatlán. E-mail: kitaokantonio@hotmail.com

Introducción

Este artículo es producto de reflexiones internas sobre lo externo. En los microespacios de nuestro mundo cotidiano deambula, tanto en la dimensión íntima de nuestras subjetividades como en el exterior cultural y social de nuestras objetividades, el síndrome metafísico del poder que eclosiona las más complejas y diversas conductas del ser humano que mueve de múltiples maneras sus fantasías, deseos, expectativas, intereses, actitudes, ideologías, psicopatologías, utopías...

El poder tiene una elevada influencia transformadora o desequilibradora en los sujetos. Ante la obtención de pequeñas porciones de poder el ser va olvidando su existencia mundana convirtiéndose en alienación supramundana. El poder se expresa en y con los otros; la actitud condescendiente, la mirada lastimosa, la pronta genuflexión, la hipócrita adulación, la mimesis pragmática, la sublimidad simbólica de los espacios institucionales y sus excrecencias jerarquizadas de poder hacen que el sujeto que recibe este tipo de manifestaciones se sienta muy por encima de los demás y al legitimarse se sacraliza; i.e., deviene sujeto metafísico. Y esto se da no sólo en la obtención de grandes dosis de poder sino en las minúsculas formas de privilegios o pequeños escaños que se logran en eventualidades de la vida cotidiana, pero que son tomados como elementos hipostáticos que constituyen conciencias que pierden el sentido de su terrenalidad.

Así, todo aquel que ingresa a una institución social, llámese familia, escuela, Estado, Iglesia, partidos, agrupaciones; es más, que tenga contacto con cualquier tipo de relación social está expuesto a la seducción del poder; ya que forma parte de los juegos simbólicos que construyen y reconstruyen semióticamente a los sujetos. A partir de esta preocupación existencial sobre los mecanismos ideológico-políticos que constituyen la conciencia metafísica de los sujetos: pérdida de identidad propia, carecer de conciencia individual y social, no luchar por el logro de los espacios democráticos reales no formales, ni por el respeto a las diferencias; emerge una necesidad de construir nuevos espacios, con nuevos signos, con nuevas interpretaciones y transformaciones de nuestra realidad; esto es, se asume una postura crítica, multicultural, abierta y tolerante. La organización abierta o cerrada de las sociedades bajo las categorías analíticas de Morin –alta o baja complejidad- influyen en la sujeción o emancipación del ser social. El movilizar los procesos de significación creativa y crítica, caologizando las estructuras sociales anquilosadas, fecundan en la construcción

de nuevas formas más abiertas, plurales y democráticas de las sociedades; por eso, dos autores insemnan los procesos de significación de este artículo: Edgar Morin con su paradigma del pensamiento complejo; Georges Balandier con su teoría del caos o caología; y la teoría de la reproducción de Pierre Bourdieu.

1 Sociedades de alta y baja complejidad

La mirada moriniana nos permite analizar la realidad social desde una hermenéutica más profunda, pues se ve a las sociedades en movimiento, como una metáfora viva y cambiante. En estas sociedades en movimiento hay unas que se mueven más lentas que otras. Morin (2003) establece dos modelos para visualizar a estas sociedades. El modelo de alta complejidad y el modelo de baja complejidad. “Una misma sociedad puede oscilar políticamente hacia la alta complejidad (democracia) o la baja (poder autoritario)” (p.214).

1.1 De los Aparatos Ideológicos de Estado a las megamáquinas hiper-burocratizadoras

Así como Althusser (1989) nos hablaba de los Aparatos Ideológicos de Estado (AIE), Morin aquí nos habla de las megamáquinas que son administraciones muy numerosas para organizar y dirigir todos los aspectos de la vida social. Estas megamáquinas tienen un efecto homeostático, normalizador; están muy tecnificadas; y por lo tanto, muy burocratizadas. Qué quiere decir esto, que con estas megamáquinas no hay necesidad de una dictadura basada en el sometimiento físico, de utilizar al ejército como instrumento de coerción; sólo se interioriza en los sujetos una lógica de control, mecanizada, especializada, cronométrica, proveniente de la megamáquina administrativa burocrática de Estado y como esta megamáquina interactúa en la vida social de los sujetos imponiéndoles una serie de valores, normas y obligaciones, este esquema tecnificado se va socializando e interiorizando en las mentes deviniendo una sociedad de baja complejidad que esconde un poder autoritario oculto.

El Estado es el centro de control y de dominio de una sociedad para lo cual utiliza estas megamáquinas que se apoyan en un sistema burocrático especializado que extiende e imbuje una lógica de sumisión transmitida por una jerarquía de funciones, responsabilidades y prestigios; una división del trabajo y una especialización cada vez mayor según el desarrollo técnico y después científico. Son megamáquinas o Aparatos de Estado dentro de un paradigma homeostático, estructural-funcionalista.

1.2 Las organizaciones policéntricas, céntricas y acéntricas

Sin embargo, según Morin (2003), esta organización no es la misma de acuerdo a las sociedades y a los tiempos históricos; ya que pueden presentar una organización céntrica, policéntrica y acéntrica; jerárquica, poliárquica y anárquica; con una serie de especializaciones, policompetencias y competencias generales.

El centrismo está empujado dialógicamente con el policentrismo y el acentrismo. En las sociedades cuyo centro es el Estado-Nación, se presentan otros centros con una autonomía relativa para tomar sus propias decisiones; así, los gobiernos de los Estados, los municipios, los partidos políticos, las empresas, son un ejemplo de policentrismo. El acentrismo se manifiesta como una forma autónoma de la vida social. Bajo esas circunstancias se constituye una sociedad civil de forma espontánea; sin embargo, la organización acéntrica espontánea del medio social está bajo el control y la vigilancia del Estado que le aporta sus constreñimientos y regulaciones.

Es importante observar que según Morin (2003), las sociedades que priman el autoritarismo del centro bajo una concepción homeostática se caracterizan por ser sociedades de baja complejidad; en cambio, las sociedades que permiten la pluralidad del policentrismo y la espontaneidad del acentrismo; esto es, ampliar la toma de decisiones y la autonomía, son sociedades de alta complejidad.

También, las sociedades de alta complejidad permiten, por una parte, la retroacción de las emergencias adquiridas en el nivel superior sobre los niveles inferiores, como la educación, los derechos cívicos, las libertades, y, por otra parte, el control de los controladores por los controlados vía las elecciones pluralistas (Ibid. p.211).

La alta complejidad deja que se expresen antagonismos y concurrencias de intereses y sobre todo de ideas en el marco de leyes democráticas, tolera desórdenes e incertidumbres, al tiempo que se muestra apta para responder a los *alea*, al azar, a lo imprevisto. Disemina retroactivamente sus emergencias sobre el conjunto de los individuos, los cuales disponen de la posibilidad de controlar a sus controladores. Es decir, que la alta complejidad comporta autonomía individual y civismo. En el interior mismo de los problemas de organización de la megamáquina encontramos los dos polos extremos de la tipología social: democracia y totalitarismo (noción, como vemos, nada artificial).

La alta complejidad, sin embargo, está amenazada en las sociedades contemporáneas por los progresos que la han permitido: en la medida en que la técnica y la burocracia tienen un papel cada vez más importante, amplios sectores de la vida de los individuos están invadidos por la lógica de la máquina artificial (hiperespecialización, mecanización, cronometrización, estandarización). El despliegue tecnoeconómico que se ha vuelto homogeneizante tiende a eliminar mil diversidades. De ahí surgen nuevos problemas... (Ibid. p.213).

1.3 Reflexiones sobre las ideas sociológicas de Edgar Morin

Después de incursionar por el pensamiento de Morin me quedan varias reflexiones sobre la dualidad sociedad-individuo, pero expondré la que más me inquieta es sobre la gran influencia que ejerce la sociedad en nosotros. Ya que nos construimos, deconstruimos y reconstruimos en la sociedad; ésta nos crea y nos recrea, no somos sujetos atrapados en una red social, somos la red social misma. Y si somos la red misma, a la vez que somos influidos por ella, nosotros también la influimos. Esta interacción de sociedad-individuo e individuo-sociedad no se da igual en cualquier ciudad, país o continente. Los modelos de alta y baja complejidad que Morin describe tienen que ver con el tipo de organización social que se ha instituido porque la sociedad lo ha permitido con su conformismo e indiferencia o por una falta de organización social alterna que los una en pos de una postura contra-hegemónica.

Si en nuestra sociedad no hay una gran autonomía, ni múltiples comunicaciones entre grupos e individuos sino la ausencia de un gobierno pluralista que por su centralismo no permite ni el policentrismo ni mucho menos el acentrismo, está claro de que en nuestra sociedad prevalezca un pensamiento racionalizador que sigue mecánica y linealmente lo dictaminado en un programa, sin capacidad de crear estrategias a fin de enfrentarse a los riesgos del siglo XXI en donde el mundo se mueve *sin ton ni son* bajo la incertidumbre del ritmo cambiante y convulso de las crisis sociales, económicas, culturales y ecológicas. En esta colapsada modernidad líquida actual, el mercado mundial neoliberal, que sí tiene muy bien definidos sus intereses económicos y políticos, ve que *a río revuelto ganancia de capitalistas*. Por lo tanto, las posibilidades de desarrollar las libertades, las democracias y el pensamiento complejo son muy pocas.

2 La complejidad y la caología en la política mexicana

2.1 Tipología de gobiernos dentro del paradigma homeostático

En este orden imperturbable de nuestro entorno sociopolítico actual, surge una posibilidad de moverlo o por lo menos de incomodarlo, inyectándole una dosis de turbulencia caótica. ¿Qué quiere decir esto? Los partidos políticos y los gobiernos que emanan de ellos, que a su vez son manejados por poderes simbólicos ocultos de élites que sustentan la hegemonía mundial, se rigen por un patrón de conducta estandarizado en el cual no cabe el desorden o el caos que puede provocar la entrada de elementos detonantes democráticos, se mueven en la homeostática baja complejidad moriniana. Los gobiernos pasados, presentes y futuros de nuestro México manifiestan una tipología muy *sui generis*: 1) Gobernabilidad sin ética en donde predomina la violencia simbólica; 2) Ingovernabilidad con ética en donde predomina la violencia física; 3) Gobernabilidad mesiánica; y 4) Gobernabilidad caótica. Aclaro que esta tipología es didáctica, si recorro a los tipos puros weberianos es para resaltar el predominio de una característica entre las varias que constituyen al todo complejo, sólo lo hago para mover a la reflexión y al análisis de lo que puede estar pasando en la política de nuestro país.

2.2 Gobierno sin ética, pero con orden

Así, en este marasmo de ignominiosa calma, se ubican, primeramente, los que gobiernan sin ética. Éstos lo hacen bajo la postura pragmática de ejecutar acciones políticas utilitarias que siempre los han beneficiado, tanto a su grupo político como a ellos mismos. El éxito que los ha acompañado no se sustenta en principios éticos sino en la desmesurada ambición de poder político que se traduzca en el provecho o ganancia económica que puedan conseguir; pero sin importar los medios lícitos o ilícitos con que se obre. Lo prioritario es que se siga manteniendo el estado de cosas actual, lo cual es defendido a sangre y fuego con tal de que no se mueva el próspero, tranquilo, conveniente y aparente orden social e institucional. La permanencia de haber estado por más de setenta años en el poder fue tiempo suficiente para inculcar el habitus de la distinción y credibilidad por su partido y gobierno. La baja complejidad de la sociedad que es aprovechada por este tipo de gobierno que cuenta con una estructura política sólida de voto duro, con la experiencia en el manejo de las conciencias humanas a través de la limosna pública y el juego político subrepticio, hizo que regresara al poder de donde nunca salió, pues, es tan fuerte el habitus inculcado que la

oposición que llegó a la presidencia se mimetizó a su modelo de gobernar. En estos momentos, utilizando los mass media (Televisa-TV Azteca y periodistas que trabajan por encargo) como aparatos generadores de la arbitrariedad cultural, además de la utilización de reglas del juego no éticas, han vuelto a tomar las riendas del poder político de la nación.

2.3 Gobierno con “ética”, pero con desorden reactivo

Luego, tenemos a los gobiernos que actúan con ética, esto es, conforme al derecho y a las buenas costumbres de una sociedad determinada. Sin embargo, parece ser que entrando al espacio simbólico del poder, también se mimetizan a él. Se sueña que se vive en el mundo de la farsa y la fabulación en donde cada quien interpreta su papel según sus intereses personales. El Tartufo de Moliere representa a este partido político de corte católico cuyas similitudes con el personaje aludido son asombrosas, hasta en los parlamentos se usa la moral y el lenguaje de doble simbolismo o máscaras.

Estos representantes del gobierno ético son proclives al uso de la violencia física al no dárselos la simbólica; por lo tanto, efectúan sus acciones de manera reactiva y autoritaria sin tomar en cuenta a los demás. Ante la solución de un grave problema, reaccionan de inmediato, llevando a cabo operativos que no miden las consecuencias a futuro; la gobernabilidad se les va de las manos por su reactividad visceral e inmatista; sin embargo, lo hacen de buena fe y basados en principios éticos religiosos cuyas bondades no se reflejan en los hechos. La proactividad, que es la actividad planeada anticipadamente, muy bien estudiada y reflexionada a mediano y largo plazo, es engullida por la reactividad que actúa y resuelve problemas de manera inmediata, pero sin prever los graves efectos colaterales que muchas veces no son secundarios sino fundamentales.

2.4 Gobierno mesiánico de izquierda nacionalista

Posteriormente, tenemos a los gobiernos mesiánicos que no dejan que emerja otra expresión diferente al personaje que los encabeza, constituyéndose en el único salvador de la humanidad, aunque su fuerza principal se genera por la defensa que se hace de las clases desprotegidas y de salvaguardar a la nación de la depredación deshumanizada y salvaje de los representantes del mercado globalizado neoliberal. No obstante, son proclives al continuismo de este orden perpetuado y anquilosado en la sociedad que no deja que ésta sufra una metamorfosis política que la convierta en una mariposa libre, autónoma y democrática.

2.5 Gobierno nihilista, irruptivo e ilusorio

El cuarto elemento que pongo en la mesa de discusiones es la introducción del gobierno nihilista e individualista que introduce el caos en el orden institucional y social. Éste se significa por no seguir el camino que está ya trazado por el conservadurismo de nuestra tradición política. No respeta la ruta convencional por la que tiene que pasar y se brinca las trancas para llegar a la meta, pero solo. No cuenta con un equipo o estructuras sólidas que lo apoyen en caso de obtener el gobierno del país. La importancia que veo en esta utopía de caos gubernamental es la de remover o generar posibilidades por salir de este asfixiante y deprimente orden absoluto e inamovible que impide la emergencia de la gobernabilidad ciudadana.

2.6 De lo caótico a lo caológico

Toda esta tipología de gobiernos ya consolidados o en formación se inserta en el paradigma de la homeostasis que se expresa en las sociedades de baja complejidad debido a sus dispositivos panópticos e hiper-burocratizados. Falta transitar de lo homeostático a lo emergente heteróclito; de la baja complejidad de las sociedades a la alta complejidad; es decir, ir de lo caótico a lo caológico, entendiendo por este último, un caos creativo, generador de alternativas o salidas de este pseudo-orden que imposibilita la insurgencia ciudadana y la emergencia de una real y auténtica democracia. “La caología no podría ser interpretada como una apología del desorden, pues propone otra representación de éste” (BALLANDIER, 1997, p.10). Por consecuencia, debo repetirlo y enfatizarlo otra vez hasta el cansancio, que el hartazgo de la sociedad por la insaciable ambición de poder y control de grupos políticos que no oyen ni ven las necesidades e intereses del pueblo más que los de ellos mismos, puede hacer de este caos individualista y quimérico una caología transformadora que potencie las fuerzas creadoras y autónomas que consolide una ciudadanía más democrática y participativa en la defensa de sus derechos políticos y humanos. El quinto elemento no lo avizoro, no lo puedo percibir con mi mente que oscila entre la nomicidad y la anomicidad, que me despega y de repente me apegas al orden institucional y social, la naturaleza humana no es simple es compleja; por lo tanto, no logro ubicar este elemento que no está dentro de las cosas sólidas que conocemos, pues es líquido, complejo, incierto, no se encuentra en nuestro archivo o disco duro, está más allá del google hiper-enciclopédico, no se localiza en ninguna parte porque nos exige que lo construyamos y lo asumamos. Es una historia que no está escrita y está demandando ciudadanos-escritores

que se atrevan a salirse de los temas trillados o repetidos. La caología es una de las tantas posibilidades que nos invita a pensar y repensar lo que creíamos verdades absolutas y universales con una hermenéutica débil que las terrenalice, las humanice (VATTIMO, 2002); a fin de que nos posibilite ir más allá de ellas. Es más, según Georges Balandier (1997), “la ciencia actual ya no intenta llegar a una visión del mundo totalmente explicativa, la visión que produce es parcial y provisoria” (p.10). No obstante, los universos también pueden ser inventados o reinventados si hay alguien que se atreva a creer en la capacidad transformadora de caologizar el orden absoluto y total del mundo globalmente neo-colonizado en que vivimos.

2.7 México entre la baja y la alta complejidad

México está en el cruce conflictivo de transitar de un modelo de baja complejidad a uno de alta complejidad. Este paso crítico no es fácil de definir ni de pronosticar cuándo se dará. Una semi-alternancia democrática se ha dado al pasar la estafeta después de más de setenta años en el poder del megalopartido único del PRI al PAN, pero no a partidos con ideologías contrarias a los anteriores como el PRD ni mucho menos, lo más importante, un empoderamiento de la ciudadanía fuera de la tutela estatal o partidista. El debilitamiento de un presidencialismo y partidos centralistas al fortalecimiento de un policentrismo que se configura en los gobiernos de los Estados, de los poderes legislativo y judicial, de los partidos políticos, unido a un acentrismo del cual emergen asociaciones independientes, redes ciudadanas, ONGs, movimientos ciudadanos de gran importancia, diagnostican un síndrome de mutaciones sociales que pueden ser tomados como posibilidades en vez de adversidades.

En fin las condiciones están dadas; no obstante, una organización consciente, autónoma, contra-hegemónica, en donde se involucre y participe gran parte de la sociedad o toda la sociedad no se vislumbra ni a corto ni a mediano plazo. Por supuesto que los cambios se están dando, no estamos en una sociedad estática de baja complejidad sino que confluyen elementos emergentes de la alta complejidad que son los que debemos de apoyar, pues esta sociedad de todos modos, **se mueve**.

2.8 Reflexiones complejas y caológicas

La mirada moriniana es inclusiva, distingue, pero no excluye; así, los paradigmas de la homeostasis social, el reproduccionista, el resistencial, el contra-hegemónico y el crítico son múltiples miradas teóricas que son necesarias

para comprender la complejidad del mundo social en el que nos movemos. Si excluimos una mirada, estamos reduciendo la visión de nuestro observatorio sociocultural.

Todo esto me incita a pensar que la realidad no es una sola sino múltiple; y esta unidiversidad se expresa en el permanente movimiento catalizador del orden que lo desorganiza y lo organiza en un nuevo orden que incluye al viejo en donde orden y desorden se interretroactúan entre sí. Al conflictuar el equilibrio del status quo, éste se desestabiliza y se enriquece; generándose un nuevo equilibrio preñado de la dialógica recursiva del bucle conflicto-equilibrio el cual mantiene el pensamiento y la acción vivos, cambiantes y dinámicos. Desde la mirada compleja de Morin (en PENA-VEGA, 2001), estas interacciones las explica así: “Si se quiere mudar el mundo, es necesario servirse de todos los tesoros de la cultura del pasado. No existe conservación sin revolución. No existe revolución sin conservación” (p.174).

Finalmente, el pensamiento de la sociología compleja contempla las conciencias locales, nacionales y mundiales; incluye al conflicto clasista social, a las tribus que están emergiendo por todos los campos policulturales, advertidas por Maffesoli (2004), al rompimiento bipolar de la URSS-EEUU con predominio de este último; y la aparición en el escenario mundial de otros polos: Rusia (desmembrada) China, India, Corea, Brasil, además, analiza cuidadosamente las crisis catastróficas de los pueblos europeos que representan nuestras raíces histórico-culturales como son Grecia, Italia, España...; todo esto configura un nuevo mapa mundial que se está rehaciendo día con día, abierto a un movimiento portador de transformaciones continuas, como dice Balandier (1997): “contrario a las sociedades de la tradición quienes disponen de una cartografía del orden y el desorden y que ya han señalado sus lugares y sus caminos” (p.143). Esta cartografía de baja complejidad corre el riesgo de reproducirse si creemos que la apertura democrática a la diversidad y pluralidad político-cultural está en la multiplicación de más partidos políticos para que la sociedad se exprese libre y soberanamente; no considero que ahí esté el *quid* de este asunto; lo toral será que ya no haya más de estos formatos que alienan a los individuos; sino alternativas estratégicas que empoderen a los sujetos y devengan ciudadanos.

Vale la pena también enfatizar nuestra indiferencia, no sólo con nosotros los humanos, sino también con lo que nos sostiene y nos da vida o muerte: la tierra; en la que no ponemos atención a sus gritos de alarma, que nos ve obcecados en proseguir una agobiante guerra babélica por el apoderamiento

y neo-colonización del mundo convulsionado por las ambiciones del poder. Ciegos, sordos e insensibles, no hemos advertido la gravedad que le hemos causado a la naturaleza y ella al ver que está muy lejos de que se geste o fomente una conciencia planetaria ha empezado a golpear la mesa telúrica y Japón se ha convertido en el primer mensaje catastrófico “natural” de este siglo XXI con el cual no se puede discutir o enviar la United States Army para resolver los graves problemas ecológicos. La naturaleza vejada, secuestrada y declarada presunta culpable por todas las naciones está dando muestras palpables de hartazgo e irritación ante tal inconsciencia del cuidado del planeta que es, obviamente, el cuidado de nosotros mismos.

Tenemos que aprender a estar allí (dasein), en el planeta. Aprender a estar, es decir, aprender a vivir, a comunicar, a comulgar; es lo que se aprendía en y por las culturas cerradas. En adelante tenemos que aprender a ser, vivir, compartir, comunicar, comulgar como humanos del planeta tierra. No sólo ser de una cultura sino a ser terrícolas. (MORIN, 1999, p. 212).

Referencias

- ALTHUSSER, L. *La Filosofía como arma de la revolución: ideología y aparatos ideológicos del Estado*. México: Siglo XXI, 1989.
- BALANDIER, G. *El desorden: la teoría del caos y las ciencias sociale: elogio de la fecundidad del movimiento*. Barcelona: Gedisa. 1997.
- BOURDIEU, P. *Capital cultural, escuela y espacio social*. México: Siglo XXI, 2003.
- BOURDIEU, P. *Meditaciones pascalianas*. Barcelona: Anagrama. 1999.
- MAFFESOLI, M. *El tiempo de las tribus: el ocaso del individualismo en las sociedades posmodernas*. México: Siglo XXI, 2004.
- MORIN, E. *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 2001.
- MORIN, E. *El método 5: la humanidad de la humanidad: la identidad humana*. Madrid: Cátedra. 2003.
- MORIN, E. *Sociología*. Tradução Jaime Tortella. Madrid: Tecnos. 1995.
- MORIN, E. *Tierra patria*. 2. ed. Buenos Aires: Nueva Visión. 1999.

PENA-VEGA, A. et al. *Edgar Morin: ética, cultura e educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

VATTIMO, G. *Tecnica ed esistenza: una mappa filosofica del novecento*. Milano: Bruno Mondadori, 2002.

Orientaciones para favorecer el disfrute de la cultura: reflexiones desde los Estudios de Ocio

Guidelines to promote the enjoyment of culture. Reflexions from the Leisure Studies

Maria Luisa Amigo Fernández de Arroyabe¹

Macarena Cuenca Amigo²

Resumen

Desde finales de los años ochenta, el Instituto de Estudios de Ocio de la Universidad de Deusto, en España, desarrolla la investigación en el ámbito del ocio y la recreación. El horizonte del ocio humanista es el fundamento teórico de la labor docente e investigadora que se realiza en diversas áreas temáticas, siendo el ocio creativo uno de los núcleos fundamentales de trabajo. Partiendo de este contexto, en este artículo nos proponemos reflexionar sobre la dimensión del ocio creativo y, en concreto, sobre su vertiente re-creativa, con el objetivo de apuntar algunas orientaciones que puedan ayudar a las organizaciones culturales a favorecer el disfrute de la cultura entre sus públicos. La metodología seguida es la propia de la investigación en el marco del discurso teórico, y consiste principalmente en la revisión bibliográfica del campo de estudio y el análisis de contenido de las obras de referencia.

Palabras clave: Ocio creativo. Ocio cultural. Formación cultural. Disfrute de la cultura.

Abstract

Since the late eighties, the Institute of Leisure Studies at the University of Deusto, Spain, conducts research in the field of leisure and recreation. The horizon of humanist leisure is the theoretical foundation of the teaching and research work carried out in various subject areas,

¹ Catedrática. Imparte clases en Filosofía y en el Instituto de Estudios de Ocio desde su inicio, del que forma parte del equipo de investigación. En él es coordinadora académica de los programas Aprender viajando y Disfrutar las artes. Es autora de algunas publicaciones en las áreas de Historia de la filosofía griega, Estética y Ocio estético. Email: mlamigo@deusto.es

² Profesora de Análisis Estratégico de la Empresa en el campus de Bilbao de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de la Universidad de Deusto, donde también coordina el Programa de Prácticas Académicas. Es doctoranda del programa "Ocio y Desarrollo Humano" y ha centrado el área de investigación de su tesis doctoral en la creación y desarrollo de públicos operísticos. Email: macarena.cuenca@deusto.es

being creative leisure one of the core work areas. From this context, in this article we propose to deepen in the dimension of creative leisure and, in particular, on his re-creative side, in order to offer some guidelines that can help cultural organizations to promote the enjoyment of culture among their audiences. The methodology used is the appropriate for a research framed within the theoretical discourse, and consists mainly of a literature review of the field of study and a content analysis of works of reference.

Keywords: Creative leisure. Cultural leisure. Cultural education. Enjoyment of culture.

Introducción

Desde finales de los años ochenta, el Instituto de Estudios de Ocio de la Universidad de Deusto, en España, desarrolla la investigación en el ámbito del ocio y la recreación. El horizonte del ocio humanista es el fundamento teórico de la labor docente e investigadora que se realiza en diversas áreas temáticas, siendo el ocio creativo uno de los núcleos fundamentales de trabajo.

Partiendo de este contexto, en este artículo nos proponemos reflexionar sobre la dimensión del ocio creativo y, en concreto, sobre su vertiente recreativa, con el objetivo de apuntar algunas orientaciones que puedan ayudar a las organizaciones culturales a favorecer el disfrute de la cultura entre sus públicos. La metodología seguida es la propia de la investigación en el marco del discurso teórico, y consiste principalmente en la revisión bibliográfica del campo de estudio y el análisis de contenido de las obras de referencia.

La reflexión teórica que abordaremos en las próximas páginas se desarrollará desde lo general a lo específico. Así, partirá del concepto de ocio creativo y de los valores asociados a éste para, posteriormente, centrarse en el terreno de la recepción cultural.

Ocio creativo ¿De qué estamos hablando?

Desde la segunda mitad del siglo XX, existe un amplio consenso en los Estudios de Ocio sobre la necesidad del ocio en la existencia humana. Sin embargo, la percepción del ocio ha ido cambiando a lo largo del tiempo sustancialmente. En la sociedad laboralista, por ejemplo, el ocio tenía una función compensatoria y se concebía como descanso o premio del trabajo (Franklin, 1964). Esta concepción ha ido variando a lo largo de los años y hoy,

en la sociedad vivencial en la que vivimos (Schulze, 2005), estamos muy lejos de aquellas ideas primitivas del ocio. El proceso de democratización del lujo que se ha producido a lo largo del siglo XX (Sloterdijk, 2004), gracias a los avances científicos, ha supuesto una vida más cómoda y una mayor disponibilidad de tiempo libre. La diversión y el descanso, que eran el centro de atención en tiempos pasados, se dan ahora por supuestas y el ocio se torna de un significado más intrínseco, donde la propia actividad de ocio tiene sentido en sí misma. Las personas, de forma consciente y querida, buscan ámbitos de autorrealización, que posibiliten el camino para un desarrollo personal.

Esta forma de entender el ocio, como la vivencia de una experiencia satisfactoria, querida y libremente elegida (Cuenca, 2000; Kleiber, 1999; Sue, 1980), es lo que algunos autores denominan ocio autotélico³. Se trata de un ocio desinteresado desde el punto de vista económico que “proporciona autorrealización y calidad de vida” (Cuenca, 2006: 14). Csikszentmihalyi (2008), que ha investigado durante años los aspectos de la experiencia humana, también habla de la experiencia autotélica y afirma que el elemento clave de la experiencia óptima que conduce a la felicidad es, precisamente, que tenga un fin en sí misma.

Son muchos los autores que consideran que la naturaleza de la experiencia de ocio es multidimensional (Kelly, 1987; Tinsley y Tinsley, 1986). En este sentido, Cuenca (2000) considera que el concepto de ocio autotélico se manifiesta en cinco dimensiones diferentes: lúdica, creativa, festiva, ambiental-ecológica y solidaria. De todas ellas, centraremos nuestra atención en la creativa, puesto que constituye nuestro objeto de estudio.

La dimensión creativa del ocio se concreta en la experiencia de las creaciones y recreaciones culturales y hace referencia a un ocio formativo, reflexivo, cultural, creativo y de crecimiento personal. Nos sitúa en experiencias relacionadas con la creatividad y hace alusión al disfrute vinculado a los procesos de creación o de re-creación cultural (Cuenca, 2010). Destaca por su carácter consciente, de apertura y encuentro, relacionándolo con la autorrealización, subrayando el aprendizaje y la formación. Y, se corresponde con las vivencias

³ Autotélico significa que tiene un fin en sí mismo. La palabra deriva de dos palabras griegas “auto”(en sí mismo) y “telos” (finalidad).

culturales de ocio unidas al desarrollo de prácticas musicales, dramáticas, literarias, artesanales, pictóricas, folklóricas etc.

Concretando más estas ideas podemos reconocer un nivel creativo o productivo, que supone la producción de realidades previamente no existentes, y otro nivel recreador, capaz de acoger aquellas y recrearlas (Amigo, 2000). El primero hace referencia a la creación de objetos culturales y obras artísticas, a la creación de *imágenes* en un espacio de ficción. El segundo alude a experiencias de recreación de esos objetos y obras. En él se da también la dimensión creativa en la medida en que aquellos objetos y, especialmente, las obras de arte culminan en la apropiación que realiza el receptor. La creatividad no se comprende, en exclusiva, para el artista creador y se desplaza al horizonte de la recepción de las propuestas culturales. Los receptores son creadores, en la medida en que acogen las propuestas, las completan o desarrollan (Eco, 1979; López Quintás, 1998). Así podemos concretar que bajo el binomio de ocio creativo comprendemos las experiencias creativas y receptoras. Las primeras nos conducen, primariamente, al ámbito de la creación y las segundas a la recreación. Pero en ambas hay una dimensión de creatividad, de participación y de recepción y recreación (Jauss, 1986; Gadamer, 1996).

Valores del ocio creativo

Para avanzar en nuestra reflexión consideramos relevante aludir, en siguiente lugar, a algunos valores del ocio creativo, tanto desde el punto de vista creador como recreador.

En relación al primero, quizás, el más evidente es el valor propio de la creación, el valor de crear. La acción creadora de un artista o un artesano configura una obra que resulta ser algo nuevo. Las obras de creación no pueden comprenderse sólo en clave de soportes materiales y cualidades sensibles. Son portadoras de un sentido, de un valor, que unas veces anuncia algo radicalmente nuevo –como las obras de arte- y otras condensa un mundo de valores comunitarios- como las obras artesanales. ¿Cómo podemos concretar los factores de esta riqueza? Sin intentar agotarlos apuntamos los siguientes:

Exaltación de lo sensible: Toda obra creada tiene una materia que no es sólo un medio indispensable para su configuración, sino también un fin; vale por sus cualidades y porque éstas se ofrecen a la percepción estética, mostrando la dimensión sensible de la obra.

Valor de la interrogación y del descubrimiento: Los creadores realizan formas en las que encarnan su visión de las cosas y su experiencia del mundo. Esa labor de encarnación es una acción primordial de búsqueda y clarificación de la forma, especialmente para los artistas, ya que el arte requiere la forma creada.

Valor del nuevo significado: La obra creada condensa nuevas significaciones que se comprenden mejor si pensamos en ellas como símbolos. Las creaciones culturales son portadoras de una multiplicidad de sentidos y se caracterizan por su riqueza inagotable (Dufrenne, 1982) y por su carácter ambiguo (Eco, 1979). No se consumen, ni se agotan.

Desde el punto de vista recreador, el disfrute de las creaciones culturales es en sí mismo valioso porque genera estados de satisfacción y armonía, al tiempo que ayuda al desarrollo personal. Desde el punto de vista del ocio y de la recreación, podemos entenderlo como experiencia autotélica de ocio. Apuntamos someramente algunos valores de esta experiencia, en correspondencia con los valores esbozados para la obra creada.

El valor de renovar nuestra percepción: La recreación de la obra creada renueva nuestra percepción. Destacábamos antes que las obras hacen presente y exaltan la riqueza sensible. Pues bien, si ahora observamos la recepción de esta experiencia en una persona que las recrea, descubriremos que las obras potencian la renovación de la percepción (Arnheim, 1986, 1993). Nos permiten enriquecer la mirada, con las formas y los colores.

Valor de la interrogación y el descubrimiento: Significa que las creaciones no sólo nos hacen gozar sensiblemente, sino que nos invitan a interrogarnos y a descubrir el mundo que encierran. Las creaciones culturales tienen la capacidad de transfigurar, enriquecer, ahondar la realidad y hacernos partícipes de ello. En muchos casos son formas alternativas que iluminan nuevas posibilidades para el ser humano, sus relaciones con el mundo y con los otros. Como espectadores, nos adentramos en ellas y bien podemos decir que son un desafío para nuestra mente (Goodman, 1976).

Valor del entrenamiento simbólico: La experiencia recreadora se produce en relación con las obras, por lo que la aportación del sujeto receptor es clave. Se establece un diálogo entre éste y la obra, que induce a buscar significados, a dar sentido, de modo que las creaciones desplieguen su riqueza en ese encuentro (Gardner, 2011). En este horizonte de interrelación con las creaciones culturales

descubrimos nuevas facetas de la realidad y, a la vez, nuestra comprensión de ellas se renueva con la experiencia.

Teniendo en cuenta lo anterior, en el siguiente apartado concretamos nuestra reflexión en el ámbito cultural.

Goce y disfrute de la cultura

La cultura ofrece un gran abanico de posibilidades de disfrute. Subrayamos esta dimensión de gozo y disfrute, porque hemos interiorizado la necesidad de cuidar y salvaguardar el patrimonio, pero, quizá, hemos dejado en segundo lugar la riqueza que nos proporciona experimentarlo. La reflexión del ocio nos ayuda a valorar esta dimensión. Podemos vivir momentos muy ricos recreando la cultura, teniendo experiencias de ocio culturales. Ahora bien, estas experiencias requieren actitudes de participación, de apropiación, que posibiliten el goce y el disfrute.

Tanto desde el punto de vista del creador como desde el recreador, la experiencia es gozosa. En el primer caso, el gozo va acompañando la acción de crear, de configurar algo nuevo, de dar forma a algo interior, quizá, meramente esbozado. En la experiencia recreadora el disfrute acoge un arco de gradación que iría del simple agrado al goce de gran intensidad. Muchas experiencias se caracterizarán por un estado de complacencia que nos hace sentirnos a gusto ante un paisaje o un paseo por un entorno que cautiva nuestra mirada. Otras experiencias nos provocarán un goce más pasional en el que estemos totalmente involucrados.

Este goce no es un placer solitario, ni una mera autosatisfacción. La actitud, la voluntariedad y conciencia de la experiencia, así como el autotelismo nos proporcionan el marco para comprender este goce. Supone una relación con el objeto que nos permite su despliegue y en él encontramos la causa del disfrute (Gardner, 2011). Puede darse en diferentes niveles y grados de intensidad, abarcando desde el agrado que nos proporciona la visión de un mercado artesanal a la apropiación y participación del receptor en una experiencia de sentido del mundo que le ofrece una obra de arte.

Dentro del gran abanico de posibilidades de disfrute que ofrece la cultura, quisiéramos destacar que la satisfacción surge en la vivencia actualizada de las obras y no en un hipotético regreso al tiempo en que fueron creadas. El recreador, -cualquiera de nosotros como persona que vive la cultura- experimenta el disfrute

en relación con él, como persona en el mundo que le ha tocado vivir. Puede gozar con obras realizadas hace mucho tiempo, pero la lectura que hace de ellas debe llevarla a cabo desde su presente. Este es un primer aspecto que se debe tener en cuenta. En segundo lugar, el goce se intensifica al observar el placer de la comprensión que el objeto proporciona. Esta comprensión se realza en el arte. En este caso el arte ofrece un mundo condensado que el autor ha configurado intencionalmente en forma. Esto vale tanto respecto a una obra tradicional como a una propuesta cultural de vanguardia. La recepción es una tarea compleja y, a veces, difícil, que conduce a adentrarse en los valores sensibles, formales y de sentido. Las obras son microcosmos que invitan a participar. Esta participación es, sin duda, una fuente específica de placer, como ya señaló en la antigüedad Aristóteles y, recientemente, Jauss (1986).

De todo ello se desprende que una mayor participación satisfactoria de la cultura está relacionada con la formación y, por tanto, con la educación comunitaria. La educación comunitaria del ocio hace referencia a acciones en las que el objetivo no es cada persona, sino la comunidad, en sus diversos ámbitos: escolar, universitario, local, regional, etc. (Cuenca, 2010: 129). Se pretende cambiar actitudes y hábitos comunitarios en beneficio de una paulatina implantación del derecho al ocio, de los cauces para realizarlo y también para aumentar la calidad de vida en la comunidad. Estas acciones requieren objetivos a largo plazo y unas estrategias de realización en políticas culturales.

La Administración pública tiene un papel clave para potenciar el ocio creativo en los diferentes niveles de su ámbito de gestión. En muchas ciudades se han incrementado las infraestructuras culturales, pero estas acciones no se han acompañado de programas educativos orientados a la integración y el disfrute de los ciudadanos. Las grandes inversiones por si solas no aseguran la participación de los ciudadanos. Se hace necesaria una atención a las demandas y, al mismo tiempo, el desarrollo de nuevos cauces que inciten al descubrimiento, la apropiación y el disfrute de las creaciones culturales. Formar y abrir el gusto debería ser un objetivo claro de los proyectos educadores de la ciudad.

Principios básicos para los programas de formación cultural

Llegados a este punto, parece claro que el disfrute de la cultura puede ser incrementado desde la formación. Pero, ¿qué principios deben tener en cuenta los programas de formación cultural para que, efectivamente, estos conduzcan a

un mayor disfrute? Bajo nuestro punto de vista, es necesario partir de principios relacionados con la recepción cultural, pero estos debieran construirse sobre la base de los principios de la experiencia de ocio, puesto que es en este horizonte de ocio en el que estamos situando el disfrute de la cultura. Comenzamos desarrollando estos últimos.

Entendemos que una experiencia de ocio es una *vivencia* que promueve un ocio activo y recreador en todas sus dimensiones y, por lo tanto, también en la creativa. Esta dimensión vivencial lleva consigo un predominio emocional. Así, será interesante promover experiencias de aprendizaje diversas, globales y relacionadas con el sentido de la vida y los valores de cada uno.

La segunda nota clave es la *libertad*. La experiencia de ocio se desarrolla en un ámbito de libertad, en ausencia de coacción y, en un sentido positivo, de elegir en cada momento el modo de obrar que se considere mejor entre las distintas posibilidades que la situación ofrece. En este sentido, la formación orientada a incrementar el disfrute de la cultura debiera estimular y abrir caminos de desarrollo sin coacción ni direccionismo.

La tercera nota es la *satisfacción*. La experiencia de ocio se fundamenta en la acción gustosa, satisfactoria, que no está reñida con el esfuerzo y se materializa cuando se produce un ajuste entre las expectativas de la persona y su vivencia de ocio real. En relación con lo anterior, las experiencias de aprendizaje cultural deben ser gratificantes tanto en el proceso de aprendizaje como en sus resultados y deben tender a ajustar las expectativas de los participantes y la realidad.

Finalmente, entendemos que la experiencia de ocio es *autotélica*, es decir, que no busca otro fin que su propia vivencia. Por ello, la formación en torno la experiencia de ocio debe ser considerada valiosa en sí misma y debe suponer un reto de autosuperación respecto experiencias anteriores.

Para llevar a cabo estos principios son necesarios unos objetivos, unas estrategias y unas acciones. Se concretan en políticas culturales, programas educativos y otras acciones encaminadas a potenciar el desarrollo y la participación de la comunidad, en beneficio de una paulatina implantación del derecho al ocio y el aumento de la calidad de vida de la comunidad (San Salvador del Valle, 2000). Cualquier propuesta educativa de ocio comunitario debe ser inclusiva, implicando a las instituciones culturales locales, a los propios agentes y favoreciendo la participación de modo que se potencie un

desarrollo comunitario desde los propios ciudadanos y no desde la imposición o la limitación a determinados segmentos de la población. La cooperación de las instituciones culturales de la comunidad es un eje clave para facilitar la participación y aunar objetivos: “Museos, bibliotecas, centros de educación de adultos, centros musicales, deportivos, recreativos, deberían coordinar más acciones con el fin de promover un ocio formativo de mayor calidad, encuadrado en los planteamientos del desarrollo comunitario” (Cuenca, 1999: 105).

La finalidad sería el logro de experiencias de ocio valiosas en sí mismas, que generen la continuidad de un ocio serio. El horizonte ya no es el ámbito escolar sino la formación a lo largo de la vida (Kleiber, 2002).

La educación del ocio se enriquece cuando se comprende como un proceso continuo, a lo largo de la vida. Ello significa que debe encauzarse hacia acciones educativas no casuales, sino proyectadas en el tiempo. Este proceso a largo plazo, junto con la inclusión y la solidaridad han sido destacados en diferentes documentos, especialmente, en la Carta Internacional para la Educación del Ocio (Cuenca, 2004: 315 y ss).

El disfrute de la cultura se incrementa cuando se favorece una actitud de participación activa. Esta nota ha sido reiterada en la reflexión estética y puede ser proyectada al horizonte más amplio del disfrute cultural. Una integración interactuante involucra plenamente a los participantes. Son estos los que tienen que ayudar a crear su propia experiencia, desplegando su creatividad. Esta apropiación es fuente de disfrute (Jauss, 1986; Gadamer, 1996). La participación se condensa en lo que podríamos denominar un *descubrimiento*, es decir, el reconocimiento de un mundo cultural, con los valores que ofrece y que el participante puede descubrir, enriqueciendo su vida mental y sensitiva. Este proceso significa, por tanto, *comprensión*, es decir, la integración de los elementos descubiertos y su actualización en el presente. El disfrute, la satisfacción, es una nota característica de esta experiencia, como ya hemos apuntado reiteradamente.

A modo de resumen, podríamos destacar lo siguiente:

Disfrute de la cultura	ACTITUD ABIERTA Disposición libre de las personas abiertas propuestas culturales.	Promover experiencias de aprendizaje: Que favorezcan la atención centrada en las propuestas culturales Que faciliten una relación empática
	PARTICIPACIÓN Proceso de coejecución y apropiación de las propuestas culturales .	Promover experiencias de aprendizaje: Que potencien la implicación activa de los participantes Que inciten al discernimiento y la valoración
	DESCUBRIMIENTO Reconocimiento de los valores, y de los elementos sensibles, formales y de sentido mediante la participación.	Promover experiencias de aprendizaje: Que faciliten la atención hacia los factores sensibles, formales o estructurales, de significado o sentido Que transmitan el patrimonio que supone la propuesta cultural
	COMPRENSIÓN Proceso de integración de los elementos descubiertos y de actualización en el presente.	Promover experiencias de aprendizaje: Que favorezcan la actualización de la propuesta y su integración en el participante Que converjan en la valoración

Fuente: Elaboración propia a partir de Cuenca (2004: 251-260) y Amigo (2008).

Orientaciones para favorecer el disfrute de la cultura

Finalmente, tras la reflexión realizada, en este apartado pretendemos dar respuesta a la pregunta que nos planteábamos al inicio: ¿Cómo pueden las organizaciones culturales favorecer el disfrute de la cultura entre sus públicos? Nuestra respuesta apunta claramente a los programas de educación para el disfrute de la cultura. A nuestro modo de ver, este tipo de programas debieran tener en cuenta las siguientes orientaciones:

1ª Educar para el disfrute de la cultura lleva consigo favorecer el desarrollo integral de las personas, fomentando la educación de la sensibilidad y de la inteligencia. Requiere abrir el gusto de los participantes a nuevas formas y propuestas, así como ayudar a dar nuevos significados a las formas tradicionales. Quedaría resumido en dos palabras: *Ayudar a ver*, entendiendo por *ver*, no sólo la mirada sensible, sino también la mirada de nuestra mente, la comprensión.

2º Educar para el disfrute de la cultura lleva consigo favorecer el desarrollo de la conciencia. La experiencia de las formas culturales tiene un predominio estético, pero esta dimensión no está reñida con la ética, al contrario, la reclama. Nos enseña la riqueza del *otro* diferente y a descubrir otros modos de vida. Quedaría resumido en dos palabras: *Ayudar a comprender*, entendiendo la comprensión no sólo en el sentido intelectual de comprensión de la realidad, sino también en un sentido ético como mirada *al otro*.

3º La educación para el disfrute de la cultura debe ser para todas las personas de la comunidad, incluyendo a todos y reconociendo los aspectos multiculturales. La relación de este aspecto con el primero significa que la apertura de miras, el abrir el gusto, es una condición importante para el reconocimiento de todas las formas culturales.

4ª Por último, quisiéramos destacar lo que sería la base de todas estas acciones: el valor de la experiencia. Educar para el disfrute de la cultura requiere una dimensión experiencial, vivencial, en suma, una experiencia de ocio. Las instituciones no pueden garantizar estas experiencias, pero sí pueden favorecer las condiciones de posibilidad para que las personas de la comunidad las lleven a cabo. De modo que la educación comunitaria para el disfrute de la cultura debería tener en cuenta proyectos experienciales de ocio.

En resumen, la educación comunitaria del ocio para el disfrute de la cultura tiene en los principios de ocio, de la educación y del disfrute cultural unas guías apropiadas para desarrollar programas que favorezcan la realización de un ocio creativo, inclusivo, participativo y gozoso.

Referencias

AMIGO FERNÁNDEZ DE ARROYABE, M. L. *El arte como vivencia de ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.

AMIGO FERNÁNDEZ DE ARROYABE, M. L. La experiencia de ocio estético. In: MONTEAGUDO SÁNCHEZ, M. J. (Ed.). *La experiencia de ocio: una mirada científica desde los estudios de ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2008. p. 111-135.

ARNHEIM, R. *Consideraciones sobre educación artística*. Barcelona: Paidós Estética, 1993.

ARNHEIM, R. *El pensamiento visual*. Barcelona: Paidós Estética, 1986.

CSIKSZENTMIHALYI, M. *Fluir: una psicología de la felicidad*. Barcelona: Kairós, 2008.

CUENCA CABEZA, M. Las artes escénicas como experiencia de ocio creativo. In: CUENCA CABEZA, M.; LAZCANO, I.; LANDABIDEA, X. (Ed.). *Sobre ocio creativo: situación actual de las Ferias de Artes Escénicas*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2101. p. 13-48.

CUENCA CABEZA, M. *Ocio humanista: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.

CUENCA CABEZA, M. *Ocio y formación: hacia la equiparación de oportunidades mediante la Educación de Ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1999.

CUENCA CABEZA, M. *Pedagogía del ocio: modelos y propuestas*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2004.

CUENCA CABEZA, M. Pedagogía del ocio: una aproximación global. In: CUENCA CABEZA, M. (Ed.). *Aproximación multidisciplinar a los estudios de ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2006. p. 83-101.

DUFRENNE, M. *Fenomenología de la experiencia estética*. Valencia: Fernando Torres, 1982.

ECO, U. *Obra abierta*. Barcelona: Ariel, 1979.

FRANKLIN, B. *El libro del hombre de bien*. Madrid: Espasa-Calpe, 1964.

GADAMER, H. G. *Estética y hermenéutica*. Madrid: Técnos, 1996.

GARDNER, H. *Verdad, belleza y bondad reformuladas*. Barcelona: Paidós, 2011.

GOODMAN, N. *Los lenguajes del arte*. Barcelona: Seix Barral, 1976.

JAUSS, H. R. *Experiencia estética y hermenéutica literaria: ensayos en el campo de la experiencia estética*. Madrid: Taurus. 1986.

KELLY, J. R. *Freedom to be: a new sociology of leisure*. New York: Mac-Millan, 1987.

KLEIBER, D. A. La intervención para el desarrollo y la educación del ocio: una perspectiva/visión a lo largo de la vida. In: DE LA CRUZ AYUSO, C. (Ed.), *Educación del ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2002. p. 69- 83.

KLEIBER, D. A. *Leisure experience and human development: a dialectical interpretation*. New York: Basic Books, 1999.

LÓPEZ QUINTÁS, A. *Estética de la creatividad*. Madrid: Rialp, 1998.

SAN SALVADOR DEL VALLE, ROBERTO. *Políticas de ocio: cultura, turismo, deporte y recreación*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.

SCHULZE, G. *Die Erlebnisgesellschaft. Kultursoziologie der Gegenwart*. 2. Auflage ed. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2005.

SLOTEDIJK, P. *Schäume. Sphären III*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2004.

SUE, R. *Le Loisir*. París: Presses Universitaires de France, 1980.

TINSLEY, H. E. A.; TINSLEY, D. J. A theory of the attributes, benefits and causes of leisure experience. *Leisure Sciences*, v. 8, p.1-45, 1986.

La comunicación asertiva como una estrategia para mejorar las relaciones interpersonales en adultos jóvenes

Assertive communication as a strategy to improve relationships in young adults

María de Lourdes Vargas Garduño¹

Antonio Cerriteño Hernández²

Resumen

En este artículo se describen el proceso y los logros obtenidos a través de un taller de comunicación asertiva dirigido a jóvenes que estudian una licenciatura en el Instituto Michoacano de Ciencias de la Educación (IMCED), de la ciudad de Morelia, en México. Dicho taller se fundamentó teóricamente en la psicología humanista, desde la óptica de Carl Rogers (1980). La investigación en que se basa el artículo se realizó desde la lógica cualitativa, siguiendo el método fenomenológico. Participaron 27 personas: 21 mujeres y 6 hombres; cuyas edades se encontraban entre los 20 años y los 28 años. Los datos se analizaron a partir de la construcción de categorías que se clasificaron en tres etapas: diagnóstico, desarrollo y cierre, con base en la propuesta de Van Dijk (2000). Entre los logros más relevantes se encontró una toma de conciencia de los jóvenes participantes acerca de sus propias conductas agresivas, pasivas y asertivas, así como el descubrimiento de posibles vías para ir desarrollando la comunicación asertiva en los diversos ámbitos de su vida cotidiana.

Palabras clave: Comunicación asertiva. Comunicación pasiva. Comunicación agresiva. Relaciones interpersonales. Aprendizaje.

Abstract

This article describes the process and achievements through assertive communication workshop aimed bachelor students at Michoacán Institute of Education (IMCED), in Morelia

¹ Doctora en Ciencias Sociales con especialidad en Psicología Social. Profesora Investigadora de la Facultad de Psicología de la UMSNH. E-mail: luluvargas61@gmail.com

² Licenciado en Psicología. E-mail: psique_too@yahoo.com.mx

city. The workshop was theoretically grounded in humanistic psychology from the perspective of Carl Rogers (1980). The research on which the article is based was conducted from the qualitative logic, following the phenomenological method. Participants were 27 persons: 21 women and 6 men were aged between 20 years and 48 years. Data were analyzed from the construction of categories that were classified into three stages: diagnosis, development and closure, from the viewpoint of Van Dijk (2000). Among the most important achievements was found awareness of the young participants about their own aggressive, passive and assertive as well as the discovery of possible ways to be developing assertive communication in various areas of daily life.

Keywords: Assertive communication. Passive communication. Aggressive communication. Interpersonal relationships. Learning.

Introducción

En nuestra vida cotidiana enfrentamos diversos tipos de problemas, mismos que se presentan en los distintos escenarios en los que interactuamos. Tanto al enfrentarlos, como al tratar de resolverlos, expresamos emociones, creencias e ideas, en cualquier momento de la vida en que nos encontremos. Si bien la reflexión sobre la comunicación es importante en cualquier etapa de la vida, el centrar la atención los jóvenes, resulta fundamental para quienes nos desempeñamos en el ámbito universitario, puesto que como docentes y como condiscípulos, apreciamos las repercusiones que una deficiente comunicación acarrea en los distintos contextos sociales en que se mueven, tales como: el escolar, el familiar, el círculo de amigos y laboral.

El eje conceptual del que partimos es la asertividad, la cual se define como la forma de comportamiento que “promueve la igualdad en las relaciones humanas, permitiéndonos actuar de acuerdo con nuestros intereses, defender nuestras opiniones sin sentirnos culpables, expresar nuestros sentimientos con honestidad y con comodidad y ejercer nuestros derechos sin transgredir los de otros” (ALBERT & EMMONS, 1999, p. 7). En contraposición, la comunicación agresiva es aquella que, para hacer valer los propios derechos o lograr las propias metas, se ataca al otro, se le falta al respeto o se le hiere la autoestima o la dignidad (AGUILAR-KUBLI, 1993). Otra forma de conducta no asertiva es la pasiva, que este mismo autor define como la expresión de ideas, necesidades o sentimientos de manera débil, indirecta o nula, permitiendo con frecuencia que se violen los derechos de la propia persona.

El segundo concepto fundamental es el del adulto joven, periodo que abarca de los 20 a los 40 años, aproximadamente. Se define como la etapa en la que el individuo consolida sus capacidades físicas, logra un mayor vigor y se encuentra en una edad óptima para la reproducción. Asimismo, en el aspecto cognitivo, cuenta con la capacidad de aplicar sus aprendizajes en diversos contextos: social, familiar y laboral. Desde lo social, es la etapa en la que la mayoría se inserta en el mundo laboral, entre otros datos importantes (PAPALIA, 1997).

Si bien es cierto que las personas que se muestran asertivas muy frecuentemente se les percibe como agresivas, esta idea no es más que una de las tantas confusiones que se generan al respecto. En realidad la comunicación asertiva (comportamiento afirmativo) promueve la igualdad entre los seres humanos, por lo que las personas asertivas tienden a mostrarse seguras de sí mismas cuando emiten sus puntos de vista sobre una situación determinada, a ser capaces de expresar lo que sienten ante los demás sin agredir o manipular a los demás, a llevar a cabo sus proyectos y defender sus intereses respetando los de las personas que se encuentran a su alrededor. Por estos motivos es no suelen caracterizarse por comportamientos no efectivos como la comunicación pasiva (conducta no afirmativa) o agresiva (AGUILAR-KUBLI, 1993).

Generalmente observamos estudiantes con dificultades para comunicarse, lo cual puede apreciarse, por ejemplo en las diferencias en la forma de actuar en la escuela: hay algunos a quienes se les facilita hablar en el salón de clases y a otras que se les dificulta hacerlo; hay jóvenes que son fáciles de convencer para que realicen tal o cual acción aunque ese mandato les genere repugnancia y temor, y hay otros que tratan de imponerse ante los demás a como dé lugar. Sin embargo, no hemos querido conformarnos con señalar las deficiencias, sino que hemos querido favorecer el que los jóvenes puedan ser asertivos en los distintos escenarios sociales mediante estrategias que coadyuven al desarrollo de habilidades comunicativas, a través de la implementación de talleres como lo fue el que realizamos en el Instituto Michoacano de la Educación (IMCED), mismo que aquí se relata.

Aunque existen diversas formas de diseñar talleres dirigidos a los jóvenes, el que aquí se aborda se basa en el enfoque centrado en la persona, porque de acuerdo con Rogers (1980) es una forma de no divorciar a la razón y al sentimiento, además de que permite que los jóvenes se descubran a sí mismos, aprendiendo a comunicarse de manera más eficaz; es decir, a escucharse, a

reconocer lo que realmente sienten, piensan o creen. El enfoque centrado en la persona se basa en la consideración de que la persona humana es un organismo básicamente digno de confianza, capaz de evaluar la situación externa e interna, de comprenderse a sí mismo en su contexto, de hacer elecciones constructivas y de actuar en base a esas elecciones (ROGERS, 1980). Por tanto, un taller basado en este enfoque, permite potenciar la capacidad de expresar las propias experiencias y no solamente hacer una disecada representación intelectual de ellas, promoviendo una actitud de vida tendiente a lograr una salud psicológica en los diferentes ambientes y contextos como el educativo, el familiar y el laboral.

En suma, el desarrollo de la comunicación asertiva es vital para los jóvenes que estudian una licenciatura y manejan conflictos en sus relaciones interpersonales, tal como lo demuestran algunas investigaciones encontradas y que no son esencialmente distintas a la propuesta que aquí presentada, ya que su forma de trabajar ha sido la aplicación de talleres, situando como núcleo teórico el concepto de ser asertivo en momentos que requieren soluciones inteligentes usando un lenguaje positivo. Tal es el caso de dos investigaciones que, a manera de muestra, planteamos. La primera, realizada por Martínez y Pastor (2008), titulada: *El desarrollo de la asertividad en las asistentes médicas para el logro de un mejor trabajo en equipo y una mayor calidad en el servicio otorgado al usuario. El caso de la UMF No. 80 del IMSS* y la segunda, desarrollada por Ithzel Fernández (2008), que trata sobre el *Manejo asertivo del enojo en estudiantes de psicología a través de un taller teórico-vivencial con enfoque gestalt*. Ambos estudios arrojan datos interesantes acerca de cómo las personas pueden modificar su estilo de comunicación actual por otro que les proporciona seguridad en sí mismos y con ello la salud de la mente, así como un desarrollo de relaciones interpersonales satisfactorias.

Por todo lo antes planteado, ha surgido nuestra pregunta de investigación: *¿De qué manera un taller de comunicación asertiva puede constituirse en una estrategia para mejorar las relaciones interpersonales en adultos jóvenes?* La importancia de abordar este tema radica en que la asertividad es dinámica en nuestro interior, influye, interviene y modifica nuestra actitud ante la realidad que se nos muestra; es decir, nos da elementos para lograr relacionarnos adecuadamente con los demás de modo que nos sintamos bien con nosotros mismos. Esta interacción social que busca una postura de “ganar-ganar”, favorece también la toma de decisiones frente a diversas situaciones y contextos;

más aún en el caso de los adultos jóvenes que se encuentran en una etapa que implica una mayor responsabilidad y compromiso. Por tanto, el objetivo general del proyecto de investigación que fundamenta este artículo, fue “dar cuenta de la experiencia vivida por un grupo de estudiantes de licenciatura del IMCED, durante un taller de asertividad con enfoque centrado en la persona”.

1 Método

Esta investigación la realizamos desde la lógica cualitativa y siguiendo el método fenomenológico, que considera que los seres humanos están vinculados con su mundo; pone énfasis en su experiencia vivida, la cual aparece en el contexto de las relaciones con objetos, personas, sucesos y situaciones (ALVAREZ-GAYOU, 1999). Está basada en una intervención tipo taller que duró diez sesiones semanales. En su etapa inicial, contamos con la participación de 27 jóvenes cuyas edades se encontraban entre los 20 y 28 años de edad. Sólo 25 de ellos permanecieron durante todo el proceso y elegimos cinco casos para analizarlos a profundidad.

2 Desarrollo

El taller, como se dijo antes, fue impartido durante diez sesiones semanales, de una duración de hora y media a dos horas, cada una. En las dos primeras sesiones, realizamos dos actividades básicas: encuadre y diagnóstico; en el primero, tanto el facilitador como los talleristas, nos presentamos y posteriormente tomamos acuerdos e hicimos compromisos acerca de cómo llevaríamos a cabo el taller; en el segundo momento, implementamos actividades tendientes a conocer la forma en que se comunicaban actualmente los participantes (expectativas, disposición hacia el taller, saberes previos); ya que esa información nos permitiría adecuar el programa a dichas condiciones y lograr una mayor eficiencia.

Las siguientes ocho sesiones las dedicamos al desarrollo de las actividades programadas, con la intención de lograr los objetivos planteados. La estructura de estas sesiones constó de cuatro momentos: dinámica motivacional, reflexión sobre el tema, ejercicios vivenciales y cierre. Entre las técnicas más importantes que empleamos, cabe destacar la historia de vida que cada quien escribió y entregó en la sesión correspondiente, puesto que nos proporcionó información muy valiosa.

Empleamos las dos últimas sesiones para concluir el taller. En ellas centramos la atención en el autorreconocimiento de los propios logros en los diversos ámbitos trabajados, así como en la evaluación general del taller en función de los objetivos planteados al inicio.

A lo largo del taller pudimos reconocer los tres estilos básicos de comunicación a los que hemos venido aludiendo: La comunicación agresiva, la comunicación no afirmativa-pasiva y la comunicación asertiva (AGUILAR KUBLI, 1993). Estas formas de comunicarse con los demás se pudieron apreciar al interior del taller y las reflexiones acerca de las propias experiencias vividas les permitieron irse dando cuenta paulatinamente de cómo era su comunicación ordinariamente, por lo menos en tres contextos: escolar, familiar y de amistad o de vida de pareja.

Otro elemento que fuimos apreciando a lo largo del desarrollo de las sesiones, fue la conformación del grupo, de modo tal que al finalizar el taller, lograron una mayor cohesión entre ellos, gracias a que fueron compartiendo sus propios procesos del “darse cuenta” de sus estilos comunicativos y de los recursos con que contaban para lograr una comunicación asertiva.

3 Resultados

El procesamiento de la información la realizamos mediante el análisis del discurso, desde la óptica de Van Dijk (2000), quien considera que el discurso es una forma de comunicación mediante la palabra, ya sea de forma oral o escrita (texto), en la que se reconocen tres dimensiones principales: la primera se refiere al uso del lenguaje; la segunda, a la comunicación de creencias y la tercera a la interacción en situaciones sociales. Así, consideramos estos tres aspectos para construir las categorías que se clasificaron en tres etapas, que fueron: diagnóstico, desarrollo y cierre. Las categorías fueron construidas a partir de la correlación encontrada entre los discursos de los participantes y la teoría referente a la comunicación asertiva. Así, en esta primera etapa quedaron dos categorías: expectativas y motivación. Las expectativas que los participantes tenían se concentraron en las siguientes subcategorías: *saber qué es asertividad y su importancia, aprender algo nuevo, encontrar un buen ambiente, mejorar mis relaciones interpersonales, estar con mis amigos, superación personal, aprender a resolver problemas.*

En la 2ª etapa se construyeron tres categorías, de acuerdo con las actitudes agresivas, pasivas y asertivas. Una muestra de los discursos de los participantes,

que evidencian su “darse cuenta” de sus propias conductas agresivas, cabe destacar:

“mi infancia fue como la de muchos niños, juegos, dulces, muchos dulces, fui una niña muy inquieta, sumamente inquieta, le di muchos sustos a mi mamá y ella me dio muchos golpes. (...) entre tercero y cuarto año mi mamá estuvo muy enferma se le alteró el sistema nervioso y comenzó a tener muchos trastornos psicológicos, creo que ahí fue cuando nació mi interés por la psicología, ver a mi mamá con problemas de paranoia, de claustrofobia y durmiendo mucho y comiendo poco, era para mí muy triste, pues mi mamá era todo lo que yo en ese momento tenía, además de que con cualquier cosa se alteraba y me pegaba mucho” (A 21-Historia de vida)(sic.).

A través de la narración de esta joven participante, podemos observar como describe la relación conflictiva madre-hija, este tipo de problemas silenciosos pueden *deformar* a los jóvenes en golpearas, madres descuidadas y despreocupadas de sus hijos, pero en ocasiones excepcionales, esos muchachos se forman en profesionistas y muchachos responsables, cuidadores y solidarios. En cuanto a la conducta pasiva, los jóvenes reconocieron algunas de sus manifestaciones de pasividad en su vida cotidiana. He aquí una muestra:

“El me decía seguido que me quería mucho...que no cambiara...que soy muy especial para él y que le gustaban mucho los momentos que compartimos...lamentablemente yo no le decía la verdad y le decía que él merecía algo mejor que yo y ocultaba mis sentimientos...pero...Ummm quería que fuéramos amigos” (A 4-sesión 3-Plenaria).

Como puede apreciarse, los muchachos que asumen un comportamiento pasivo en las relaciones interpersonales, suelen ser personas que no tienen la capacidad de estructurar una respuesta en el momento que ocurre una situación, por lo que muchas veces esto les provoca confusión y culpa. La tercera categoría consistió en la identificación del propio comportamiento asertivo, manifestado en la expresión de sentimientos y en el reconocimiento de situaciones que favorecen la asertividad. He aquí un discurso en donde una joven habla de sus sentimientos:

“yo elegí a mi hermana porque frecuentemente me dice sus problemas y escucha los míos...le respondía contándole

todos mis problemas y lo que pensaba y sentía al respecto... esos momentos la pase muy bien...y pues mi vida la percibía de una manera más clara ya que ello me ayuda a entender muchas cosas desde su punto de vista...trajo consecuencias positivas...ya que me ayuda sentirme bien el hecho...de tener a alguien en quien puedo confiar y contar incondicionalmente” (A 19-sesión 3-Plenaria).

Como podemos apreciar, cuando una persona ha descubierto las ventajas de expresar sus sentimientos y de ser escuchado por algún miembro de su familia o de amigos, está en camino de desarrollar la comunicación asertiva. En cuanto a las situaciones que favorecen la asertividad encontramos, por ejemplo, el fortalecimiento de la autoestima al ir logrando las metas planteadas.

“Entre al imced y realicé una de mis mas grandes metas, ser universitaria, conocer gente intelectual, aprender; aprender y aprender...se que esto es lo mío” (A 21-Historia de vida) (sic).

Cuando las personas sienten que están logrando sus metas, se sienten bien consigo mismas, pueden ir fomentando relaciones más asertivas con los demás, porque su autoestima está fortalecida y no tienen necesidad de agredir a otros ni de permitir que otros los maltraten.

Finalmente, en la tercera etapa, que es la de cierre, se registran los aprendizajes logrados durante el taller; los cuales se agruparon en las siguientes categorías: aceptación de sí mismo y recursos para fomentar la asertividad. Con respecto de la aceptación de sí mismo, se pudieron apreciar expresiones como ésta:

“Justamente la semana pasada nos pediste hacer una “Historia de Vida” y de momento pensé en que mi vida no era justamente de lo más interesante, aunque cuando me puse a reflexionar caí en la cuenta de que para lograr ser lo que ahora soy no fue obra de un día para otro, sino que tuvieron que pasar muchos años. Ahora me agrada ser quien soy y soy feliz. Me agrada pensar en los sueños que aún tengo por cumplir y eso hace que espere con ansias cada día que llega a mi vida. Actualmente veo la vida hermosa y llena de ilusiones. Dios me ha regalado el don de despertarme cada mañana y encontrar a quien más amo en la vida junto a mí con una hermosa sonrisa diciéndome ‘te amo’. Eso llena mi día y me da la fuerza de luchar por ser mejor y dar lo mejor de mi misma, de hacer las cosas con

alegría y con amor. Juntos hacemos proyectos, cada uno en su vida independiente, pero a la vez unidos en el amor”(A 6-Historia de vida) (sic).

Dentro de la categoría de recursos para fomentar la asertividad se construyeron las siguientes subcategorías: la paráfrasis, desarrollo de la habilidad para escuchar al otro, fortalecimiento de los vínculos afectivos y desarrollo de la empatía. Veamos algunos ejemplos de cada una de ellas. Comencemos con la paráfrasis, la cual comenta de este modo uno de los participantes:

“Bueno el siguiente concepto sería para la habilidad de escuchar bien, sería parafrasear...bueno ahí nos dice que cuando nos están dando un mensaje, otra persona...en vez de estar interpretando el mensaje sería...este debemos repetir con nuestras palabras lo que estamos entendiendo...por ejemplo le podemos decir al principio lo que me estas tratando de decir es...para tratar de decirle que es lo que entendimos...y bueno parafrasear nos dice que significa repetir con nuestras propias palabras lo que entendimos de la otra persona...pero nos dice que a modo de verificar, no nos dice que a modo confirmar...no es que ya tenga una respuesta, sino que es para tratar de entender lo que nos esta diciendo o no”(A 13- sesión 7,exposición por equipos).

Como podemos observar en este discurso la joven explica lo que entiende por paráfrasis a sus compañeros, ahí señala que lo valioso de esta técnica es preguntar a manera de aclarar con nuestras propias palabras lo que el otro o los demás nos intentaron comunicar. En cuanto a la segunda subcategoría, “desarrollo de la habilidad para escuchar al otro”, cabe destacar el siguiente comentario:

“escuchar es un proceso activo y dinámico...es un proceso que se lleva a cabo todos los días y a todas horas...y a todo momento...entonces por eso digo que es un proceso activo y dinámico y en el cual se disponen todos nuestros sentidos a captar la atención que estamos escuchando y estamos viendo...y se encuentran todos nuestros sentidos a flor de piel para captar toda...toda esa información que nuestro emisor quiera darnos” (A 15- sesión 7 Exposición por equipos).

Los jóvenes son capaces de asimilar y explicar, la parte conceptual de los contenidos que se revisan en un curso, esto permite que sea un punto de partida

para la reflexión teórica, para después dar un salto al plano vivencial. Con respecto del fortalecimiento de los vínculos afectivos, presentamos el siguiente discurso:

“Mis hermanos son un apoyo muy fuerte para mi, con todos me llevo muy bien y los amo entrañablemente. El deceso de mi mamá nos unió aún más pues una de las metas de mi mamá era el de mantenernos unidos bajo cualquier circunstancia. A mi madre la llevo en mi corazón y en el pensamiento todo el tiempo pues fue una gran mujer digna de admiración y respeto” (A 6-Historia de vida) (sic).

La narración de esta joven, nos muestra como los valores pueden orientar la vida de las personas de una forma positiva, y a su vez muestra lo saludable de practicar el valor de la unión familiar. Por otro lado, en cuanto al desarrollo de la empatía, una chica comenta:

“Pero trato de ser positiva de ir paso a paso y tener paciencia, las cosas en mi casa no son las mejores que digamos pero al menos ya no es como antes, aun peleo con mi mamá solo que con el tiempo he aprendido a hacerlo con inteligencia, mi madre esta haciendo también cambios, la vida de ella no ha sido fácil, pero uno no debe vivir con el pasado siempre a cuestas, sin embargo no es fácil de comprenderlo, ahora he vuelto a retomar todo lo que me apasiona, los libros, el deporte, la música, no soy muy buena haciendo amigos eso es lo que en este momento estoy tratando de trabajar, no tengo una pareja, siento que para el amor todavía no estoy preparada, pero si llega no le daré la espalda, pondré todo mi empeño como en todo lo que hago y si no funciona ni modo, a lo que sigue” (A 21-Historia de vida)(sic).

La narración de esta joven da cuenta de la actitud positiva que se puede tomar cuando las situaciones no favorecen el crecimiento personal. Esto nos demuestra como nunca se puede hacer nada en la vida, contemplando solo el pasado, sino que se tiene que ver el presente reinventándolo y resignificándolo con una actitud positiva de ahí la importancia de descubrir nuestro potencial y cuando uno lo descubre, se da cuenta de la posición que uno debe ocupar en la vida, así como esta joven que se da cuenta de que no tiene derecho de vivir de la manera como estaba viviendo, sino que se da cuenta de todos los recursos que tiene para ser y comportarse coherente a la situación.

Por último, se muestra la categoría final de nuestro esquema de resultados referente a la tercera etapa de cierre. Lo hemos denominado “otros aprendizajes” debido a que constituyen manifestaciones de congruencia entre el discurso y la acción: los jóvenes aprendieron que la actitud personal frente a los retos laborales también se aprende de los facilitadores y de los maestros. Compartimos una reflexión al respecto:

“En mi personal punto de vista me siento muy agradecida por todo lo que nos compartiste, incluso de tu persona y que hizo que nosotros también nos abriéramos un poco más. [...] Cuando uno inicia una carrera profesional es cuestión de irse abriendo caminos y uno comienza a hacerse los caminos a base de trabajo, y la experiencia la va uno fortaleciendo justamente a base de ese trabajo. Yo creo que el más grande de los profesionistas un día tuvo que iniciar haciendo ‘pininos’ y posteriormente a base de tesón y trabajo llegó a ser lo que ahora es. Debo aclarar que en ningún momento sentí que estuvieras haciendo ‘pininos’, simplemente tal vez un poco más de experiencia para transmitir tu seguridad” (A 6-Cierre del taller-comentario por e-mail) (sic).

La narración de esta joven da cuenta de que para que un taller produzca efectos positivos en los demás, tenemos que generar confianza, ofrecer experiencias reales si es que estas pueden ayudar a los participantes, mostrarnos congruentes con lo que profesamos y actuamos, ser auténticos ante situaciones conflictivas o de crisis.

A manera de reflexión final

Cabe destacar que el tipo de problemáticas que refirieron los participantes como las que más los aquejaban, se referían a entornos de violencia intrafamiliar, a pérdidas familiares, a falta de seguridad personal para relacionarse con sus padres y, por supuesto, a la sensación de que no sabían expresarse ni escuchar asertivamente. La pregunta de investigación que planteamos al inicio: “¿de qué manera un taller de comunicación asertiva puede constituirse en una estrategia para mejorar las relaciones interpersonales en adultos jóvenes?”, consideramos que se responde señalando que la experiencia vivida a lo largo de los tres meses que duró el taller, facilitó el que los participantes se dieran cuenta de cómo era su estilo de comunicación y cómo éste estaba repercutiendo en sus relaciones

interpersonales, tanto en la familia, como en su círculo de amigos, con su pareja y hasta en su contexto escolar. Además, al mejorar su comunicación asertiva, los jóvenes desarrollaron más su potencial humano y esto repercutió en una mejor calidad de vida, como lo fueron expresando los participantes en las sesiones finales.

Asimismo, entre los logros más relevantes encontramos que los jóvenes participantes en el taller mejoraron su forma de relacionarse con sus compañeros, lo cual conseguimos identificar en la interacción grupal. Entre las limitaciones más significativas podemos señalar que hizo falta tener tiempo para emplear ejercicios y actividades que permitieran dar un seguimiento más profundo a su problemática de comunicación con su familia, sus amistades y con sus maestros; ya que en ocasiones sólo se alcanzó a realizar la reflexión teórica.

Queremos destacar que los valores que los jóvenes talleristas manifestaron como deseables (unión familiar, comprensión empática...) y que ninguno de ellos los cuestionó, pueden no ser considerados como tales para personas con referentes éticos y culturales distintos. Los diversos sistemas de valores, que con frecuencia se asumen como incuestionables o como dados, responden a introyectos familiares y culturales que con frecuencia se constituyen en ideologías (VAN DIJK, 2003); aunque cuando se asumen después de un proceso de reflexión y valoración crítica, dejan de ser meramente ideológicos. Además, es importante reconocer que el haber favorecido la toma de conciencia de la manera en que los jóvenes participantes se comunicaban, es el punto de partida para iniciar un proceso de crecimiento personal; sin embargo, no basta con ello, se necesita que cada persona trabaje en ello de manera sistemática y consistente; lo cual es difícil, pero no imposible.

Referencias

AGUILAR-KUBLI, E. *Domina la comunicación*. México: Árbol, 1993.

ALBERTI, E. R.; EMMONS, L. M. *Viviendo con autoestima*. México: Pax, 1999.

ÁLVAREZ-GAYOU, J. L. *Cómo hacer investigación cualitativa*. México: Paidós, 1999.

FERNÁNDEZ, I. *Manejo asertivo del enojo en estudiantes de psicología a*

través de un taller teórico-vivencial con enfoque gestalt. 2008. 191 f. Tesis (Maestría en Psicoterapia Humanista): Universidad Vasco de Quiroga, 2008.

MARTÍNEZ, A. Y.; PASTOR, A. E. E. *El desarrollo de la asertividad en las asistentes médicas para el logro de un mejor trabajo en equipo y una mayor calidad en el servicio otorgado al usuario: El caso de la UMF no 80 IMSS*. 2008. 178 f. Tesis (Licenciatura en Psicología)-Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2008.

PAPALIA, D. *Desarrollo humano*. México: Mc-Graw Hill, 1997.

ROGERS, C. *El poder de la persona*. México: Manual Moderno, 1980.

VAN DIJK, T. *Ideología y discurso*. Barcelona: Ariel Lingüística, 2003.

VAN DIJK, T. (Comp.). *El discurso como estructura y proceso*. Barcelona: Gedisa, 2000.

Loucura e literatura: a dimensão social da loucura e sua representação na narrativa de Lima Barreto

Madness and literature: the social dimension of madness and its representation in the narrative of Lima Barreto

Maria Inês Detsi de Andrade Santos*

Resumo

Este trabalho tem por objetivo discutir a dimensão social da loucura, retratada nas obras *Diário do Hospício* e *Cemitério dos Vivos*, do escritor brasileiro Lima Barreto. A leitura das obras citadas nos motivou a realizar uma análise sociológica sobre a loucura, através de uma pesquisa bibliográfica, dando destaque para as idéias de M. Foucault (1985, 1987, 2005), além de outros autores. Compreendemos que a loucura é também uma categoria sócio- histórica, cuja construção envolve aspectos culturais, políticos e econômicos, além dos subjetivos, o que significa dizer que aqueles sujeitos, ou grupos sociais que estão em uma situação de dominação – como os negros e as mulheres – são preferencialmente aqueles a quem costuma ser atribuída a condição de loucos. Nosso estudo abordou, também, a relação entre literatura e loucura, confirmando a posição de autores como Morin (2004), que defende a idéia de que a literatura, para além de sua finalidade estética, cumpre com uma função sociológica, denunciando situações de exclusão e de dominação de grupos socialmente proscritos; produzindo um conhecimento que, por não estar sujeito aos cânones metodológicos da ciência moderna, permite representar o humano em toda a sua contradição e complexidade.

Palavras-chave: Loucura. Exclusão social. Literatura

Abstract

This research aims to discuss the social dimension of madness, shown in the works “Diário do Hospício” and “Cemitério dos Vivos”, of the Brazilian writer Lima Barreto. By reading the books mentioned, we got motivated to carry out a sociological analysis of madness through a bibliographic research, emphasizing the ideas of M. Foucault (1985, 1987, 2005), besides other authors. We understand that madness is also a socio-historical category, whose

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora e pesquisadora do Centro de Ciências Humanas da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Ce. inesdaesi@unifor.br

construction involves cultural, political and economic aspects, besides the subjective aspects. This means that those subjects or social groups that are under domination – like the black people and women – are usually those who are regarded as mad. Our study also dealt with the relationship between literature and madness, corroborating the position of authors like Morin (2004), who supports the idea that literature, beyond its esthetical purpose, also has a sociological function, denouncing situations of exclusion and domination of socially proscribed groups. That sociological function also allows the production of a knowledge that enables the representation of the human being in all of his contradiction and complexity, since such knowledge is not subjected to methodological laws of modern science.

Keywords: Madness. Social Exclusion. Literature.

Introdução

Este trabalho foi motivado pela leitura de duas obras de Lima Barreto: *Diário do Hospício* e *Cemitério dos Vivos*, ambas publicadas em uma edição de 2010, da editora COSACNAIFY, que traz um prefácio de Alfredo Bosi e um apêndice com textos do próprio, relacionados ao tema tratado nas duas obras.

Por ocasião de sua última internação no Hospital Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro, de dezembro de 1919 a fevereiro de 1920, o escritor Lima Barreto compôs o *Diário do Hospício*, utilizando tiras de papel, que foram organizadas e revisadas por ele, resultando num romance inacabado: *Cemitério dos Vivos*, cujas primeiras páginas foram publicadas pela revista Souza Cruz, em janeiro de 1921 – ano anterior à morte dele. Posteriormente, *Cemitério dos Vivos* ganhou o formato de livro, tendo recebido várias edições.

O alcoolismo, a experiência dos delírios, os diversos internamentos, a frustração por não ter realizado, como desejou, suas ambições intelectuais e profissionais, a consciência crítica com respeito às desigualdades sociais e às formas de discriminação sofridas, por ser negro, pobre, sem prestígio social, são alguns dos aspectos presentes nas obras lidas e que nos remetem não apenas à existência subjetiva do autor mas também ao tema da loucura, em sua dimensão sociológica e como representação literária – questões que pretendemos tratar aqui.

A loucura é também uma categoria social. Isso porque não existe “louco” fora de um contexto que assim o denomine. Construída também socialmente, loucura não é um fato natural, mas o resultado de um processo que envolve

aspectos subjetivos, culturais, políticos e econômicos. A definição da loucura se dá num contexto simbólico, atravessado por relações sociais de poder e hierarquia, o que significa dizer que alguns sujeitos têm mais força e legitimidade, do que outros, para definir o que seja loucura e apontar aqueles que devem ser considerados “loucos”.

Referindo-se aos seus companheiros de hospício, Barreto os descreve como originários, em geral, “das camadas mais pobres da nossa gente pobre” e, ao descrever o pátio da seção Pinel, onde ficavam os loucos “mais insuportáveis”, diz ele:

Esse pátio é a coisa mais horrível que se pode imaginar. Devido à pigmentação negra de uma grande parte dos doentes aí recolhidos, a imagem que se fica dele, é que tudo é negro. O negro é a cor mais cortante, mais impressionante; e contemplando uma porção de corpos negros nus, faz ela que as outras se ofusquem no nosso pensamento. (BARRETO, 2010 p. 211)

Negros e pobres, muitas vezes recolhidos nas ruas e trazidos pela polícia, ocupavam a Pinel – seção “dos sem ninguém” [...] aquela em que a imagem do que a Desgraça pode sobre a vida dos homens é mais formidável e mais cortante. (BARRETO, 2010 p. 205)

Pela narrativa poética e contundente, o autor expõe a dimensão social da loucura, representada na figura de grupos dominados e socialmente estigmatizados.

Referindo-se ao processo de surgimento dos hospitais e hospícios, Michel Foucault afirma que, antes de serem instituições destinadas à cura, estes cumpriram uma finalidade de assistência aos pobres e de preservação da ordem urbana, separando do convívio social aqueles que, de alguma forma, pudessem ameaçar os demais, não somente por serem portadores de doenças, mas também por apresentarem qualquer condição que atentasse contra a moral e a ordem vigentes (FOUCAULT, 1985 p. 99-111).

As práticas de internamento, apontadas por Foucault em sua obra *História da Loucura* (1985), propiciaram a construção de um saber médico, servindo de base para o nascimento das diversas especialidades. Este foi o caso da Psiquiatria.

Os discursos eugenistas do século XIX, por sua vez, reforçavam a ideia de que a loucura poderia resultar da inferioridade racial e, principalmente, da mestiçagem. Também afirmavam a inferioridade sexual das mulheres, atribuindo a loucura feminina a esse fato. Esses discursos serviram de sustentação para as práticas de controle e exclusão social, sendo o internamento asilar uma delas. Em seu estudo sobre o Hospício do Juquery, fundado em 1885, em São Paulo, M^a. Clementina Cunha analisa documentos daquela instituição, referentes às mulheres internadas no início do século XX. Muitas delas eram levadas ao Juquery por não corresponderem às expectativas sociais relativas à feminilidade. Mulheres e negros constituíam, assim, os “loucos preferenciais”.

Lima Barreto pôde testemunhar sobre esse contexto. E pôde viver também essa experiência. Ao relatar a vida no manicômio, deu mostra de lucidez e perspicácia. Sua escrita, espirituosa e muito interessante, do ponto de vista estético, tem ainda a qualidade de ser socialmente comprometida.

As obras *Diário do Hospício* e *Cemitério dos Vivos* são narrativas confessionais, ainda que a segunda seja caracterizada como um romance de natureza ficcional. Nelas, Lima Barreto trava um permanente diálogo consigo mesmo, uma autorreflexão que interroga sobre a condição prática e procura significado para a sua existência sofrida.

Neste trabalho, que se realiza por meio de uma pesquisa bibliográfica, relacionamos loucura, sociologia e literatura, fazendo uma incursão em obras de autores como Michel FOUCAULT, Edgar MORIN e João FRAYSE-PEREIRA, para focalizarmos, através das obras citadas como corpus, a dimensão social da loucura, e o papel da literatura na produção simbólica dessa realidade.

1 Loucura e desigualdade social – negros e mulheres “os loucos preferenciais”

O contexto social é um contexto atravessado por relações de poder e hierarquia, o que significa dizer que aqueles que estão colocados numa condição subalterna, na estrutura social, são os alvos preferenciais das práticas discriminatórias. Essas práticas, por sua vez, costumam ser justificadas e legitimadas por discursos sociais diversos, como o religioso, o filosófico e o científico. Esse fato pode ser observado na sociedade ocidental do século XIX, que foi um celeiro de teses eugenistas e sexistas, que afirmavam tanto a superioridade da “raça” branca, sobre as outras, como a superioridade do homem

sobre a mulher. A inferioridade de uns (que eram muitos), fazia deles indivíduos dependentes e incapazes socialmente, justificando-se sua tutela e dominação, sua desvalorização e exploração.

As desigualdades sociais, a miséria, a criminalidade seriam, para as tese racistas, resultantes da miscigenação racial , podendo culminar com a degenerescência humana.

A sociedade brasileira também foi afetada por esses discursos e práticas provenientes dos países europeus. No contexto em que viveu Lima Barreto, podemos citar como exemplo, a influência da obra de Nina Rodrigues (1862-1906), escritor brasileiro, médico legista, psiquiatra e antropólogo, que teve uma importante atuação social, tanto nos meios intelectuais como no campo da medicina. Para Nina Rodrigues, a “raça” negra constituiria “sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo” e a mestiçagem impediria o Brasil de se civilizar. (RODRIGUES, 2004 p. 21) O negro é concebido por Rodrigues como possuidor de uma natureza mórbida que será transmitida geneticamente aos seus descendentes mestiços. Em sua obra “*As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*”, publicada em 1894, Rodrigues atribui ao mestiço uma instabilidade e desequilíbrio mental, resultantes de sua inferioridade genética.

Discursos como esses, serviram de referência para as práticas sociais, de maneira geral e para as práticas institucionais no campo da medicina psiquiátrica, em particular, alimentando e reproduzindo a discriminação e exclusão dos grupos considerados inferiores. A inferioridade social era transubstanciada, então, em inferioridade racial, ou sexual.

Um exemplo relacionado ao gênero, poderia ser o do internamento de mulheres jovens em hospícios ou casas de correção. O Hospício do Juquery, como instituição modelar, cumpriu com essa finalidade, confinando mulheres consideradas “loucas” porque recusavam a se submeter às normas sociais e familiares destinadas às mulheres da época. Em pesquisa realizada por CUNHA (1986)¹ a autora teve acesso às anotações de prontuários de algumas das internas que, ainda jovens, deram entrada no Juquery, de onde, jamais saíram. Os registros

¹ CUNHA, Ma. Clementina P. O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo. RJ: Paz e Terra, 1986

efetuados nos prontuários continham descrições e observações, que levaram a autora a concluir que muitas das internadas, ali estavam por terem se revoltado em relação à sua condição social de gênero. Segundo Cunha:

“O Juquery significou a criação tanto de um “asilamento científico” quanto de um campo de especialidade no interior do saber médico, capaz de ampliar ao mesmo tempo a escala do internamento e a noção de loucura. Ao incluir nela categorias invisíveis aos olhos dos leigos, mas respaldadas em noções de normalidade condizentes com os papéis sociais adequados aos padrões de disciplina que se pretendia afirmar, o hospício científico cumpria simultaneamente suas funções de” limpar” a cidade para garantir a ordem e difundir preceitos ou padrões de comportamento” CUNHA (1998, p.2).

2 O internamento como forma de exclusão social e de construção de um saber sobre a loucura

Lima Barreto, o romancista admirável de Isaias Caminha, está no Hospício. [...] É verdade que não está maluco, como a princípio se poderá cuidar; apenas um pouco excitado e combalido. O seu espírito está perfeitamente lúcido, e a prova disso é que Lima Barreto, apesar do ambiente ser muito pouco propício, tem escrito muito ...

– Tenho coligido observações interessantíssimas para escrever um livro sobre a vida interna dos hospitais de loucos. Leia O cemitério dos vivos. Nessas páginas contarei com fartura de pormenores, as cenas mais jocosas e as mais dolorosas que se passam dentro destas paredes inexpugnáveis...

(Entrevista concedida por Lima Barreto para A Folha, 31 de janeiro de 1920. BARRETO, 2010)

A prática do internamento, inaugurada no Ocidente, a partir do século XVII, foi um dos aspectos importantes, assinalados por Foucault, em sua obra *História da Loucura*. Esse fato guarda relação com a construção de um saber sobre a loucura e com o nascimento da Psiquiatria que, é uma ciência recente. A idéia de loucura como “doença” e “fato médico” data apenas de duzentos anos.

No período que corresponde aos séculos XVII e XVIII, denominado por Foucault de “a grande internação”, eram destinados às casas de internamento

e hospitais não apenas os “insanos”, mas também pobres, desempregados e infratores, evidenciando o caráter de exclusão do qual se revestiu a loucura. Nesse momento, o louco não se diferenciava, socialmente, de todos aqueles que eram, de alguma forma, excluídos da sociedade. (FOUCAULT, 2005)

Nos séculos XIX e XX será dado ao internamento continuidade, cabendo à Psiquiatria a tarefa de lidar com os loucos que abarrotavam os asilos.

O internamento, para Foucault, constituiu uma prática privilegiada na construção do saber médico, já que o doente, em sua condição de cativo, estava permanentemente disponível, como objeto de observação e de intervenção. Os “micro-poderes”, exercidos pelos agentes das instituições – no caso dos hospitais: médicos e enfermeiros – sobre aqueles que estavam sob a sua guarda ou tratamento produziram um saber e uma “verdade” sobre o doente, ao mesmo tempo em que produziam, também, um sujeito “assujeitado”.

Em sua obra *Vigiar e Punir*, Foucault discorre sobre as técnicas e métodos disciplinares utilizados nos espaços institucionais. Eram eles a observação, o registro, a classificação, a vigilância, a organização do tempo e do espaço, o adestramento e a normalização. Referindo-se ao exame médico afirma Foucault:

“Uma das condições essenciais para a liberação epistemológica da medicina no fim do século XVIII foi a organização do hospital como aparelho de ‘examinar’. O ritual da visita é uma das suas formas mais evidentes [...] A inspeção de antigamente, descontínua e rápida, se transforma em uma observação regular que coloca o doente em situação de exame quase perpétuo [...] quanto ao próprio hospital, que era antes de tudo um local de assistência, vai tornar-se local de formação e aperfeiçoamento científico [...] local adequado da ‘disciplina’ médica.” (FOUCAULT, 1987 p. 165-166).

Barreto, em sua obra, faz referência às práticas hospitalares da época, como a separação dos doentes por alas e pavilhões, de acordo com o tipo de doença, sexo, idade e também nível social. O hospício era uma réplica, em miniatura, da estrutura social, com suas formas de apartação: “Aqui no Hospício, com as suas divisões de classes, de vestuário etc., eu só vejo um cemitério: uns estão de carneiro e outros de cova rasa” (BARRETO, 2010 p. 90).

Considerava que o internamento não tinha finalidade curativa, sendo apenas uma forma de circunscrição da loucura:

Conheço loucos, médicos de loucos, há perto de trinta anos, e fio muito que a honestidade de cada um deles não lhes permitirá dizer que tenha curado um só. Amaciado um pouco, tirado dele a brutalidade do acorrentamento, das surras, a superstição de rezas, exorcismo, bruxarias etc., o nosso sistema de tratamento da loucura ainda é o da Idade Média: o seqüestro” (BARRETO, 2010 p. 90).

Fala também de sua vulnerabilidade diante dos médicos e do seu medo de servir de “cobaia”:

Eu passei, desde a minha entrada no pavilhão, nas mãos de cinco médicos [...] Não falei do chefe de serviço [...] Em rigor, ali, doente indigente, pária social, a mais elementar dignidade fazia eu não o fizesse e, por estar em mal estado, temia-o muito. Sentia, não sei por quê, nesse rapaz, um grande amor à novidade, uma pressa e açodamento, muito pouco científicos, em experimentar o “remédio novo” [...] Essa sua falta de método, junto à minha condição de desgraçado, davam-me o temor de que ele quisesse experimentar em mim [...] uma operação melindrosa e perigosa [...]Tinha perdido toda a proteção social, todo o direito sobre o meu próprio corpo, era assim como um cadáver de anfiteatro de anatomia (BARRETO,2010 p. 246).

Lima Barreto é cético, quanto à finalidade do Hospício e à compreensão da loucura: “Debruçar sobre o mistério dela e decifrá-lo parece estar acima das forças humanas.” Ele, porém menciona a literatura como fonte para a ciência:

Como todo médico que se compraz com tais estudos, o doutor Murilo tem muito interesse pela literatura e pelos literatos. Julgo que os médicos dados a tais pesquisas têm esse interesse no intuito de obter nos literatos e na literatura subsídios aos estudos que estão acumulando (BARRETO, 2010 p. 282).

Em várias passagens da obra, o autor questiona o saber médico, afirmando que “a sua ciência é muito curta”. Quanto à literatura, esta parece ser sua única saída: “Ah! A literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela”.

3 Loucura e literatura

Podemos estabelecer várias formas de relação entre loucura e literatura. Uma delas seria a de que a literatura, traz um conhecimento sobre a loucura e, conseqüentemente, sobre o que é humano, a partir da construção simbólica de significados, imagens e representações. Nessa perspectiva, o mérito da literatura seria o de permitir que o humano, apareça em toda a sua complexidade. Segundo Morin (2004), enquanto a ciência moderna produz um conhecimento fragmentado e compartimentado sobre o homem, transformando-o em objeto e “cortado em pedacinhos”, a literatura, ao contrário, permite a inclusão de todas as dimensões da subjetividade.

Se a ciência produz uma visão mutilada do sujeito, a literatura promove a inclusão das diversas e contraditórias dimensões do humano, passando “da emoção à paixão, da paixão ao delírio, do delírio à loucura.”

Além disso, a literatura permite, também, “a inclusão do estrangeiro, do marginalizado, do infeliz, de todos que ignoramos ou desprezamos na vida cotidiana” (MORIN, 2004, p. 14):

Na literatura encontra-se a inclusão dos problemas humanos mais terríveis, coisas insuportáveis que na literatura se tornam suportáveis.” [...] “na leitura, no teatro, no cinema, desenvolve-se nossa compreensão de outrem. A compreensão nos torna mais generosos com relação ao outro, e o criminoso não é visto unicamente como criminoso [...] O criminoso é um caso extremo, porém, por meio dele, teremos compreensão da humanidade, do emigrante, do vagabundo [...] Tornamo-nos humanos com a inclusão dos excluídos (MORIN, 2004 p. 16-18).

Lima Barreto, ao incluir esse outro marginalizado, em sua literatura, pode incluir a si próprio, também estigmatizado como louco, ganhando reconhecimento social.

A literatura para Lima Barreto teve também a finalidade de fazê-lo suportar os terríveis dias de confinamento no hospício. Nesse sentido, ela pode ser entendida como saída para aqueles que estão vivendo situações em que a subjetividade está ameaçada de destruição. Bettelheim (*apud* ROUDINESCO, 2008 p. 134) buscando compreender a experiência dos judeus, nos campos de concentração nazistas, utilizou o conceito de “situação-limite” para se referir a certas condições de vida face às quais o sujeito pode, ou abdicar, identificando-

se com as forças destruidoras, ou resistir, criando para si, como estratégia de sobrevivência, um mundo interior. Essa parece ter sido a estratégia criada por Lima Barreto, através da literatura. A leitura exaustiva de obras da biblioteca do hospício e a criação literária possibilitaram ao escritor fortalecer seu mundo interior, protegendo-o da “loucura” e amenizando seu sofrimento.

Pois, meus senhores, como estão vendo, nestes vinte e poucos dias, durante os quais tenho passado nesse remansoso retiro, semireligioso, semimilitar – espécie de quartel-convento de uma ordem guerreira dos velhos tempos de antanho (o autor está se referindo ao internamento no Hospital do Exército, onde esteve em 1918) têm-me sido uns doces dias de uma confortadora delícia de sossego [...] Passo-os a ler, entre as refeições, sem descanso [...] A leitura assim feita, sem pensar em outro quefazer, sem poder sair, quase prisioneiro, é saboreada e gozada (BARRETO, 2010, 288).

Outra relação que podemos estabelecer entre loucura e literatura é que a literatura, como todas as outras modalidades de expressão artística, obedece a um processo psíquico de elaboração criadora, que dá forma a sentimentos e imagens do eu profundo, permitindo o acesso ao mundo interno dos psicóticos e operando como instrumento de transformação da realidade interna e externa. (FRAYSE-PEREIRA, 2003 p.202)

Frayse-Pereira, referindo-se à arte, questiona, no entanto, a pertinência de se estabelecer, abstratamente, uma relação entre arte e loucura, pois, segundo ele, se a arte ignora as frágeis fronteiras da sanidade e da loucura, e se cumpre com a finalidade de destruir uma comunicação comum, criando uma outra comunicação, incomum, a necessidade de estabelecer essa relação (arte-loucura) perde sua razão de ser. Nessa perspectiva, a arte é sempre a expressão de um outro lugar de onde fala o sujeito, seja ele considerado louco ou são. FRAYSE-PEREIRA (2003, p. 205)

Consideramos que a literatura pode ser uma das vias de comunicação desse outro lugar.

Considerações finais

Esse estudo nos possibilitou exercitar um olhar relativizador sobre a loucura, ao colocar em evidência sua dimensão social e histórica. Podemos

também distinguir outra faceta da literatura, mais sociológica, que reconstrói, no plano simbólico, o humano, com toda a sua complexidade, diferindo da ciência, que o reduz.

A leitura das obras de Lima Barreto nos foi extremamente prazerosa, por tratar-se de um escritor que consegue proporcionar momentos de fruição, por sua linguagem interessante e espirituosa e, ao mesmo tempo, nos despertar sentimentos de compaixão (paixão compartilhada) nos humanizando, ao nos aproximar, pela relação estética com sua obra, dos problemas humanos e das dores que afligem os que estão estigmatizados, em nome da norma.

Referências

BARRETO, Lima. *Diário do Hospício e Cemitério dos Vivos*. São Paulo, Cosac Naify, 2010

CUNHA, Maria Clementina Pereira. De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (século XIX e início do XX). *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5 p. 181-215, 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAYSE-PEREIRA, João A. Nise da Silveira: imagens do inconsciente entre psicologia, arte e política. *Revista Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 197-207, 2003.

MORIN, Edgar. Inclusão: verdade da literatura. In: MORIN, Edgar; ROSING, Tania M. K.; FALCI, Nurimar M. (Org.). *Edgar Morin: religando fronteiras*. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 13-20.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2004.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Arquiteto da memória, tecelão de identidade e escritor de histórias: a construção do espaço assuense/ RN a partir da escrita de Francisco Amorim

Architect of memory, identity and weaver writer of stories: the construction of assuense 'space' from Francisco Amorim writing

Roberg Januário dos Santos¹

Lucilvana Ferreira Barros²

Iranilson Buriti de Oliveira³

Resumo

Este artigo objetiva problematizar a construção identitária do espaço assuense a partir da escrita de Francisco Augusto Caldas de Amorim. A narrativa deste escritor torna-se fecunda para refletirmos acerca da construção de uma identidade espacial e, por conseguinte, de uma rostidade local mediante uma discursividade consubstanciada em aspectos de uma tradição que, por sua vez, se traduz em elementos de um passado arquetípico. Nesse sentido, festejos populares, cognomes, heroísmos, artes cênicas e a poetização do espaço, entre outros, são alçados a um platô de saudosismo e glorificação, de modo que os traços escriturísticos de Francisco Amorim se voltam para mostrar aos seus conterrâneos/leitores o capital cultural e histórico do Assú. Assim, o rosto assuense é modelado por este escritor através de sua sensibilidade: poética, religiosa, memorialística e artística.

Palavras-chave: Assú. Espaço. Francisco Amorim.

¹ Mestrando e Bolsista Reuni pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Membro dos Grupos de Pesquisa em Estudos Culturais e História das Práticas e Discursos Médicos. E-mail: roberg.assu@hotmail.com

² Mestranda e Bolsista Reuni pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Membro dos Grupos de Pesquisa em Estudos Culturais e História das Práticas e Discursos Médicos.

³ Professor da Unidade Acadêmica de História/Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Pesquisador e bolsista do CNPq. Coordenador do Grupo de Pesquisas História das Práticas e Discursos Médicos.

Abstract

This article problematizes the identity construction of assuense space from the writing of Francisco Augusto Caldas de Amorim. The narrative of this writer has been fertile to reflect about the construction of a space identity and, therefore, a local view from a discussion based of a tradition that translates in some elements an archetypal past. In this sense, popular festivities, nicknames, heroisms, scenic arts and poeticization of space, among others, they are reached in a plateau of nostalgia and glorification, so that the writing traces of Francisco Amorim come back to show his countrymen / readers the historical and cultural capital of Assu. So the assuense face is modeled by this writer through his sensibility: poetic, religious, moralist and artistic.

Keywords: Assu. Space. Francisco Amorim.

Introdução

Um espaço é um reticulado de ações, de deslocamentos, de trajetórias, é uma rede de relações de toda ordem, é uma trama de sentidos, é a projeção de imagens, sonhos, desejos, projetos, utopias. Um espaço é feito de natureza, de sociedade e discurso. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 108)

As palavras de Albuquerque Junior são sintomáticas para pensarmos a dimensionalidade do espaço, na medida em que este não é algo a priori, elemento fixo sem função. O espaço é parte constituinte das temporalidades. Ele é fruto das astúcias humanas, das ações e práticas, inclusive aquelas de cunho narrativo, oportunidade em que os discursos projetam espaços, sejam eles da saudade, do sonho, do imaginário, entre outros. O espaço é um lugar praticado, algo que é movimentado, mexido, algo não necessariamente fixo e, por conseguinte, mutável. O espaço é fruto da inventividade dos homens; ele é, como diria Albuquerque Junior, muito mais do que um cenário tornando-se um conjunto de cenas, oportunidade em que apresentam uma série de redes e de relações, tramas e enredos.

Conforme Michel de Certeau (2011, p.183), “todo relato é um relato de viagem - um relato de espaço”. Nesse sentido, os relatos, narrativas ou discursos mexem com o lugar, modificam a ordem dada, movimentam o que era estaque, assim estes elementos promovem visibilidade aos espaços, lhes oportunam imagéticas, desejos, fábulas, sensibilidades e identidades. Por

esse prisma, o espaço está no âmbito da relação e não somente na esfera da localização e extensão, o que implica pensar que estes podem ser definidos pelo viés das disputas, conflitos ou das perspectivas de relacionamento, sejam elas econômicas, políticas ou simbólicas.

Além disso, cartografar um espaço está para além dos dados estatísticos e métricos implicando um mapeamento das condições inventivas, existenciais, estéticas, filosóficas e performativas. Assim, cartografar uma espacialidade é prover um mapeamento do seu próprio rosto, ou seja, da sua própria paisagem, uma vez que a face da significância e da subjetividade, notadamente compreendida mediante um quadro branco possível de escritura e um buraco negro suscetível de consciência, paixão e redundância, indicam que “não há rosto que não envolva uma paisagem desconhecida, inexplorada, não há paisagem que não se povoe de um rosto amado ou sonhado, que não desenvolva um rosto por vir ou já passado” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 38). Esse pensamento de Deleuze e Guattari exprime bem a relação da paisagem espacial com a face que lhe é projetada, ou seja, os espaços são em muitos casos rostificados, são frutos de closes, de formas de olhar, de perfis, de estéticas e de direcionamentos.

Desse modo, o rosto é uma superfície que pode ser mapeada em seus mais diversos traços, linhas, formas, geometrias e simbologias. São pelos rostos que determinadas escolhas são feitas ou guiadas e como diria Deleuze e Guattari (1996, p. 47), [...] a gramática comum nunca é separável de uma educação dos rostos. “O rosto é um verdadeiro porta-voz”. Assim, além de entender os rostos como enunciadores, compreendemos que os elementos da língua, da linguagem e da gramática estão atravessados pela noção de rostidade, o que nos possibilita pensar que a nomeação das coisas também se dar mediante a ideia facial que se faz destas. Por isso, particularmente tratando da escrita, observamos esta última pelo prisma de uma máquina de rostidade, ou seja, a maquinaria discursiva que viabiliza a escrita toma por base aspectos faciais pretéritos, por sua vez usinando novos rostos.

Nesse sentido, pensando na produção dos espaços e, por conseguinte, na constituição de rostos espaciais, objetivamos problematizar a construção identitária do espaço assuense a partir da escrita de Francisco Augusto Caldas de Amorim. Procuramos refletir como esse escritor e intelectual gestou uma discursividades acerca do Assú, como ele pensou, adjetivou e narrou a sua maneira a espacialidade assuense, de modo a lhe proporcionar um rosto, uma face, uma cara para sua cidade.

1 Francisco Amorim: Rastros de uma trajetória

Os escritos históricos, memorialísticos e literários de Francisco Amorim, escritor assuense, publicados entre 1960 e 1990, traduzem certa ordem escriturostica, na medida em que suas narrativas indicam rastros perpassados por um forte apego ao passado, ao local, e ao tradicional, de modo que o esforço em valorizar as raízes históricas do lugar construiu uma identidade local positiva tanto no passado, quanto no presente e no futuro. Assim, a escrita de Francisco Amorim se coaduna para delinear uma ideia de tradição assuense, pois reforça a concepção de uma cidade que herdou do passado sua grandeza, notadamente ancorada na concepção de Atenas Norte-Riograndense, terra dos poetas, do teatro, terra de São João Batista, terra dos heróis, de festejos populares, entre outros.

Francisco Augusto Caldas de Amorim nasceu em Assú no ano de 1899, filho de Palmério Augusto Soares de Amorim e Maria Erudina Caldas de Amorim. Pertencente à família tradicional da cidade, Francisco Amorim cresce no convívio com a ordem das letras, pois sua vida na infância e juventude esteve ligada aos dois espaços comerciais de propriedade de sua família, a saber: a Farmácia Amorim e a Tipografia Amorim. Além da venda de medicamentos, a Farmácia Amorim durante o início do século XX era o ponto de encontro dos intelectuais assuenses, espaço dos diálogos boêmios e poéticos aos fins de tardes. Já na tipografia, a principal que o Assú teve nessa época, gerenciada pelo seu irmão Palmério Filho, Chisquito, como assim ficou conhecido Francisco Amorim, foi redator por vários anos do jornal *A Cidade*, periódico que circulou em Assú nas três primeiras décadas do século acima citado.

Assim, a vivência de Francisco Amorim era tomada pela ordem das letras, pois sua prática de escrever já lhe rendia um lugar de produtor dessa ordem. Estes ambientes foram fundantes para o aprendizado de Amorim, assim como as aulas com as professoras França e Sinhazinha Wanderley, ambas do Assú. Este intelectual assuense também exerceu vários outros cargos e funções ao longo de sua vida, pois foi desde auxiliar de farmácia, vereador, Inspetor de ensino, Juiz de Paz, Auditor Fiscal Federal e até prefeito da cidade do Assú entre (1953-1958), entre outros. Francisco Amorim faleceu em 1994.

A trajetória de jornalista e poeta conduziu Francisco Amorim à condição de escritor, condição esta que permitiu a ele integrar os quadros de várias instituições ligadas à produção e divulgação do saber, entre elas se destaca o

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), fundado em 1902. A sua participação como membro do IHGRN a partir de 1964, possibilitou-lhe também o status de historiador, ou seja, fazer parte do corpo de membros deste Instituto lhe rendeu a prerrogativa de agente narrador da história assuense. De acordo com este contexto, Francisco Amorim tornou-se um tipo de guardião da história do Assú, aquele tido pelos seus pares como o agente imortalizador da historicidade local que tendia a se esvanecer, se perder pela ação do tempo.

O discurso desse escritor ganhou ares pedagógicos, uma vez que é um tipo de lição ao povo assuense. Além do mais, os textos produzidos por Francisco Amorim estão implicitamente amparados pela legitimidade de um lugar institucional lhe fornecido pelo IHGRN, instituição essa que abrigou em seus quadros vários assuenses. Como diria Michel de Certeau (2011, p. 113), “[...] em vez de crer na escrita, acredita-se na instituição que determina seu funcionamento. A relação do texto com um lugar confere sua forma e sua garantia ao suposto saber do texto”. Ou seja, o lugar institucional legitima o discurso escriturístico ao ponto de lhe outorgar a força discursiva do contexto espaço/temporal que este foi produzido.

Além do mais, esse intelectual adotou postura no sentido de fornecer ao lugar uma memória que pudesse ser escrita, é aquele que tenta salvar a historicidade local. Sua luta foi contra a diluição da história assuense pela ação do tempo. Ele procurou, por meio de sua escritura, preencher o espaço assuense de atributos que na sua visão seriam balizas de uma trajetória vivencial. Assim, foi reconhecido como representante da tradição poética e intelectual do Assú, reconhecido como aquele que reascendia o passado glorioso e enfrentava os novos tempos utilizando à escrita. Para alguns, sua morte implicaria a perda do sustentáculo dessa tradição. Tal situação foi reafirmada por Expedito da Silveira que ao prefaciá-lo livro *O Açu no roteiro das glosas* (1981), de autoria de Francisco Amorim, evidenciou que

Tanto que, quando Você “entregar os pontos”, mudando-se para outra vida, com as graças de Deus melhor do que esta tudo indica que a nossa tradição ficará entregue às baratas, em matéria de literatura. É que ainda não despontou, até hoje, nenhuma geração capaz de corresponder às glórias do nosso passado. Lamentavelmente, é o quadro sombrio que se descortina, em nossa terra fadada a viver, com tal, só, e tão-somente, de uma ancestralidade, que jamais será revivida (1981, p. 9).

2 Francisco Amorim e a produção do espaço assuense por meio da escrita

No trato biográfico de um seridoense que se radicou em Assú desde 1905 até seu falecimento em 1932, dedicado ao mundo da boemia e da poesia, Francisco Amorim mostra no livro *Eu conheci Moysés Sesyon* (1961, p 43) que “o nosso desejo é homenageá-lo, fazer com que não pereça a sua lembrança, para que a voragem do tempo não consuma e não destroce o seu trabalho e sua movimentação intelectual, digna de pertencer aos arquivos literários”. Aqui, mais uma vez, há uma tentativa de exaltar o passado, por meio de uma narrativa que pretende fundar uma lembrança daquilo que foi importante na história assuense, notadamente o heroísmo intelectual, poético e artístico, mesmo que seja por via de uma pessoa não natural do lugar, mais que se inseriu e fez parte daquele passado tão memorável para este escritor.

Já em *Assu da minha meninice* (1982, p. 7), Francisco Amorim argumenta que os relatos presentes nesta obra

“são reminiscências infantis chegada à juventude, que necessitam de gravação para que o tempo, no seu caminhar destruidor, não faça desaparecer. Suscetível a apreciação alheia, nem por isso deixa de ter o timbre da autenticidade. São passagens revividas, sentidas e espiritualmente renovadas”.

Assim, considerando que a memória diz respeito a uma reconstrução que atualiza o passado, de modo que são desencadeadas estratégias que visam proporcionar certo “está aqui” de determinados eventos já vivenciados, esse discurso de Francisco Amorim demonstra que seria necessário documentar a memória de sua cidade, devendo ser registrada pela gravação (escrita). É uma memória que deve alcançar os mais jovens para que estes conheçam os atributos positivos do passado assuense, de modo que renovem seus espíritos por meio da sensibilidade da riqueza cultural e histórica do Assú e que possam dar continuidade a tal perspectiva. Assim, a memória seria o fio condutor das ações e glórias passadas perpetuadas no futuro mediante o impacto que esta causasse aos sujeitos do presente.

Desse modo, o discurso das lembranças infantis de Francisco Amorim traduz o sobrepujar do passado sobre o presente, o que implica pensar que este escritor mesmo possuindo resquícios de um modernismo, fortalece o passado “ideal”. Além do mais, a narrativa da infância desse escritor também se constitui em práticas de espaços, pois os relatos acerca dos lugares delinham

espacialidades, uma vez que, conforme Certeau (2011, p. 177) “praticar o espaço é portanto repetir a experiência jubilatória e silenciosa da infância. É, no, lugar, ser outro e passar ao outro”.

Essa postura da reminiscência infantil não foi atributo somente de Francisco Amorim, pois também foi adotada, entre outros, pelo escritor modernista Manuel Bandeira, em seu poema “Evocação do Recife”, destacado no livro *Nordeste* (1925) de Gilberto Freyre, principal representante do Regionalismo-Tradicionalista do Nordeste e, portanto defensor da tradição desse espaço regional. Conforme D’Andrea, o poema modernista foi referenciado no clássico *Nordeste* de Freyre em função de sua evocação do tempo presente imobilizado, ocorrendo a sua negação, assim “Como elaboração de um passado, o poeta elege as lembranças infantis. Serão essas elas que lhe permitirão a volta a um tempo arquetípico que lhe é grato à memória: a meninice do poeta Bandeira” (FREYRE, 2010, p. 43-44).

Além disso, *Assu da Minha meninice* (1982) está no conjunto de produções que buscam desenhar um rosto assuense, na medida em que é uma volta ao passado, um revisitar dos principais acontecimentos e momentos históricos do lugar. Por este viés, Celso da Silveira ao prefaciá-la a referida obra, afirma que

Deve-se ver neste Assu da minha meninice, mais que presunção literária, um retrato recomposto de antepassado querido, que se coloca em moldura dourada em alto relevo no principal recanto de nossa sala. É o retrato de um Açú que estava empoeirado no porão, que mãos afetuosas descobrem e devolvem intacto ao nosso salão nobre da memória (AMORIM, 1982, p. 8).

Na perspectiva de Silveira, Francisco Amorim estava sendo responsável por “resgatar” a imagem do passado assuense, tirando-a do porão e levando a mesma ao “sótão”. Ele seria o sujeito fotógrafo que produzia um retrato do Assú, aquele delineador de certa significância ao local, haja vista que o rosto é aqui entendido como não puramente humano, mas produção, close ou retrato de um perfil facial, situado nas fronteiras da significância e da subjetividade. Francisco Amorim, conforme seus pares, teria legado ao Assú uma rostidade, teria fornecido um perfil a cidade mediante o enobrecer da memória local.

Para inscrever a cidade em suas narrativas, Francisco Amorim faz uso de duas prerrogativas apontadas por Barthes (1984), que são fundamentais neste processo: o escritor e o intelectual. Para Barthes, o primeiro é aquele que opera a linguagem estando ao lado da escrita; o segundo diz respeito ao sujeito que

imprime e publica sua fala. É com essa dupla condição que Chisquito constituiu sua arte da narrativa, ou seja, ele é um narrador que articula sua escritura evidenciando uma lição, notadamente que os assuenses reconhecessem uma cidade pelo viés poético, pela inteligência, pela harmonia social, pela ideia de raízes originariamente unificadas. Desse modo, sua narrativa passa a ter um tom utilitário, pois exerce uma função de conscientização. Para Benjamin (1985, p. 200), a dimensão utilitária da narrativa “pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira o narrador é um homem que sabe dar conselhos”.

Além do mais, essa postura de Francisco Amorim pode ser entendida mediante o relato de Velloso (apud MENICONI, 2004), haja vista podermos compreender que no transcorrer da história do Brasil, os intelectuais se distinguiram do conjunto da população reivindicando a função de condutores da sociedade, de guias da nação. Como bem evidencia Silva (2010), os intelectuais brasileiros, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, atuaram no sentido da transformação social mediante o despertar da consciência popular. Ainda salienta que “[...] não foram poucos os intelectuais que procuraram justificar suas obras e ações num *ethos* de missão civilizatória ou nacional, como se fossem portadores especiais dos interesses gerais da sociedade” (2010, p. 24).

Temos, assim, uma ordem da escritura intelectual no Brasil, na medida em que os escritores exerciam o papel de conduzirem o povo, de mostrarem o caminho “correto”, ordenando trajetos. Assim, as produções escritas são consideradas neste contexto como um tipo de jurisprudência que debatida nos núcleos literários, agremiações e institutos levariam as principais problemáticas para os supremos tribunais das letras e da história, respectivamente à Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB).

Nesse sentido, podemos compreender que a arte escriturística de Francisco Amorim estava perpassada por estas noções, pois não o bastante ele estivesse inserido nessa temporalidade e contexto, suas produções apresentam traços de um escritor que pretendia guiar seus conterrâneos para conhecerem um tipo ideal de cidade, influenciando na maneira de ver o lugar. Sua postura implica uma espécie de “missão social”, na medida em que atuaria na formação de uma identidade local e concomitantemente a proteção dessa identidade frente a outras identidades.

Nessa perspectiva dos intelectuais como “guias esclarecidos do povo”, compreendemos que Francisco Amorim, mediante sua arte da escritura, não

poupou esforços para construir uma tradição local ancorada em um passado glorioso, um passado que explica as conquistas futuras, que identifica o habitante da cidade com a espacialidade. Ele promoveu um exercício para fazer as pessoas verem o espaço assuense pela ótica dos costumes em comum, pelo amor a sabedoria poética, pelo orgulho de terem nascido na terra de heróis da Guerra do Paraguai. Desse modo, *Assu em revista* (AMORIM, 1980, p. 3) traz no texto de apresentação o seguinte enunciado:

Esta revista não tem fins lucrativos. A sua publicação orienta-se no sentido propagar, espalhar e difundir os hábitos, os costumes, a tradição e a história da comunidade assuense, desde seus primórdios até a estação presente. Destacando os seus filhos, valorizando os seus feitos, enaltecendo as suas atitudes, como um exemplo à geração presente e um roteiro a geração futura.

Esta revista tinha como editor Francisco Amorim; assim, esse discurso de apresentação expressa o interesse dos que compunham a revista (intelectuais assuenses) de conservarem e propagarem uma memória local que orienta-se a geração presente e futura, pois o conteúdo da referida edição, além de apresentar uma série de anúncios comerciais e destaques políticos da região, estava voltado para a valorização das “raízes” históricas do Assú. Percebemos, também, no trecho extraído da apresentação da referida revista, os traços da matriz histórica do IHGRN, uma vez que é perceptível a noção de origem, continuidade, foco nos “fatos importantes” e valorização de personalidades tidas como de destaque.

É do próprio IHGRN que advêm elogios e o reforço as pretensões desta publicação, assim, em carta a Francisco Amorim, outro intelectual membro do IHGRN, Minervino Wanderley de Siqueira, comenta acerca da revista, evidenciando que “É preciso, porém, despertar essa geração nova, para que a mesma receba, com altivez e galhardia, o facho sagrado do amor à terra, para que a mesma, tão bela, continue sobranceira livre, poética e feliz para os nossos descendentes” (REVISTA DO IHGRN, 1981 – 1982, p. 117). Enuncia-se, desse modo, uma concepção, por parte desses intelectuais, de que seria necessário fazer com que as gerações mais jovens pudessem se sensibilizar com a notável obra dos antecedentes assuenses legada do passado.

Tomando por base a ideia de tradição apontada por Albuquerque Junior (2011, p. 90), na medida em que “o medo de não ter mais espaços numa nova ordem, de perder a memória individual e coletiva, de ver seu mundo se esvaír,

é que leva à ênfase na tradição [...]”. Cabe perguntarmos acerca de qual seria a ameaça a tradição assuense que teria levado um grupo de intelectuais a agirem no sentido de conservação de uma memória, de uma construção identitária e de rostificarem a espacialidade local?

Assim, precisamos pensar em primeiro lugar nas identidades culturais, estas delineadas mediante os nossos aspectos de pertencimento a culturas religiosas, étnicas, raciais, lingüísticas e espaciais. A identidade pressupõe duas características principais: reconhecimento e pertencimento. Ela é demarcada pela diferença e pela relação, ou seja, ao se assumir determinada identidade concomitantemente você estará negando outras identidades. É preciso lembrar que, em grande parte, o forte investimento feito em prol da construção de determinada identidade reflete um processo de crise de identidades, haja vista que a (re)afirmação de posições identitárias denunciam momentos de dúvida, novos posicionamentos e outras possibilidades de pertencimento, tal conjunto de situações se choca com a perspectiva tradicional das identidades, por sua vez, pautadas nas práticas narrativas homogeneizadoras, pela ênfase nas origens, na continuidade e na tradição, ainda em mitos de fundação e pela ideia de originalidade de um povo (HALL, 2006).

Contextualizando esse momento histórico na tentativa de rastrear os indícios de uma modernidade que levou os intelectuais assuenses a reagirem à perda de referenciais tradicionais antes estabelecidos, podemos observar que, em nível de Brasil, conforme Mello e Novais (In: SCHWARCZ, 1998, p. 560), “[...] entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornamos uma nação moderna”. Vivíamos naquele momento um decisivo processo de industrialização, avanço tecnológico, migrações internas e o desenvolvimento urbanístico. Desde os anos de 1930 o país conseguirá produzir um padrão econômico moderno. Além do mais, foram incrementadas novas formas de sociabilidade ao passo que tínhamos a modernização do cinema, da indústria de alimentos, da construção civil, indústria pesada, entre outros. De modo que o país registrava mudanças em seus espaços públicos e privados.

Tomando por base esse contexto, a trajetória assuense ao longo do século XX acompanhou a lógica cidadina desta temporalidade, oportunidade em que são diagnosticados o aumento demográfico, a diversificação econômica e o avanço dos frutos da tecnologia. Além do mais, o município presenciava algumas “novidades”, pois, a partir de janeiro de 1960, Assú ganhava acesso

ao serviço telefônico, oportunidade em que foram instalados cerca de trinta aparelhos na cidade com a promessa da instalação de mais vinte neste mesmo ano (A REPÚBLICA, 1960). A população assuense também assistia, no início do ano de 1972, à presença de uma equipe cinematográfica na cidade realizando a produção do filme *Jesuino Brilhante*, tal realização era algo que mexia com a rotina local em função da presença da “modernidade cinematográfica”, daí o anúncio da equipe de filmagem na cidade prendia a atenção da população local (O MOSSOROENSE, 1972). Outras novidades surgiam na cidade, principalmente o melhoramento no abastecimento de água com os serviços iniciados pela Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN); a chegada dos serviços de iluminação elétrica de Paulo Afonso em 1967 e a criação da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), espaço que dinamizou as práticas esportivas e festivas da cidade.

Em algumas de suas obras, Francisco Amorim elabora uma crítica direta à conjuntura moderna vivida pela sociedade da segunda metade do século XX. Ao tratar da *História do Teatro no Assu* (1972), este escritor percebeu certas complexificações da vida tradicional mediante os elementos da modernidade, pois “nota-se, pela desconexão das datas, que aqui e ali, dava-se um colapso na vida teatral assuense. Essas quedas, esses fracassos, devem-se, em parte, ao aparecimento do cinema, da televisão, dos movimentos esportivos, em geral” (AMORIM, 1972, p. 1). Observa-se aqui certo desconforto com os frutos da modernidade.

Considerações finais

Considerando que os “intelectuais são homens cuja produção é sempre influenciada pela participação em associações, mais ou menos formais, e em uma série de outros grupos, que se salientam por práticas culturais de oralidade e/ ou escrita” (GOMES, 2004, p. 51), entendemos que o discurso escriturístico de Francisco Amorim situou-se na ordem das letras, pois foi legitimado pelo lugar institucional do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e pelo próprio espaço literário no qual o escritor se inseria. Sua escritura demonstra a tessitura narrativa de um tipo de arquiteto da memória, haja vista que foi ele quem no exercício de recordar e registrar buscou instituir uma memória e concomitantemente uma identidade ao Assú.

As produções desse autor demonstram a dupla face de sua escritura, pois, ao mesmo tempo em que se tem uma escrita de si, consubstanciada por uma

escritura voltada para a produção de uma memória, esta, por sua vez, dotada de uma subjetividade/sensibilidade demarcada por uma trajetória individual que territorializou uma identidade de texto e de autor, também se tem uma escritura que se expressa como pertencente a um enredo identitário do espaço assuense e a uma rede discursiva que constrói esse enredo num platô coletivo pautando-se num passado ideal. Assim, concordamos com Candau (2011, p.74), quando evidencia que “[...] todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade”.

Francisco Amorim tornou-se um arquiteto da invenção, da construção de uma tradição identitária para o lugar onde viveu transformando-o em espaço, este que no sentido conceitual e prático é fruto “[...] das artes, das astúcias dos homens que buscam definir fronteiras, estabelecer proximidades, distâncias e separações entre homens e coisas do mundo [...]” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 82). Além do mais, o conjunto de práticas simbólicas, ritualísticas e discursivas que proporcionaram a propagação de valores e comportamentos espelhados no passado, por sua vez, construtores de uma tradição assuense, pautaram-se em uma arte da escrita que buscou a identidade do Assú por meio do pertencimento a uma territorialidade rostificada como espaço de história, poesia e tradição.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 17. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2011a.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre a história e a ficção*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autentica, 2011.

D'ADREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: o pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e literárias nordestinas*. 2. ed. Rev. e ampl. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução Aurélio Guerra Neto. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. v. 3.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MELLO, João Manuel de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 560-658.

MENICONI, Evelyn Maria de Almeida. *Monumento para quem? A preservação do patrimônio nacional e o ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967)*. 2004. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Gestão das Cidades)-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2004.

SILVA, Bianca Nogueira da. *O ser e o fazer: os intelectuais e povo no Recife dos anos 1960*. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

Harmonia na desarmonia/desarmonia na harmonia: A Política, O Príncipe e O Leviatã

Harmony in mismatch/Mismatch in harmony: The Politics, The Prince and The Leviathan

Juliano Cordeiro da Costa Oliveira*

Resumo

O artigo debate aspectos semelhantes presentes na filosofia política de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. Não se trata de reduzir um ao outro, mas de estabelecer um diálogo entre os dois filósofos. A complexidade da política, em Maquiavel, reflete a da natureza humana. É inútil discutir a política sem levar em conta por que e como de fato agem os homens. Este tema, igualmente, é debatido por Hobbes, ao explicar que, no estado de natureza, há a guerra de todos contra todos, sendo necessário um poder comum capaz de manter os homens numa convivência pacífica. Para ambos, é preciso contar sempre com as diversas possibilidades do agir humano para a criação de uma boa política, ou seja, aquela que valoriza o bem comum. O artigo também discute questões como a do surgimento das facções políticas que prejudicam o interesse público, os perigos da ausência de ordem para a vida em sociedade e as possibilidades de manutenção ou mudança nos rumos do poder.

Palavras-chave: Maquiavel. Hobbes. Política. Príncipe. Leviatã.

Abstract

The present article discusses similar issues in the political philosophy of Niccolo Machiavelli and Thomas Hobbes. This is not to reduce to one another, but to establish a dialogue between the two philosophers. The complexity of politics in Machiavelli reflects the human nature. It is useless to discuss politics without considering why and how men actually act. This topic also is discussed by Hobbes, explaining that in the state of nature, there is a war of all against all, requiring a common power able to keep men in a peaceful coexistence. For both, we must always rely on the various possibilities of human action to create a good policy, in one which values the common good. The article also discusses issues such as the emergence of political

* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Email: julianocordeiro81@gmail.com

factions that harm the public interest, the dangers of lack of order to life in society and the possibilities for maintenance or change in the direction of power.

Keywords: Machiavelli. Hobbes. Politics. Prince. Leviathan.

Introdução

[...] é tão difícil e perigoso tentar tornar livre um povo que queira viver na servidão quanto querer levar à servidão um povo que queira viver livre (Nicolau Maquiavel).

Todos os deveres dos governantes estão contidos nesta única sentença: a segurança do povo é a lei suprema (Thomas Hobbes)

Este artigo estabelece um diálogo sobre temas semelhantes presentes na filosofia política de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. Para ambos, é preciso saber como os homens agem de fato, pois não podemos pensar a política sem refletir, primeiramente, naqueles que a fazem, isto é, os homens.

Para Fiche (2010), a existência do Estado fundamenta-se justamente na pressuposição do como podem agir os homens, algo determinante para o pensamento político de Maquiavel e Hobbes. Para este, os homens, no estado de natureza, querem apenas realizar seus desejos individuais. A partir desta constatação, Hobbes enfatiza a necessidade de um poder comum capaz de manter todos numa convivência pacífica, por meio da coerção e do medo.

Dessa forma, Maquiavel e Hobbes pensam uma política que, primeiramente, parta da consciência de como os homens agem no mundo para, em seguida, propor a melhor política, isto é, aquela que valoriza o bem comum. Ambos defendem que os conflitos inerentes à política sejam administrados pelo Estado, de modo que não ocorra, como diz Hobbes, a guerra de todos contra todos nem o surgimento das facções políticas que prejudicam o interesse público, tal qual Maquiavel (2007b) narra em História de Florença. Não é por acaso que Quentin Skinner afirma que Maquiavel, nesse sentido, é “quase hobbesiano” (1996, p. 206).

Debateremos também como Maquiavel e Hobbes refletem acerca das condições e possibilidades para a manutenção ou mudança do poder, bem como o papel que o povo exerce nesse processo. Como metodologia, utilizou-se a

exegese de obras de Maquiavel e Hobbes, estabelecendo também um diálogo com intérpretes e estudiosos dos filósofos a partir de pesquisa bibliográfica.

1 Política e conflito em Maquiavel: os grandes versus o povo

A política, em Maquiavel, segundo Newton Bignotto (1991), é concebida como uma guerra. Há, desde sempre, interesses opostos em disputa. O povo, como ator político, deseja, tal qual o príncipe, que seus interesses sejam duradouros. Dessa forma, o povo é visto como uma força de ação que se move pelo conflito contra os grandes, a fim de que o interesse público esteja em primeiro lugar.

No capítulo IX, intitulado *Do principado civil*, em *O Príncipe*, Maquiavel explicita que o objetivo do povo é mais honesto do que o dos poderosos: “estes querem oprimir e aquele não ser oprimido” (MAQUIAVEL, 1973, p. 46). O povo, então, não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes. Estes, por sua vez, querem governar e oprimir o povo.

O principado, nesse sentido, pode ser estabelecido tanto pelo povo como pelos poderosos, segundo a oportunidade de cada um. Os grandes, por exemplo, percebem que não podem resistir ao povo. Concedem, assim, reputação a um dos seus elementos e o fazem príncipe para satisfazer seus apetites sob sua sombra.

O povo, por sua vez, percebe também que não pode resistir aos grandes. Assim, o povo dá reputação a um dos seus cidadãos e o elege príncipe para estar defendido contra os poderosos. Maquiavel (1973) explica que aquele que se torna príncipe com a ajuda dos poderosos se mantém com maior dificuldade no poder do que aquele que é eleito pelo próprio povo. Para ele (2007a), quem possui poucos homens como inimigos, tendo o povo ao seu lado, consegue segurança para governar.

Todavia, quem tem o povo como inimigo nunca está seguro: “quanto mais crueldade usar, mais fraco se tornará seu principado. De tal sorte que o maior remédio é procurar angariar a amizade do povo” (MAQUIAVEL, 2007a, p.66). Maquiavel, além disso, alerta sobre o perigo do príncipe precisar contar com forças mercenárias, pois estas estão sempre dispostas a agir contra o príncipe.

Os príncipes prudentes repelem sempre tais forças, para valerem-se de suas próprias, preferindo perder com estas a vencer com auxílio das outras. Sem possuir armas próprias nenhum principado está seguro, não existindo virtude

que o defenda nas adversidades. Maquiavel (1973) argumenta que o príncipe em hipótese nenhuma pode prescindir do povo, podendo, inclusive, prescindir dos grandes. É preciso ainda que o príncipe aprenda a ser mau quando necessário, como igualmente piedoso, quando a situação exigir. Entretanto, toda ação implica em responsabilidade e prudência, mesmo nos atos extremos.

A complexidade da política reflete, em Maquiavel, a da natureza humana. É inútil discutir a política sem levar em conta por que e como de fato agem os homens, não no sentido de uma essência humana imutável, pois a história mostra que os homens agem a partir de diversas perspectivas. É preciso contar com elas sempre. No capítulo XV, do *Príncipe*, por exemplo, Maquiavel afirma que seu objetivo é escrever coisa útil para os que se interessam:

[...] pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruíne entre tantos que são maus. Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade (MAQUIAVEL, 1973, p.69).

A história mostra, porém, que o príncipe nunca pode ser odiado. Maquiavel enfatiza que o ideal é que o príncipe seja temido e amado ao mesmo tempo. Contudo, ele explica que possuir as duas qualidades é algo difícil. Assim, é preferível que o príncipe seja temido, pois os homens são ingratos, simuladores, covardes e ambiciosos, não no sentido de uma essência imutável, como explicitamos antes, mas no âmbito das diversas possibilidades históricas. Este aspecto também é debatido por Hobbes como veremos no decorrer do texto.

O amor, por exemplo, segundo Maquiavel (1973), é mantido por um vínculo sempre possível de ser rompido. O temor, ao contrário, é alimentado pelo receio do castigo, tal qual igualmente defende Hobbes. Para este (1979), os homens, querendo evitar a guerra de todos contra todos, estabelecem um pacto.

Entretanto, é preciso ainda um poder comum situado acima dos contratantes, com direito e força suficiente para impor o cumprimento do pacto.

Isto é, o medo de algum poder coercitivo. Mesmo sendo obrigado a derramar o sangue de alguém, o príncipe deve fazê-lo quando houver justificativa conveniente. Toda ação, em Maquiavel, implica responsabilidade e prudência, mesmo nos atos extremos:

O desejo de conquistar é coisa verdadeiramente natural e ordinária e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados e não censurados. Mas se não podem e querem fazê-lo, de qualquer modo, é que estão em erro, e são merecedores de censura. Se a França tinha forças para assaltar Nápoles, devia fazê-lo; se não podia, não devia dividi-la (MAQUIAVEL, 1973, p.20).

A prudência, em Maquiavel, está em saber conhecer a natureza dos inconvenientes e adotar o menos prejudicial como sendo bom. No entanto, prudência, aqui, não significa imobilismo. O homem prudente delibera qual deverá ser sua ação para um determinado momento, podendo, inclusive, ser uma ação ousada e extrema, caso seja a melhor para aquele momento. Como explica Skinner (2010), a disposição de agir ocasionalmente com rigor é fundamental para a manutenção da boa ordem nos assuntos civis e militares.

Nesse contexto, há duas formas de se combater: pelas leis e pela força. A primeira seria própria do homem; e a segunda dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não é suficiente, é preciso recorrer à segunda. Ao príncipe torna-se necessário, todavia, saber empregar convenientemente o animal e o homem: um sem o outro é a origem da instabilidade.

Enfim, Maquiavel destaca que as principais bases formadoras dos Estados, sejam novos, velhos ou mistos, são boas leis e boas armas, cabendo ao príncipe prudência e responsabilidade na escolha das medidas: “[...] não podem existir boas leis onde não há armas boas, e onde há boas armas convém que existam boas leis” (MAQUIAVEL, 1973, p.56). Como demonstra Bignotto (2003), o governante deve equilibrar o ser e o parecer, respeitando as leis e os contratos, mas recorrendo à força quando os mecanismos de persuasão derivados da aplicação da lei não se mostrarem suficientes.

A força e a normatividade, em Maquiavel, não se opõem, mas se complementam, evitando a ruína do Estado. No próximo tópico, veremos que, embora Maquiavel defenda a política como uma disputa de interesses, haverá uma forma positiva e uma negativa de administrar tais conflitos inerentes à política.

2 Maquiavel e a (des) regulamentação dos conflitos

Apesar de Maquiavel afirmar a importância dos conflitos na política, tal luta não pode resultar em ausência de ordem, pois o desacordo existente é passível de ser resolvido por meio de leis onde o extraordinário do tumulto é direcionado para o ordinário das leis. Florença, explica Maquiavel (2007b), ao contrário de Roma, não oficializava os conflitos por meio da constituição. Roma, por sua vez, regulava as inimizades da república. Tais leis permitiam que as inimizades tivessem formas ordinárias de resolução e não degenerassem em divisões partidárias ou facções. Do contrário, o conflito se manifestaria de forma mais violenta, fora das esferas oficiais de poder.

Embora Maquiavel não fale propriamente no conceito de esfera pública, podemos refletir a importância que ele concede às esferas de deliberação em que as divergências são postas livremente nos debates. Enquanto as inimizades de Roma geraram novas e positivas leis, as de Florença resultaram em exílio, combates extremos e morte dos cidadãos.

É verdade que os conflitos são inevitáveis e sempre ocorrerão. Contudo, Maquiavel alerta que é necessário existir espaços oficiais e legítimos nos quais os embates ocorram, como forma de administrar os conflitos, evitando, como diria Hobbes (1979), a guerra de todos contra todos, tal qual o próprio Maquiavel (2007b) narra em *História de Florença*:

Por isso, as ordenações e as leis não são criadas para a utilidade pública, mas para a utilidade própria; por isso, as guerras, as pazes e as alianças não são deliberadas para glória comum, mas para a satisfação de poucos. E, se as outras cidades estão cheias dessas desordens, a nossa está delas manchada mais do que qualquer outra; porque nela as leis, os estatutos, e as ordenações civis não são ordenados de acordo com a vida livre, mas de acordo com a ambição do partido que se tornou superior (MAQUIAVEL, 2007b, p.166).

Assim, o desejo do povo jamais pode se igualar ao dos grandes. Entretanto, isso não significa que o povo deva ser um ator passivo na política. Maquiavel sempre defendeu a importância da vida ativa em contraposição à contemplativa. É verdade que algumas divisões prejudicam as repúblicas, como o aparecimento das facções, uma vez que objetivam apenas os interesses privados. Entretanto, outras divisões e conflitos ajudam as repúblicas no que diz respeito ao interesse público, desde que reguladas posteriormente por meio de leis.

A solução proposta por Maquiavel, segundo Skinner (2010a), é montar a constituição de maneira a criar um tenso e delicado equilíbrio entre as forças sociais opostas, a fim de que todas as partes estejam envolvidas com as questões da vida pública. Portanto, cada parte mantém vigilância sobre a outra, havendo um ganho da liberdade pública. Podemos dizer que, em Maquiavel, a harmonia de uma república deve abrir espaço para a desarmonia, assim como a desarmonia deve visar à harmonia, por meio da regulamentação dos conflitos. Se a paz eterna é uma ilusão, a guerra a todo instante é inviável para a vida em comunidade, como veremos em seguida com Hobbes.

3 Estado de natureza em Hobbes: a guerra de todos contra todos

A natureza, para Hobbes (1979), fez os homens iguais em relação às faculdades do corpo e do espírito. Para ele, a diferença entre os homens não é considerável para que qualquer um possa reclamar benefícios. “Portanto, todos os homens são naturalmente iguais entre si; a desigualdade que hoje constatamos encontra sua origem na lei civil” (HOBBS, 2002, p.29). Entretanto, se dois homens desejam a mesma coisa, eles se tornam inimigos, uma vez que se esforçam para subjugar um ao outro:

[...] se alguém planta, semeia, constrói ou possui um lugar conveniente, é provavelmente de esperar que outros venham preparados com forças conjugadas, para desapossá-lo e privá-lo, não apenas do fruto de seu trabalho, mas também de sua vida e de sua liberdade. Por sua vez, o invasor ficará no mesmo perigo em relação aos outros (HOBBS, 1979, p.75).

Para Hobbes (2002), embora qualquer homem possa dizer “isto é meu”, não poderá desfrutar de tal coisa, porque seu vizinho, tendo igual direito e poder, irá pretender o mesmo. Segundo ele, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum que seja capaz de manter todos numa convivência pacífica, há “uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens” (HOBBS, 1979, p.75). De acordo com Skinner (2010b), Hobbes chega, aqui, à questão central de sua teoria do Estado: todos nós desejamos a paz, mas nunca podemos esperar alcançá-la a não ser abrindo mão de nossa liberdade natural.

No estado de natureza, não há lugar, portanto, para a indústria, para o cultivo da terra, para a navegação, construções confortáveis, artes, letras etc. Numa palavra, não há sociedade, e sim “um constante temor e perigo de morte

violenta” (HOBBES, 1979, p. 76). Na guerra de todos contra todos, nada pode ser considerado justo ou injusto.

Noções de bem e mal, por exemplo, não têm lugar no estado de natureza. “Onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça” (HOBBES, 1979, p.77). Além disso, não há propriedade nem distinção entre o *meu* e o *teu*, pois só pertence a cada homem aquilo que ele é capaz de conseguir, enquanto for capaz de conservá-lo. “É esta a miserável condição em que o homem realmente se encontra, por obra da simples natureza” (HOBBES, 1979, p.77). O bem e a justiça são qualidades dos homens que vivem na sociedade civil, e não na solidão e na guerra do estado de natureza.

[...] a condição dos homens fora da sociedade civil (condição esta que podemos adequadamente chamar de estado de natureza) nada mais é que uma simples guerra de todos contra todos, na qual todos os homens têm igual direito a todas as coisas; e, a seguir, que todos os homens, tão cedo chegam a compreender essa odiosa condição, desejam (até porque a natureza a tanto os compele) libertar-se de tal miséria. Mas isso não se pode conseguir a não ser que, mediante um pacto, eles abdicuem daquele direito que têm a todas as coisas (HOBBES, 2002, p.16).

Para Hobbes (1979), os homens querem também a paz devido ao medo da morte que só pode ser conseguido na passagem do estado de natureza para a sociedade civil. No estado de natureza, há a guerra de todos contra todos, uma vez que todo homem teria direito a todas as coisas, não existindo nenhuma segurança de vida. Nas palavras de Hobbes, “enquanto cada homem detiver seu direito de fazer tudo quanto queira todos os homens se encontrarão numa condição de guerra” (HOBBES, 1979, p.79). Os homens, querendo evitar a guerra de todos contra todos, estabelecem, por isso, um pacto.

Entretanto, uma determinada parte pode não cumprir o que foi acertado antes, tornando o pacto nulo. Mas se houver um poder comum situado acima dos contratantes, com direito e força suficiente para impor seu cumprimento, o contrato não é nulo. E de que modo tal poder é estabelecido?

4 Estado e liberdade civil em Hobbes

Os vínculos das palavras, explica Hobbes, são fracos para evitar a ambição, a avareza, a cólera e outras paixões humanas, caso não haja “o medo

de algum poder coercitivo” (HOBBS, 1979, p.82). Isto implica a necessidade de algo para além do pacto, para que o acordo seja constante e duradouro. Isto é, um poder comum que mantenha os homens em respeito mútuo: o Estado. Como afirma Hobbes,

[...] aquele que submete sua vontade à vontade de outrem transfere a este último o direito sobre sua força e suas faculdades – de tal modo que, quando todos os outros tiverem feito o mesmo, aquele a quem se submeteram terá tanto poder que, pelo terror que este suscita, poderá conformar as vontades dos particulares à unidade e à concórdia (HOBBS, 2002, p.96).

Finn (2010) entende o estado de natureza, em Hobbes, como uma situação hipotética na qual não existem lei civil, força policial ou sistema jurídico. O estado de natureza não é uma consideração histórica sobre a vida antes da formação do governo. Ele representa qualquer situação na qual os indivíduos são livres de leis civis e de suas correspondentes punições.

Maquiavel (2007b), por sua vez, ao narrar a decadência de Florença, também enfatiza que os conflitos inerentes à política não podem ter como consequência a ausência de ordem, haja vista que o desacordo existente é passível de ser resolvido por meio de leis onde o extraordinário do tumulto é direcionado para o ordinário das leis. Do contrário, o conflito manifesta-se fora das esferas oficiais de poder, resultando na guerra de todos contra todos, tal qual no estado de natureza de Hobbes.

Como em Maquiavel, Hobbes destaca que, um Estado em desacordo, é reduzido à guerra civil e ao direito da espada privada (SLINNER, 2010b), pois o interesse público é deixado de lado. Há, então, a divisão da república em facções, tal qual vimos em Maquiavel e também agora com Hobbes:

[...] dessa forma surgem facções dentro da república; e, das facções, nascem as sedições e a guerra civil. Pois, quando oradores de igual peso se batem com opiniões e discursos contrários, o vencido odeia o vencedor e todos os que estiverem de seu lado, mostrando desdém por seu conselho e sabedoria, e examina todos os meios a seu alcance para tachar a opinião de seus adversários como prejudicial ao Estado; pois, assim, ele espera vêlos privados de glória, e conquistá-la para si. [...] Além disso, se uma facção é inferior em sufrágios, mas superior ou

não muito inferior em força, aquilo que não consiga obter pela habilidade e a linguagem ela então tenta pela força das armas, e assim chega à guerra civil (HOBBS, 2002, p.167).

Hobbes ainda afirma que é dever do governante dissolver e eliminar as facções. Ele conceitua facção como uma multidão de súditos reunidos, seja por contratos recíprocos entre si, seja pelo poder de alguém, sem a autoridade daquele ou daqueles a quem cabe a autoridade suprema. Uma facção é, nas palavras de Hobbes, “uma cidade dentro da cidade” (HOBBS, 2002, p.207). Portanto, é preciso um poder coercitivo capaz de obrigar os homens a cumprir o pacto para que não surjam facções:

Porque onde não há Estado, conforme já se mostrou, há uma guerra perpétua de cada homem contra seu vizinho, na qual portanto cada coisa é de quem a apanha e conserva pela força, o que não é propriedade nem comunidade, mas incerteza (HOBBS, 1979, p.150).

A lei limita, assim, a liberdade natural dos indivíduos, para que eles não causem danos uns aos outros. Os homens, então, conferem sua força e poder a outro homem ou a uma assembleia. Todos submetem suas vontades à do representante. Em Hobbes, os atos e decisões do soberano pertencem também aos representados. Há uma unidade de todos numa só pessoa (o soberano), como se cada homem dissesse a cada homem:

Cedo e transiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim *civitas*. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros (HOBBS, 1979, p. 105-6).

Hobbes destaca o seguinte preceito visando à convivência pacífica entre os homens, que podemos estabelecer como um imperativo ético: “Faz aos

outros o que gostarias que te fizessem a ti” (HOBBS, 1979, p.93). Para ele, ao introduzir restrições sobre si, os homens cuidam de sua própria conservação, haja vista que saem da condição de guerra provocada pelas paixões naturais e pelos desejos.

Com o Estado, há um poder visível capaz de manter os homens em respeito mútuo, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos que, sem a espada, não passam de palavras. Um Estado é instituído quando uma multidão de homens concorda e pactua que um determinado indivíduo ou uma assembléia de homens podem representar os súditos nas decisões, a fim destes viverem em paz (RIBEIRO, 1978).

De acordo com Finn (2010), o pacto, em Hobbes, cria uma pessoa artificial que se torna o soberano para todos. Quando indivíduos em um estado de natureza instituem um soberano, por meio do pacto, criam, ao mesmo tempo, uma pessoa artificial, porque cada cidadão reconhece que as ações do soberano são também as de cada um. Desta forma, o soberano encontra sua fonte de legitimidade no próprio homem. Os súditos, por sua vez, devem obediência ao soberano.

Todavia, em Maquiavel e Hobbes, o poder oficial pode ser destituído, caso haja a predominância do interesse privado em relação ao público, e a consequente guerra civil. É preciso um novo governo capaz de estabelecer ordem e respeito pelo bem público, garantindo segurança e uma boa vida aos súditos. Em Hobbes, o soberano representa a pessoa de todos os homens, dos que votaram a favor dele como também dos que votaram contra. Posto isso, de que modo o poder é revisto em Hobbes e Maquiavel? Quais as condições para a manutenção ou mudança do poder? Que papel o povo desempenha nesse processo?

5 O Príncipe, o Leviatã e o Povo: sobre a respeitabilidade do bem público e a manutenção/mudança do poder

Maquiavel valoriza o povo enquanto defensor do bem público, pois este é o guardador da liberdade, haja vista que deseja apenas não ser oprimido, como vimos antes. “E a variação do proceder não nasce de diferenças de natureza, porque esta em todos é de um só modo – e, se vantagem alguém tiver, esta será do povo” (MAQUIAVEL, 2007a, p.169). Maquiavel afirma que o povo é o guardador da liberdade, porque garante a respeitabilidade do bem público:

E não é sem razão que se compara a voz do povo à voz de Deus, pois se vê uma opinião universal a produzir efeitos admiráveis nos seus prognósticos, parecendo que, por alguma oculta *virtú*, ele prevê seu mal e seu bem. Quanto ao julgamento das coisas, são raríssimas as vezes em que, ouvindo dois oradores de tendências diferentes e igual *virtú*, ele deixe de seguir melhor opinião e não seja capaz de entender a verdade que ouve. E, se ele erra quando gosta de façanhas ou nas coisas que lhe pareçam úteis, como acima dissemos, muitas vezes também erram os príncipes nas suas paixões, que são muito maiores que a dos povos. [...] Ademais, vê-se que as cidades onde os povos são príncipes em curtíssimo tempo fazem conquistas excepcionais, tornando-se muito maiores que as outras que sempre foram governadas por um só príncipe (MAQUIAVEL, 2007a, p.170-171).

O fato de o povo ser o guardador da liberdade, afirma Skinner (1996), implica o desejo de participação na vida pública e na vigilância que se deve exercer em relação ao príncipe, pois, como afirma Maquiavel, “para conhecer bem a natureza dos povos é necessário ser príncipe, e para conhecer a dos príncipes é necessário ser do povo” (MAQUIAVEL, 1973, p.10). O desejo do povo de não ser oprimido traduz-se numa exigência de participação política, sem se igualar ao desejo de dominar dos grandes. Do contrário, há a decadência da república.

Segundo Skinner (2010a), uma cidade que deseja a grandeza deve manter-se livre de todas as formas de servidão política, seja imposta internamente pelo governo de um tirano ou externamente por uma potência imperial. Uma cidade livre é aquela que governa a si própria, de modo que a única autoridade legítima é a do próprio povo.

Entretanto, se o povo passa a desejar como os grandes, a república se desfaz, uma vez que o povo torna-se ambicioso, dividido em facções, preocupado apenas em satisfazer interesses particulares, tal qual cita Maquiavel no relato sobre Florença:

[...] agora se vê, pela experiência, como é falaz a opinião dos homens e como é falso o seu juízo; porque a soberba e a ambição dos Grandes não se extinguiram, mas foram arrebatadas por nossos homens do povo que, agora, segundo o costume dos ambiciosos, procuram obter o primeiro posto na república (MAQUIAVEL, 2007b, p.167).

Skinner (1996) destaca que, em Maquiavel, a origem da corrupção relaciona-se com a busca pelo interesse privado. O povo, quando passa a desejar como os grandes, torna-se também corrupto. A política, por conseguinte, é vista como um negócio, atraindo homens sem comprometimento público: “[...] as magistraturas não eram pleiteadas pelos que tinham mais *virtú*¹, e sim pelos que tinham mais poder; e os não-poderosos, ainda que virtuosos, abstinham-se de pleiteá-las, por medo” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 73-4).

O grande perigo, para Maquiavel, é que os bons fiquem excluídos da política. Depois que os cidadãos se tornam maus, apenas os poderosos apresentam leis, não em favor da liberdade comum, mas dos interesses privados. O povo é enganado e forçado a deliberar sua própria ruína, à medida que os homens bons são tratados como inimigos.

Já em Hobbes podemos afirmar que há direitos e deveres de todos, isto é, do soberano e dos súditos, pois o bem comum precisa ser preservado. A liberdade civil, em Hobbes, consiste no respeito ao outro, ou seja, à comunidade, existindo limitações dos interesses particulares. Logo, a existência do Estado é algo determinante para sociabilidade e a paz entre os homens. Do contrário, como vimos antes, há a guerra de todos contra todos.

Apenas o Estado pode garantir a liberdade civil. Esta não consiste em realizar algo que um sujeito em particular deseja. Mas se fundamenta numa relação recíproca entre os sujeitos, onde cada um em particular perde para que todos ganhem. “Pois a cidade não foi instituída para o bem de si mesma, mas para o dos súditos; e, no entanto, não se exige que ela cuide em particular de tal ou qual homem” (HOBBS, 2002, p. 198-9). O Estado, por isso, deve zelar pelo respeito mútuo de seus cidadãos, por meio de leis, da força e coerção, a fim de que o bem público seja preservado.

Contudo, a obrigação do súdito de obedecer ao soberano apenas perdura enquanto o governante o protege: “[...] todo aquele que, numa posição de autoridade, agir contra as razões da paz – ou seja, contra as leis de natureza

¹ Para Skinner (2010a), há, em Maquiavel, uma negação do sentido de *virtù* da tradição humanista, na qual ela é a qualidade que capacita o príncipe a realizar fins nobres. Maquiavel teria criado um conceito original de *virtù*. Ela seria todo o conjunto de qualidades, sejam elas quais forem, cuja aquisição o príncipe pode achar necessária a fim de manter seu poder.

– estará usando seu poder para um fim que não é o da segurança do povo” (HOBBES, 2002, p.198). Por isso, se o governante é incapaz de manter a paz, estando a vida em perigo, um outro pode assegurar a ordem: é ao novo poder que devemos obediência.

Desta forma, não é a vitória em si que dá o direito à dominação sobre os vencidos, e sim o reconhecimento do povo para com o novo governante, capaz agora de manter a paz, tornando-se um governante legítimo, e não um inimigo do povo (BOBBIO, 1985). Skinner enfatiza que, em Hobbes, se a vida da comunidade estiver em jogo, torna-se legítima a resistência do povo, uma vez que o direito à autopreservação não pode ser cedido.

Portanto, se o soberano é incapaz de proteger o súdito, este pode desobedecer ao soberano. Para Hobbes, o súdito não somente retém o direito de autopreservação, mas também o de uma boa vida. Por isso, a obrigação dos súditos para com o soberano é válida apenas pelo tempo em que este for capaz de proteger todos.

Considerações finais

Maquiavel e Hobbes enfatizam a necessidade de se conhecer as diversas possibilidades do agir humano, como condição necessária para o fundamento de uma boa política, a saber, aquela que valoriza o bem público. Para ambos, o surgimento das facções políticas prejudica o bom governo, uma vez que estas desejam apenas satisfazer interesses privados.

É preciso instituições que administrem os conflitos inerentes à política. Enquanto Maquiavel narra a decadência de Florença, por esta não ter administrado os conflitos, Hobbes destaca que, sem Estado, há a guerra de todos contra todos. Além disso, ele afirma que, mesmo com o Estado, há sempre a possibilidade de surgir a guerra de todos contra todos, caso o soberano não seja mais capaz de manter a paz entre os súditos. É preciso, assim, um novo governo.

Para Maquiavel e Hobbes, o Estado deve garantir a liberdade pública, a fim de que os interesses privados não predominem. Todos precisam igualmente vigiar e participar das discussões políticas, como garantia da liberdade pública. Tanto o governante como o povo são passíveis de erro, quando não valorizam o bem público. Maquiavel enfatiza, como vimos antes, a decadência do povo de Florença, por este começar a desejar como os grandes, privilegiando os interesses privados.

Em Maquiavel e Hobbes, não há a imagem do governante perfeito ou de um povo puro. Apenas por meio da participação e da discussão dos assuntos da cidade, envolvendo todos, com crítica e autocrítica permanentes, é que poderá haver um ganho da liberdade pública.

Referências

- BIGNOTTO, N. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BIGNOTTO, N. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.
- BOBBIO, N. *A Teoria das formas de governo*. 4. ed. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1985.
- FICHTE. *Pensamento político de Maquiavel*. São Paulo: Hedra, 2010.
- FINN, S. *Compreender Hobbes*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HOBBS, T. *Do cidadão*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- MAQUIAVEL, N. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.
- MAQUIAVEL, N. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- RIBEIRO, R. *A marca do Leviatã: linguagem e poder em Hobbes*. São Paulo: Ática, 1978.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SKINNER, Q. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010b.
- SKINNER, Q. *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2010a.

Profissionalização do artesanato e identidade do artesão: pensando a configuração do campo do artesanato no Ceará

Professionalization of crafts and artisan identity: thinking the configuration of the craft activities in Ceará

Flávio Teles Cardoso¹

Resumo

O artesanato no Ceará, atividade de trabalhadores autônomos, veio no decorrer da segunda metade do século XX se configurando nos planos governamentais de modernização do Estado como meio de inclusão de uma mão de obra que a indústria estava incapaz de absorver. No entanto, foi no mercado que se formava com o desenvolvimento do turismo que o artesanato se fortaleceu como veículo de transmissão dos símbolos da região, evidenciando uma identificação que singularizava o Estado cearense no mercado contemporâneo. Objetivamos com esta pesquisa entender o processo de construção dos significados do artesanato no Ceará contemporâneo. A preocupação econômica de inclusão social, que se ordenou no discurso do grupo dominante que assumira o governo do Estado cearense desde 1987, tinha um caráter de controle social dos grupos populares que faziam uso costumeiro das atividades econômicas tidas como tradicionais. Introduzir os artesãos na proposta do mercado contemporâneo para o Ceará significava, para as ações políticas governamentais, condicioná-los a uma aprendizagem comercial, produtiva e estética distante da realidade econômica e social do local de suas produções. O resultado das tensões entre a ação do Estado, a intervenção de intelectuais e artistas, como também das ações dos artesãos, contribuiu para a produção dos significados do artesanato contemporâneo cearense que se fabricavam na dinâmica de seu próprio campo de atuação. Sendo assim, utilizaremos como metodologia o cotejamento entre as fontes documentais encontradas nas instituições governamentais, nos acervos de organizações artesanais e produzidas nos depoimentos orais.

Palavras-chave: Identidade. Mercado. Tradição.

Abstract

The craftsmanship in Ceará, a self-employed activity, came during the second half of the twentieth century in configured itself government plans to modernize the state as a means of

¹ Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará e artesão. Email:flaviotelesc@hotmail.com

inclusion of a skilled workforce that the industry was unable to absorb. However, the market was that formed with the development of tourism that the craft was strengthened as a vehicle for transmission of the symbols of the region, showing an ID that singular in the state of Ceará in the contemporary market. Our objective with this research is to understand the process of constructing meanings of contemporary crafts in Ceará. The economic concern of social inclusion, which was ordered in the discourse of the dominant group who took the Ceará state government since 1987, had a character of social control of popular groups who used the customary and traditional economic activities taken. Enter in the craftsmen's proposal for the contemporary market Ceará meant for government policy actions, condition them an apprenticeship trade, production and aesthetics away from economic and social reality of the place of their productions. The result of the tensions between state action, the intervention of intellectuals and artists as well as the actions of artisans contributed to the production of the meanings of contemporary crafts Ceará that were manufactured in the dynamics of their own field. Therefore, we use the comparison as a method of documentary sources found in government institutions, in the collections of handmade organizations and produced in oral testimony.

Keywords: Identity. Market. Tradition.

Introdução

Quando fui convidado a participar da mesa redonda realizada no “XIV Seminário Nordestino de Pecuária (PECNORDESTE 2010)”, recebi como temática da palestra sobre artesanato o título “Profissionalização do Artesanato-Identidade do Artesão”. Este começo me levou a indagar sobre o que significaria, naquele contexto de apresentação, os conceitos de Artesão e de Artesanato. Depois de muito pensar e tentar entender a organização desse título pré-estabelecido que orientaria minha fala, tornou-se compreensível para mim que a frase “Profissionalização do Artesanato” poderia estar sendo usada no sentido de lugar de atuação do artesão que se profissionalizava. Isto tornou possível a produção de um artigo que viesse a dissertar sobre o processo de configuração do campo² do artesanato, dotando os artesãos que se vinculavam a esse campo de uma identificação que singularizava o Estado do Ceará no mercado.

² Utilizamos o conceito de “campo” de Pierre Bourdieu como categoria de análise que define as relações estabelecidas entre instituições e artesãos, no processo que intensifica a autonomia do artesanato como prática profissional que se relaciona com outros campos, como é o caso do Turismo.

De acordo com essa posição que orientou meu entendimento do título solicitado, inicio este artigo procurando demonstrar o processo político, social e econômico que desencadeou uma intensificação da modernização do Estado cearense e seu reflexo na posição de importância do artesanato no desenvolvimento socioeconômico do Ceará daquele momento.

Desenvolvimento

Em meados dos anos 1980, uma série de fatores iria desencadear uma intensificação do processo de modernização do Estado do Ceará. Além do desenvolvimento da economia urbano-industrial, mudanças nas relações de trabalho no campo contribuíram para dismantelar a antiga política tradicional que dominava a máquina pública cearense desde os anos de 1960.³

O crescimento da pecuária foi acompanhado do enfraquecimento das relações tradicionais de parceria e do aumento de trabalhadores assalariados no campo, que não mais residiam no interior das terras dos seus patrões, de forma que as terras antes usadas para agricultura de subsistência sediam lugar a plantação de alimento para o gado. Juntamente com a expulsão e expropriação das terras dos trabalhadores, a crise da indústria algodoeira provocou uma desarticulação dos laços de lealdade e fidelidade que estabilizavam as relações políticas das oligarquias tradicionais.⁴

Em meio às disputas das eleições de 1986, um grupo de empresários liderados por Tasso Jereissati assume o governo do Estado do Ceará propondo uma mudança radical com o passado (ALENCAR, 2002, p.67). A moralização da máquina pública e a retórica de modernização do Estado se complementariam

³ “[...] embora o locus principal da modernização dos processos produtivos no Ceará se revele de forma mais intensa, na economia urbano-industrial, setores da agricultura se transformam pela incorporação de meios técnicos mais avançados e do trabalho assalariado [...]” (LEMENHE, 1995, p-212).

⁴ “Processos diferenciados e de intensificação variados - penetração do capitalismo no campo, reiteração transformada do sistema da pecuária e desarticulação da economia algodoeira - contribuem para a quebra dos arraigados sistemas de controle político e ideológico das oligarquias sobre massas rurais.” (Idem, ibdem, p. 216-217).

com um novo marketing do Ceará que deixaria de ser o lugar do flagelo da seca, construindo uma imagem de paraíso turístico.⁵

O desenvolvimento do turismo no Ceará revelou-se como meio de inclusão social, incentivando atividades vinculadas a cultura popular e dando sentido mercadológico ao aproveitamento de matérias-primas regionais que identificava o Ceará no mercado contemporâneo. Visto como uma prática popular de vocação regional, o artesanato, entendido como atividade vinculada à cultura e ao turismo, foi alvo de políticas de controle do governo do Estado cearense e meio de absorção de uma mão-de-obra que a indústria, em processo de automação, estava incapaz de absorver.⁶

No entanto, no mercado turístico cearense, existiam exigências não satisfeitas por aquela produção artesanal tradicional. As necessidades de produtividade, de baixos preços, como também de uma estética adequada aos padrões contemporâneos de consumo, exigiram uma adequação das formas de produção do artesanato que influenciou a configuração do tipo de estética que representaria o fazer manual na contemporaneidade, sendo influenciada por processos de produção industrial.

A indústria de calçados e a de confecção, práticas econômicas também consideradas como vocação regional, desenvolveram-se no mercado turístico. Tais mercadorias, nas quais se inclui a confecção de moda praia, foram produtos vendidos tanto para turista quanto para locais. Isto ficou bem nítido nos

⁵ “Um aspecto que deve ser ressaltado no marketing desses governos e a produção de uma imagem positiva do Estado do Ceará, e não apenas de seus líderes. Tanto que o governo Ciro Gomes apoiou a realização da telenovela *Tropicaliente*, exibida em 1994 pela Rede Globo, sob a condição de que fosse mostrado ‘o lado que tem infra-estrutura turística, modernidade e indústria [no Ceará]’. (GONDIM, 2000, p. .418).

⁶ “O estudo em questão busca estabelecer uma relação mais intensa e permanente entre o desenvolvimento do turismo do Estado e as perspectivas de expansão das atividades culturais como nicho absorvedor de mão-de-obra, a partir de uma macro-estratégia de desenvolvimento auto-sustentável para o Estado.” Relatório Técnico Justificativo do Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura no PRODETUR/CE. CEARÁ. SECULT/CE, 1995. (p.9-10).

corredores de lojas da Avenida Monsenhor Tabosa, sobretudo após sua reforma no começo dos anos 90.⁷

O interesse do lojista era um leque maior de compradores, já que, desde a época da extinção das feiras que se realizavam nas praças da cidade de Fortaleza até meados dos anos noventa, se demonstrava que o fortalezense não era consumidor de artesanato típico de sua tradição.⁸

Essa produção industrial que se desenvolvia no Ceará encontrava os referenciais da tradição nos detalhes em bordado, crochê etc. Ou mesmo realizando desenhos regionais, de forma a não se deter por muito tempo nesses processos de baixa produtividade. Técnicas como a serigrafia, usada na impressão de desenhos em camisetas, foi forma de potencializar uma produção de sovine que, devido ao baixo custo, concorreu de forma desigual com os produtos tradicionais.⁹

Apesar de o consumo de artesanato cearense nunca ter sido limitado à produção tradicional, visto existir larga confecção de bordados a máquina, de artigos como as bijuterias, etc, essas mudanças no mercado consumidor de produtos regionais, então definidos pelo desenvolvimento do turismo cearense, determinaram modificações que colocaram técnicas tradicionais, como a renda de bilros, o labirinto, a renascença e outras, em dificuldade de existir no mercado, competindo com produtos industrializados (SETAS/SECULT/SETUR, 01 à 3 de maio de 1996, p.07).

⁷ “[...] as lojas com produtos não artesanais se sobrepõe àquelas que comercializam o artesanato com exclusividade ou associada com outros produtos. Esse grande corredor comercial atualmente responde mais a oferta de calçados, bolsas, confecções, artigos de praia, decorrentes da expansão local da indústria de confecção e de calçado, que a oferta de produtos artesanais. Enquanto que a primeira alternativa responde a uma demanda variável (turista, fortalezenses etc.), a segunda limita-se, em uma proporção considerável, ao turista.” (CEARÁ.SAS/FAZ/DART, 1995, p. 21).

⁸ “De início, o mapeamento tornou visível o processo de propagação dessa atividade nos bairros da capital, através das feirinhas de artesanato que foram disseminadas em várias praças durante os anos 80. Esse declínio demonstra claramente que o artesanato não é uma opção de consumo para a população da cidade, mas para àqueles que visitam Fortaleza e desejam adquirir um souvenir para manter como lembrança e/ou presentear alguém” (CEARÁ.SAS/FAZ/DART, 1995, p.24).

⁹ “O labirinto, não obstante o seu emprego em algumas peças tenha incorporado alguns desenhos, ainda não tem competido em pé de igualdade com os equivalentes industrializados (camisetas Hering desenhadas em serigrafia), apresentadas simultaneamente nos mesmos locais de venda.” CEARÁ. SAS/FAZ/DART. Outubro de 1995. P-21.

Sendo, a princípio, o sovino lugar de sustentabilidade da produção artesanal no mercado turístico, a invasão de produtos industriais compatíveis com o interesse do turista consumidor concorreu com o artesanato, tomando-lhe um espaço no mercado. O artesão viu-se como simples operário produtor de “lembrancinhas” do Ceará, abastecendo os setores de venda para turista ou, quando se expunha em feiras e outros locais de venda direta, eram confundidos com camelôs. Tal forma de exposição do artesão prejudicou sua valorização como produtor de um saber que estaria embutido no significado simbólico dos objetos produzidos manualmente. Segundo o artesão Flávio Mesquita, as entidades encarregadas pela organização dos artesãos deveriam separar artesão e camelô, de forma a moralizar a profissão dos produtores de artesanato.¹⁰

O enquadramento da produção artesanal nas propostas de representação do produto Ceará no mercado mundializado do turismo,¹¹ ao mesmo tempo em que tornou possível a existência de um tipo de artesanato nas relações de mercado contemporâneo, colocou o artesão em lugar subalterno, não deixando clara a sua função como agente cultural.

Esse lugar subalterno condiz com a forma que a cultura popular foi incluída como produto no mercado contemporâneo. O artesanato tornou-se uma prática destituída de um saber que o legitimasse de um poder racional, sendo visto como alegoria de um costume submisso, singelo e superado pelo progresso da modernidade. Ora, sua lógica de existência estava exatamente na reorganização de sua função estabelecida pela ordem hegemônica do mercado.

Estando assim, a lógica do mercado contemporâneo era enxergar a mercadoria não seu produtor. Seu poder de fetiche estava em sua consonância

¹⁰ [...] Separar quem é camelô, separar quem è artesão, porque ta havendo uma mistura. [...] Os cara andam na rua vendendo e tal, você compra um bocado de cordãozinho e tal, essa coisa toda, e bota no meio da coisa. Então era o caso das entidades querer moralizar. [...] aí não é visto como coisa séria porque tudo é chamado de artesanato. Entrevista realizada por este pesquisador, com o artesão Flávio Mesquita, em 28 de agosto de 2005, na casa do artesão no Maracanaú (p.11).

¹¹ “Desenvolvimento do produto turístico, cuja estratégia é direcionada para que o ‘Produto Ceará’ seja completo, apresentando as atrações, infra-estrutura, serviços e acessos; diferenciado segundo as atrações do litoral, da serra e do sertão; diversificado quanto às modalidades do turismo que possam atrair segmentos de mercado alvo, e de ótima qualidade tanto no que se refere aos equipamentos quanto aos serviços.” (Secretaria de Turismo-SETUR, 1998, p.22).

com as representações do moderno e sofisticado e não com uma tradição vista como se tivesse congelando o passado. (CANCLINI, 1983, p.11).

Assim, o objeto artesanal como mercadoria era representado apartado de seu produtor, sem que todo o processo de criação e produção pudesse servir como diferença dos produtos industriais. Mas o fator que distinguia os artesãos de simples vendedores era o seu envolvimento afetivo com a peça produzida. De acordo com o artesão Renato, vender artesanato não era como vender uma simples mercadoria.¹²

A relação do artesão com sua mercadoria se diferenciava da relação do simples vendedor de sovina, na medida em que laços afetivos carregavam as peças produzidas de um significado, só expresso para o visitante comprador pelo próprio artesão, de forma que um valor subjetivo era acrescentado pelo artesão no momento de comercialização de seu trabalho.

Não estando limitado a um tipo único de matéria-prima, o artesão tinha em sua experiência adquirida nas flutuações naturais do mercado uma habilidade de adaptação, um diferencial que garantia a sobrevivência e a continuidade do profissional artesão em sua relação com o mercado do turismo, bem mais dinâmico do que o antigo mercado local. Segundo Renato, uma dinâmica determinada por vários fatores definia o fazer artesanal em termos de produção, estilo e material.

Uma das características da produção artesanal é o fato de não precisar de equipamentos pesados ou ferramentas de valor elevado, estando, na maioria das vezes, o artesão a fabricar suas próprias ferramentas, o que facilitava uma mudança de produção, adaptando-se ao que Renato chamou de “modismos” do mercado.

¹² “[...] Quem mais que a gente divulga o próprio trabalho? Eu te explico. Eu coloco minha energia. Se coloco um vendedor nas minhas peças eu vendo 50% a menos do que eu vendo tando aí, cara. Porque aí... é transmitido a energia do artesão. Eu te explico como é feito o trabalho, o que estou pensando naquele momento, as técnicas e tudo. Quer dizer jamais um, assim, uma peça de artesanato, não ta vendendo fruta e verdura. Não ta vendendo uma bacia de plástico. Ta vendendo uma peça de arte, uma peça que... Tem que explicar o motivo do preço, como é feita, qual é a matéria prima, e o pessoal não sabe.” Entrevista realizada por este pesquisador, com o artesão Renato, em 28 de novembro de 2005, em sua casa no bairro de Praia de Iracema.

Em meio a esse contexto, as dificuldades da CEART em comercializar artesanato, em meados dos anos 90, foi consequência de várias ações incompatíveis com a realidade do artesão e da dinâmica da demanda do mercado consumidor de artesanato. Uma delas foi a de permitir ao artesão se cadastrar apenas em uma tipologia artesanal, o que dificultava o artesão mudar de produção e adequar-se a demanda de mercado. Ora, o cadastro permitia ao artesão circular livremente com sua mercadoria sem pagar impostos e ainda podendo fornecer nota fiscal aos seus compradores (CE.SAS/FUNCESCE/DART, Janeiro-Julho/89, não paginado).

Outra incoerência da CeArt foi o regime de compra em consignação das peças expostas nas lojas, o que provocou o afastamento dos artesãos, sobretudo aqueles mais qualificados. Esperar que o produto fosse vendido e todo o processo burocrático de pagamento ao artesão fosse concluído, era inviável para a própria manutenção de vida do artesão. Conseqüentemente, ocorreu uma queda na qualidade e variedade dos produtos, prejudicando ainda mais as vendas de artesanato pela CeArt e colaborando para os resultados negativos registrados no ano de 1994.

Enquanto a CeArt praticava o sistema de consignação, a aquisição dos produtos artesanais nos outros setores de venda do artesanato em Fortaleza daquele período era o pagamento à vista, forma mais atraente por ser compatível com a realidade do artesão, que vivia na necessidade de retorno imediato, já que não possuía capital monetário e tinha que cobrir diariamente suas despesas de sobrevivência.¹³ Segundo o artesão Flávio Mesquita, “o artesão precisa do dinheiro pra ontem”.

Com a dificuldade de comercializar aquele tipo de artesanato, os projetos do governo voltados para esse setor tiveram a necessidade de serem revisados e discutidos. Esse foi um momento de balanço das políticas governamentais voltadas para o artesanato, na busca de organizar novas estratégias que retirassem o artesanato do imobilismo econômico, dessem sustentabilidade às intervenções

¹³ “A condição para pagamento à vista era o que predominava em todas as áreas [...] A segunda bastante utilizada é o prazo de 11 a 30 dias [...] É possível que o predomínio dessas formas de pagamento se justifiquem pela própria condição de quem produz, no caso os artesãos, que necessitam de retorno imediato.” (CEARÁ. SAS/FAZ/DART, Outubro de 1995, p.18).

da CeArt e encontrassem os motivos de seu abandono em meados dos anos 90, não só pelos artesãos mais qualificados, mas também pelos visitantes compradores.

Diante dessas questões, a Central de Artesanato (CeArt) teve uma baixa de 42% no faturamento do ano de 1994, com relação ao ano de 1993, ainda que tivesse tido um aumento na realização de eventos em torno de 31% em relação ao ano de referência (CEARÁ. SAS/FAZ/DART, Dezembro de 1994, não paginado).

O fato de as empresas de turismo não terem cumprido o acordo firmado com a CeArt, no qual a incluiria no roteiro turístico delas, demonstrou um desinteresse por parte de tais agências em investir no turismo do tipo cultural. Uma falta de articulação entre os interesses empresariais e as estratégias governamentais de inclusão social do artesão, através da produção do típico artesanato cearense, impedia a construção de um trabalho de marketing do “produto” Ceará que pudesse dar sentido mercadológico à cultura popular cearense.

Em palestra proferida pela Sra. Daniela Pedras, assessora para projetos especiais da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, realizada em 28 de agosto de 1996, na 1ª Semana do Turismo em Maceió, discutiu-se a importância do turismo do tipo cultural, por contribuir para uma valorização da imagem da cidade onde é praticado, onde a palestrante defendeu investimentos que atraia turistas do tipo cultural.¹⁴

¹⁴ “O comportamento do turista cultural é completamente diferente daquele do turista de massa. O primeiro vem a nossa cidade cheio de boa vontade. É acessível, não suja, não depreda. É preciso, pois, que mostremos aos empresários sérios, que este é um turista que ele sempre desejou. O que acontece é que esse turista não tinha nome. Agora sabemos essa pessoa boa é o turista cultural. Precisamos a procurar as agências de viagem para começarmos a vendê-lo, no bom sentido da palavra. Ao levantar o perfil do turista cultural, podemos notar que esse tipo de turista tem maior possibilidade de permanência, pois seus interesses são mais consistentes. Eles hospedam-se de preferência em hotéis de primeira classe. Sabem claramente o que quer, evitam ficar na casa de parentes, para usar melhor o seu tempo. Têm uma tendência para compras de produtos de arte e do artesanato local. Frequentam espetáculos.” (Coleção Caderno de turismo nº01, novembro de 1997, p. 10-11).

Esse não era o tipo do turista encontrado no Ceará, sobretudo naquele período. O turismo cearense divulgado nos folder's das agências apelava muito mais à propaganda dos prazeres tropicais encontrados nas suas belas praias, restaurantes etc. Esse tipo de turismo dava lucro a um grupo seleto de empresários. O público de seus pacotes de viagem não estava motivado a consumir “cultura popular”, muito menos da forma como ela estava sendo tratada, descontextualizada das relações de consumo estético-contemporâneo.

A credibilidade do discurso governamental voltado para o artesanato se encontraria na eficácia em torná-lo crível como mercadoria de qualidade, capaz de fazer seu usuário se sentir valorizado usando produtos carregados de significado cultural. Para o artesão, isso representava sua inclusão nas novas relações contemporâneas de mercado.

A partir do momento em que se percebeu um desencontro entre o discurso governamental e o retorno mercadológico do artesanato, as políticas governamentais tornaram-se contraditórias.

Houve necessidade de organizar uma nova estratégia de inclusão do artesão no mercado por parte das instituições responsáveis pelo controle da produção artesanal. O balanço das políticas públicas voltadas para o artesanato no ano de 1996 visou corrigir defeitos técnicos de intervenção, procurando novas formas de disciplinamento do artesão e de sua produção.

Para atrair um turista que consumisse o artesanato cearense como cultura de um “povo”, era necessário que seus produtores fossem capazes de oferecer um produto moderno. A tradição não mais podia ser representada apartada das relações culturais contemporâneas. Uma modificação das funções originais de uma prática do passado impede que o artesanato permaneça intocável nas suas formas de produção e em sua estética. Sua função original teve que ser esquecida em favor de seu uso decorativo. Isto analogamente à abordagem de Canclini quando trata do artesanato indígena mexicano, no que diz “Mas o artesanato raramente desempenha nos meios urbanos as funções originárias das comunidades indígenas. A sua não utilização é, a rigor, a passagem de um uso prático a outro que é decorativo, simbólico, estético-folclórico” (CANCLINI, 1983, p.100).

Por mais funcionais e práticos que possam ser alguns objetos artesanais, sua estética e o fato de serem produzidos à mão, remete os usuários de tais produtos a um valor simbólico que extrapola sua mera utilidade prática. Como nos relata Canclini (1983), Gobi Stromberg, antropóloga norte-americana que

pesquisou a produção de objeto em Taxco, região mexicana, observou alguns dos motivos que levava o turista a comprar peças artesanais, demonstrando ações que resumiam um status de distinção.¹⁵

Esses motivos nos remetem a formas de distinção social. Mesmo para aqueles compradores de sovine, levar um objeto que recorde o lugar que visitou, pode ser uma maneira de se distinguir socialmente. Este talvez seja o motivo atual do consumo de artesanato, e sua forma de produção deve adequar-se a essa nova demanda criada pelo crescimento do turismo também no Estado do Ceará, que define o consumo de objetos com características da região buscadas em referenciais que a identifica no mercado.

Pensando como Canclini, o caráter mercadológico dado ao tratamento com artesanato podia significar colocar seus produtores em segundo plano, pois o foco da ação interventora do governo foi intensificar a reprodução de uma imagem estável e mitificada do Ceará, focada no poder simbólico dos objetos que representem o estereotipo cearense.¹⁶

A fascinação, concentrada no produto, incorpora o passado como lenda, esconde a realidade de seus produtores que permanecem na esperança de um reconhecimento social que contribuisse para o melhoramento de sua vida. Segundo o artesão Flávio Mesquita, “De 20 anos pra cá tudo mudou. O Ceará mudou, o artesanato mudou, a cidade de Fortaleza mudou. Só quem não mudou foi o artesão. Continuam passando a mesma necessidade. Mudaram porque estão mais velhos”.¹⁷

¹⁵ “Atestar sua viagem ao estrangeiro (devido ao status socioeconômico e ao tempo livre que ela implica), demonstrar a “amplitude” de seu gosto que não se restringe ao seu próprio contexto e é suficientemente “cultivado” para abranger “inclusive o que há de mais primitivo”, expressar a recusa diante de uma sociedade mecanizada e a capacidade dela “escapar” mediante a aquisição de peças singulares elaboradas à mão” (CANCLINI, 1983, p. 66).

¹⁶ “Interessam mais os bens culturais - objetos, lendas, músicas - que os agentes que os geram e consomem. Esta fascinação pelos produtos, o descaso pelos processos e agentes sociais que os geram, pelos que os modificam, levam a valorizar nos objetos mais sua repetição que sua transformação.” (CANCLINI, 2003,p.211).

¹⁷ Entrevista realizada por este pesquisador, com o artesão Flávio Mesquita, em 28 de agosto de 2005, na casa do artesão no Maracanaú. P-04.

A partir deste contexto explicitado, a nova intervenção iniciada a partir de 1996 começou pela tentativa de articulação das próprias entidades públicas envolvidas na organização dos artesãos no mercado, passando pela capacitação técnica de seu próprio pessoal, dotando-lhes de condições para articular os grupos produtores de artesanato, oferecendo-lhe cursos de aperfeiçoamento produtivo, gerencial e comercial.

A “Oficina Interinstitucional de Planejamento” realizada de 01 a 03 de março de 1996, Prainha-Aquiraz, tinha por objetivo encontrar modos de viabilizar a produção artesanal no mercado contemporâneo, haja vista toda dificuldade encontrada em comercializar o artesanato tradicional produzido até então. Tinha como problemas de maior significância quatro pontos principais:

- Qualidade do produto e capacidade do produtor.
- Comercialização em queda e acesso ao crédito difícil.
- Instituições públicas e dos produtores desarticuladas.
- Bases de dados para planejamento insuficiente.¹⁸

As novas ações governamentais tinham o objetivo de dar um caráter empresarial às iniciativas do artesão, sendo bem acolhido nesse encontro institucional o enfoque da Secretaria da Cultura (SECULT), de trabalhar a cultura como serviço/produto que tem que vencer no mercado, de forma a valorizar uma postura mais profissional para o artesanato e artesão.¹⁹

Participaram da “Oficina Interinstitucional de Planejamento” a Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS), Secretaria da Cultura (SECULT), Secretaria do Turismo (SETUR) e outras entidades de utilidade pública que desenvolviam ações direcionadas para o artesanato.

A perspectiva das novas ações institucionais era a de articularem-se organicamente com o intuito de, em conjunto, encontrar meios de fortalecimento do artesanato e do artesão na conjuntura contemporânea.

As ações governamentais investiram em um novo designer para os produtos artesanais que o encaixasse na estética exigida pelo mercado. Investiu-

¹⁸ SETAS/SECULT/SETUR, 01 à 03 de maio de 1996. (p.02)

¹⁹ Idem, p.15.

se em capacitação técnica de seu próprio pessoal, dotando-lhes de condições para articular os grupos produtores de artesanato, oferecendo-lhe cursos de aperfeiçoamento produtivo, gerencial e comercial. O artesão seria disciplinado a seguir as tendências do mercado e capacitados a produzir com o volume e qualidade desejados pelo mercado turístico do Ceará que definia sua produção como artesanato.

Considerações finais

A profissionalização do artesanato é feita por intermédio de uma especialização do campo do artesanato, que se configurava através de um processo de formalização das relações pessoais realizadas dentro da dinâmica que se estabelecia entre instituições e produtores de artesanato. Estes passavam a construir sua identificação por meio da adequação de seus produtos ao mercado, de maneira a identificarem-se com as invenções estratégicas do campo para as imagens representativas dos costumes tradicionais, definidas como “originais” do Estado cearense, e que eram carregadas de um sentido cultural fixado através da inclusão daquelas práticas populares obedientes, ou não, as regras que se formalizavam para o campo do artesanato.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Massagana, 2001.

BOSI, Eclea. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operários*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 188 p.

BOURDEIU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus 1996.

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história: para ler a história oral*. São Paulo: Loyola, 1999.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo: Ed. USP, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 8. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2002.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2002.

GONDIM, Linda. *Clientelismo e modernidade: os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

MARTIN, Isabela. *Os empresários no poder*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993.

MARTINS, Clerton (Org.). *Antropologia das coisas do povo*. São Paulo: Roca, 2005. 199 p.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (Org.). *A era Jereissati: mito e modernidade*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

RIBEIRO, Berta et al. *O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1983.

SOUSA, Simone. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

Organizações não governamentais, programas e projetos: percalços e negociações em tempos de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)

Non-governmental organizations, programs and projects: mishaps and negotiations in times of Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS)

Preciliana Barreto de Morais¹
Rosendo Freitas de Amorim²

Resumo

O presente estudo pretende contextualizar as políticas de saúde contra a AIDS - de 1986 aos anos de 2001/2002 – na dinâmica dos grupos com suas alternâncias no poder na realização de programas, projetos e campanhas de prevenção, destacando o protagonismo das organizações não governamentais (ONGs), nas negociações e efetivações de ações preventivas diante dessa grave epidemia. Como instâncias produtoras de saber sobre a doença, as ONGs e os grupos ativistas também entram nesta disputa pela construção de verdades, acirrando os conflitos no campo discursivo e desempenhando um papel decisivo no curso das decisões sobre o enfrentamento da doença.

Palavras-chave: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Organizações Não Governamentais (ONGs). Programas e projetos governamentais.

Abstract

This study aims to contextualize the health policy against AIDS - from 1986 to the years 2001/2002 - the dynamics of groups with their alternations in power in carrying out programs, projects and prevention campaigns, highlighting the role of non-governmental organizations (NGOs), in the negotiations and efetivations of preventive actions before this serious epidemic. As instances producers of knowledge about the disease, NGOs and activist groups also enter

¹ Professora Adjunta da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

² Professor Titular da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

this contest for the construction of truths, sharpening the conflicts in the discursive field and playing a decisive role in decisions about the course of fighting against the disease.

Keywords: Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS). Non-Governmental Organizations (NGOs). Government projects and programs.

Introdução

A história da AIDS foi construída com base numa rede discursiva que tem como característica predominante a luta por ocupação de espaços. A Medicina, como ponta de lança na produção de sentidos sobre a doença, estrutura conhecimentos em meio a uma gama de grupos profissionais que debatem e divergem, desde a origem do vírus HIV até o direcionamento das campanhas de prevenção que devem ser difundidas pela mídia.

Outras instâncias produtoras de saber sobre a doença - religião, ONGs, grupos ativistas, senso comum etc. – também entram nesta disputa de verdades, acirrando os conflitos no campo discursivo. Nesse sentido o presente trabalho busca traçar a contextualização das políticas de saúde contra a AIDS – de 1986 aos anos de 2001/2002 – na dinâmica dos grupos com suas alternâncias no poder, na realização de programas, projetos e campanhas de prevenção, como as atividades das organizações não governamentais, nas negociações e efetivações de ações preventivas frente ao problema de tal epidemia.

Desenvolvimento

As organizações não governamentais apresentam considerável participação nas lutas sociais. Com a abertura política em 1979, as reivindicações e conquistas das ONGs foram ganhando espaços cada vez mais significativos junto à sociedade e ao Estado. Segundo Parker (1994, p. 96), esse momento histórico foi marcado “por um aumento importante do número de organizações não-governamentais de vários tipos, enfocando questões tão diversas quanto a reforma agrária, a igualdade racial, a saúde da mulher e a ecologia”.

Dezesseis anos depois, esses movimentos sociais que objetivavam acompanhar as políticas públicas do Estado, apontando as lacunas e apresentando propostas de intervenção social, demonstram uma visibilidade reconhecida, principalmente no que concerne às lutas frente à AIDS. Do ano de 1985 até 1991,

[...] mais de cem organizações não-governamentais de serviços à AIDS tinham surgido, desempenhando um papel cada vez mais importante não apenas na educação sobre a AIDS, mas na defesa das liberdades civis e no fortalecimento da assistência básica e tratamento às pessoas com AIDS (PARKER, 1994, p. 97).

Tal ativismo iniciou-se antes mesmo de o governo se organizar com programas e comissões de combate à epidemia. No início da década de 1980, o Grupo *Gay* da Bahia, em Salvador, e o Grupo Atobá de Emancipação Homossexual, no Rio de Janeiro, foram pioneiros em implantar atividades de cunho preventivo e educacional voltadas para a comunidade de homossexuais, dada a exposição de tal grupo ao vírus HIV. Concomitantemente, outras organizações surgiram com preocupações direcionadas exclusivamente à AIDS. Entre elas encontram-se

[...] o GAPA (Grupo de Apoio para Prevenção da AIDS), formado em diversos centros urbanos por grupos de profissionais de área de saúde, da área social, ativistas gays e indivíduos preocupados em oferecer apoio social e psicológico às pessoas com AIDS, até as instituições como a ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS), formada por intelectuais e cientistas influentes, ou o ARCA (Apoio Religioso Contra AIDS), formado por pessoas preocupadas com relações entre a AIDS e as respostas religiosas (DANIEL e PARKER, 1991; PARKER, 1994, p. 97).

No final da década de 1980, a impossibilidade do desenvolvimento de atividades coletivas pelas ONGs, em decorrência de diferenças ideológicas, criou tanto uma identidade para cada grupo como definiu a relação destes com o governo. Em meio a discussões, objetivos diferenciados e relações heterogêneas de tais movimentos frente às instituições governamentais, no ano de 1989 surgiu o Grupo Pela VIDDA (Pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS) no Rio de Janeiro.

Contrapondo-se à proposta da maioria das ONGs, que os membros fundadores consideravam assistencialistas, o Grupo Pela VIDDA “formado por Herbert Daniel, um líder ativista contra a AIDS e um dos coordenadores da ABIA, foi a primeira organização brasileira formada principalmente por pessoas com HIV e AIDS, seus amigos e familiares”. O objetivo do Grupo era criar uma consciência de autonomia, em cada indivíduo contaminado, sobre a doença e

suas possibilidades de viver com dignidade e usufruir de seus direitos civis e na relação com os outros (PARKER, 1994, p. 99).

O Grupo Pela VIDDÁ foi um divisor de águas em relação às ações até então desenvolvidas pelas ONGs no combate à AIDS. Uma das principais preocupações do Grupo era com a “morte civil” dos indivíduos infectados pelo HIV. Com essa compreensão, desenvolveram-se atividades tais como:

[...] um programa inédito e pioneiro de assistência legal para combater a discriminação dentro do sistema judiciário; [...] grupos de auto-ajuda, (inclusive o primeiro grupo brasileiro de apoio às mulheres vivendo com AIDS), serviços de educação sobre a epidemia, serviço telefônico de informações sobre a AIDS fornecidas por voluntários do grupo (PARKER, 1994, p. 99).

E o mais importante, segundo Parker (1994, p. 99), foi

[...] a introdução da noção de ‘viver com AIDS’ como a chave da resposta à epidemia na década de 90 – divulgando esta visão através de atividades que iam desde demonstrações públicas até à organização do primeiro encontro nacional de pessoas que vivem com HIV e AIDS no Brasil.

A luta das ONGs direcionada no combate à AIDS, no início da década de 1990, possibilitou a sociedade ter um esclarecimento maior sobre a doença e uma participação mais efetiva, tanto nas reivindicações frente aos poderes públicos, como nas propostas para o enfrentamento da epidemia. Hoje, tais organizações se consolidam como referência junto às atividades do governo, debatendo, desde o planejamento estratégico de medidas preventivas para os grupos mais vulneráveis à contaminação pelo vírus HIV, até aos anúncios publicitários transmitidos pelos media em geral.

Com a atuação mais presente das ONGs, o processo de aprovação das campanhas publicitárias ficou mais visível. Daí, a conseqüente visibilidade das críticas, polêmicas e impasses, sempre previstos numa negociação dos sentidos, mas que sempre estiveram ocultos, invisíveis aos olhos da população em geral quando se tratava de negociações de sentido entre anunciantes e publicitários (PAZ, 2000, p. 14).

A campanha veiculada no carnaval de 2003 é um exemplo que ratifica o espaço para discussão e intervenção conquistado pelas ONGs no Ministério

da Saúde. Dada a alta contaminação entre os jovens, principalmente entre 15 e 24 anos, a agência publicitária responsável pela campanha utilizou a imagem da cantora Kelly Key, selecionada como representante da geração adolescente. Com o *slogan* “Sem camisinha só olha e baba, baby” e texto musicalizado, imitando a melodia de uma das suas canções que fez sucesso, a propaganda transmitia a seguinte mensagem:

É, você não acreditou, achou que ia rolar,
Achou que eu ia relaxar e esquecer.
Mas, agora decidi, sem camisinha não vai dar.
Não vou acreditar nesse blá, blá, blá
E para não dizer que eu sou ruim vou ajudar você usar.
Vai usar, tem que usar, baby, usa camisinha, baby,
Usa camisinha.(CAMPANHA Kelly Key/2003).

Por meio dos dispositivos significantes - rolar, relaxar, dar, blá, blá, blá, usar – e ritmo de música de danceteria – a intenção era produzir efeitos de sentido de associação com o público jovem. Tal propósito, porém, resgatou características primordiais da propaganda: causar polêmica e chamar a atenção, o que comprometeu “as boas intenções do governo”. Segundo matéria publicada pelo Jornal Folha de São Paulo, na época, o formato e conteúdo de tal campanha ocasionou conflitos entre os grupos ativistas da AIDS com o Ministério da Saúde, pelo fato de o comportamento da cantora não corresponder à maioria do público feminino adolescente: arrojado, decidido e sensual.

Depoimentos de profissionais representantes de ONGs, psicólogos e médicos, ressaltavam que o problema não se resumia em quem representaria melhor a juventude, mas, sim, denunciava a falta de sintonia entre governo e ativistas, que se acentua há algum tempo no que diz respeito ao problema da AIDS. O próprio ministro da saúde, Humberto Costa, admitiu, na matéria, haver esse hiato entre o governo e as Ongs. “As ONGS têm certa razão, houve uma falha. Eu não sabia que a prática era consultá-las” (Folha de São Paulo, fev./2003).

É inegável que todos os acertos e polêmicas trazidos pelas pesquisas científicas sobre o vírus HIV e AIDS e a visibilidade destes pelas campanhas de massa divulgadas pelos meios de comunicação registram, nos dias atuais, maior parceria do Ministério da Saúde com as ONGs, ativistas sociais, profissionais e pesquisadores de áreas diversas. Segundo Paz (2000, p. 14), “tornou-se impossível para o governo [...] avançar qualquer projeto comunicativo sobre a

AIDS sem o agendamento de debates, discussões, conferências e sem reconhecer a autonomia das entidades representativas”.

A dinâmica de intervenção de tais grupos, no entanto, na produção de materiais e serviços de informação, educação e comunicação (IEC) do Programa Nacional DST e AIDS, ainda enfrenta conflitos, despreparo e interdições a cada mudança de governo. A fala do Ministro há pouco citada, traduz a diversidade de informações e disputas de poder, que, muitas vezes, compromete a comunicação sobre a AIDS.

O Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS (DST/AIDS), (hoje Coordenação Nacional DST/AIDS), foi outro baluarte determinante para iniciativas e efetivações de ações frente à Aids. Criado em 1985, pela Portaria 236, levou três anos para se consolidar. Antes dele já havia sido implantado, em 1983, no Estado de São Paulo, um modelo que se tornou referência para o País, inclusive para ser utilizado pelos novos programas encampados pelo Ministério da Saúde. As diretrizes estabelecidas pelo Programa correspondiam à tendência internacional definida pelo PGA (Programa Global de AIDS) que tinha como objetivo elaborar estratégias globais de combate à epidemia.

O Programa Nacional de DST e AIDS no Brasil nasceu com o objetivo de dar continuidade às ações timidamente implementadas anteriormente pelo governo. Seu plano de ação inicial foi de coordenar, elaborar e formular normas técnicas e políticas públicas para um enfrentamento mais eficaz das doenças sexualmente transmissíveis, especificamente a AIDS. Mesmo não tendo atingido o objetivo maior de controlar a transmissão do vírus, quando da sua implementação, o Programa conseguiu dar um melhor ordenamento no sistema de saúde e também estabelecer uma rede de cooperação entre diversos setores deste sistema e da sociedade civil.

É importante ressaltar, entretanto, que tais iniciativas governamentais só tomaram corpo, em virtude das discussões e pressões dos profissionais da Medicina, dos grupos ativistas da sociedade civil, de grupos internacionais e de uma divulgação pelas mídias impressa e eletrônica, do aumento de casos na população. Todas essas instâncias sociais se articularam para informar sobre as descobertas científicas com relação ao vírus HIV e à doença, como também às formas de tratamento e prevenção.

A organização do Programa Nacional de Combate à AIDS se desenvolveu dentro do tripé – conhecimento, organização e divulgação. Por meio da instância

de deliberação e coordenação geral no âmbito do Ministério da Saúde, estruturadas em unidades técnicas e de assessorias, foram formuladas as políticas, diretrizes e estratégias para orientar as ações de promoção à saúde e de prevenção e assistência às DST e AIDS. O Programa tinha como objetivo desenvolver uma interação permanente com os atores sociais, instituições e outras instâncias da sociedade civil, no âmbito nacional, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

A organização hierárquica era composta pela Coordenação Nacional, formada de comissões, assessorias e comitês que apresentavam a seguinte disposição: 1) Secretaria de Políticas de Saúde - Coordenação Nacional (CN-DST/AIDS) - Comissão de Gestão, Comissão Nacional de AIDS (CNAIDS), Conselho Nacional Empresarial em HIV/AIDS; 2) Assessorias - Assessoria de Cooperação Externa (COOPEX); Assessoria de Planejamento e Avaliação (ASPLAV); Assessoria de Informática (ASIP); Assessoria de Comunicação (ASCOM); 3) Comitês de - Prevenção; Articulação com a Sociedade Civil e de Direitos Humanos (SCDH); Diagnóstico, Assistência e Tratamento; Epidemiologia; Treinamento; Administração; Orçamento e Finanças; 4) Comitê Assessor - Homens que fazem Sexo com Homem; Trabalhadores do Sexo; População Prisional; População em Situação de Pobreza; Laboratório; Terapia de Adultos e Adolescentes; Terapia de Crianças; de DST; Comitê de Infecção-Tuberculose; Comitê-Infecção HIV/Hepatites Virais. Comitê Diretivo Externo de Avaliação e Seleção de Projetos de ONG; Comitê Diretivo de Pesquisa; Comitê de Vacinas Anti-HIV/Aids; Comitê de Epidemiologia (www.aids.gov.br, 2001).

Mesmo com a predominância das especialidades médicas (clínico geral, infectologista, virologista, epidemiologista, pneumologista etc), tal estrutura era composta, também, por profissionais advindos de outras áreas, que tinham como responsabilidade a efetivação dos discursos e práticas frente às DST e AIDS em todo o Território nacional. Entre eles, encontravam-se jornalistas, psicólogos, sociólogos, antropóloga, pedagogos, entre outros. Tais profissionais eram oriundos das universidades, órgãos do Estado e organizações não governamentais (ONGs) (SILVA, 2002, p. 223).

Em 2001, quando da análise dos relatórios do Ministério da Saúde sobre a disposição dos atores e suas funções, o grupo responsável pelos rumos e iniciativas frente à epidemia era composto pelos sociólogos Alexandre Granjeiro e Rosemeire Munhoz. Ambos ocupavam, respectivamente, a função de Coordenador Adjunto e Assessora de Comunicação Externa da CN-DST/Aids. Tal assessoria tinha como responsabilidade articular

[...] as ações de cooperação desenvolvidas pelas distintas assessorias e unidades da Coordenação. Entre suas atribuições está a negociação de projetos e atividades de cooperação internacional, sua formalização junto às instâncias pertinentes, as providências técnico-administrativas para a viabilização das ações, bem como a articulação com organismos internacionais e governos estrangeiros no sentido de viabilizar ações de cooperação técnica, científica, tecnológica e financeira (www.aids.gov.br, 2001).

A médica Denise Doneda coordenava a Unidade de Prevenção da CN-DST/AIDS. Proveniente do contexto universitário, exercia a função e responsabilidades que contemplavam várias iniciativas. Era responsável pela formulação e implantação de uma política nacional de prevenção de DST/HIV/AIDS; desenvolvimento de propostas estratégicas de intervenção comportamental junto à população em geral e grupos de maior vulnerabilidade e promoção de fomento à implantação de modalidades de serviços de saúde que atuam na prevenção primária e secundária do HIV e das DST.

Tais estratégias visavam a aumentar os níveis de informação e consciência da população relativamente ao risco de infecção das DST e da AIDS, intensificando a cobertura e o impacto das intervenções adotadas. A Unidade de Prevenção tinha também como propósito tanto promover o fortalecimento das redes sociais envolvidas com os problemas das DST e AIDS e apoiar as iniciativas das comunidades e os projetos de intervenção comportamental, como possibilitar a elaboração de material educativo e informativo.

A articulação entre a rede de serviços de saúde, fabricantes de preservativos e sociedade para a implantação do *marketing* social do preservativo, por meio das campanhas de massa por intermédio da mídia impressa e eletrônica, configurava-se como um dos processos mais delicados no “palco” das negociações em tal Unidade. A promoção de intervenções educativas, desenvolvimento de parcerias com ONGs, associações de classe, comunitárias e setor privado e criação de mecanismos institucionais, para ampliar a participação do setor privado e de outros agentes sociais, complementavam o trabalho hercúleo, desenvolvido por tal departamento, na luta contra a AIDS (www.aids.gov.br, 2001).

A Assessoria de Comunicação Social da CN-DST/AIDS tinha à sua frente, desde 1997, a jornalista Eliane Izolan, que tinha como incumbência manter os meios de comunicação em dia com as descobertas, atitudes e resoluções

governamentais com relação à realidade das DST e AIDS. Entre os canais de comunicação que tinham uma ponte direta com a Coordenação, destacavam-se os órgãos de imprensa e as agências de publicidade. As produções das campanhas publicitárias ficavam a cargo das agências. Além dessas atividades, tal Unidade era responsável, também, pela

[...] catalogação e documentação de materiais de referência; produção editorial e revisão de textos para veiculação; criação e execução de projetos gráficos; diagramação e arte; finalização de publicações; criação e execução de projetos de multimídia e internet; elaboração e produção de vídeos educativos e programas de radiodifusão e editoração de publicações educativas; gerenciamento do Conselho Editorial na formulação de agenda de trabalho, delineamento e avaliação da linha editorial para os produtos gerados; e assessoria e monitoramento da produção de eventos dirigidos a públicos específicos (www.aids.gov.br, 2001).

Existia um subcomitê da Comissão Nacional de AIDS (CNAIDS) formado por um representante da área médica, outra de comunidades sociais com trabalhos de prevenção e dois do movimento ativista social que participavam, juntamente com a Ascom (Assessoria de Comunicação), das discussões com relação às peças publicitárias. Lilian Rossi, vinda da ONG Abia, e Cristina Alvim, também oriunda de ONGs, integravam a Unidade de Treinamento da Coordenação.³

Na verdade, a gama de profissionais envolvidos com o universo da AIDS aumentou, nas últimas duas décadas, de forma considerável. A participação destes em cargos oficiais obedece à dinâmica das mudanças de governo, ministros, coordenadores etc. A estrutura, a partir da matriz, que se localiza no Ministério da Saúde, em Brasília, desdobra-se em todo o País, por meio das secretarias de saúde dos estados e dos municípios brasileiros com a parceria das ONGs e dos movimentos de grupos ativistas.

³ Vale ressaltar que a distribuição de cargos e funções ora relatada corresponde ao ano de 2001. Com a mudança de governo em 2003, possivelmente o quadro de profissionais deve ter sido alvo de algumas alterações.

As atividades do Programa procuram chegar a todas as regiões brasileiras, tendo como maior preocupação atingir, de forma mais imediata, as localidades mais afetadas pela doença. A realização de tais iniciativas, entretanto, é atravessada de conflitos e controvérsias, presentes em todos os grupos profissionais envolvidos com a realidade da AIDS. Tais aspectos se refletem tanto nos modelos implantados pelas políticas de saúde referentes a tal doença, na relação dos médicos com os pacientes contaminados pelo vírus HIV e que desenvolveram a síndrome, como na realização de campanhas preventivas para a população.

Nos anos de 1986/1987, medidas tomadas pelo Governo Federal e pelo Estado de São Paulo são exemplos que caracterizam bem o contexto da AIDS como um espaço de “desacertos” e polêmicas. Na capital paulista, implantou-se uma lei, exigindo o exame de todo o sangue que chegava aos hospitais do Estado, via doação. A falta de uma funcionalidade eficaz na realização de testes e um maior controle das bolsas de líquido sanguíneo retirado dos doadores foram uns dos tantos problemas enfrentados pela Secretária de Saúde na época.

No ano de 1987, chegou ao Brasil um teste sorológico que detectava com exatidão a presença do vírus no organismo. Pinel e Iglesi (1996) ressaltam que este teste contribuiu de forma definitiva para o controle da epidemia, entretanto impôs uma série de contratempos. Médicos exigiam o teste antes das intervenções cirúrgicas, o que causava desconforto e insegurança ao paciente. Empresas públicas e privadas adotaram o mesmo procedimento para admissão de pessoas.

Segundo Saraiva (1997, p. 18), o clima gerado de perseguição (ou de “caça às bruxas”) aos contaminados pelo HIV se configurou claramente por meio das demissões dos empregos e da expulsão dos indivíduos soropositivos dos espaços de convivência. “O preconceito e a intolerância materializam-se no controle. Do controle sobre a doença, assiste-se a um progressivo controle sobre o doente”; controle sobre a vida do doente que passou a sofrer duplamente, primeiro pelo fato de estar com uma doença empreñhada de todas as conotações malditas e, segundo, por ter que conviver com o preconceito que se acirrava diante dele.

Mesmo com tais limitações, é importante ressaltar que as lutas contra a doença, encampadas pelos órgãos de saúde, organizações não governamentais e a própria sociedade civil, principalmente por intermédio dos grupos ativistas, fizeram com que o final da década de 1980 se apresentasse como um marco

na produção de conhecimento e na orientação de comportamentos frente à epidemia.

Em meio a desinformações, preconceitos, discriminações e medo, o Programa DST/AIDS do Ministério da Saúde (1988), no final da década de 1980, intensificou as ações preventivas e de controle da epidemia. Vale ressaltar, entretanto, que não houve um investimento direcionado às campanhas de prevenção, principalmente no meio televisivo, tornando-as permanentes e não esporádicas. A falta de recurso do governo, na época, foi o argumento utilizado para justificar a ausência de um cronograma para divulgação mais constante. Tal impedimento contribuiu para que a população demorasse saber mais sobre a doença, os doentes e as consequências que viriam a se configurar posteriormente, como o aumento de casos, por exemplo.

Nos anos de 1990, entretanto, o Programa DST/HIV e AIDS passou a ter uma atuação mais efetiva e a sociedade ficou mais informada e, conseqüentemente, mais responsável e sensível diante do problema. Do preconceito e discriminação, provocados pelo pânico moral no início, passou-se a atitudes de solidariedade e esperança frente à doença. A Medicina com as pesquisas científicas, as políticas de saúde com a implementação de tratamentos e medidas preventivas e as campanhas com a divulgação destes tiveram um importante papel em tal percurso.

A partir de 1992, acordos e parcerias passaram a fortalecer os rumos já percorridos por tais instâncias sociais. Mesmo com o *impeachment* de Fernando Collor e a crise no Ministério da Saúde, com a saída de Alcení Guerra, o Brasil iniciou negociações com o Banco Mundial para o financiamento do Projeto de Controle da AIDS e DST, conhecido como Projeto do Banco Mundial ou AIDS I. Tal Projeto passou a funcionar a partir de 1995 e se estendeu até o ano de 1998.

O Projeto de Controle da AIDS e DST ou AIDS I tinha como objetivos gerais: “(a) Reduzir a incidência e transmissão do HIV e DSTs e (b) fortalecer as instituições públicas e privadas responsáveis pelo controle das DSTs e HIV/AIDS”. Através dos componentes: “prevenção [...]; serviços de tratamento [...]; desenvolvimento institucional [...]; vigilância, pesquisa e avaliação”, (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1998/2000, p. 146-147), a sociedade se encontrava munida para conhecer e controlar o desenvolvimento da epidemia.

A proposta era dar apoio às atividades, tanto no âmbito do governo federal, estadual e municipal, como no que concerne às organizações não-governamentais e outras entidades da sociedade civil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1998/2000,

p. 151-152). O interesse maior, segundo Galvão (2000), era de centrar a atenção nos chamados “grupos de risco” e intervir para mudanças de comportamento, baseado no modelo biomédico⁴.

A efetivação do Projeto era de incumbência do Ministério da Saúde por meio do Programa Nacional de Combate à AIDS. O investimento global para a realização dele atingiu o montante de 250 milhões de dólares, ficando 160 milhões a cargo do Banco Mundial e 90 milhões com o Tesouro Nacional. O limite para o desenvolvimento de atividades e ações efetivas do Programa era de cinco anos (de 1992 a 1997).

O acordo de empréstimo do Banco Mundial com o governo brasileiro, porém, só foi firmado, definitivamente, em 1994, no governo Fernando Henrique Cardoso, e finalizado em meados do ano de 1998. A coordenação do Programa, a partir do ano de 1996, ficou na responsabilidade do epidemiólogo Pedro Chequer, em razão do afastamento de Lair Guerra, após um grave acidente automobilístico ocorrido na cidade do Recife (GALVÃO, 2000, p. 125-139).

É importante ressaltar que a permanência de Lair Guerra na coordenação nacional do Programa de Combate à AIDS, durante 8 anos (1986 a 1990 - 1992 a 1996), além de trazer credibilidade às atividades desempenhadas, implantou, na sua segunda gestão, toda uma política de inovação. A aglutinação de forças para a reconstrução do programa brasileiro de AIDS, ainda no governo Collor, foi determinante para a condução do primeiro empréstimo, dando, a partir daí, maior sustentabilidade ao Programa Nacional.

Ao reunir um grupo de pessoas formado por “[...] pesquisadores universitários, técnicos da área de saúde, profissionais de saúde e integrantes de organizações não-governamentais, como ABIA, GAPA-SP e ISER” (GALVÃO, 2000, p. 140-141), a bióloga conseguiu articular ideias e ações em conjunto, redefinindo prioridades e

⁴ O modelo biomédico é postulado na ideologia do individualismo. Adotando a noção de indivíduo abstrato da teoria liberal política e econômica, ele considera os indivíduos “livres” para “escolher” comportamentos de saúde. Ele trata as pessoas como consumidores que fazem livres escolhas no mercado de produtos e comportamentos e, geralmente, ignora o papel da indústria, do negócio agrário e do governo em estruturar a formação dos fatores de risco que os indivíduos supostamente devem evitar. Há pouco espaço para compreender como os comportamentos são relacionados a condições sociais e impedimentos ou como as comunidades formam as vidas dos indivíduos. A partir desta perspectiva, populações e subgrupos dentro de populações, incluindo “grupos de risco”, consistem meramente em indivíduos somados que existem sem cultura ou história (GALVÃO, 2000, p.149-150).

investimentos. Desde então, o PN de Combate à AIDS, tem recebido financiamento do Banco Mundial em parceria com o governo brasileiro.

Mesmo com todo o empenho dos integrantes da equipe na gestão do AIDS I, o projeto apresentou alguns problemas no seu desenvolvimento. A falta de um direcionamento de atividades que contemplasse objetivamente as populações mais vulneráveis ao vírus, mediante estratégias de prevenção mais específicas; a ineficácia das ações institucionais frente aos grupos mais afetados; e a desarticulação das atividades do Programa com os grupos da sociedade civil envolvidos e com outros setores do governo responsáveis pela implantação de políticas sociais, foram os mais visíveis (MIN. DA SAÚDE, 2001).

Em dezembro de 1998, foi firmado o segundo acordo de empréstimo, começando a efetivação do Projeto AIDS II em janeiro de 1999. O Projeto, que funcionou entre os anos de 1999 a 2001, recebeu um investimento de 300 milhões de dólares, sendo 165 milhões vindos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e 135 milhões de dólares provenientes do Governo brasileiro divididos entre a Federação (US\$ 78 milhões), os poderes estaduais (US\$ 32 milhões) e municipais (US\$ 25 milhões) (MIN. DA SAÚDE, 1988/2000, p. 9).

A proposta do Projeto era de dar continuidade aos trabalhos iniciados no AIDS I com Lair Guerra. Segundo Galvão (2000, p. 132), o governo se quer manteve as principais linhas de atuação, entretanto, a necessidade de uma descentralização e horizontalidade das decisões e ações faziam-se urgentes, nesse momento, para garantir a sustentabilidade do Programa.

O AIDS II começou intensificando as atividades de prevenção, serviços, tratamentos, vigilância epidemiológica, pesquisa e avaliação, como também promovendo outras ações como a garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos atingidos de forma direta ou indireta pelo vírus HIV e a AIDS. No Relatório de Implementação do AIDS II do Ministério da Saúde (1988/2000, p. 10), a prevenção através das “campanhas publicitárias de massa, visando a reforçar o processo de conscientização e compreensão da transmissão da aids e DST, e promover práticas mais seguras”, juntamente com os serviços e tratamentos, vigilância, pesquisa e avaliação aparecem como os componentes fundamentais e constitutivos do Projeto.

A implementação do AIDS II introduz duas questões estratégicas. O processo de descentralização e sustentabilidade como eixos norteadores do processo de tomada de decisões em

relação à epidemia da AIDS e outras DST e o referencial teórico da “vulnerabilidade” como parâmetro das ações de prevenção e assistência. [...] De uma posição focalizada e centrada no modelo de risco e das mudanças comportamentais, passou-se a uma abordagem mais contextual e matricial das questões relativas à formulação de políticas para o enfrentamento da epidemia de Aids (Ministério da Saúde, 2001).

Em todo o desencadeamento das políticas de saúde para a AIDS nesses 20 anos, os atores envolvidos com tal problema e que compõem o quadro hierárquico do Ministério da Saúde enfrentam mudanças que se expressam em vários setores: nas linhas de ação do Programa Nacional de AIDS, definidas e redefinidas a partir das novas tendências da epidemia; nas designações, tanto no que se refere ao nome do Programa, como no que concerne às instâncias às quais fica subordinado; e na troca de ministros da saúde que ultrapassou o número de dez, entre os anos de 1985 e 1996.

Segundo Galvão, entretanto, a coordenação do Programa apresenta certa estabilidade. Nessas duas décadas da doença, o cargo foi ocupado, até então, por quatro profissionais: Lair Guerra de Macêdo Rodrigues, que exerceu tal função em dois momentos (1986-1990/1992-1996), Eduardo Côrtes (1990-1992), Pedro Chequer (1996-2000) e Paulo Roberto Teixeira, que assumiu a direção do Programa a partir de 2000 (GALVÃO, 2000, p. 118-120). É possível que a permanência maior de coordenadores envolvidos com as questões de saúde e doença no País (com exceção de Eduardo Côrtes) tenha possibilitado um desenvolvimento mais articulado dos Projetos AIDS I e II.

O AIDS III ou O Projeto de Sustentabilidade e Gestão Estratégica das Políticas de HIV/AIDS e outras DST apresentou sua versão preliminar em setembro de 2001. Tal documento

[...] compreende um processo de tomada de decisões no âmbito do Sistema Único de Saúde, que visa garantir o aprimoramento dos instrumentos de gestão, a sustentabilidade, a descentralização das ações e o desenvolvimento científico e tecnológico, para o enfrentamento da epidemia Aids e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DST) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 6).

Os objetivos do Projeto AIDS III são: 1) reduzir o impacto da epidemia evitando novas infecções e garantir a atenção à saúde com qualidade às pessoas

vivendo com HIV/Aids; 2) aprimorar o processo de gestão das políticas públicas para o HIV/Aids e outras DST, implementadas por diferentes atores; 3) promover o desenvolvimento científico e tecnológico na área de promoção, assistência e vigilância epidemiológica do HIV/Aids e outras DST. Para que tais objetivos sejam atingidos, as ações serão implementadas de forma integrada e participativa, visando o desenvolvimento de políticas sustentáveis de prevenção e assistência em HIV/Aids e outras DST; gestão estratégica de programas e serviços para o HIV/Aids e outras DST e o desenvolvimento científico e tecnológico em HIV/Aids e outras DST (MIN. DA SAÚDE, 2001, p.6).

A implementação de projetos com financiamentos significativos desde o AIDS I, em 1992, possibilitou maior agilidade nas ações de combate à AIDS, principalmente em virtude da manutenção dos objetivos que vêm norteando as diretrizes dos projetos nos três momentos de parcerias financeiras. Tanto no AIDS I (1992) como no AIDS II (1998), e então no AIDS III (2001), as propostas se complementaram, mostrando uma preocupação com a continuidade do trabalho dos atores (governo, ONGs e outros grupos organizados da sociedade civil) envolvidos no processo, desde o início da epidemia.

A preocupação do AIDS III volta-se para enfrentar os desafios que se desdobram a cada ano. Pelo fato de a doença ter ganhado uma dimensão que explicita as desigualdades em todas as relações estruturantes da vida social, tal Projeto tem como objetivo central “aprimorar os processos de tomada de decisão, articulando as diferentes esferas de governo responsáveis pelas políticas sociais em uma rede de atores, ampliando a resposta nacional e o alcance das ações de prevenção e assistência” (MIN. DA SAÚDE, 2001, p. 7).

Tal proposta fortalece as iniciativas governamentais em conjunto com outras instâncias da sociedade, a partir do financiamento de projetos para organizações não governamentais e outros grupos da sociedade civil no estabelecimento de parcerias

[...] no sentido de prover as condições para uma ação comunitária efetiva na campo da prevenção e da assistência.
[...] Esse processo possibilitou uma sinergia entre a lógica governamental, marcada pela permanência e universalidade das políticas sociais, e a lógica da sociedade civil, marcada pela defesa de interesses específicos e a experimentação de formas mais ágeis e flexíveis de ação. (MIN. DA SAÚDE, 2001, p. 61).

O acordo de empréstimo firmado a partir do ano de 1994 com o Banco Mundial, possibilitou investir na implementação das ações de prevenção e tratamento, assim como uma rede de opções assistenciais que se desdobraram até então.⁵

Considerações finais

Apesar dos avanços resultantes dos embates e negociações entre as Organizações Não Governamentais e os programas e projetos implementados pelos governos, mediante as ações citadas, o quadro de contaminação continua preocupante. O desafio maior das campanhas preventivas, diante de tal fato, continua sendo o de criar uma mensagem que conscientize, sensibilize e convença as pessoas a usarem a camisinha.

O resultado de uma das pesquisas sobre o comportamento sexual do brasileiro, realizada pela Coordenação Nacional de DST e AIDS, no ano de 2000, aponta que 70% das pessoas entrevistadas com idades entre 16 e 65 anos sabem que o preservativo é o meio de prevenção mais eficaz contra a AIDS. Constata também, todavia, a existência de um hiato entre o conhecimento e o uso da camisinha.

A partir desse diagnóstico, as campanhas procuram estimular nos seus discursos, a cada ano que começa, práticas sexuais que tragam como componente imprescindível a camisinha. A parceria entre as instâncias sociais – Medicina, Publicidade, ONGs, programas e projetos tornou-se uma das ações mais fortes e de maior influência na formação de comportamentos mais conscientes diante da realidade da AIDS. O entrelaçamento de tais saberes, porém, não deixa de ser permeado pela lógica do conflito, que se origina da formação de cada um destes no seu próprio campo e se amplia quando da efetivação de um saber sobre a doença.

⁵ Outras ações do governo, por meio do Ministério da Saúde, dizem respeito à assistência aos portadores do vírus com relação a atendimentos, diagnósticos e tratamento na rede pública de saúde; fortalecimento e aprimoramento dos laboratórios para garantir o acesso e a disponibilidade dos testes a todos os portadores de DST/HIV em âmbito nacional; vigilância epidemiológica que tem como principal objetivo fornecer subsídios para o controle do HIV e AIDS, como também das DST.; treinamento de capacitação de profissionais de saúde e agentes sociais envolvidos em ação de prevenção, assistência e epidemiologia das DST/AIDS; estudos e pesquisas a partir da seleção de projetos relacionados às áreas de vigilância epidemiológica, diagnóstico, tratamento e prospecção de casos e medidas de intervenção, desde o ano de 1993; (MIN.DA SAÚDE, 1998, p. 65-89).

Diante de tal quadro de conflitos e decisões, pode-se dizer que, atualmente, já se convive com a AIDS de uma forma mais familiarizada. Seja em razão do empenho de tais saberes e atividades, que procuram conhecê-la, discuti-la e visibilizá-la, seja por ela já haver se aproximado das pessoas, por meio de gente com quem se convive. Do preconceito, discriminação e desconhecimento, tão presentes em sua trajetória, a bandeira da solidariedade se apresenta como um símbolo que demarca um rasgo de civilidade nesses tempos “pós-modernos”.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *AIDS II: relatório de implementação*. Acordo de empréstimo Bird 4392/BR. Brasília. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional DST/AIDS, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Projeto de sustentabilidade e gestão estratégica das políticas HIV/AIDS e outras DST – AIDS III*. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Projeto de sustentabilidade e gestão estratégica das políticas HIV/AIDS e outras DST -AIDS III*. Brasília, DF, 2001.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. *Aids, a terceira epidemia: ensaios e tentativas*. São Paulo: Iglu, 1991.

GALVÃO, Jane. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.

PARKER, Richard. *A construção da solidariedade: aids, sexualidade e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PARKER, Richard. *Na contramão da aids: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro: ABIA, 2000.

PARKER, Richard et al. *Saúde, desenvolvimento e política: respostas frente à aids no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA/Ed. 34, 1999.

PAZ, JosiAnne. *Aids anunciada*. 162 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2000.

PINEL, Arletty; INGLES, Elisabete. *O que é aids*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SARAIVA, José Eduardo Menescal. *Prazer do consumo ou consumo do prazer: erotismo e impulsividade na cultura do consumo*. 1997. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, Larissa Maiés Pelúcio. *ONGs/AIDS e Estado: parceria e conflito*. 2002. 230 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Federal de São Carlos, 2002.

Instruções para os autores

1 Instruções Gerais

Os artigos encaminhados para publicação devem estar escritos em língua portuguesa, em espanhol, francês ou inglês. Os originais devem ser enviados por via eletrônica, para o e-mail: rhumanidadesunifor@gmail.com. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 15 páginas (em papel A-4). Os autores devem indicar a sua formação acadêmica e/ou titulação profissional e instituições em que desenvolvem a sua atividade, de acordo com o que está registrado junto ao CNPq, e endereço eletrônico. Só serão submetidos ao Conselho editorial os artigos com até quatro autores, cujos nomes devem aparecer sem abreviação.

Os autores devem informar, através de carta ao Conselho Editorial da Revista de Humanidades, a área, subárea e especialidade de seu trabalho de acordo com o CNPq para facilitar a indicação dos pareceristas ad hoc e autorizar, obrigatoriamente, a publicação.

2 Formato

Cada artigo deverá conter no máximo 15 páginas numeradas e (em papel A4), incluindo tabelas e figuras.

A primeira página deve ter: a) título em português e inglês; b) nomes dos autores; c) resumo e abstract de 250 a 300 palavras contendo introdução, metodologia, resultados e conclusões; d) 2 a 5 palavras-chave; e) 2 a 5 keywords; f) filiação institucional (departamento, universidade); g) crédito dos autores em notas de rodapé (graduação, pós-graduação); h) endereço eletrônico de pelo menos um dos autores.

Devem ser evitadas linhas órfãs (linha única em um parágrafo ou no início ou fim de página).

Nos destaques deve ser utilizado, preferencialmente, o tipo itálico.

2.1 Tipos de Letras e Tamanhos de Fontes

Estilo Normal: fonte Times New Roman (disponível nas versões do Word) em tamanho 12, espaçamento duplo e justificado.

Estilo Resumo: fonte Times New Roman, tamanho 10, justificado, com espaçamento simples.

Nomes de Seções: fonte Times New Roman, tamanho 16, negrito, alinhado à esquerda. Parágrafo: recuo especial de 1cm à esquerda; espaçamento de 6 pontos antes e 6 depois do parágrafo.

Nomes de Subseções: fonte Times New Roman, tamanho 14, negrito, alinhado à esquerda. Parágrafo: recuado 1cm à esquerda, com espaçamento de 6 pontos antes e 6 depois do parágrafo.

Nomes de Sub-Subseções: fonte Times New Roman, tamanho 12, negrito, alinhado à esquerda. Parágrafo: recuo 1cm à esquerda, com espaçamento de 6 pontos antes e 6 depois do parágrafo.

Nomes de Sub-Sub-Subseções: fonte Times New Roman, tamanho 12, negrito, alinhado à esquerda. Parágrafo: recuo 1cm à esquerda, com espaçamento de 6 pontos antes e 6 depois do parágrafo.

Notas de Rodapé: numeradas como super-escrito¹, sem parênteses. A fonte é Times New Roman, tamanho 10, alinhamento justificado.

2.2 Citações e referências bibliográficas

No corpo do texto, será utilizado o sistema autor-ano para citações bibliográficas. As referências, listadas em folha separada, devem ser em ordem alfabética, por autor, conforme as Normas Brasileiras da ABNT.

Deverão conter, nessa ordem, nome(s) e iniciais dos prenomes do(s) autor(s), ano, título do trabalho por extenso, nome da revista (abreviado e em itálico), volume, número e primeira e última página. O título de livros e monografias devem ser escritos em itálico, incluir cidade, editora e páginas.

**Impresso na Gráfica da Universidade de Fortaleza
da Fundação Edson Queiroz**

Av. Washington Soares, 1321
Bairro Edson Queiroz

Fone: (0xx85) 3477.3000 Fax: (0xx85) 3477.3055
<http://www.unifor.br>

CEP:60.811-905 - Fortaleza - Ceará

